



SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE CRISE

Rita de Cássia Andrade Martins (organizadora)

Amailson Sandro de Barros - Bárbara Pelacani - Bernardo Parodi Svartman

Catalina Revollo Pardo - Daiana Paula Milani Baroni - Elcimar Dias Pereira

Eva dos Santos Rosa - Fernanda Nogueira Campos Rizzi - Gislayne Cristina Figueiredo

Hildeberto Vieira Martins - Isa Magesti Corrêa Netto - Larissa Leão de Castro

Luis Guilherme Galeão-Silva - Lourdes Fernandes de Souza - Marcelo Calegare

Marcos Vieira-Silva - Maria de Fatima Quintal de Freitas - Mayara Ferreira

Raquel Souza Lobo Guzzo - Samira Lima da Costa

**SAÚDE MENTAL EM
TEMPOS DE CRISE**

COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

- Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alexandre de Oliveira (IFS – Estância/Sergipe)
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid - Espanha)
Aldair Oliveira de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP – São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Ananguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidad da Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Açcolini (UFGD – Dourados/MS)
Iraíldes Caldas Torres (UFAM – Manaus/AM)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Ananguera – Campo Limpo - São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UNIFESP - Guarulhos/SP)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patricia Sposito Mechi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garrafoli (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Roberta Ferreira Coelho de Andrade (UFAM - Manaus/AM)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

Rita de Cássia Andrade Martins
(Organizadora)

SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE CRISE



ALEXA
Embu das Artes - SP
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Geresa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

*Um esforço coletivo de lidar com o luto pelas mais de 600
mil pessoas mortas de COVID-19 no Brasil.*

© by Alexa Cultural

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans

Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Anne Oliveira

Revisão Técnica

Michel Justamand

Rita de Cássia Andrade Martins

Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M386 - MARINS, Rita de Cássia Andrade

Saúde Mental em Tempos de Crise, Rita de Cássia Andrade Martins - organizadora. Alexa Cultural: São Paulo, EDUA: Manaus, 2021

14x21cm -240 páginas

ISBN - 978-65-89677-75-8

1. Psicologia - 2. Saúde Mental - 3. Psicologia Social- 3. Gerenciamento de crise, 4. Covid-19, I. Índice - II- Prefácio - III Bibliografia

CDD - 150

Índices para catálogo sistemático:

Psicologia

Saúde Mental

Gerenciamento de Crise

Pandemia - Covid-19

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem expressa autorização.

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos organizadores.

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embú das Artes/SP - CEP: 06844-140

alexacultural.com.br

alexacultural@terra.com.br

www.alexacultural.com.br

www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,

n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM

Campus Universitário Senador Arthur Virgílio

Filho, Centro de Convivência – Setor Norte

Fone: (92) 3305-4291 e 3305-4290

E-mail: ufam.editora@gmail.com

SAÚDE MENTAL EM TEMPOS DE CRISE

Rita de Cássia Andrade Martins

Curso de Psicologia / UFJ

Observatório de Saúde Mental (obsam.ufj)

Laboratório de Psicologia e Processos Psicossociais (LPPP/UFJ)

Quando iniciamos a organização desta publicação, em junho de 2020, havia no Brasil 59.656 pessoas mortas em decorrência do Covid-19. Ao fechar a organização deste livro, em setembro de 2021, o país atingiu 600 mil pessoas mortas. Início a apresentação dessa obra coletiva, compartilhando minha solidariedade, afeto e respeito àqueles e àqueles que, como eu, perderam entes queridos nesta pandemia por conta da política de morte que aflige o Brasil.

Este livro é uma iniciativa do Laboratório de Psicologia e Processos Psicossociais da UFJ, em parceria com o Observatório de Saúde Mental (obsam.ufj). O livro foi um projeto tecido a várias mãos, durante o período em que foi preconizado o distanciamento social imposto pela pandemia de Covid-19. O luto e o trauma vivido por cada ser humano se agudizou no contexto brasileiro, onde predominou um projeto genocida camuflado em negligência. Ignorando a ciência, sustentando mentiras e corrupção, apostando no extermínio dos/as considerados/as inimigos/as da nação, terminaram por adoecer um país inteiro.

Neste contexto de crise, mesmo isolados/as, procuramos nos fortalecer em redes de solidariedade, afeto e cuidado. Assim também se faz ciência: com afeto. O livro reúne psicólogos/as sociais de diferentes universidades brasileiras, estudantes de graduação e pós-graduação e pessoas da comunidade em geral buscando contribuir com os debates acerca dos efeitos psicossociais dos tempos de crise na saúde mental das pessoas, e na saúde mental enquanto campo político de disputas.

Os textos refletem o esforço coletivo de perseverar, refletindo de forma crítica e afetuosa, frente a tantas adversidades e incertezas. Estes textos trazem desabafos, a exposição de nossas angústias e, ao mesmo tempo, essa rede de solidariedade em forma de produção científica desde a psicologia social. Não por acaso, o livro tem como abre-

-alas um escrito que segue o formato de escrevivência. Escrevivência é uma práxis literária elaborada a partir do trabalho da intelectual negra Conceição Evaristo, que traz à baila o exercício da escrita como registro pessoal/coletivo, como forma de elaboração dos traumas advindos do racismo e, de forma incisiva, um manifesto de luta. Evaristo faz questão de sempre destacar que as histórias escritas/contadas por mulheres negras não são para adormecer os da casa-grande, mas para acordá-los de seus sonos injustos.

*Boa leitura!
Sigamos juntos/as/es!*

Jataí-Go, setembro de 2021.

ESCREVIVÊNCIAS: IMPACTOS DO COVID-19 NA COMUNIDADE KALUNGA VÃO DO MOLEQUE¹

Eva dos Santos Rosa

Quilombola

Graduanda em Psicologia/UFJ

Meu nome é Eva dos Santos Rosa. Sou a décima de 12 filhos, 10 ainda vivos, frutos do amor de Leônidas dos Santos Rosa e Regina da Cunha Fernandes. Sou uma mulher negra e quilombola, nascida e criada na comunidade Kalunga Quilombo Vão do Moleque, localizada na região nordeste de Goiás. Sou também estudante de psicologia na Universidade Federal da Jataí/UFJ e integrante ativa do coletivo de Estudantes Indígenas & Quilombolas da UFJ.

Relato aqui minha experiência como bolsista do projeto de extensão “InterAções: Psicologia tecendo redes e saberes” vinculado ao curso de Psicologia da UFJ, desenvolvido por docentes, discentes, uma técnica administrativa em educação, e pessoas da comunidade externa, por meio do Serviço de Psicologia Aplicada/SPA da universidade. O projeto, iniciado em 2017 e encerrado em 2020, tinha por objetivo geral promover Intervenções comunitárias através de espaços coletivos e interdisciplinares, conjugando educação popular, psicologia comunitária e promoção de saúde mental, convergindo escuta, acolhimento, conscientização e trocas de saberes.

Entrei para o projeto antes da pandemia, meu plano de trabalho inicial era desenvolver ações com estudantes quilombolas e indígenas ingressos/as pelo programa UFG-Inclui², quando ainda éramos uma regional da UFG. A ideia do plano era mobilizar ações que oportunizassem uma rede de apoio e de resistência coletiva dentro do ambiente universitário. Com o isolamento social imposto pela Pandemia de Covid-19, tive que retornar à minha comunidade.

Com essa mudança acabei me envolvendo com as problemáticas da minha comunidade por conta da pandemia. Dessa mudança advém a ideia de registrar e analisar minhas vivências como estudan-

1 Este texto é uma versão revisada do trabalho apresentado junto ao CONEPE/2020 de minha experiência como bolsista de extensão do Projeto InterAções: Psicologia tecendo redes e saberes, orientado pela professora Rita de Cássia Andrade Martins.

2 UFG/Inclui é um programa de inclusão no ensino superior, que prevê uma vaga extra em cada curso de graduação para negros quilombolas e Indígenas oriundos de escola pública.

te universitária de origem quilombola, e os impactos do Covid-19 na rotina da comunidade Kalunga Quilombo Vão do Moleque, em seus rituais religiosos, nas relações entre as pessoas e gerações, na rotina de trabalho, no trânsito para cidade mais próxima, com a chegada da luz e da internet ao quilombo em meio a esse contexto.

Para este trabalho, me inspirei no livro Ponciá Vicêncio³, da intelectual negra Conceição Evaristo. Neste livro, Evaristo lança mão da escrevivência, prática definida por ela como “a escrita de nós”, para contar a trajetória de vida de uma mulher negra, que nasceu no meio rural e vai morar na cidade buscando condições melhores de vida. Compreendendo o ato de escrever a partir da escrevivência como forma de enfrentamento, resistência e elaboração dos efeitos do racismo e do sexismo na saúde mental da população negra.

O COVID-19 CHEGA AO BRASIL – RETORNO AO VÃO DO MOLEQUE

O primeiro caso de Covid-19 no Brasil é registrado em fevereiro de 2020, de um homem branco, de 61 anos, que tinha chegado de uma viagem à Itália. Apesar da resistência do presidente da república e a insistência em afirmar que a pandemia não passava de uma gripezinha, o país entra em quarentena em abril do mesmo ano. Com a suspensão das aulas na universidade eu e meus dois irmãos⁴, tomando todas medidas de proteção, percorremos mais de 1.100 km, gastando aproximadamente 700 reais para chegar até Cavalcante, município da nossa comunidade, sem qualquer auxílio financeiro adicional ou apoio da universidade. Chegando à sede do município de Cavalcante tivemos que aguardar 4 dias até ter transporte para nossa comunidade. Para este trajeto há apenas um caminhão de carga, sem cobertura, para o transporte de moradores/as. Pagamos 25 reais cada um para termos acesso a este transporte, sob sol e chuva. Nossos gastos foram pagos com a bolsa do MEC⁵ destinada para estudantes quilombolas e indígenas para permanência na universidade, na qual é mantida pelo governo federal.

3 EVARISTO, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

4 Somos quatro na universidade, entrei para o curso de psicologia em 2017, minha irmã entrou para o curso de fisioterapia em 2018, meu irmão no curso de administração na Regional Goiás da UFG em 2019 e meu irmão caçula no curso de engenharia florestal em 2020.

5 Ministério da Educação.

PREOCUPAÇÕES E IMPACTOS DO COVID-19 NA COMUNIDADE

Aqui no quilombo as medidas de proteção e cuidado são muito precárias. Além disso, na comunidade temos nosso próprio ritmo, nossas rotinas, valores e crenças, nosso jeito de ser, que tem muito de estar junto, de visitar, de saber e cuidar uns dos outros, de pedir a benção aos mais velhos, chegamos em qualquer casa - dos parentes, vizinhos ou conhecidos - pra tomar água ou um café. Nessas horas, numa situação de pandemia, essa circulação de pessoas pode nos colocar em risco. Outro costume nosso é de nos cumprimentarmos abraçando, pra demonstrar a felicidade do reencontro daqueles que há tempos não se via. Esse também é um interdito imposto pela pandemia. Alguns até compreendem porque tinham ouvido no rádio e, por isso, tem mais cuidado, mas para outros fica difícil compreender e se adaptar a essa realidade, a um perigo que não podemos ver ou tocar.

Até dia 12 de junho de 2020, o prefeito do município não estabeleceu nenhuma medida de cuidado para proteção de nós kalungas. Segundo a Associação Kalunga nossa região tem entre 9 e 11 mil habitantes e reúne a maior concentração de comunidades quilombolas no estado de Goiás, mesmo assim o hospital não tem aparelhos respiratórios ou outros recursos mais simples de uso cotidiano para atender à população. Para completar existem autoridades nacionais e locais que insistem em afirmar que o vírus não passa de uma simples “gripezinha”. Essas afirmações acabam sendo reproduzidas pelas pessoas de uma forma geral e aqui no quilombo não é diferente.

Aqui no quilombo há pessoas que desrespeitam as medidas de prevenção. Não me refiro apenas aos moradores. No período de eleição, há políticos que tem livre acesso à comunidade e circulam fazendo campanha, indo de casa em casa pedindo votos. Esses políticos geralmente vêm em grupos com membros que são de Goiânia ou Brasília, aumentando a preocupação, pois são capitais onde tem muitos casos ativos do vírus.

No dia 16 de setembro de 2020 foi celebrada uma missa em solenidade aos nossos santos padroeiros e nesta celebração vieram muitas pessoas de fora. Entre essas pessoas, candidatos no município, a primeira dama do estado de Goiás com sua equipe de jornalistas para fazer a cobertura da visita. Alguns moradores ficaram com muito medo dessa

visita em plena pandemia e com o avanço no número de mortes por Covid 19. Alguns poucos dispunham de máscaras e álcool gel, mas muita gente da comunidade não tinha qualquer proteção. Próximo ao final da missa, a primeira dama começou a falar para o povo os avanços da energia elétrica na comunidade e também tudo que pretende fazer para os kalungas. Muito triste e revoltada com toda aquela situação e com a quantidade de pessoas principalmente na situação pandêmica que estávamos, em seguida a sua fala, levantei as mãos pedindo a palavra. Ela, fingindo não me ver, desprezou minha manifestação. Continuei com as mãos erguidas e expressei minhas preocupações com a comunidade: a falta de transporte digno e de qualidade, acesso e outras ações para melhoria da área Kalunga. Aproveitando o momento disse que não era tempo para fazer política, e sim cuidar do povo distribuindo cestas básicas, álcool gel, máscaras e outros materiais para cuidados e prevenção do covid-19. Indignei-me, pois, na maioria das vezes nossas comunidades são usadas. Eventos como esse servem só para a mídia, onde as fotos circulam nos jornais, redes sociais e ajudam a eleger pessoas dessa categoria, muitas vezes sem compromisso com o povo que vive em condições precárias.

Aqui quando alguém se acidenta, passa mal ou uma mulher entra em trabalho de parto, é uma labuta para a chegada de socorro vindo da cidade, chegando a percorrer de 3 a 4 horas de carro até chegar na comunidade para socorrer e voltar com o paciente para cidade. Na maior parte das vezes, não vem ninguém para nos socorrer, por conta do difícil acesso. As estradas e caminhos na serra são de péssima qualidade, rios sem pontes, que em época de chuva, quando os rios ficam cheios, ninguém consegue atravessar. Pela falta de pontes, por conta das enchentes, já ocorreu de pessoas ficarem ilhadas por 4 dias, onde o caminhão “pau de arara” que utilizamos para ir para cidade não consegue atravessar o rio cheio.

É triste e lamentável testemunhar atitudes de autoridades como nesse exemplo que trago aqui, que nos usam para enaltecer o seu próprio status e manter seus privilégios.

Estamos na luta por direitos quilombolas, especialmente durante a pandemia. Não existe nenhum tipo de política pública que assegure nossa proteção e nossa saúde. Percebo que cada ação como essa envolve jogos políticos que nos mantém excluídos e cada vez mais vulneráveis. Até o término desse relato, cada família recebeu 1 cesta básica

distribuída por uma organização não governamental. Essa ação popular foi usada por um pré-candidato a prefeito que espalhou ao povo que havia sido autor da doação.

O isolamento imposto pela pandemia afetou a nós quilombolas em muitas outras questões. Nossa cultura, as folias de reis, as rezas, o arremate da folia - espaços de transmissão cultural, de costumes, de valores e também de cuidado e aprendizado coletivo, tudo isso foi suspenso para evitar aglomeração e transmissão da doença.

Na nossa comunidade temos diferentes compreensões do que está acontecendo. Ainda tem gente que acredita que o vírus é invenção de política, que o vírus não mata, que não é contagioso. A presença das autoridades na comunidade só reforça essa crença e nos coloca em risco cada vez maior. Nesse contexto, é difícil mantermos os cuidados em uma comunidade sem acesso à saúde de qualidade. Agentes de saúde e a secretaria de saúde não colocaram em curso nenhuma medida educativa ou de proteção.

Toda essa situação nos coloca em risco crescente. Mesmo nos prevenindo por nossa conta, somos impelidos a quebrar o isolamento social para ir até a cidade para atender necessidades básicas. Nesse trajeto à Cavalcante, cidade mais próxima, temos apenas como opção ir no caminhão pau de arara, que até a pandemia era mantido pela prefeitura. Agora que o transporte é privado, devemos pagar para poder deslocar da comunidade para a cidade. São aproximadamente 170km para chegar à cidade e lá comprar os produtos que precisamos ou não conseguimos produzir no quilombo para nossa subsistência. Artigos como arroz, farinha e polvilho, que fazem parte da alimentação de qualquer família, considerados básicos por qualquer família brasileira, são adquiridos com suor por nós. Além de pagar por um transporte que nem mesmo foi feito para transportar passageiros, fazemos isso de baixo de sol e às vezes de chuva. Alguns pagam excedente por conta do volume e do peso daquilo que trazem consigo na viagem.

Em minha comunidade somos aproximadamente 400 famílias, que sobrevivem através do trabalho braçal na roça, produzindo e colhendo mandioca, arroz, milho, gergelim, laranja e outros frutos. Não temos rede de esgoto, nem Unidade Básica de Saúde, utilizamos água corrente e buscamos a água com baldes na cabeça. Há algumas famílias que tem encanamento em nascente, e outras tem caixa d'água. A luz está chegando aqui agora e nem todo mundo foi contemplado ainda.

HISTÓRIA DO MEU QUILOMBO

A história do meu quilombo não é um conto elaborado do todo, não temos um histórico de surgimento da comunidade. Meu avô conta que ouviu dizer que anos atrás havia uma mineração de ouro em Cavalcante e que, por isso, foram trazidas muitas pessoas escravizadas para o Goiás para trabalhar nessa mineração. Alguns conseguiram se libertar e se refugiaram aqui, dando origem ao nosso quilombo. Meu avô conta também que aqui antigamente havia muitos indígenas, meu avô conta que chamavam os indígenas de “cumpade” ou “homem do mato”. Esses indígenas não queriam contato e sempre fugiam se alguém tentasse se aproximar. Meu avô lembra que os indígenas foram sumindo aos poucos. Nosso quilombo foi crescendo isolado das cidades, nosso povo não tinha acesso a nenhum tipo de ferramenta, comunicação, transporte. Foi tudo improvisado com o que tinha disponível, criado por nossos antepassados. As mulheres pariam em casa, com ajuda de parteiras da própria comunidade. Minha mãe pariu 7 filhos em casa com ajuda das parteiras. Por falta de acesso, muita coisa permanece assim até os dias de hoje. As mulheres grávidas iam para a cidade fazer exames ou tomar vacinas montando em cavalos, e os que não tinham o animal iam a pé.

Para ir para cidade o meio de transporte era a pé, ou a cavalo, subindo serras e atravessando rios, onde muitas vezes dormiam no mato e demoravam em torno de 2 dias para chegar na cidade. Para voltar era a mesma coisa, com mantimentos na cabeça ou em cargueiro no cavalo “para quem tinha cavalo”.

Somente em 2002, foi aberta a primeira estrada dando acesso a transportes na nossa comunidade, e ao decorrer algumas coisas foram mudando. As pessoas começaram a ir de carro para a cidade, as mulheres começaram a parir em hospital, nosso povo começou a ser vacinado.

Com essas mudanças e com a natureza preservada do quilombo, nossas terras começaram a chamar a atenção de alguns fazendeiros da região que passaram a oferecer pro nosso povo animais, casas na cidade e alguns trocados em troca de terras. Felizmente, após muita luta, conseguimos, através da Associação Kalunga, a demarcação e documentação de titularidade das terras. Hoje a maior parte das famílias já tem suas terras tituladas.

O nome da comunidade que pertence se chama Vão do Moleque, o “vão” geograficamente é o formato da região, e o “moleque” é um morro que tem o formato de rosto de uma mãe e seus dois filhos.

Minha casa fica bem no centro da comunidade próximo de onde ocorrem os festejos e as romarias, perto do colégio. O colégio, inaugurado em 2010, oferecia apenas o ensino fundamental. Em 2017 foi implementado o ensino médio e hoje já podemos concluir o ensino médio aqui na comunidade.

Infelizmente os professores aqui não tem acesso a ferramentas e investimentos para auxiliar na qualidade educacional quilombola, e essas dificuldades acabam refletindo na formação dos estudantes.

UMA HISTÓRIA DE RESISTIR PARA CONTINUAR (RE)EXISTINDO

Na época em que terminei o ensino fundamental, nossa escola não oferecia o ensino médio. Desta forma, pra conseguir continuar os estudos, tive que deixar o quilombo. Com apenas 12 anos fui para a cidade morar com meus irmãos para dar continuidade aos estudos. Meus pais só tinham como renda o bolsa família, por isso eu e minha irmã fomos trabalhar muito cedo para conseguir comprar material escolar, roupas e outras necessidades pessoais. Mesmo nossos pais levando alimentos produzidos no quilombo, não dava pra suprir tudo que a cidade demandava de consumo pra viver ali.

Essa realidade vivenciada fez com que crescêssemos de forma independente. Aos 16 anos uma prima me apresentou um casal de idosos que precisava de uma empregada doméstica que dormisse no serviço. Aceitei a oferta e fui para Brasília trabalhar e morar na casa deles. Eu trabalhava o dia todo e a noite eu estudava, até concluir o ensino médio.

A partir daí fiz cursos técnicos e comecei a estudar para prestar o Enem. Fiz a prova pela segunda vez em 2016. Nessa época uma colega quilombola me apresentou o programa UFG Inclui, que é uma ação afirmativa para ingresso de estudantes indígenas e quilombolas, bem como estudantes surdos egressos de escolas públicas, na universidade. Escolhi me candidatar para o curso de psicologia e fui selecionada para estudar na regional da UFG em Jataí, localizada no sudoeste goiano.

Sou a primeira dos dez filhos dos meus pais a ingressar em uma universidade pública. Uma conquista para toda minha família e para o meu quilombo, já que meu ingresso na universidade incentiva outros moradores da comunidade. O incentivo é mútuo, porque eles colocam em mim uma expectativa e uma confiança que me estimula cada vez mais a estudar e também reivindicar nossos direitos.

No início das cotas destinadas a nós quilombolas eram poucos que ingressavam no ensino superior, pois não tínhamos acesso à informação sobre o processo seletivo e suas atribuições. Alguns nem mesmo sabiam que havia este tipo de ação afirmativa e que era direito nosso. Hoje já somos mais de 40 universitários quilombolas aqui na minha comunidade e tenho certeza que esse número só tende a aumentar por conta da representatividade voltada para a comunidade. Mesmo enfrentando as adversidades, obstáculos, falta de apoio e também o preconceito e racismo, nós resistimos na luta nos espaços acadêmicos.

Hoje já somos 4 irmãos estudantes no ensino superior, todos ingressos pelo programa de inclusão. Quando reflito sobre os meus caminhos trilhados, recordo das dificuldades que passei para chegar até aqui, e que ainda passo para permanecer na universidade e concluir o curso. Com a falta de moradia estudantil passei muitas dificuldades financeiras, tive medo, sofri muito de diversas formas, com o racismo, a exclusão. No início da graduação essa situação me fez me isolar, me esconder. Com o tempo na cidade, fui conhecendo pessoas em grupos de autocuidado e empoderamento, trocas de vivências com pessoas que passavam o que eu passava, que sentiam o que eu sentia. Nestes espaços de aprendizados e trocas de experiências, fui me reerguendo e tecendo meu espaço dentro da universidade, me permiti abrir um novo olhar para minha história de vida, minha trajetória. Hoje afirmo minhas convicções com voz ativa diante das adversidades e injustiças.

Ser Quilombola para mim é orgulho em saber de todos os processos que meu povo passou e que, mesmo assim, sobrevivemos, resistimos e permanecemos re(e)xistindo. Cresci vendo e ajudando meus pais trabalhando na roça sol a sol, chuva a chuva para que não nos faltasse nada. Quilombo é lugar de resistência, de gente que luta pra preservar suas origens e culturas numa relação harmônica com a natureza. Como fazemos isso? Vivendo de forma comunitária, isso nos permite sermos maiores que o próprio território em que vivemos.

Após todo esse relato, considero que permanecemos revivendo o que impulsionou nossos ancestrais a construir o quilombo, somos nós por nós e sabemos e comprovamos isso a cada dia: o cuidar é um ato político coletivo que tem como base a resistência e a valorização dos nossos saberes e nossos conhecimentos.

Mas esse relato mostra também o quanto o racismo afeta as condições de vida de negros e negras no Brasil, dificultando o acesso a

direitos sociais elementares como saneamento e infraestrutura básicos, saúde, educação, trabalho, transporte, acesso à informação. Mostra o quanto precisamos de políticas públicas que combatam o racismo estrutural que impede a garantia de direitos sociais da população negra em geral e da população quilombola em particular. Mostra ainda que é preciso que a universidade não só garanta nossa entrada, mas também a permanência de estudantes negros e negras no ensino superior, levando em consideração nossas origens, condições de vida e o racismo que enfrentamos cotidianamente.

Termino me perguntando, até quando seremos só nós por nós?

SUMÁRIO

Apresentação Saúde Mental em Tempos de Crise

Rita de Cássia Andrade Martins

- 9 -

Escrevivências: Impactos do Covid-19 na Comunidade Kalunga Vão do Moleque

Eva dos Santos Rosa

- 11 -

Prefácio Crise, Saúde Mental e Psicologia: Uma Relação Urgente

Raquel S. L. Guzzo

- 23 -

CRISE INSTALADA

Psicologia Social Comunitária e Saúde: Reflexões em Tempos de Crise

Maria de Fatima Quintal de Freitas

- 29 -

De Louco a Músico: Quando a Arte e a Saúde Mental se Encontram e Produzem Novos Sujeitos

Isa Magesti Corrêa Netto e Marcos Vieira-Silva

- 45 -

Saúde Mental e Ambientes Virtuais: Problematizando Experiências Comunitárias de Cuidado e Promoção de Saúde

Daiana Paula Milani Baroni, Fernanda Nogueira Campos e

Rita de Cássia Andrade Martins

- 61 -

TESSITURAS DA CRISE

O Sistema Único de Assistência Social e os Ventos Neoliberais

Amailson Sandro de Barros e Gislayne Cristina Figueiredo

- 85 -

O Acirramento das Diferenças:
Relações Raciais e Políticas Públicas no Brasil

Hildeberto Vieira Martins

- 107 -

Recrudescimento da Desigualdade e Violência Entre Estudantes:
Por uma Agenda de Pesquisas

Larissa Leão de Castro

- 133 -

SUPERANDO A CRISE

Os Desafios da Psicologia Social Comunitária na Luta Contra a
Opressão Social

Bernardo Parodi Svartman e Luis Guilherme Galeão-Silva

- 165 -

Identidades Coletivas e Organização Sociopolítica dos Povos Indígenas
em Comunidade de Manaus

Mayara dos Santos Ferreira e Marcelo Calegare

- 189 -

A Pandemia da Solidão e da Solidariedade:
Cultivo da Vida em Experiências Comunitárias

Samira Lima da Costa, Catalina Revollo Pardo e Bárbara Pelacani e

Lourdes Fernandes de Souza (Bia Kalunga)

- 205 -

Pós-fácio
Crise, Saúde Mental e Cuidado!

Elcimar Dias Pereira

- 227 -

Sobre as Autoras e os Autores

- 233 -

CRISE, SAÚDE MENTAL E PSICOLOGIA: UMA RELAÇÃO URGENTE

Raquel S. L. Guzzo
PUC-Campinas

Vivemos um tempo de crise grave, decorrente de diferentes contextos: crise sanitária, política, econômica e psicológica que afeta o bem-estar e a saúde mental das pessoas. A cada dia, somos surpreendidos por notícias de um maior número de contaminados pelo vírus já em uma nova cepa e mortes seguem acontecendo. Conforme Dráuzio Varella em sua coluna na Folha de São Paulo, dia 11 de julho de 2021, o vírus ainda está atuante, apesar de mais de um ano de pandemia e, por isso, é necessário e importante que as pessoas tomem consciência do perigo e se protejam. É necessário que as autoridades governamentais se envolvam em campanhas públicas e disponibilizem máscaras apropriadas à população.

Neste cenário de crise, o sofrimento aumenta pelo impacto direto das perdas que se proliferam, seja de pessoas que adoecem e morrem, seja por conta da piora nas condições objetivas da vida cotidiana afetando de modo surpreendente a saúde mental e a responsabilidade da psicologia em oferecer condições para o enfrentamento às essas condições adversas, sobretudo à população mais atingida.

Sabemos que a pandemia afeta, diferencialmente, a população brasileira com maiores índices de contaminação e morte nas pessoas de baixa renda, negros e indígenas. E, por essa razão, esse livro tem importância e profundidade na reflexão e análise da realidade – ele traz às pessoas a possibilidade de conhecerem os caminhos possíveis para a psicologia, diante desse cenário tão desastroso.

Desde que foi criada como ciência e profissão, a psicologia se comprometeu com as mudanças econômicas e sociais no mundo, servindo à ideologia dominante e ao mundo capitalista (Parker, 2019). Uma perspectiva crítica da psicologia é o que este livro apresenta – um esforço para descolonizar as práticas profissionais e a formação profissionais, trazendo as questões contemporâneas e a vida cotidiana daquela

parcela da população oprimida, excluída e marginalizada pelas políticas pública de um estado neoliberal.

O livro está estruturado em três partes: a primeira discute a questão da saúde mental diante da conjuntura atual da pandemia, levando em conta os desafios para o enfrentamento dessa realidade. Quintal de Freitas discute o conceito de crise em sua relação com o estado no capitalismo moderno, chama a atenção para as diferentes formas de informação e comunicação em uma sociedade extremamente desigual, injusta e exploratória, o que não atende às demandas essenciais para a vida. A pandemia da Covid-19 escancarou essa realidade e ampliou o impacto, sobretudo aos mais pobres e já desassistidos pelo estado e a psicologia social comunitária (PSC) é discutida como uma alternativa para minimizar os impactos psicológicos dessa realidade. Corrêa Neto e Vieira-Silva apresentam uma grande saída para fortalecer, pela arte a saúde mental de quem já está como usuário dos serviços de atendimento aos problemas mentais. Baroni, Campos e Martins problematizam os cuidados e a promoção de saúde em experiências comunitárias virtuais. São leituras críticas da realidade que sugerem formas de lidarmos com os desafios colocados para profissionais de psicologia.

A segunda parte do livro aprofunda a leitura da crise. Martins demonstra as diferenças entre as relações raciais e as políticas públicas nessas áreas. O capítulo de Barros e Figueiredo chama a atenção à precariedade das políticas de assistência social diante da crise econômica, política e sanitária, demonstrando os desafios para os profissionais desse campo profissional. Já Castro discute a gravidade das desigualdades e opressões de classe, raça e gênero na estrutura social, especialmente diante da violência em contextos educacionais que geram adoecimento físico e mental e suas expressões nas diferentes instituições.

A última parte do livro, também com três capítulos, pretende anunciar possíveis meios de superação da crise. Svartman e Galeão-Silva destacam a destruição sistemática de políticas sociais e das políticas de proteção ambiental, além de uma ascensão de fundamentalismos religiosos e um governo que persegue e ataca a democracia, o que aumenta as condições de desigualdade, de preconceito, de violência e intolerâncias. Chamam a atenção para a prioridade de uma perspectiva teórica e prática crítica da Psicologia Social Comunitária como possibilidades e caminhos para a organização e fortalecimento de movimentos de resistência e enfrentamento, os quais deveriam se constituir como processos

de ensino e aprendizagem a serem priorizados na formação profissional na área da PSC. Discutem a opressão social e sua relação com a conjuntura atual e afirmam que todo sofrimento político demanda uma resposta política, mas também deve ser enfrentado psicologicamente. Daí a importância da psicologia envolvida diretamente com os movimentos sociais e organizados, assim como cooperativas autogestionária, como experiências de economia solidária, para o enfrentamento às condições adversas e de lutas necessárias. Defendem a PSC como uma forma de apoio a processos comunitários de luta contra a opressão social. Para Ferreira e Calegare as especificidades étnico-raciais que permeiam as vivências, sobretudo das comunidades indígenas, precisam ser incluídas na formação e na prática profissional da psicologia, focalizando os conflitos de terra e as dificuldades de acesso à serviços básicos como saúde e educação. Costa, Parto, Pelacani e Souza finalizam o livro com uma reflexão importante sobre o cultivo da vida por experiências de solidariedade. Demonstram, por meio de relatos de experiências de solidariedade, como é possível minimizar o sofrimento contemporâneo por meio de construções comunitárias na produção da vida, e das soluções para o futuro. Voltados para os segmentos populares racializados, trabalhadores informais, imigrantes, populações que vivem nas ruas. Discutem a banalização da vida e nos conclamam a tomar partido – assumir um lado diante dessa realidade tão adversa, o que não se manifesta de modo predominante em meio à psicologia – o sentido de comunidade é prioridade para que seja possível superar a crise.

Sem sombra de dúvidas, a psicologia brasileira precisa se reordenar em torno de prioridades sociais e comunitárias e, nessa direção também, é preciso uma leitura crítica do impacto da PSC nos processos coletivos de mudança social. Baima e Guzzo (2020, 2021) apresentam uma leitura crítica dos impactos da Psicologia Comunitária no Brasil, demonstrando que, apesar de seus fundamentos e história dessa área no país, por distintas questões perdeu a radicalidade para o enfrentamento da questão social. No entanto, é pela PSC que a psicologia pode se envolver com a formação política e organizações sociais em defesa dos oprimidos e marginalizados nesse sistema perverso e violento. Mas é preciso que as produções, tais como esse livro, sejam disponibilizadas às universidades, que estudantes se envolvam com as questões sociais e políticas e que, essa luta seja encampada por todas as pessoas que desejam se posicionar contra o conservadorismo dessa área que somente fortalece o *status quo*.

REFERENCIAS

BAIMA, L. S. ; GUZZO, R. S. L. Participação e Psicologia Comunitária no Brasil: apontamentos históricos e contribuições à análise de seus fundamentos. ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA (ONLINE), v. 20, 2020, p. 993-1013.

BAIMA, L. ; GUZZO, R. S. L. Desenvolvimento comunitário e participação: organização de consenso e hegemonia burguesa no Brasil. PSICOLOGIA EM PESQUISA (UFJF), v. 15, 2021, p. 1-24.

PARKER, I. Revolução na Psicologia: da alienação à emancipação. Campinas: Alínea, 2014.

CRISE INSTALADA

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E SAÚDE: REFLEXÕES EM TEMPOS DE CRISE

Maria de Fatima Quintal de Freitas

Os déspotas procuram um inimigo mitológico para culpar pelo vírus. No entanto, se aprendemos alguma coisa com a pandemia, é que só a ação coletiva pode mudar as coisas.
(Siri Hustvedt)

Em setembro de 2020, quando a cidade de Nova York atingia 200 mil mortos e se encontrava totalmente paralisada devido à expansão da COVID-19, Siri Hustvedt (2020) escreve no jornal *El País*, a coluna “As pandoras da pandemia”, referindo-se ao que acontecia cinco meses antes:

No início de abril, [...] ouvia as sirenes das ambulâncias dia e noite. Lia as notícias de que caminhões frigoríficos tinham sido trazidos para alojar as centenas de cadáveres que saíam dos hospitais todos os dias. Lia sobre os coveiros que não davam conta de enterrar os corpos. Pensava em todas as pessoas que choravam seus mortos, por causa de um vírus completamente indiferente à sua dor (Hustvedt, 2020, p.1)

Em várias notícias e relatórios de divulgação tem havido, também, a referência a estudos de diferentes pesquisadores e cientistas que se proliferaram e ampliaram como uma tentativa - urgente e necessária - de enfrentamento e busca de soluções para o vírus SARS-COV-2 que afeta a todos e tem tirado a vida de milhões, sem piedade. Muitos têm se referido a esse vírus como a caixa de Pandora que foi aberta e, a partir da qual, poderemos passar a enfrentar outros mais, ainda sem termos ficado livres e protegidos deste (Davis, 2020; Morens, Daszak, Taubenberger, 2020).

No Brasil o dia 26 de fevereiro de 2020 é considerado a data oficial de início da pandemia COVID-19, com a confirmação de teste positivo para a doença, em um homem de 61 anos, na cidade de São Paulo, que regressou de viagem à Itália. Poucos dias depois, no Rio de Janeiro, é noticiada a morte da primeira vítima: uma mulher de pouco mais de 60 anos, que percorria cerca de 100 km para chegar à casa de sua patroa, onde trabalhava há mais de dez anos como empregada do-

méstica. Sua empregadora também voltara da Itália, com os mesmos sintomas do paciente paulistano, e havia imediatamente se internado em uma clínica particular para tratamento. Mesmo tendo seu quadro de saúde a piorar dia a dia, é que – pouco mais de uma semana depois - um parente foi buscar a empregada doméstica na casa da patroa, para levá-la de táxi a um hospital público. Teve atendimento de quase 24 horas, antes de sucumbir à letalidade da doença. Os jornais de todo o país estampavam: *“Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon”* (Melo, 2020)

Tomando como referência o dia primeiro de março de 2021, no Brasil passaram-se 370 dias vivendo e convivendo com os mais diversos, angustiantes, sofridos, dolorosos e amedrontadores cenários de enfermidade e morte, ligados ou devido à COVID-19, desde o seu aparecimento oficial.

Em 01 de março de 2021, lastimavelmente, completamos como cifras oficiais números que seriam suficientes para mobilizar qualquer país, população, bairros, comunidades e lideranças, em prol de ações que fossem, de fato, voltadas para a vida, para a saúde e para um acesso e atendimento efetivamente democráticos, igualitários e equânimes: como um verdadeiro enfrentamento coletivo, colaborativo, participativo, solidário e piedosamente humano em defesa da vida e com a garantia do direito por uma morte digna, podendo deixar aos parentes e amigos a possibilidade de homenagearem e honrarem aqueles que, infelizmente, têm falecido.

No entanto, incompreensível e vergonhosamente não é o que assistimos e vivemos, nestes tempos de pandemia, em nosso país!

Inúmeros foram e têm sido os depoimentos, relatos e vivências de situações, que mesmo no limite vida-morte, permitem entrever atitudes, participações e gestos feitos pelas pessoas, pelos grupos e setores da sociedade civil, e pelas diferentes comunidades e profissionais (Cortes, 2020; Porto, 2020; Ramos, 2020; Souza, 2020; Melo, 2020), que estampam a resistência e força de projetos humanitários e de solidariedade comunitária. Esses projetos, em suas diferentes formas e modalidades, têm contribuído para criar modos de luta e de sobrevivência diante de um inimigo que, hoje, sabemos tornar-se mais forte e perverso, em especial quando os responsáveis por ações em prol da coletividade se omitem ou se “perdem” em bravatas narcísicas e de um completo egoísmo genocida.

Este capítulo está dividido em quatro seções, nas quais apresentam-se algumas dimensões que permitem discutir - na perspectiva psicossocial e pensando em possibilidades para uma práxis apoiada nos princípios da psicologia social comunitária - como o momento atual que estamos a viver, na ótica política, econômica e social, contribui para acentuar ou intensificar essa crise também sanitária que tem se transformado em uma crise cotidiana com repercussões na vida psicossocial de modo a impactar a saúde física e mental de cada um. Após estas reflexões iniciais e introdutórias sobre o que estamos a viver, segue-se uma segunda seção que visa trazer reflexões a respeito de que tempo é este que vivemos e que tipo de crise e compreensão de saúde poderíamos ter. Na terceira seção, busca-se refletir a respeito de algumas razões para se defender uma aproximação e intersecção entre o campo da psicologia social comunitária e a saúde física e mental, em tempos de crise. Para isso, recuperam-se alguns aspectos da práxis nesse campo, identificando-se perspectivas e desafios para esse enfrentamento em tempos político-sociais desta pandemia COVID-19, em nosso país. Na última seção, colocam-se algumas reflexões sobre os tempos atuais e as intersecções com esses impactos na saúde socialmente construída, de acordo com a ótica da psicologia social comunitária.

QUE TEMPO É ESTE QUE VIVEMOS?

Falar a respeito de que tempo é este em que estamos a viver e que tipo de crise e compreensão de saúde poderíamos ter, significa buscar compreender e identificar alguns paradoxos que podemos viver diariamente, e que podem impactar psicossocialmente nas relações que travamos na vida cotidiana, seja na esfera privada ou no âmbito profissional e público. Todos esses impactos contribuem, de diferentes maneiras, para ir também constituindo um campo de saúde em nossas relações. As compreensões sobre o que seja saúde e que aspectos a afetam, assim como que perspectivas poderiam existir a partir de uma ótica mais colaborativa, participativa e comunitária, podem contribuir para uma reflexão sobre os liames entre saúde, vida cotidiana e possibilidades de transformação social, dentro de uma perspectiva da psicologia social comunitária.

Que crise vivemos e que saúde social temos?

Nestas duas primeiras décadas do segundo milênio, os debates científicos e extramuros acadêmicos, a respeito da sociedade atual,

têm sido intensos e frequentes, e em todos eles, de um modo ou outro, o tema crise tem sido abordado. Essas discussões têm acontecido sob distintas perspectivas epistemológicas e pragmáticas, e têm colocado como pano de fundo uma preocupação com o futuro do planeta, das populações e comunidades, e de seus territórios além de sua sobrevivência social e humana.

As ênfases assumidas, nessas discussões, encamparam temas e problemas centrais vividos pelas populações e setores da sociedade civil, revelando, ao menos, a existência de dois aspectos comuns. Um deles refere-se ao fato de, nessas discussões, haver sempre a indicação da necessidade de garantia, preservação e defesa dos direitos humanos, dirigidos àquele problema específico - alvo das discussões em questão sobre crise - seja ele ambiental, populacional, sanitário, educacional, urbanístico, territorial, artístico-cultural, etário, de gênero, entre outros (Davis, 2020; Davis et al, 2020; Porto, 2020; Zibechi, 2020). O outro aspecto situa-se em que esses debates têm sido, em sua maioria, protagonizados por profissionais e pesquisadores de diversas áreas que reúnem seus escopos epistemológicos, metodológicos e de intervenção social, para defenderem propostas de ação interdisciplinar e comprometidas com a melhoria da vida, das pessoas e do mundo (Sarriera, Saforcada e Alfaro, 2015).

Que tempo é este que estamos a viver, quando a pandemia COVID-19 se instaura em nossas vidas e em todos os países?

Inicialmente parece que vivemos uma crise de âmbito essencialmente sanitário, como se fosse possível pensar na separação da saúde com outras esferas da realidade social. Além de não ser possível isso (Donnangelo, 1975; Fleury, 1997a,1997b; Montaña, 2014), a própria gravidade da situação - devido ao crescimento da pandemia, aos desconhecimentos e omissões dos planos de governo, à maior crueldade dos impactos nos grupos e comunidades desfavorecidas economicamente - levou a enfermidade, também, para os espaços privados e da vida cotidiana. Apesar de muitos, talvez, ainda insistirem em que a pandemia - por atingir 'indiscriminadamente' a todos - tornou-se democrática, os efeitos, impactos e sequelas que ela e todas as enfermidades produzem, não são tão democráticos assim (Fleury,1997a, Montaña, 2015; Davis, 2020). Ou seja, como anunciado ao início deste capítulo, faz sim diferença, por exemplo, o SARS-COV-2 acometer um morador de favela

sem saneamento básico e que mora em uma casa de menos de 20 metros quadrados com mais seis ou sete pessoas; e o mesmo vírus acometer alguém que vive com mais três pessoas, em um apartamento ou casa amplos de um bairro de classe média e alta, com três quartos e banheiros, e minimamente com saneamento básico garantido. Pode-se então afirmar que o agravamento, resultante desta enfermidade, contribui para colocar no foco das análises a exploração e desigualdade sociais como sendo elementos cruciais a serem considerados para as ações no campo da saúde. Muitos têm sido os exemplos que mostram que a(s) enfermidade(s) atinge(m) de maneira mais cruel e injusta, quanto mais desigual e em exploração econômica as pessoas, grupos, setores e comunidades se encontrarem (Davis, 2020; Flores Osorio, 2014b; Quintal de Freitas, 2014; Sarriera, 2014)

Que paradoxos e que impactos psicossociais enfrentamos?

A crise sanitária que estamos vivendo, também se faz juntamente com outros tipos de crise, como a de Estado, a econômica e política, a institucional e a de relações e convivências. Dada a dimensão, impacto e abrangência das pandemias e, neste caso, daquela que estamos vivendo, pode-se dizer que vivemos também uma crise da vida e uma crise existencial: é a vida das pessoas que se torna suscetível, é o dia seguinte que se coloca como talvez, é o futuro social que se põe nebuloso. Esse grau de suscetibilidade será tão mais forte quanto maiores forem as fragilidades e precariedades da vida cotidiana concreta das pessoas, que se manifestam em tensões e conflitos nas/das relações cotidianas, que são agravadas pelos confinamentos exigidos e esperados, pelas incertezas quanto ao dia seguinte e à sua sobrevivência física, emocional e mental, e pela necessidade de ações urgentes eficazes e de postergação e evitação da doença (Fleury, 1997; Porto, 2020; Souza, 2020; Matos, 2020).

Pensando-se nas relações dos profissionais que exercem suas atividades no campo da saúde, podemos perceber que estas tensões, conflitos e incertezas estão presentes a todo momento, seja nas relações internas da própria equipe profissional, seja nas relações com os usuários dos serviços de saúde. Tanto os profissionais, quanto a comunidade, têm vivido dilemas e paradoxos da perspectiva psicossocial que colocam, a todo instante, dúvidas e sentimentos de impotência sobre o seu fazer profissional, sobre as relações travadas, sobre os tempos da vida e da morte, e também sobre si mesmos. Deste modo, a própria saúde –

física e mental – colocada no centro das tensões acaba por se encontrar ameaçada e fragilizada (Ramos, 2020; Souza, 2020; Porto, 2020; Barria, 2020; RTP, 2021; Helioterio et al, 2020). Como testemunho dessa dura e desumana realidade, encontram-se vários depoimentos e estudos feitos neste último ano, em especial sobre os efeitos da pandemia na vida cotidiana e emocional das pessoas. (Porto, 2020; Souza, 2020; Matos, 2020)

SAÚDE E PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA EM TEMPOS DE CRISE

As dimensões de estarmos a viver, atualmente, um tempo de intensa crise têm sido reiteradamente acentuadas nos vários cenários e práticas interdisciplinares. Essa ênfase também fomenta reflexões sobre o fato de pensarmos, da perspectiva psicossocial, em crise como uma complexa rede social, em que a desigualdade econômica emerge ao lado de ações pouco democráticas e equânimes, produzindo assim impactos e subprodutos psicossociais que também têm uma origem na desigualdade social e uma expressão mais ou menos forte em cada pessoa.

Na Figura 1, a seguir, organizo de modo esquemático, algumas relações que são construídas concretamente na vida cotidiana - entre crise, formas de exploração e como nos sentimos - pretendendo captar como elas impactam nas pessoas, tendo maior ou menor efeitos psicossociais.

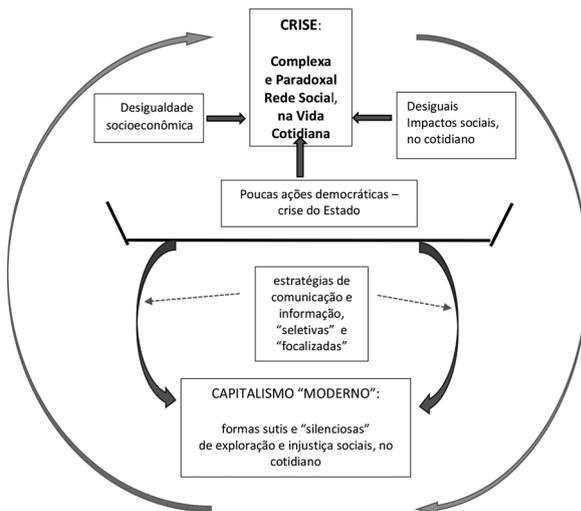


Figura 1: Relações entre crise social e formas de exploração e injustiça no cotidiano

As distintas estratégias de informação e comunicação, que podem ter alcances diferenciados devido às diferenças sociais, anunciam de modo mais explícito as bases que reafirmam e consolidam um capitalismo selvagem e moderno. Isso se atualiza em novas formas de exploração e injustiça sociais, muitas vezes travestidas de uma pseudo-democratização das relações, do poder e das informações. Estabelece-se um círculo interdependente, em que novas maneiras de viver e enfrentar a exploração e injustiça sociais no cotidiano, deixam entrever os impactos psicossociais que cada pessoa vive e sente em seu dia a dia, nem sempre de modo claro, explícito e compartilhado com outros.

O não atendimento das necessidades essenciais à existência - vividas e sentidas pelas pessoas em suas diversas instâncias de vida, moradia, trabalho, lazer, cultura, saúde - faz com que também emergam conflitos e tensões que põem à mostra uma crise na democracia representativa (Flores Osório, 2014b; Montaña, 2014; Quintal de Freitas, 2008). Assim, em tempos críticos e limítrofes - entre a vida e a morte, entre a solidariedade e o egoísmo, entre a generosidade e a inumanidade - como guerras, grandes epidemias e pandemias, e graves problemas econômicos, surgem crises institucionais presentes nas diferentes formas de representação democrática e de expressão dos canais de atendimento das necessidades, interesses e valores dos diferentes extratos e hierarquias societárias.

Essas crises se recrudescem e se manifestam em estilos de autoritarismos, em formas de questionamento da liberdade e ética institucionais, e em uma seletividade intencional e ideológica de informações e conhecimentos para atenderem os diferentes grupos e setores mantenedores do *status quo*. Beira-se a fronteira em que os fins podem justificar quaisquer atitudes, procedimentos e tarefas executadas, mesmo que possam implicar na aviltante e injusta escolha daqueles que são “classificados” como “mais” ou como “menos” (Barria, 2020; Porto, 2020). Os parâmetros para o balizamento dessa régua de mensuração apoiam-se numa visão quase darwiniana - dos “mais capazes” - como se isso fosse um critério biológico, de “pureza” da capacidade. Ou seja, como se não houvesse determinantes - que favorecem e que dificultam e obstaculizam - sociais, econômicos e políticos que fazem a legitimação dessa medida classificatória, e que pudessem ser vistos como um resultado natural e inevitável dessas classificações.

Em verdade, o que a realidade concreta contribui é que se pode afirmar que existe, sim, muito mais uma espécie de ‘darwinismo’

social: fruto das condições concretas e econômicas de sobrevivência, e que contribui para que alguns tenham melhores e mais recursos para sobreviver e se destacar, não como uma “capacidade” biológica, mas sim como oportunidades de âmbito econômico e social. Trata-se, portanto, de uma seletividade social que decorre das relações de exploração e desigualdade sociais que se expressam em diferentes aspectos da vida cotidiana. Desta maneira, o acesso, desfrute, acompanhamento e usufruto dos serviços e direitos, por exemplo, à saúde e educação, também se tornam reféns dessa ‘seletividade’ socioeconômica em que os diferentes setores da sociedade vivem.

Hoje, em tempos de COVID-19, estamos a presenciar, de modo nunca imaginado, “escolhas” que os profissionais têm de fazer entre garantir o direito a ter um tempo a mais de vida, por meio do acesso a um leito de UTI, ou não ser isso possível! O sistema social tem delegado à consciência e responsabilidade dos profissionais de saúde a decisão de quem “pode” e quem “não pode”, entre quem deve e quem não deve, entre quem merece e “não merece” ir para um leito de UTI, para um respiradouro, para um cilindro de oxigênio (Barria, 2020; RTP, 2021; Porto, 2020; Sangal, 2021). Em verdade, isto não pode ser visto como se fosse uma responsabilidade e decisão éticas exclusivas dos profissionais de saúde, que poderiam decidir de modo separado daquilo que está acontecendo no plano econômico, político, em que as omissões e irresponsabilidades dos dirigentes e governantes é que colocam tais tragédias humanas em segundo plano.

Mesmo que possamos fazer esta análise de base sócio-histórica e concreta, isto não ameniza a urgência de soluções e alternativas para as vidas das pessoas que sucumbem aos sintomas do COVID-19. Por isso, na tentativa de salvar vidas, esses profissionais buscam fazer algo mesmo que seja uma espécie de “divisão” dos minutos que cada paciente consegue ficar no cilindro de oxigênio, para viver um pouco mais, e com isso compartilham um mesmo cilindro para vários pacientes, enquanto buscam outras alternativas ou esperam por um “milagre” (Prazeres, 2021). Essas tentativas – que beiram o desespero para manter as pessoas vivas – acontecem porque os recursos que dependem de decisões políticas nunca chegam ou são postergados (!).

Neste atual cenário brasileiro de pandemia COVID-19, enquanto a vida se sustenta em um fio tênue e cada vez mais frágil, tem restado aos profissionais da saúde na linha de frente – além dessa luta

continua por garantir uma saúde mínima às pessoas – a cruel e desafiadora situação de encontrarem modos de manter as pessoas vivas, ou ao menos de conseguir dar-lhes uma certa dignidade e companhia na morte, já que muitos ficam totalmente isolados nas UTIs e ambulatórios.

Então as “escolhas” acabam sendo o que lhes sobra fazer: escolher entre o precário que lhes restou como resultado das diferentes formas de exploração econômica e precarização acontecidas no sistema de saúde. Lastimavelmente, vivemos na primeira quinzena de janeiro de 2021 trágicas situações que chocaram a todos no mundo, e que infelizmente perduram e têm se espalhado para outros estados no país. Em muitos órgãos de imprensa e comunicação, imagens, vídeos e notícias descreveram isso, como na Agência Estado (2021):

O Hospital Universitário Getúlio Vargas, ligado à Universidade Federal do Amazonas (UFAM), ficou cerca de quatro horas sem o insumo nesta quinta, o que gerou **desespero** entre os profissionais, segundo relatou ao *Estadão* uma **médica** da unidade, que não quis se identificar.

‘Colegas perderam pacientes na UTI por causa da falta de oxigênio. Eles ainda tentaram ambuzar (ventilar manualmente), mas foi mesmo para tentar até o último recurso, porque é inviável manter isso por muito tempo. Cansa muito, tem que revezar os profissionais. Chamaram residentes para ajudar, revezar na ventilação manual. A vontade que dá é de **chorar** o tempo inteiro. Você vê o paciente morrendo na sua frente e não pode fazer nada. É como você se ver numa **guerra** e não ter **armas** para lutar’, disse.

[...] Diversos relatos que circulam nas redes sociais dão conta de que a **situação é crítica** e centenas de pessoas internadas correm risco de morrer. ‘O Getúlio Vargas (Hospital Universitário Getúlio Vargas) está sem oxigênio e todos os pacientes estão sendo ambuzados (ventilação manual). Se alguém puder ajudar para fazer o revezamento para ambuzar no CTI no quinto andar, por favor, estamos necessitando’, afirma um médico, em um alerta que circulou pelas redes sociais e confirmado ao *Estadão* por profissionais que trabalham no hospital. (p.1, grifos no original)

Ainda nos vários relatos dos jornais, claramente transparece que os que se salvaram, ou ao menos puderam ter as vidas ainda mantidas por mais um tempo, foram aqueles cujo nível sócio-econômico e *status* político garantia os recursos (Deutsche-Welle, 21.07.2021, 29.09.2021; Betim, 2021), como relatado na Agência Estado (2021):

O procurador de Justiça Público Caio Dessa Cyrino, que tinha um filho de 36 anos internado no Hospital Fundação de Medicina Tro-

pical, disse ao *Estadão* que pela manhã não havia oxigênio para nenhum dos pacientes. “Minha nora me ligou às 5h, quando ela foi lá visitá-lo, avisando que tinha acabado. Ele estava no terceiro dia de UTI e evoluindo bem. Por sorte eu tinha uma ‘bala’ de oxigênio em casa e corri para o hospital para levar para ele. Quando cheguei com a bala na mão, vi o olhar de desespero dos médicos, servidores. Eles estavam **em choque**, sem poder fazer nada.”

[...] Ele conseguiu contratar uma UTI aérea e ia **transferir** o filho para São Paulo agora à tarde. “Eu consegui, mas quantas centenas não têm como fazer isso e podem morrer hoje?” (p.2, grifos no original)

Nesse cenário e na perspectiva das relações e vida cotidiana, pode-se afirmar que muitos são os impactos psicossociais vividos pelas pessoas e pelos profissionais de saúde (COVID-19, 2021): são obrigados a tomar decisões entre as precárias alternativas que se lhes apresentam e... adoecem; ou... adoecem antes. Adoecem emocional e existencialmente. Adoecem psicossocialmente.

Tomando como referência o campo da psicologia social comunitária, pode-se dizer que no ápice das situações de conflito e limite, as diferentes formas de expressão dessas tensões podem implicar em rupturas e fraturas no tecido social, nas relações sociais e na organização e dinâmica da vida cotidiana (Quintal de Freitas, 2008, 2014). No âmbito das relações sociais travadas, podemos identificar dimensões psicossociais importantes, como impactos produzidos e que repercutem de modo singular em cada pessoa e nas relações entre agentes comunitários (internos e externos) e a própria comunidade (Cordero e Hernán Hermosilla, 1996; Flores Osório, 2014a, 2014b; Quintal de Freitas, 2003, 2008, 2014)

As dimensões psicossociais consideradas mais significativas com relação a esses paradoxos e dilemas, que estamos vivendo no cenário de crises, inclusive sanitária, podem estar ligadas aos seguintes aspectos, como:

- dúvidas sobre a veracidade e efetividade das diversas informações sobre a situação de crise, a que têm acesso, usando como critério a si próprios e as experiências de pessoas próximas e influentes;
- crença em sua própria proteção e imunidade diante dos perigos, crença essa derivada de outras crenças, sejam religiosas e emocionais;

- atribuição de responsabilidade, ou causalidade dos problemas vividos, a outras pessoas, geralmente as mais distantes, desconhecidas e diferentes, o que em última instância reforça as sutis formas de discriminação e preconceito racial, de gênero, de origem socioeconômica, de idade, de escolaridade;
- aumento de formas de intolerância e agressividade social, especialmente dirigida aos que percebe como “diferentes”;
- sensação de cansaço e esgotamento físico e mental, encontrando justificativas e atribuindo responsabilidade para isso nos atores dessa rede de estranhamento social e psicossocial;
- adaptação às situações de tensão por meio de modos de aceitação e conformismo diante dos conflitos e das desigualdades sociais; e
- diminuição de efeitos emocionais negativos, ao naturalizar as diferenças sociais, havendo um consequente abrandamento do sofrimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas relações e dinâmicas comunitárias, o sentido e importância que a comunidade adquire para as pessoas, ainda mais em tempos de fortes conflitos e tensões, pode ajudar a compreendê-la como um processo de construções psicossociais na vida cotidiana (Quintal de Freitas, 2014). Nessa perspectiva, a comunidade pode transformar-se em um espaço fundamental de reflexão crítica sobre a exploração e opressão em que as pessoas vivem. Para isso, participar ao lado dos diferentes agentes comunitários (externos e internos) torna-se essencial naquelas práticas comprometidas com uma ética de libertação, o que significa ter uma ética “desde donde los oprimidos-excluídos resisten, interpelan e intervienen en la construcción del sueño de liberación” (Flores Osório, 2014b, p.80).

Fazer isto se estende para os diferentes cenários comunitários, sejam eles mais ou menos formais, estruturados e institucionalizados, e nisto podemos pensar, também, nos cenários comunitários de saúde, em particular nestes atuais tempos de COVID-19. Flores Osório (2014b) defende que o psicológico deve ser visto como “el espacio hu-

mano donde convergen lo educativo, lo político, lo económico, lo social, en síntesis lo comunitario” (p.77). Dessa forma, estar e viver em comunidade deveria significar que são criadas condições reais para que as pessoas possam participar dentro de suas condições de igualdade (ou de diferença).

Fazer isto quer dizer que devem ser garantidas oportunidades e direitos de expressão para todos: deve-se buscar um processo de conscientização que se comprometa em recuperar a memória social e de (não) participação dos excluídos. Nas palavras de Flores Osório (2014b) isso é construir um

“proyecto de trans-formação, es decir, como cambio estructural y proceso de formación de hombres y mujeres nuevos, quienes reclaman justicia para todos y no para alguien en particular; recuperar la memoria histórica en el espacio comunitario apunta la construcción/realización de lo real utópico.” (p.76).

Como nos trabalhos no campo da Psicologia Social Comunitária, devemos considerar a complexidade e multiplicidade de determinação das relações e interações humanas construídas entre as pessoas. Assim, de um lado, temos a população, as comunidades, as diferentes famílias e grupos de convivência cotidiana que estão adoecendo, ficando enfermos e reféns da pandemia e das condições sócio-econômico-políticas em que isso tem sido intensificado. De outro, temos um grande exército de profissionais do campo da saúde pública e comunitária, pessoas que trabalham nas diferentes etapas dessa frente de luta contra a COVID-19, e que também estão a viver inúmeros paradoxos, conflitos, tensões, medos, impotências e incertezas quanto ao próprio trabalho, ao futuro e à vida.

No polo dessa relação travada, como cada um deles se sente? Ou seja, como essas situações impactam em seu dia a dia, em suas vidas, em seus corpos e em seu futuro? Que tensões têm de viver e suportar, a cada dia, em sua saúde física e mental?

Estas parecem ser questões cujas respostas podem anunciar algumas possibilidades para uma práxis da psicologia social comunitária no campo da saúde, considerando-a como uma construção social cotidiana comprometida com um projeto de transformação social em prol da vida e da dignidade das pessoas. A compreensão sobre as dimensões psicossociais que trazem esses impactos psicológicos pode ajudar a en-

tender porque é possível - ou não - a construção e formação de atores sociais participantes e ativos, na direção de uma práxis de libertação, de igualdade de valores, de justiça social e de dignidade na vida concreta.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA ESTADO. Manaus: oxigênio acaba e pacientes morrem asfixiados. Profissionais de saúde e parentes de pacientes internados relataram desespero pela falta de cilindros de oxigênio na capital do Amazonas. 14.01.2021, p.1-4. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/nacional/2021/01/14/interna_nacional,1229127/manaus-oxigenio-acaba-e-pacientes-morrem-asfixiados.shtml Acesso em 30/01/2021

BARRIA, C. Coronavirus: Qué es la “doble curva” y por qué es un “falso dilema” elegir entre salvar vidas o salvar la economía. BBC News Mundo, 7 abril 2020, p. 1-12. Disponível em: [Coronavirus _ Qué es la _doble curva_ y por qué es un _falso dilema_ elegir entre salvar vidas o salvar la economía - BBC News Mundo.pdf](#) Acesso 30/10/2020.

BETIM, F. Cientistas brasileiros travam guerra contra a desinformação bolsonarista por vacinação, BRASIL-El País. 18.01.2021, p.1-11. Disponível em: [Noticia_ El País _ Cientistas brasileiros travam guerra contra a desinformação.pdf](#) Acesso em 01/03/2021.

CORDERO, Teresita; HERNÁN HERMOSILLA, H. Problemática psicosocial de los obreros esterilizados por el DBCP en Costa Rica. In: CORDERO, Teresita; DOBLES, Ignacio e PÉREZ, Rolando (comps.). Dominación social y subjetividad. Contribuciones de la Psicología Social. San José, C.R.: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1996, p.95-110.

CORTES, A. O que a pandemia nos ensina sobre a luta por habitação social digna na América Latina. El País. Madrid, 29.10.2020, p.1-7. Disponível em: [O que a pandemia nos ensina sobre a luta por habitação social digna na América Latina _ Internacional _ EL PAÍS Brasil.pdf](#) Acesso em 30/10/2020.

COVID-19. Há cada vez mais médicos e enfermeiros a pedir apoio psicológico. 16.02.2021. Disponível em: [Noticia_ RTP_ médicos e psicólogos pedem apoio psicologico.pdf](#) Acesso em 01/03/2021.

DAVIS, M. et al. Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

DAVIS, M. A crise do coronavírus é um monstro alimentado pelo capi-

talismo. In: DAVIS, M. et al. Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.5-12.

DEUTSCHE WELLE- DW. Pandemia pode aumentar disparidade econômica entre homens e mulheres, alerta FMI. 21.07.2020. Disponível em: Pandemia pode aumentar disparidade econômica entre homens e mulheres, alerta FMI _ Notícias e análises sobre a economia brasileira e mundial _ DW _ 21.07.pdf Acesso em 30/10/2020.

DEUTSCHE WELLE- DW. Maioria dos países falha em apoiar mulheres na pandemia, diz ONU, p. 1-3, 29.09.2020. Disponível em: Maioria dos países falha em apoiar mulheres na pandemia, diz ONU _ Notícias internacionais e análises _ DW _ 29.09.pdf Acesso em 30/10/2020.

DONNANGELO, M. C. F. Medicina e sociedade: O médico e seu mercado de trabalho. São Paulo: Pioneira, 1975.

FLEURY, S. A questão democrática na saúde. In: FLEURY, S. (org.). Saúde e democracia: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997a, p.25-41.

FLEURY, S. (org.). Saúde e democracia: a luta do CEBES. São Paulo: Lemos Editorial, 1997b.

FLORES OSORIO, J. M. Investigar desde la periferia. In: J. M. FLORES OSORIO, J. M. APARÍCIO LOPEZ, J. L. (coord.), Miradas y prácticas de la investigación: Psicología y social. Puebla: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2014, p.15-44.

FLORES OSORIO, Jorge Mario. Psicología y ética comunitaria. In: FLORES OSORIO, J. M. (coord.). Repensar la Psicología y lo Comunitario en América Latina. Tijuana: Universidad de Tijuana CUT, 2014, p. 69-86.

HELIOTERIO, M. C. et al. Covid-19: por que a proteção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras da saúde é prioritária no combate à pandemia? Trabalho, Educação e Saúde, v. 18, n. 3, 2020, e00289121. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00289.

HUSTVEDT, S. As pandoras da pandemia. El Pais. 26 set. 2020, p.1-2. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-09-27/as-pandoras-da-pandemia.html> Acessado em 20/01/2021.

MATOS, R. C. Fake news frente a pandemia de COVID-19. Vigilância Sanitária em Debate, v.8, n.3, p.78-85, 2021.

MELO, M. L. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon...19.03.2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em 30/10/2020.

MONTAÑO, C. (org.). O canto da sereia: Crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MORENS, D.M., DASZAK,P., TAUBENBERGER,J.K. Escaping Pandora’s Box — Another Novel Coronavirus. The New England Journal of Medicine. 382;14, April 2, 2020, p. 1293-1294

PORTO, M. F. No meio da crise civilizatória tem uma pandemia: desvelando vulnerabilidades e potencialidades emancipatórias. Vigilância Sanitária em Debate, v.8, n.3, p.2-10, 2020.

PRAZERES, L. Revezamento de cilindro de oxigênio, maca de ambulância que vira leito e mais de 200 enterros; veja relatos sobre caos em Manaus. Extra Globo. 16.01.2021, p 1-4. Disponível em: [https:// extra.globo.com/noticias/brasil/revezamento-de-cilindro-de-oxigenio-maca-de-ambulancia-que-vira-leito-mais-de-200-enterros-veja-relatos-sobre-caos-em-manaus-24841721.html](https://extra.globo.com/noticias/brasil/revezamento-de-cilindro-de-oxigenio-maca-de-ambulancia-que-vira-leito-mais-de-200-enterros-veja-relatos-sobre-caos-em-manaus-24841721.html). Acesso em 22 /01/2021

QUINTAL DE FREITAS, M. de F. Psychosocial practices and community dynamics: meanings and possibilities of advance from the perspective of the engaged social actors. Critical Psychology: The International Journal of Critical Psychology. V.9 [Critical Psychology in Latin America, ed. Maritza Montero e Pablo Fernández Christliebe], p.107-124, 2003.

QUINTAL DE FREITAS, M. de F. Estratégia saúde da família e psicologia comunitária. In.: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T.; ALFARO, J. (org.). Perspectiva psicossocial: a comunidade como protagonista. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015, p.239-253.

QUINTAL DE FREITAS, M. de F. Red de tensiones em la vida cotidiana: análisis desde la perspectiva de la psicología social comunitaria. In.: JIMÉNEZ-DOMÍNGUEZ, B. (org.). Subjetividad, participación e intervención comunitaria: una visión crítica desde América Latina. Buenos Aires: Paidós, 2008, p.165-183. [Tramas sociales, 51]

QUINTAL DE FREITAS, M. de F. Expansão das práticas de intervenção

comunitária: Que horizontes para a Psicologia Social Comunitária? In: FLORES OSORIO, Jorge Mario (coord.), Repensar la Psicología y lo Comunitario en América Latina. México, Tijuana: Universidad de Tijuana CUT, 2014, p. 47-68.

RAMOS, M. COVID-19: ¿Por qué Latinoamérica es la región con más muertes en el mundo? P. 3-6. 16 out. 2020. Disponível em: COVID-19_¿Por qué Latinoamérica es la región con más muertes en el mundo_.pdf Acesso em 30/10/2020.

SANGAL, A. Professores indianos são enviados para a linha de frente da COVID-19 sem proteção. CNN notícias. 18.01.2021. Disponível em: Noticia_ CNN_ profs indianos na linha de frente.pdf Acesso em 28/02/2021.

SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T.; ALFARO, J. (org.). Perspectiva psicossocial na saúde comunitária: a comunidade como protagonista. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015.

SARRIERA, J. C. O bem estar sociocomunitário: bases conceituais de pesquisa. In: SARRIERA, J. C.; SAFORCADA, E. T.; ALFARO, J. (org.). Perspectiva psicossocial na saúde comunitária: a comunidade como protagonista. Porto Alegre: Editora Sulina, 2015, p.63-86.

SOUZA, D. O. A saúde dos trabalhadores e a pandemia de COVID-19: da revisão à crítica. Vigilância Sanitária em Debate, v.8, n.3, p.125-131, 2020.

ZIBECHI, R. Coronavírus: a Militarização das Crises. In: DAVIS, M. et al. Terra sem Amos: Brasil, 2020, p.31-34.

DE LOUCO A MÚSICO: QUANDO A ARTE E A SAÚDE MENTAL SE ENCONTRAM E PRODUZEM NOVOS SUJEITOS

Isa Magesti Corrêa Netto
Marcos Vieira-Silva

O presente capítulo apresenta e discute parte dos resultados de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no LAPIP – Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), entre os anos de 2017 e 2019. O estudo, intitulado *De louco a músico: quando a arte e a Saúde Mental se encontram e produzem novos sujeitos*, abordou a trajetória da Luta Antimanicomial, da Reforma Psiquiátrica e da Reforma da Assistência à Saúde Mental no Brasil. Tratou, sobretudo, de algumas questões levantadas por esses movimentos referentes à potencialidade da utilização de atividades artísticas e culturais para a efetivação de uma Política Pública de Atenção Psicossocial em Saúde Mental.

É sabido que, com o advento da Reforma Psiquiátrica e da Reforma da Assistência à Saúde Mental brasileira, os dispositivos artístico-culturais passaram a ser componentes fundamentais no cuidado direcionado aos sujeitos que vivenciam processos de sofrimento psíquico, contribuindo para a consolidação de uma assistência alternativa e não invasiva. Com o intuito de discutir a crescente utilização da arte-cultura no campo da saúde mental, assim como de analisar como esses recursos vêm oportunizando aos usuários assumirem novas identidades e acessarem diferentes espaços territoriais, a pesquisa se ateve à investigação de um grupo musical protagonizado integralmente por cidadãos tidos como loucos.

A população investigada foi a Banda *Os Impacientes*, grupo musical formado por oito usuários da rede de assistência à saúde mental da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Coroando uma trajetória de aproximadamente trinta anos, a Banda que possui um estilo musical pautado no Pop Rock surgiu na década de 90, como desdobramento de oficinas terapêuticas que aconteciam dentro do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial Casa Viva. Os integrantes já realizaram shows em diversos municípios e estados; se apresentaram em grandes festivais de

música dividindo o palco com artistas socialmente reconhecidos como Frejat, Pitty e Alcione; participaram de concursos; e gravaram um CD composto por canções autorais.

O objetivo principal da pesquisa consistiu em compreender se, e como, a participação dos sujeitos em sofrimento psíquico na Banda *Os Impacientes* lhes oportunizou possibilidades mais amplas de reabilitação psicossocial e, sobretudo, de ressignificação identitária. Com vistas a atingir o escopo pretendido, o percurso metodológico envolveu a realização de entrevistas com todos os integrantes do grupo musical, o desenvolvimento de observações participantes e o registro de diários de campo em momentos de ensaios e reuniões. Para tratar os dados produzidos ao longo da investigação foi utilizada a Análise de Conteúdo Temática, procedimento a partir do qual os resultados foram organizados em torno de categorias analíticas (Minayo, 2017).

A análise dos resultados mostrou que o fazer musical possibilitou aos usuários acessarem diferentes espaços socioculturais da cidade aos quais eles não tinham acesso, além de ter permitido a eles realizar uma atividade produtiva com retorno financeiro. Ademais, esses indivíduos começaram a reconhecer a si mesmos e a serem reconhecidos pela sociedade não apenas como loucos, mas também como músicos, de modo que passaram a transitar de um papel social a outro – de louco a músico –. Portanto, foi possível verificar que a Banda *Os Impacientes* deixou de ter um caráter meramente terapêutico e/ou ocupacional para tornar-se uma importante estratégia promotora de cidadania e autonomia.

A POTENCIALIDADE DA ARTE-CULTURA PARA A CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL

A Reforma Psiquiátrica e a Reforma da Assistência à Saúde Mental não são movimentos datados, tampouco finalizados. Não obstante aos incontestáveis avanços alcançados com esses movimentos ao longo dos anos, ambos dizem respeito a processos constantes e atuais, com idas e vindas, que estão em andamento para que a clausura e a violência do aparato manicomial – que ainda se perpetuam, até mesmo dentro dos serviços substitutivos criados – se façam cada vez mais distantes da realidade brasileira. Além disso, desde que a trajetória reformista teve início no Brasil, acontecem inúmeras tentativas de barrá-la,

caracterizando um movimento de contrarreforma que se delineou no país a partir da década de 80 e perdura até os dias atuais (Severo; Dimenstein, 2009).

O processo de contrarreforma tornou-se ainda mais evidente atualmente, tendo em vista que as tentativas de boicote à luta antimanicomial tomaram contornos mais acentuados. Como destacado por Delgado (2019), nos últimos anos está em curso um processo acelerado de desmonte da Reforma da Assistência à Saúde Mental. Tal movimento teve início em 2016, com medidas tomadas por Michel Temer e continuadas por Jair Bolsonaro, indicando uma clara continuidade de gestão na área da saúde entre os dois governos. É a primeira vez, em mais de trinta anos de Reforma Psiquiátrica, que assistimos a um desmantelamento que acontece em marcha, de maneira absolutamente cruel e calculada.

Entre 2016 e 2019 o governo federal tomou as seguintes medidas: ampliou o financiamento dos hospitais psiquiátricos e restaurou a centralização dos mesmos; reduziu o cadastramento de serviços substitutivos, sobretudo dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS); omitiu dados relacionados à rede de serviços de saúde mental; financiou as chamadas “Comunidades Terapêuticas” e incluiu as mesmas nas políticas públicas de atenção psicossocial à saúde mental; modificou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), reduzindo as equipes de saúde da família e fragilizando a atenção básica; recriou serviços que não possuem referências territoriais, como o hospital-dia e o ambulatório de especialidade (Delgado, 2019).

Os referidos desmontes e arcaísmos assistenciais protagonizados pela atual presidência demonstram que estamos enfrentando desafios incalculáveis na Luta Antimanicomial brasileira. Portanto, resistir ao movimento de contrarreforma é, mais que nunca, tarefa necessária e urgente. No entanto, como fazer isso? É certo que não há uma resposta exata, tampouco uma única saída possível, mas como bem disse Fernanda Nocam (2019), “no momento em que se vê a Reforma Psiquiátrica ameaçada por propostas manicomiais e tratamentos comparados à tortura, como a eletroconvulsoterapia (ETC), o grito mais profundo da arte pode alcançar muitas pessoas” (p. 13).

Nocam (2019) sugere que nesse período social, político e histórico em que vivenciamos a efetivação de boicotes e retrocessos paralisantes, torna-se crucial olharmos para uma das saídas mais potentes:

a arte-cultura. Historicamente a Reforma Psiquiátrica brasileira vem utilizando recursos artístico-culturais para possibilitar aos usuários a assunção de outras identidades e a reinserção na esfera social. Portanto, arte e cultura são dispositivos que dão continuidade à Luta Antimanicomial, disparando rupturas com o instituído – “esse é, certamente, um dos objetivos da arte: a transgressão da norma, do instituído” (Amarante et al, 2012, p. 131) – e consolidando a possibilidade do exercício de formas alternativas e não invasivas de lidar com a loucura.

A utilização da arte e da cultura, para além de recurso meramente terapêutico ou auxiliar da clínica, passou a assumir a dimensão de produção de subjetividade e de vida. Nesta linha de atuação, o processo (...) é tomado por um enorme contingente de iniciativas artístico-culturais no sentido de promover transformações no imaginário social e nas práticas discursivas sobre loucura, diversidade e diferença. Desde as camisetas que provocam reflexões (“de perto ninguém é normal”, da música de Caetano Veloso; “há tanta vida lá fora”, de Lulu Santos, etc.) até a criação de variadas expressões artístico-culturais (Os Impacientes, Coral Cênico Cidadãos Cantantes, Harmonia Enlouquece, Sistema Nervoso Alterado, Trem Tam Tam, Loucura Suburbana, Doido é Tu, Lokomotiva) expressam estas estratégias (Amarante; Nunes, 2018, p. 2071).

Amarante (2019) afirma que existem muitas experiências artístico-culturais sendo desenvolvidas no campo da saúde mental em todo o território nacional. No entanto, o autor ressalta que ainda é necessária a realização de pesquisas que divulguem as experiências já consolidadas e, assim, incentivem a criação de novos projetos. Considerando, então, que a Banda *Os Impacientes* consiste em uma proposta comprometida com os princípios defendidos pelos movimentos reformistas que vem construindo novas possibilidades na espera da atenção psicossocial – de autonomia, participação social, produção identitária e emancipação dos sujeitos – acreditamos ser de fundamental importância compartilhar a trajetória desse grupo que ainda não havia sido objeto de nenhum estudo.

PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O estudo foi realizado a partir do método qualitativo de produção do conhecimento, pois teve como principal objetivo investigar de maneira aprofundada a realidade de um determinado grupo social, sua história e seu percurso de desenvolvimento (Minayo, 2017). Em acordo

com tal metodologia, buscou-se obter um entendimento dos fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos envolvidos na pesquisa, tomando como principal ponto de partida as suas falas e os significados individuais que atribuíram às experiências grupais que vivenciaram.

Considerando que para compreender determinada fala faz-se fundamental conhecer o contexto daqueles que se pronunciam, a investigação foi conduzida em meio ao ambiente natural e cotidiano dos sujeitos de pesquisa. Isto é, aconteceu no CAPS Casa Viva de Juiz de Fora, local onde o grupo musical desenvolvia suas principais atividades. Os indivíduos que participaram da pesquisa foram os oito usuários da instituição que integram o grupo musical e três funcionárias do serviço – a psicóloga e coordenadora; e duas estagiárias em Psicologia.

Uma vez que o estudo foi realizado com seres humanos, foram seguidas as orientações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde. Antes de dar início ao trabalho, a proposta foi submetida à Comissão de Ética com Pesquisas Envolvendo Seres Humanos¹. Após apreciação e aprovação da pesquisa, os sujeitos foram devidamente esclarecidos sobre os objetivos da mesma e formalmente convidados a participarem na condição de voluntários, por meio da adesão a um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os instrumentos empregados para produção dos dados da pesquisa foram utilizados por contribuírem para alcançar os objetivos pretendidos e por serem ferramentas fundamentais no trabalho de campo em estudos qualitativos. Inicialmente foram feitas observações participantes, as quais possibilitaram aos pesquisadores compreender as atividades cotidianas desenvolvidas pelo grupo e as relações estabelecidas entre os membros. Realizou-se um total de seis observações, que aconteceram durante reuniões e ensaios da Banda, assim como em momentos de conversas informais entre os integrantes.

Na ocasião de todas as observações participantes foram confeccionados, simultaneamente, diários de campo com o intuito de, *a posteriori*, retomar os eventos ocorridos e avaliar possíveis questões e relações que deveriam ser investigadas de maneira mais aprofundada. Tais diários consistiram em cadernos de notas onde a pesquisadora registrou os fatos observados, escreveu suas impressões pessoais acerca dos mesmos e anotou algumas falas e atitudes dos interlocutores (Minayo, 2017).

1 CAAE: 94280518.0.0000.5151

Uma vez finalizadas as observações, deu-se início à realização de entrevistas com os componentes do grupo. Partindo de um roteiro de perguntas previamente elaborado pelos pesquisadores, foram feitas entrevistas semiestruturadas e, portanto, abertas para que questões trazidas voluntariamente pelos sujeitos também pudessem ser exploradas no desdobramento da discussão. A utilização dessa ferramenta contribuiu para a produção de dados importantes para o estudo, tendo em vista que permitiram acessar informações que só poderiam ser fornecidas pelos indivíduos que vivenciaram a realidade em questão.

As entrevistas foram realizadas com um total de oito pessoas, todas do sexo masculino, com idades entre 40 e 60 anos, sendo elas: cinco usuários que integram a Banda desde sua formação inicial e três pessoas que passaram a fazer parte da corporação musical a partir de 2017. Um dos membros do grupo, que esteve presente desde o início da sua trajetória, não foi entrevistado em razão de ter sido acometido por um Acidente Vascular Cerebral (AVC) e, em decorrência do adoecimento, optado por não participar.

Após a realização e transcrição das entrevistas, deu-se início ao tratamento destas e dos diários de campo, o que foi feito a partir da Análise de Conteúdo do tipo Temático à luz das proposições de Bardin (1995). O método parte do pressuposto de que a realidade é um produto social, assim como de que as visões de mundo dos indivíduos podem ser representadas em suas falas. Nesse sentido, ao realizar uma exploração profunda de todo o material produzido, foi possível apreender parte da visão interpretativa da realidade do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, bem como fazer algumas inferências significativas acerca do grupo investigado.

A Análise de Conteúdo Temática aconteceu em três etapas distintas e sequenciais. A pré-análise, que envolveu a leitura de todos os materiais produzidos e a definição do que iria compor o corpo de análise propriamente dito; a exploração do material, momento em que as falas dos sujeitos e os fatos observados foram descritos a partir da construção de categorias de análise, as quais consistiram em recortes do conteúdo produzido e funcionaram como quadros de referência para se buscar relações entre os resultados; e o tratamento dos resultados, período em que foram realizadas considerações acerca dos dados selecionados, explicitando-se conexões entre estes e os referenciais teóricos priorizados na pesquisa (Bardin, 1995).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados produzidos com a pesquisa foram organizados em torno de cinco categorias de análise, a saber: Trajetória da Banda *Os Impacientes*; Potencialidades da música; O fazer musical coletivo; Reabilitação Psicossocial; Ressignificação Identitária. Optamos por descrever e discutir aqui somente aquelas que contribuíram majoritariamente para se chegar aos objetivos pretendidos com o estudo, tendo em vista a grande quantidade de dados construídos ao longo do mesmo e as limitações inerentes ao número reduzido de páginas que compõem um capítulo de livro. Com o intuito de respeitar e assegurar os critérios de confidencialidade e sigilo dos entrevistados, os autores das falas foram indicados por nomes fictícios.

Trajetória da Banda *Os Impacientes*

A Banda *Os Impacientes* se formou na década de 90, como fruto de oficinas terapêuticas de música que aconteciam no CAPS Casa Viva, do município de Juiz de Fora, Minas Gerais. Os principais idealizadores do projeto foram o psicólogo e músico da instituição, que era responsável por ministrar tais oficinas musicais; e a psicóloga e coordenadora do serviço, que também acompanhava e contribuía com o Grupo nesses momentos. Ambos os profissionais, acreditando na potencialidade do trabalho desenvolvido pelos usuários, levantaram a proposta de formação de uma banda que fosse protagonizada por eles e assim começou a trajetória do corpo artístico em questão.

Em sua formação inicial, a Banda contava com a participação de seis usuários do CAPS, sendo que posteriormente duas novas pessoas passaram a fazer parte do corpo artístico. Ao longo de sua trajetória, o Grupo protagonizou shows em diversos espaços, interpretando clássicos do Pop Rock e canções de autoria dos próprios integrantes. Eles se apresentaram, por exemplo, em bares, universidades, teatros e casas de eventos dos municípios de Juiz de Fora, Belo Horizonte, Ubá, Santos Dumont, Rio de Janeiro e São Paulo.

A Banda participou, também, do *Festival Loucos por Música* – que aconteceu no “Canecão”, na cidade do Rio de Janeiro – dividindo o palco com Frejat, Pitty, Sandra de Sá, Alcione, Arnaldo Antunes e Sérgio Loroza. Na ocasião, ao se apresentarem juntamente com personalidades da Música Popular Brasileira (MPB), os usuários experimentaram a inserção em um determinado circuito cultural brasileiro que é extre-

mamente renomado. A importância dessas vivências foi destacada pelos indivíduos:

“Nós tocamos no Canecão, no Rio. A cidade eu conhecia, mas quando eu fui, foi uma coisa diferente. Foi tipo um meio artístico porque tinha Pitty, Frejat, Arnaldo Antunes, Sandra de Sá, Alcione e Sérgio Loroza. Artistas mesmo! Abrimos o show deles, no mesmo palco. Foi uma coisa fabulosa porque a gente não tem acesso aos artistas de perto” (Ruy).

“A gente se sente muito feliz e emocionado com aquelas pessoas com prática, que são verdadeiros artistas. Eu nunca esperava isso na minha vida! O baterista da Pitty me deu umas dicas de música. Não é pra qualquer um encontrar com ele!” (Eduardo).

“Isso representou um momento bom na vida da gente. Nós fomos tocar no Vivo Rio e teve show do Frejat, da Alcione, da Sandra de Sá e do Sérgio Loroza. Foi legal porque eu toquei do lado deles. Senti como se tivesse em casa porque eu tava acostumado a tocar aqui em Juiz de Fora. Tocamos na Universidade uma porção de vezes, no Bar da Fábrica e no Cine Teatro Central” (Henrique).

Em 2004 a Banda recebeu uma verba da Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura para financiamento de seu primeiro CD, que foi lançado no mesmo ano com auxílio do psicólogo do CAPS e de músicos profissionais de Juiz de Fora. A mídia foi composta por dez canções de autoria dos próprios usuários, que abordaram temáticas diversas e assim compartilharam a riqueza e originalidade de suas composições. A título de ilustração, segue o relato de Eduardo sobre a gravação do CD autoral:

“Nós ganhamos uma premiação em um concurso de música na cidade. Foi treze mil reais. Aí teve a ideia de fazer o CD, nós gravamos com esse dinheiro. Aí é que é bonito, tá vendo? Eu pensava assim: poxa vida, eu vou fazer parte de um CD! Então isso aí ajuda a cabeça da gente”.

O caminho percorrido pela Banda *Os Impacientes* ao longo de quase 30 anos de trajetória mostra que, enquanto músicos e cidadãos em sofrimento psíquico, os indivíduos vivenciaram diversas experiências importantes. E, conforme ficou evidenciado nos relatos dos usuários, foi possível constatar que a vivência grupal relacionada à música teve implicações significativas na vida e nas histórias de cada um deles: *“A minha vida mudou com a banda! É uma mudança na cabeça. De repente fazer uma mudança assim, de ser baterista da banda, mudou tudo! Eu comecei tudo de novo, um novo caminho na vida” (Eduardo).*

Reabilitação Psicossocial

Tendo em vista os ideais de normatividade que ainda regem a sociedade, bem como a lógica manicomial que se perpetua no campo da saúde mental, muitos dos sujeitos em sofrimento psíquico encontram-se privados de se integrarem efetivamente aos espaços territoriais que permeiam seus convívios. Portanto, para esses indivíduos “não tem sido automática a passagem de uma situação de desvalor para uma situação de participação efetiva no intercâmbio social” (Tykanori, 2016, p. 70). Isso ficou claro na fala de um dos usuários que trouxe um relato de denúncia em relação ao fato de não conseguir exercer plenamente seu direito de cidadania:

“Não é só culpa do esquizofrênico. A cidade expulsa ele, não quer saber mais dele, o cara fica sozinho. A cidade fica com raiva da gente, a notícia começa a correr em tudo quanto é bairro da cidade e nós fica igual um foragido da lei” (Ruy).

Apesar de tais desafios, a Reabilitação Psicossocial é um dos principais objetivos da Reforma Psiquiátrica e da Reforma da Assistência à Saúde Mental, sendo que diz respeito a práticas ampliadas no âmbito da saúde mental que visem promover a cidadania e a reinserção dos usuários na esfera social, assim como a restituir-lhes o poder contratual. Isto é, refere-se ao processo de possibilitar ao indivíduo a restauração “de autonomia e do exercício de suas funções na comunidade. O processo enfatiza as partes mais sadias e a totalidade de potenciais do indivíduo, mediante uma abordagem compreensiva e um suporte vocacional, residencial, social, recreacional, educacional” (Pitta, 2016, p. 27).

Podemos afirmar que a experiência na Banda *Os Impacientes* contribuiu para a efetivação da reabilitação psicossocial dos usuários, estimulando “o acesso a novos universos, outras comunidades, abrindo portas à inclusão social e ao combate a toda e qualquer forma de marginalização” (Vieira-Silva et al., 2004, p. 2). Isso porque a partir do fazer musical, os usuários começaram a frequentar espaços sociais e culturais da cidade aos quais ainda não tinham acesso. Ruy relatou que começou a frequentar o que ele chamou de uma sociedade diferente:

“Você conhece muita gente nova! Eu andava em Juiz de Fora, mas nunca pensei que a cidade tivesse mudado tanto. Tem barzinho novo em tudo quanto é lugar! Eu só andava na rua, aí comecei a visitar esses barzinhos porque a gente tocava. Comecei a frequentar uma sociedade diferente”.

Um dos principais desafios atuais da reabilitação psicossocial consiste em propiciar ao sujeito a cidadania para além dos serviços de atenção à saúde mental. Ou seja, não se trata de entreter o usuário para mantê-lo no interior das instituições – que, de diferentes formas, insistem em segregá-lo – pois assim corremos o risco de autorizar e reproduzir novas práticas de exclusão. Como nos explica Saraceno (2016), “entretê-lo para manter dentro pode ser manter dentro da hospitalização, que no lugar de produzir saúde reproduz enfermidade. Então a reabilitação é essa conspiração clara contra o entretenimento para manter dentro, para reproduzir a lógica que nunca termina” (p. 25).

A Banda atuou também como estratégia facilitadora dessa reabilitação psicossocial para a qual Saraceno (2016) chamou a atenção do leitor, tendo em vista que os usuários ultrapassaram os muros do CAPS e acessaram vários outros espaços ao realizarem shows em diferentes locais da cidade e do território. Isso foi ressaltado pelos músicos:

“A gente ficava só fazendo oficina no CAPS. Depois que a banda começou a ficar boa surgiu essa oportunidade de passear e de tocar em muitos lugares e eu comecei a conhecer os lugares de Juiz de Fora. A primeira apresentação foi no CAPS mesmo. Depois nós fomos pra Bernardo Mascarenhas e pro Calçadão. Era tudo novo pra mim, eu não conhecia esses lugares, só ouvia falar. Ainda mais tocando, né? Ai é bem melhor!” (Eduardo).

Outro aspecto importante a ser destacado refere-se ao fato de que os sujeitos em sofrimento psíquico geralmente se encontram afastados do mercado de trabalho e dos processos de produção da sociedade capitalista. “Muitos pacientes têm um nível de contratualidade no seu espaço habitacional que tende a zero, (...) ou porque não têm rede social, ou porque não sabem, não podem, ou porque têm uma capacidade de produção social muito limitada” (SARACENO, 2016, p. 22). A participação na banda oportunizou aos integrantes a reabilitação psicossocial também no nível de reconstituição do poder contratual, visto que foi uma possibilidade de atuação profissional e de execução de uma atividade produtiva:

“É bom porque a gente toca por diversão e ainda ganha um dinheirinho. Quem não gosta?” (Juliano).

“Eu achava bom ganhar um cachêzinho. Cem conto, oitenta, por aí” (Ruy).

“Tínhamos um dinheirinho, um incentivo, e dava pra comprar alguma coisa pra gente” (Henrique).

Ressignificação Identitária

O conceito de identidade remete às características, traços e atributos de cada pessoa, aspectos que tornam possível reconhecê-la e diferenciá-la de outras. Ciampa (1990) afirmou que a identidade está relacionada a um processo de constituição infundável do homem, pois é (re) produzida ao longo de toda sua existência a partir das relações que estabelece com seus pares, dos personagens que assume e das posições que ocupa nas instituições que permeiam seu convívio. O autor definiu a identidade enquanto metamorfose humana em busca de emancipação, em razão de que se caracteriza como algo que está em processo *ad infinitum* de transformação na medida em que o homem assume novos personagens.

Bauman (2005) também aponta para a “fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade” (p. 22), inferindo que esta pode ser comparada a um “manto leve pronto a ser despido a qualquer momento” (p. 36). Considerando o conceito de identidade proposto pelos autores, cabe mencionar que nas experiências grupais relacionadas à música, “além de espaço de formação técnica, existe a formação pessoal, a constituição de identidades” (Ribeiro et al, 2011, p. 127). Isso porque ao desenvolver atividades desse cunho o usuário pode assumir um novo papel social, o papel de músico, de modo que sua identidade enrijecida passe a ser metamorfoseada (Silveira, 1992).

Bauman (2005) afirma que, quando se pretende compreender a identidade de uma pessoa, o principal questionamento que se deve direcionar à mesma consiste na seguinte pergunta: quem é você? Dito isso, a pesquisadora questionou os integrantes da Banda *Os Impacientes* sobre como eles se descreveriam caso alguém lhes perguntasse quem são. A maioria dos entrevistados não se referiu somente ao sofrimento psíquico para dizerem de si mesmos, mas fizeram menção à música apontando-a como elemento que também constitui suas identidades. Estas questões puderam ser verificadas nas seguintes colocações:

“Eu ia falar que sou o músico do CAPS” (Ruy).

“Um cara comum, que gosta de música (Roberto).

“Eu descreveria que estou me recuperando de uma espécie de vida que

eu vivia antigamente, toda diferente, toda embaraçada. Eu me sinto agora desembaraçando, ficando com a cabeça melhor. Estou lendo, escrevendo, pintura, banda. Então isso aí tudo mudou minha cabeça. Agora é sonhar em ser mais do que sou” (Eduardo).

“Um cara muito feliz. Eu sou feliz por tudo que Deus me deu, principalmente pelo dom da música que é o mais importante. Eu comecei com bateria, depois Deus me deu o dom do violão também” (Juliano).

As falas dos usuários demonstraram que a participação na Banda lhes possibilitou se reconhecerem não apenas como loucos, mas, também, como músicos. Quando questionados sobre se consideraram-se músicos, os sujeitos afirmaram que sim, como é possível verificar em suas colocações:

“Considero! Sempre escutei e escrevi muita música. Sou um artista, mas um artista pequenininho” (Ruy); “Me enxergo como um músico! Eu fiz 25 músicas” (William); “Eu me considero músico, um bom músico” (Fernando); “Sabe que eu considero? Eu tenho um violão em casa, fico cantando e tocando lá várias horas. Tá vendo como que são as coisas? Não é fácil ser músico não! Porque eu sou baterista da banda, então tenho que ficar ligado nisso aí!” (Eduardo).

Outro fato importante é que as identidades de músicos assumidas pelos indivíduos foram, também, legitimadas socialmente em diferentes momentos inerentes ao fazer musical, como por exemplo, durante ensaios e shows da Banda. Ao protagonizarem tais eventos, esses sujeitos foram publicamente reconhecidos enquanto integrantes de um grupo musical, de modo que as representações sociais se tornaram algo deles e autenticaram suas novas identidades. Nesse sentido, alguns usuários relataram sobre como se sentiram nas diversas vezes em que estiveram no palco, sendo reconhecidos publicamente a partir das identidades de artistas:

“Nos ensaios é mais tranquilo. Agora pra apresentar a gente sabe que tem muita gente que entende de música. Então eles podem até comentar que eu não toco muito bem ou o contrário. Um dia eu tava tocando no Pró Música, foi um rapaz lá e ele soube que eu era paciente. Quando terminamos ele foi e me elogiou, apertou nossa mão. A gente sente orgulhoso, alegre, satisfeito e dá mais vontade ainda de continuar” (Eduardo).

“No palco eu emociono mais, arrepio tudo, é muito emocionante. É como se o Roberto Carlos entrasse pra cantar e arrepiasse todo, sentis-

se uma coisa diferente, uma emoção. Igual ele canta: são tantas emoções! Fico rindo atoa quando to tocando nos shows. Tem vez que acho tão bonito que eu mesmo paro e fico rindo” (Juliano).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os questionamentos que atravessaram e nortearam o trabalho de mestrado puderam ser elucidados e discutidos a partir dos dados produzidos. Em relação ao primeiro objetivo principal da investigação observou-se que, como músicos de uma banda, os usuários passaram a ocupar espaços sociais, culturais e de lazer aos quais até então não possuíam acesso. Eles também se inseriram em um meio artístico que é socialmente consagrado pela cultura brasileira, sobretudo quando realizaram shows ao lado de personalidades da MPB. Além disso, o grupo realizou apresentações pelas quais recebeu retorno financeiro, assim como contou com uma verba do governo para auxiliar na produção do CD autoral da Banda. Uma vez que oportunizou a esses sujeitos a participação social, o exercício da cidadania e a restituição do poder contratual, é possível inferir que o fazer musical contribuiu para que eles experimentassem possibilidades mais amplas de reabilitação psicossocial.

No que tange ao segundo escopo principal da pesquisa, ficou evidenciado que os integrantes da Banda produziram novas identidades individuais e uma identidade coletiva de membros da Banda *Os Impacientes* a partir da experiência grupal, pois encontraram um papel inaugural para assumir socialmente. Eles se apropriaram do personagem músico e, posteriormente, passaram a ser publicamente reconhecidos a partir desse lugar, de modo que as novas identidades assumidas foram, também, socialmente legitimadas. Ficou evidenciado, portanto, que o fazer musical do Grupo oportunizou aos integrantes vivenciarem importantes processos de produção identitária, de tal forma que passaram a transitar de um papel a outro: de louco a músico.

Vale ressaltar que não se trata aqui de negar a loucura, pois esta é uma experiência legítima que faz parte da história dessas pessoas. Para além disso, o que se pretende é atrelar à experiência do sofrimento psíquico um novo personagem que contribui para a desconstrução de todo o imaginário negativo socialmente construído em relação ao louco. Como colocado por Amarante et al (2012; p.129), “longe de fugir de uma história de sofrimento psíquico afirma-se um posicionamento para além do que a sociedade já tem como previamente estabelecido (...)

focalizado na redução dos sujeitos à doença em detrimento de sua vida e capacidade”.

Por ter garantido aos indivíduos o acesso a novos universos socioculturais e a assunção de novas formas de ser e estar no mundo, o fazer musical implicou em outros benefícios que cabem ser brevemente pontuados aqui, tendo em vista que as vidas dos usuários foram reinventadas a partir dessa experiência transformadora. As falas dos sujeitos relevaram a importância da experiência de conviver com um grupo, o que lhes possibilitou encontrar novos sentidos para suas vidas e construir projetos pessoais, e até mesmo, profissionais, pautados no fazer musical. Eles afirmaram ainda que experimentaram a redução do sofrimento psíquico, uma vez que a música se tornou um recurso ao qual podem recorrer para expressarem seus sentimentos e, assim, encontrarem formas alternativas de lidar com a experiência da loucura.

É pertinente apontarmos, também, algumas limitações deste estudo, tendo em vista que os pesquisadores encontraram algumas dificuldades quando se deu início ao trabalho de investigação em campo. Uma delas refere-se ao fato de que não foi possível realizar observações das performances dos usuários durante os shows e apresentações, momentos muito importantes para a produção e legitimação de identidades. Outra limitação da pesquisa consiste no fato de que não foram realizadas entrevistas com os profissionais do CAPS Casa Viva que acompanharam o grupo desde sua formação inicial. Ambas as situações ocorreram em decorrência do tempo curto e limitado destinado à realização de pesquisas de Mestrado. Portanto, destaca-se a importância de serem realizadas outras pesquisas com a Banda *Os Impacientes* com o intuito de melhor esclarecer e descrever tais questões.

A partir de todos os dados construídos com a pesquisa constatamos, então, que *Os Impacientes* é “um bom exemplo de como é possível produzir trabalhos orientados por princípios como emancipação, autonomia, consciência crítica, dentre outros, que não sejam reduzidos ao caráter terapêutico” (Amarante; Campos, 2019, p. 76). O grupo pode ser considerado como um espaço privilegiado que levanta a bandeira da Luta Antimanicomial, reforça os princípios adotados pela Reforma Psiquiátrica e dá continuidade à Reforma da Assistência à Saúde Mental. Em razão disso, espera-se que o presente trabalho possa instigar o leitor a pensar outras iniciativas relacionadas à arte e à cultura que também contribuam para a efetivação de uma Política Pública de Atenção

Psicossocial aos usuários dos Programas Públicos de Atenção à Saúde Mental. Almejamos, ainda, que o trabalho ofereça subsídios para a construção e reafirmação de políticas públicas em saúde mental, sobretudo no que diz respeito àquelas que respaldam a utilização de instrumentos artístico-culturais nesse campo.

Uma vez que levantar a bandeira do Movimento Antimanicomial e dar seguimento a essa luta tornou-se ainda mais necessário e urgente nos tempos atuais em que vivenciamos a ascensão de um governo autoritário, é imprescindível pensar estratégias que assim como o grupo *Os Impacientes* possibilitem aos indivíduos tidos como loucos a reabilitação psicossocial e a produção identitária constantes. Concluindo, como aponta Saraceno (2016), em tempos de retrocessos políticos, “de dispersão, de frustração, de perda de entusiasmo, de atraso, de retorno a coisas antigas, como se temêssemos a possibilidade de seguir, a reabilitação (p. 25)” e a ressignificação identitária dos usuários necessitam ser ainda mais discutidas. Nesse sentido, precisamos “manter um altíssimo nível de expectativas, para que possamos crer que há uma esperança, manter a utopia. Esperança utópica como ponto de chegada, ao qual nunca se chega, permitindo manter uma atenção ético-técnica constante” (p. 25).

REFERÊNCIAS

AMARANTE, P. Saúde Mental e Atenção Psicossocial. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

AMARANTE, P; NUNES, M. A Reforma Psiquiátrica no SUS e a luta por uma sociedade sem manicômios. *Ciência e Saúde Coletiva*, Salvador, v. 6, n. 23, p. 2067-2074, 2018.

AMARANTE, P; CAMPOS, F. Saúde Mental e Arte: Práticas, Saberes e Debates. São Paulo: Editora Zagodoni, 2019.

AMARANTE, P. ET AL. Da diversidade da loucura à identidade da cultura: o movimento social cultural no campo da reforma psiquiátrica. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, Florianópolis-Santa Catarina, v. 4, n. 8, p. 125-132, 2012.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

BAUMAN, Z. *Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

CIAMPA, A. A estória do Severino e a história da Severina: Um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

DANTAS, S. A loucura na canção: protagonismo e emancipação através da música. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental, Florianópolis-Santa Catarina*, v. 8, n. 18, p. 111-131, 2016.

DELGADO, P. Reforma Psiquiátrica: estratégias para resistir ao desmonte. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, -. p. 1-4, 2019.

MINAYO, M. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. *Revista Pesquisa Qualitativa*, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

PITTA, A. Reabilitação Psicossocial no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec, 2016.

RIBEIRO, S; GOLCALVES, A; VIEIRA-SILVA, M. O Fazer Musical e Afetividades: Articulações do Processo Grupal em Corporações Musicais de São João del-Rei e Região. In: MELO, W; FERREIRA, A, organizadores. *A Sabedoria que a Gente Não Sabe*, 2011, p. 125-130.

SARACENO, B. Reabilitação Psicossocial: Uma Estratégia para a Passagem do Milênio. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2016.

SEVERO, A.; Dimensten, M. O diagnóstico psiquiátrico e a produção de vida nos serviços de saúde mental. *Estudos de Psicologia*, v. 14, n. 1, p. 59-67, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v14n1/a08v14n1.pdf> Acesso em 30 de agosto de 2020.

SILVEIRA, N. O mundo das imagens. São Paulo: Editora Ática, 1992.

TYKANORI, R. Contratualidade e Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, A. (Org.). *Reabilitação Psicossocial no Brasil*. São Paulo: Editora Hucitec, 2016.

VIEIRA-SILVA, M; PAIVA, D; MIRANDA, S. O uso de oficinas como método de intervenção em grupos comunitários. In: *Anais do Segundo Congresso Brasileiro de Extensão Universitária*. p. 1-7, 2004. Disponível em <https://www.ufmg.br/congrext/Trabalho/Trabalho26.pdf> Acesso em 30/08/2020.

SAÚDE MENTAL E AMBIENTES VIRTUAIS: PROBLEMATIZANDO EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS DE CUIDADO E PROMOÇÃO DE SAÚDE

Daiana Paula Milani Baroni
Fernanda Nogueira Campos
Rita de Cássia Andrade Martins

CENA 1

O atendimento é agendado por email. Ela se comunica com a equipe por mensagem no whatsapp, por texto e, às vezes, por gravação de áudio. Outra prefere ligação sem imagem, outra cochicha. O ambiente doméstico tornou-se invasivo, ela pode ser escutada.

CENA 2

Encontros online com estudantes. A professora é psicóloga e participa de iniciativas de saúde mental para população universitária. Estudantes querem saber sobre os serviços, questionam quando precisam ou não de cuidado. Querem entender como viver...como sofrer... a vida acadêmica em tempos de isolamento social. O grupo é grande, algumas pessoas da equipe de cuidado têm suas câmeras abertas, as demais permanecem desligadas e conversam pelo chat. Perguntas e desabafo não cessam, em um ritmo maior antes, quando os encontros eram presenciais. O encontro acaba, mas as mensagens permanecem chegando no privado.

CENA 3

Associação Conviver. Novos sujeitos, novos direitos. Reunião marcada, expectativa do encontro. Às 14h, via aplicativo. Ninguém aparece. O que é aplicativo? O que é tutorial? Meu celular não aguenta. Nova tentativa, agora chamada em grupo. Chega a hora, o que vocês estão fazendo nas casas uns dos outros? E o isolamento social? Uai professora, vim participar da reunião!

CENA 4

Oficina de autocuidado via aplicativo. Fácil, acessível a todas as pessoas. Tivemos cuidado de publicar vídeo com tutorial. Vai ter

intérprete de libras. Chega a hora. Participante surda oralizada exige legenda simultânea. Outra sala é aberta via aplicativo. Ufa! Legenda simultânea providenciada. Sozinha, apartada do grupo, sem direito a participar do debate. Sai em protesto.

CENA 5

Universidade pública. É Ensino remoto, não é EAD, viu? É fácil, acessível! Todo mundo tem celular e internet, até pobre tem! Professora não deu pra participar da reunião hoje. Aqui na comunidade não tem energia, lembra? Não dá pra carregar celular. Andei 2km até a escolinha, carreguei o celular, mas a internet tinha caído. Tô febril, peguei chuva no caminho de volta pra casa.

As cenas apresentadas como preâmbulo deste capítulo revelam vivências das autoras deste texto relacionadas a atividades docentes e de assistência em ambiente virtual. São cenas que tem como pano de fundo o isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19 e revelam desafios que emergem do contexto em que as autoras - militantes da luta antimanicomial e do SUS, profissionais da saúde, professoras e pesquisadoras - têm enfrentado no cotidiano do saber-fazer das práticas na atenção psicossocial.

Além do isolamento imposto pela pandemia, o cenário que compõe as cenas descritas anteriormente é marcado por um contexto histórico e político autoritário, de extrema intolerância e conservadorismo. Desde o golpe de 2016, quando o presidente Michel Temer foi beneficiado com o impeachment da presidenta eleita Dilma Rousseff, as políticas públicas brasileiras têm sido afastadas dos princípios participativos que vinham sendo tecidos a duras penas na reconstrução da democracia brasileira (Martins, 2019). Com o desmonte progressivo das políticas sociais e os ataques sucessivos ao Sistema Único de Saúde/SUS, os reflexos têm atingido de forma significativa o avanço da reforma psiquiátrica antimanicomial que vinha em curso progressivo desde a promulgação da lei 10.216/2001, que assegura os direitos humanos das pessoas em sofrimento psíquico, inclusive aquelas que sofrem em decorrência do uso prejudicial de álcool e outras drogas.

Mesmo neste cenário de tamanho retrocesso, falta de apoio aos profissionais de saúde e descaso com a educação pública e a produção científica no Brasil, trabalhadoras/es da saúde tem estado na li-

nha de frente no enfrentamento à emergência sanitária provocada pela pandemia de Covid-19, e nos cuidados daquelas/es que adoeceram em decorrência do vírus e/ou tiveram sua saúde mental afetada pelo isolamento, pelas perdas e também pelo luto, e pelas incertezas atribuídas ao chamado “novo normal”. Essas pessoas que têm como ofício o cuidado encontram desafios tanto na lida presencial com sujeitos adoecidos/as, quanto nas práticas remotas que vem se tornando cada vez mais utilizadas no cuidado e também na promoção de saúde.

As cenas revelam fragmentos do que têm vivido as autoras deste capítulo, em suas práticas cotidianas na assistência e na produção científica, por meio de projetos de extensão e pesquisa nas universidades federais de Jataí, São João Del-Rei e Uberlândia. São impasses, desafios, talvez novas tecnologias de cuidado, que demandam registro e análise, exercício de construção coletiva que resultou neste capítulo.

PROMOÇÃO DE SAÚDE E TECNOLOGIAS DE CUIDADO

O campo da saúde mental em suas tecnologias de cuidado, a partir de uma perspectiva psicossocial, se desenvolve, sobretudo, através de espaços de fala e escuta, de vínculos e de redes de cuidado e solidariedade. Partindo da compreensão de adoecimento como acontecimento social, as práticas de cuidado e de promoção de saúde envolvem convivência, trocas e construção coletiva. Desta forma, grupos de apoio mútuo para o cuidado e a promoção de saúde têm se apresentado como tecnologias importantes na organização e reorganização de experiências em saúde coletiva e na reforma psiquiátrica antimanicomial.

Com o termo Saúde Coletiva fazemos referência a um campo de conhecimento, de problematizações e de ações/projetos em torno do tema da saúde pública, pensada em âmbito sócio-político, individual e coletivo e introduzida no contexto histórico da Reforma Sanitária Brasileira em oposição ao movimento da medicina preventiva, comunitária e ao sanitarismo institucional. Como pontos cruciais para o desenvolvimento de propostas em Saúde Coletiva estariam a busca pela democratização da saúde no país e a construção de um novo pensamento em saúde (Osório e Schraiber, 2015).

Já com a noção de Promoção de Saúde fazemos menção a um nível de atenção em saúde como condição reestruturante do saber-fazer em saúde. Trata-se de uma estratégia apoiada em conhecimentos de di-

versas áreas, que questiona a primazia do modelo biomédico e se pauta em valores como autonomia, responsabilidade e justiça, acentuando a importância dos recursos sociais e pessoais, as aptidões, a busca por bem-estar e considerando a liberdade de escolha das pessoas, assim como o seu compromisso social. As práticas de promoção em saúde ultrapassam a ideia de cura, elas têm como foco evidenciar habilidades e potencialidades dos sujeitos no cuidado de si e da coletividade na vida cotidiana (Brasil, 1996). Na área da promoção de saúde a noção de saúde é determinada socialmente e, por isso, requer olhar ampliado e polissêmico para os processos adoecimento. Marcadores sociais como relações raciais e de gênero, geração, classe, entre outros tantos, incidem de forma efetiva na saúde, bem como no acesso a serviços de atenção à saúde.

Diante da impossibilidade de se prosseguir com as atividades presenciais nas ações de extensão voltadas à comunidade no período da pandemia, novos desafios se impuseram para garantir a continuidade desses espaços de cuidado evitando enfraquecer, ou até mesmo romper, os vínculos tecidos nos grupos que estavam em curso. A reorganização da assistência e as adaptações nas práticas de cuidado e promoção em saúde mental foram necessárias para que o trabalho que vinha sendo desenvolvido em formato presencial não perdesse seu ritmo. Estas práticas vinham reunindo ao longo dos últimos anos uma multiplicidade de sujeitos em torno de suas experiências comuns de sofrimento e superação, de troca de experiências e composição de outros modos de estar no mundo, de cuidado/autocuidado e organização de coletividades nas Redes de Atenção Psicossocial/RAPS¹.

Coube assim a profissionais da saúde, facilitadores/as de grupos e a outros sujeitos envolvidos nestes projetos o esforço de sustentar essas práticas de cuidado em ambiente virtual, buscando de alguma forma reproduzir ou manter as relações de afeto e apoio mútuo tecidas inicialmente em ambiente presencial. O contexto imposto pelo isolamento social trouxe como um de seus efeitos a necessidade de reafirmarmos nossa aposta na reabilitação psicossocial como norte para nossos trabalhos. Ao sustentarmos essa aposta nos permitimos vivenciar novas

¹ As RAPS são compostas por serviços públicos de atenção à saúde mental como os Centros de Atenção Psicossociais/CAPS, Centros de Convivência e Cultura, ações na atenção básica, leitos em hospitais gerais, serviços médicos de urgência e emergência/SAMU, além de parcerias com outras redes públicas comunitárias como educação, cultura, trabalho, assistência social, universidades, organizações da sociedade civil, etc.

possibilidades para se realizar as experiências de cuidado, sejam elas individuais ou grupais. Com isso, as tecnologias digitais nos trouxeram novos desafios nas formas de se construir presenças, vínculos e práticas de cuidado e promoção de saúde no campo da saúde mental.

De certo modo, o ato de compartilhar informações, afetos e mesmo de um fazer político por meio de ambientes virtuais, já conectava sujeitos em diferentes localizações geográficas, trazendo mudanças históricas e em relação aos processos de subjetividade, no que concerne à experiência do tempo e do espaço e na produção de novos sentidos e laços sociais. O isolamento social imposto pela pandemia extrapolou o uso dos ambientes virtuais como um recurso, tornando-o, muitas vezes, o ambiente possível para as trocas e relações. Dentro de tais circunstâncias, uma série de indagações nos tomou de assalto, enfatizando a necessidade de se problematizar nossas práticas de atenção psicossocial:

“As experiências em ambiente virtual geradas na artificialidade e imaterialidade dos encontros teriam de fato a possibilidade de produzir vínculos ou trocas capazes de interferir positivamente nos processos individuais e coletivos dos sujeitos em seus contextos?”

“As experiências de atenção psicossocial em ambiente virtual permitiriam efetivamente a pluralidade, a participação social, a horizontalidade e a equidade preconizadas pelo SUS?”

“Como lidar com as afetações, os conflitos e os mal-entendidos que emergem na tessitura de novas formas de presença e de diálogo impostas pelo ambiente virtual em tempos de pandemia e isolamento social?”

“Como desenvolver práticas de cuidado em um território onde os encontros tornam-se ameaçados por quedas de conexão e outras falhas tecnológicas e a representação de si nesse ambiente mostra-se restrita a qualquer nome ou foto na tela, em contrapartida aos olhos nos olhos?”

“Como lidar com a exposição excessiva imposta pelos ambientes virtuais, onde nossas casas tiveram que absorver espaços de estudo, trabalho e cuidados psicossociais?”

“A rede tão imprescindível para o trabalho na saúde coletiva amplia-se com os recursos virtuais de atenção ou se esfacela perdendo conexões para além das digitais?”

“Como recriar no ambiente virtual esse algo a mais que se estabelece na comunicação presencial e que mobiliza outras formas de linguagem para além da formalidade da fala anunciada e endereçada?”

Assim como muitas indagações foram suscitadas, também muitas cenas/acontecimentos foram produzidas como efeito do emaranhado de encontros e desencontros nos ambientes digitais, nas redes de conexão em torno de propostas de cuidado e de promoção de saúde. Uma vez diante deste processo repentino de digitalização dos encontros, nos coube ao mesmo tempo recriar espaços, indagar sobre as condições e possibilidades, o alcance e participação das pessoas em suas peculiaridades, problematizando os direcionamentos destas práticas, seus efeitos e seu potencial de integração e de exclusão. Algumas das cenas iniciais nos trazem vestígios destes acontecimentos que permeiam a tentativa de fazer valer cada presença como existência em sua singularidade e como enlace em uma experiência coletiva de encontro.

EXPERIÊNCIAS VIVAS

As experiências que nos permitiram a reflexão compartilhada neste capítulo são iniciativas desenvolvidas por universidades públicas federais por meio de projetos de extensão, envolvendo estudantes, docentes, técnicas/os e comunidade em geral. São fruto do laço entre universidade e comunidades para troca de saberes e cuidado mútuo. Aqui compartilhamos inquietudes advindas de experiências que somente puderam ser desenvolvidas porque têm como âncora o compromisso social estabelecido como missão pelas universidades públicas através do tripé extensão, ensino e pesquisa.

Da Universidade Federal de Jataí (UFJ), universidade recém-emancipada localizada no sudoeste goiano, destacam-se aqui dois projetos do Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias (obsam.ufj)²: o projeto de assessoria jurídica e psicossocial à Associação Conviver e o projeto reExistências: oficinas de autocuidado para promoção de saúde. Os projetos do obsam.ufj articulam a Psicologia Social Comunitária à Saúde Coletiva, com enfoque na saúde mental, por meio de projetos de pesquisa e extensão que tem como base a premissa de que a saúde é determinada socialmente e que os diferentes marcadores sociais devem ser compreendidos a partir de uma perspectiva interseccional. A reforma psiquiátrica antimanicomial é cerne e norte das ações desenvolvidas pelo observatório e estão associadas de forma intrínseca às lutas antirracistas, feministas e anticapacitistas.

² Para saber mais sobre o obsam.ufj acessar o portal www.obsamufj.com e os perfis do grupo nas redes sociais (a criação destes canais é reflexo das condições impostas pelo isolamento social por conta da quarentena).

A Associação Conviver reúne usuários e usuárias da RAPS de Jataí e tem como objetivos avançar com a reforma antimanicomial na região; garantir direitos de seus/suas integrantes; desenvolver atividades culturais e oportunidades de inclusão produtiva, por meio da economia solidária; e representar usuárias/os da RAPS em espaços de controle social, tais como conselhos municipais, audiências públicas, conferências públicas, etc. A equipe de assessoria é interdisciplinar e congrega estudantes e docentes dos cursos de psicologia e direito³. Antes da pandemia, a rotina de encontros do coletivo se dava nas instalações da universidade duas vezes por semana. Nas terças, quando ocorriam as assembleias e reuniões das coordenações política, cultural e de geração de renda; e às sextas, quando artesãs e artesãos se reuniam para produção de artigos para venda na feira de artesanato local (bolsas, tapetes, mudas de plantas, cachepots). Afora essas atividades, o grupo tem representantes no Conselho Municipal de Saúde, que tem se reunido mesmo com o isolamento social. As reuniões presenciais da Conviver foram suspensas e o contato tornou-se esporádico, via telefone ou grupo pelo aplicativo whatsapp.

O projeto reExistências teve início em 2019 com encontros quinzenais em formato presencial no Serviço de Psicologia Aplicada da UFJ. A cada encontro um/a profissional de saúde de diferentes áreas era convidada/o a compartilhar uma forma de autocuidado a partir de técnicas e abordagens plurais, geralmente práticas integrativas⁴. A proposta visava trazer ao curso de psicologia noções ampliadas de saúde e terapêuticas de cuidado, especialmente a noção de promoção da saúde, normalmente alijada das grades dos cursos de formação na área. Em setembro de 2020, após muita resistência do grupo organizador, o segundo ciclo de oficinas de autocuidado foi realizado no formato online. Ao projeto somaram-se estudantes e professora do curso de Ciências da Computação e psicólogas ex-alunas da UFJ, o que enriqueceu de forma significativa o trabalho. A oportunidade de acessar profissionais de diferentes partes do país trouxe novo colorido ao projeto, que também passou a acolher pessoas de diversas proveniências.

Da Universidade Federal de São João Del-Rei, localizada ao sul da capital mineira, destacam-se dois projetos também comunitários e em saúde mental, com o enfoque na promoção de saúde e no trabalho por pares, pautado na autonomia de usuários/as dos serviços de saúde mental de São João Del-Rei e região, seus familiares, docentes e estu-

3 Para saber mais sobre o trabalho com a Associação Conviver ver Martins, 2019.

4 Para saber mais sobre o projeto ver Martins, 2020.

dantes dos cursos de Psicologia e Medicina da UFSJ, assim como profissionais da saúde mental. Seriam estes: “Projeto Ouvidores de Vozes de São João del Rei” e “Projeto Gam - Gestão Autônoma/Compartilhada de Medicação” de onde também se desprende a iniciativa “Diálogos Virtuais em Saúde Mental” .

O “Projeto Ouvidores de Vozes de São João del-Rei” surge em 2018 como uma das primeiras iniciativas no território nacional junto à Rede Internacional Intervoice⁵ de trazer para o campo narrativo e participativo/político-social em saúde mental os próprios sujeitos envolvidos, criando contextos de protagonismo, em um exercício de constante de reformulação da compreensão da experiência de ouvir vozes (reapropriação/desmedicalização desta experiência), de ampliação de perspectivas e de troca de experiências de superação, enfrentamento e busca por readaptações de suas existências de acordo com suas potencialidades e necessidades. No enfoque do Intervoice a experiência de audição de vozes, comum também a muitas pessoas não pacientes psiquiátricas, não está necessariamente associada à noção de sintoma de adoecimento, mas como capacidade que pode ser readequada, administrada pelo próprio sujeito de modo que se possa ter qualidade de vida, conforme as expectativas e desejos de cada sujeito. Em decorrência da pandemia, a partir de meados de 2020, as atividades do grupo de ouvidores/as, antes presenciais, passaram a ser desenvolvidas de modo online, acarretando várias mudanças na dinâmica dos encontros e também a suspensão da participação de grande parte de seus/suas integrantes que se viram sem possibilidade de inserção nesse novo formato de reunião.

O “Projeto GAM - Gestão Autônoma/Compartilhada de Medicação” nasce no Canadá na década de 1990 e chega ao Brasil em 2009 a partir dos esforços de profissionais e pesquisadores/as de uma pesquisa multicêntrica, interessados/as em possibilitar a criação de novos contextos de debate entre profissionais e pacientes em torno de temas em saúde mental (experiência de adoecimento/ sofrimento psíquico, trata-

5 A Rede Internacional Intervoice, ligada ao Movimento Hearing Voice, surge na Holanda na década de 80, se ampliando posteriormente para o resto do mundo, envolvendo ouvidores de vozes, familiares e profissionais da área da saúde, tendo como intuito promover espaços de acolhimento, de troca de experiências, de ressignificação do fenômeno de ouvir vozes, assim como compartilhamento de estratégias de enfrentamento das consequências da audição de vozes. As ações da Rede estão inseridas em um movimento de desmedicalização da experiência de ouvir vozes, na busca por soluções que devolvam aos ouvidores autonomia, valorização de suas vidas, continuidade de seus projetos e empoderamento. Para saber mais acesse: <https://www.hearing-voices.org/>.

mentos e uso de medicação psiquiátrica). A proposta do grupo priorizava a horizontalidade e o exercício de tomada de decisões coletivas, incentivando um maior envolvimento de usuários/as e o estreitamento da relação profissional-paciente (Onocko et al, 2012). Junto à UFSJ pudemos realizar duas iniciativas nesse sentido, primeiramente por meio de uma proposta direcionada mais especificamente a usuários/as de medicação psiquiátrica, através de encontros semanais que envolviam ainda estagiários/as e professores/as dos cursos de Psicologia e Medicina. Em um segundo momento houve a expansão das atividades dentro de uma perspectiva da GAM para a rede pública de saúde da cidade e região, através de oficinas para profissionais para disseminação da proposta e incentivo à formação de grupos GAM. O projeto “Diálogos Virtuais em Saúde Mental” tratou-se de uma readaptação da proposta GAM no período de pandemia e contou com 9 encontros temáticos virtuais sobre o uso de medicações psiquiátricas, tratamento e cuidados em saúde mental, tendo a participação de professores/as e pesquisadores/as e estudantes da UFSJ, de usuários/as de psicotrópicos de todo território nacional, com uma média de 30 participantes por encontro.

Na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), localizada na região do Triângulo Mineiro, alguns projetos sofreram mutações e outros novos surgiram com a pandemia. A residência multiprofissional em saúde mental havia criado em 2018 o Ambulatório Multiprofissional do Estudante (AME), em parceria com a Faculdade de Medicina e apoio da Divisão de Saúde (DISAU) da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), os atendimentos oferecidos eram multiprofissionais individuais e em grupo e ocorriam no Hospital de Clínicas e em espaços dos campi. Em abril de 2020 teve início o projeto de extensão em modalidade remota do AME, chamado de Serviço Online de Saúde/SOS-AME. O projeto foi co-estruturado por professores/as tutores/as da residência e pelos/as residentes do programa de saúde mental. O SOS-AME passa a atender toda a comunidade, oferecendo atenção psicossocial por meios digitais ou telefônicos de acordo com as possibilidades da população e realizando alguns encontros presenciais em forma de visitas domiciliares e, quando necessário, acompanhamento em instituições de saúde. Docentes da UFU realizavam supervisão semanal dos atendimentos e a preceptoria das intervenções, sendo um período de intensa adaptação do serviço devido a inúmeras peculiaridades do novo formato. O SOS-AME passa depois de um mês de funcionamento a ser parceiro de um

projeto maior o Proteger-se, criado por um grupo de técnicos/as e docentes da UFU, junto à PROAE-UFU. Esse projeto contou com a ajuda de 60 profissionais que mantinham abertos plantões virtuais das 8 às 20 horas, para quem precisasse de orientação e/ou acolhimento. A equipe foi preparada para realizar os primeiros atendimentos psicológicos em casos de calamidades, e ainda contava com uma sala de recepção com orientações básicas sobre serviços. Atividades que antes funcionam no campus como projetos de extensão abrem-se para a parceria e ampliam as possibilidades de cuidado do Proteger-se, tais como: os grupos de meditação, de arte, terapia comunitária, grupo de dança e de relaxamento. O Proteger-se enquanto plantão realiza trabalhos pontuais, emergenciais, amparados pela ideia de se prestar os primeiros auxílios emocionais às vítimas da catástrofe, categoria na qual a pandemia é inserida.

Enquanto isso, projetos do PET Medicina, PET Psicologia, PET Odontologia e PET Veterinária articulam ações online com estudantes e docentes com finalidade de oferecer informações sobre os projetos, sobre promoção de saúde para evitar o agravamento de sofrimentos decorrentes do isolamento e sobre a vida acadêmica nas condições especiais impostas pela pandemia. Os/as internos/as de medicina, ao retomarem as atividades presenciais em campo, passaram a participar de um grupo de intervenção e pesquisa Balint-Paideia⁶ cujo objetivo é amparar a discussão de Projetos Terapêuticos Singulares na Atenção Básica⁷. O grupo acontecia quinzenalmente em uma plataforma online, o apoio Balint-Paideia contava com médicos/as de família e psicólogos/as que abordaram as dimensões subjetivas da relação dos/as internos/as com a unidade, equipe, usuários/as e comunidade. As demandas de saúde mental na atenção básica são constantes e a tentativa dos/as internos/as era de efetivar a competência da atenção primária junto a estas questões, consideradas comumente como as mais complexas. A turma de internos/as era de aproximadamente 60 integrantes, que se dividia em dois grupos de 30 com dois facilitadores, as duplas de estudantes

6 Associação de dois métodos de discussão e de gestão do cuidado no campo da saúde: 1) Os grupos Balint tem aporte psicanalítico atento à relações intersubjetivas do cuidado; e 2) O Paideia tem se pautado na busca de interdisciplinaridade e integralidade na atenção primária. (Bruinjé; Santos; 2019).

7 Projeto terapêutico Singular/PTS: trata-se de um projeto de cuidado que articula necessidades do sujeito/grupo, sua rede, possibilidades da equipe e dos serviços, para uma atenção compartilhada e com corresponsabilidade. É uma proposta que nasce no âmbito da reforma psiquiátrica antimanicomial e é adotada pela Atenção Primária em Saúde. (Brasil, 2008)

traziam o caso escolhido para realizar e debater o PTS, apenas a dupla da vez e os facilitadores mantinham as câmeras ligadas, os/as demais participantes poderiam realizar perguntas no *chat* ou ligar as ferramentas audiovisuais para fazer uso da palavra.

As três autoras deste capítulo têm em comum a prática, a pesquisa e a docência no campo da saúde mental articulado à saúde coletiva, e partem de estudos e posturas éticas convergentes no que diz respeito à promoção de saúde e à reforma psiquiátrica antimanicomial brasileira. O movimento antimanicomial é um eixo transversal que anuncia a vivacidade do encontro das autoras, em um momento que requer persistência na ética e no compromisso social e resistência contra os desmontes que vem acometendo a saúde pública e a política nacional de saúde mental, álcool e outras drogas no país. Além disso, as três autoras integram o Grupo de Trabalho de Psicologia Social Comunitária da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia. Nossos encontros para a produção coletiva deste capítulo se deram no ambiente virtual, a mesma forma de interação que é objeto da discussão proposta aqui. A interação via redes virtuais criou uma aparente proximidade mesmo a longas distâncias, cada uma estava numa cidade diferente. A sensação compartilhada por nós foi de que algumas barreiras espaciais foram rompidas, não pela evolução tecnológica, a qual não pretendemos menosprezar, mas pelo desejo de construção de um projeto comum, compartilhado e tecido por nós.

INQUIETUDES, DESAFIOS E OUTROS HORIZONTES

Uma vez diante deste processo repentino de digitalização dos encontros, nos coube, ao mesmo tempo, criar estes espaços em ambiente digital e responder ao convite/convocatória para participar destes espaços, e também indagar sobre as condições de possibilidade, o alcance e participação das pessoas em suas singularidades, problematizando os direcionamentos destas práticas, seus efeitos e seu potencial de integração e de exclusão. Além de nos indagar sobre nossas próprias existências nos encontros nesses espaços, tanto na condição de mobilizadoras/facilitadoras como na condição de participantes/ouvintes.

Algumas das cenas iniciais nos trazem vestígios destes acontecimentos que permeiam a tentativa de fazer valer cada presença como existência em sua singularidade e como enlace em uma experiência coletiva de encontro. Especificidades e particularidades nesta inserção nas

redes digitais foram nos desvelando potencialidades e barreiras. Dos temas recorrentes surgidos como impasses ou potencialidades na organização e realização dos encontros destacamos algumas questões operacionais que se entrelaçam com questões subjetivas e sociais. No que diz respeito à logística/operacionalização desses encontros em ambiente virtual podemos citar algumas pré-condições que podem se tornar obstáculos à participação irrestrita: o acesso à energia elétrica; disponibilidade de espaço físico que permita privacidade; aparelhos eletrônicos que permitam acesso à internet; manejo de aparelhos eletrônicos e de ferramentas digitais; disponibilidade e interesse em participar das atividades em formato remoto; viabilidade de se estabelecer acordos no uso compartilhado de aparelhos eletrônicos; desafios que dizem respeito à instabilidade da conexão com a internet; manejo do tempo e organização da rotina diária em casa para compromissos que antes demandavam a circulação pela cidade e agora passam a compor o dia-a-dia doméstico. Essas condições determinadas socialmente estão atreladas de forma indissociada aos marcadores de renda, raça e gênero e geracionais. A esses marcadores cabe agregar o estigma relacionado ao adoecimento psíquico e ao sofrimento mental.

Outra questão que tem sido um grande desafio para os ambientes virtuais, e que precisa ser analisada a partir de uma perspectiva interseccional com os marcadores sociais anteriormente citados, diz respeito à garantia de acesso de pessoas com deficiência às atividades em ambiente virtual. Problematizar a questão da acessibilidade nos ambientes virtuais requer uma visão anticapacitista sobre as deficiências, fazendo frente a crenças reproduzidas socialmente de que pessoas com deficiência são menos aptas ou incapazes de gerir suas próprias vidas e de que são inferiores ou anormais. Essas crenças isentam a sociedade de forma geral, as instituições e ações públicas de seu compromisso e responsabilidade em implementar estratégias efetivas que garantam a equidade de acesso, participação e direitos das pessoas com deficiência⁸.

8 Em uma das oficinas de autocuidado promovidas pelo projeto reExistências da UFJ, quando uma das pessoas inscritas informou que precisaria de recursos de acessibilidade, já que tinha sua audição reduzida, a equipe logo associou sua demanda à necessidade de um/a intérprete de libras. Este recurso de acessibilidade foi recusado pela inscrita, informando que necessitava de legenda simultânea. A equipe do projeto se mobilizou para providenciar esse recurso, mas a participante ficaria numa sala virtual exclusiva, sem contato direto com o grupo. A equipe contente com a solução só foi atentar para esse impedimento quando a participante se recusou a estar apartada do grupo. A equipe, constrangida em não perceber criticamente a situação, resolveu se qualificar e buscar mais informações e recursos de acessibilidade para garantir a possibilidade de partici-

A esses desafios concretos que demandam soluções institucionais e de políticas públicas, adicionamos os desafios próprios da convivência em ambiente virtual. Como profissionais que têm facilitado esses espaços em ambiente virtual ou supervisionado práticas de estágio e ações de extensão neste ambiente, outro desafio que vem sendo enfrentado diz respeito a como tem se configurado esse outro ambiente no que diz respeito às regras de convivência, às formas de comunicação, aos tempos em curso e aos termos próprios deste ambiente.

A experiência de desenvolver atividades de atenção psicossocial por meio de salas virtuais tem evidenciado que a noção de território, por exemplo, tão cara a quem trabalha na saúde pública no Brasil, tem demandado atualização no contexto de isolamento social e no uso de tecnologias digitais para realização dessas atividades em ambiente virtual.

A noção de território, cunhada pelo geógrafo Milton Santos, tornou-se referência para organização dos serviços e da assistência em saúde pública e na saúde coletiva no país. De acordo com Santos, território é lugar com limites definidos, constituído por ambientes construídos e por ambientes naturais, onde as pessoas vivem suas vidas, permeado por relações diversas, mas notadamente de relações de poder. No ambiente virtual os limites são outros, mas não são geográficos. Numa atividade aberta a uma determinada comunidade, qualquer pessoa que tenha acesso à chave virtual pode bater à porta. A noção de espaço geográfico se transmuta, trazendo outras formas de delinear, estabelecer limites ou circunscrever espaços. A própria ideia de espaço talvez não seja a mais adequada quando a referência é virtual.

O ambiente virtual, aparentemente sem barreiras ou castrações, acaba por marcar fronteiras em outros termos, evidenciando as desigualdades nas relações de poder já evidenciadas por Santos como elemento definidor da noção de território. Para ter a chave da sala é preciso transpor obstáculos concretos. Um deles é o acesso a dispositivos que permitem chegar até a porta da sala. Adquirir aparelhos eletrônicos que permitem chegar à porta não basta. É preciso ter condições de acesso básicas, tais como energia elétrica, por exemplo. Uma das cenas

pação plena de pessoas com deficiência em sua diversidade. Além disso, a equipe percebeu que seria necessário politizar a questão levando-a a outros setores da universidade e demandando soluções institucionais. Como resultado, a universidade contratou uma bolsista para acompanhar a estudante em suas atividades formativas. A equipe do projeto continuou reivindicando uma ampliação dos debates acerca da acessibilidade na universidade e passou a aderir a ações anticapacitistas e inclusivas no cotidiano do projeto.

descritas no preâmbulo deste capítulo mostra o diálogo entre uma estudante universitária e sua professora, onde a estudante tem o computador e o celular, mas não possui energia elétrica em casa para carregar os aparelhos e tão pouco tem recursos financeiros para instalar internet em casa. Nem mesmo saneamento básico há no local.

Num país onde a desigualdade social é tamanha, a garantia de acesso equitativo requer estratégias afirmativas, considerando as diferentes situações acometidas por segmentos sociais em situação de desvantagem e/ou vulnerabilidade. Contudo, o contexto político ao qual o Brasil foi submetido, não se mostra favorável à integração alinhada aos direitos humanos. Os recursos reservados à produção científica têm sido reduzidos a olhos vistos e negligenciados a ponto de se avizinhar a falência do sistema de ensino superior. A falta de recursos necessários à implementação de políticas afirmativas nas universidades deixa de ser negligência para ser compreendida como estratégia perversa de exclusão marcadamente anticientificista.

Santos (2020) realiza uma reflexão crítica sobre as quarentenas pelo mundo afora e aponta para a visibilidade dada a toda uma série de desigualdades e exclusões, em que o isolamento acabou por expor ainda mais as pessoas mais vulneráveis. Para o autor, a proposta de isolamento é discriminatória a partir do momento em que é difícil para algumas pessoas e para outras tantas impossível! Ele se refere especialmente a grupos marginalizados, vítimas do capitalismo, da colonização e do patriarcado, ou seja: mulheres, idosos, pessoas em situação de rua, crianças, imigrantes ilegais, trabalhadores informais, moradores/as de periferias e deficientes, que não tem o direito de permanecer isolados e, quando tem, por vezes, ficam expostos a situações de violência e exploração (Santos, 2020).

Às questões sociais estão relacionadas às questões subjetivas que atravessam as atividades de cuidado e de promoção da saúde em ambiente digital, para essa intersecção utilizaremos o termo psicossocial. Para exemplificar, vale pontuar incômodos associados ao anonimato, à diversidade de presenças e ausências, e os impasses que dizem respeito à adesão às atividades em ambiente digital, entre tantas outras questões.

A questão do “anonimato”, tão importante na modalidade de grupos de auto e mútua ajuda, por exemplo, emergiu como problemática a ser repensada em suas possibilidades e impossibilidades. Por vezes,

creditada como possível ao manter a câmera desligada, foi em outras ocasiões, analisada por participantes como impossível, uma vez que em meio a uma reunião, supostamente anônima, ocorria de se “descobrir” a presença involuntária de algum/a visitante inesperado/a, percebido/a por uma voz ao fundo ou apreendido pela câmera no cenário físico ocupado pelos/as participantes. Houve ainda relatos quanto ao incômodo gerado gravação dos áudios e de imagens durante os encontros sem autorização, o que buscávamos contornar a cada encontro, lembrando as pessoas presentes que as reuniões eram exclusivas para o grupo e que não deveriam ser filmadas ou gravadas.

Outro tema de constante reflexão imposto pela modalidade remota foi o problema da “dificuldade de acesso”, atribuído não apenas à falta de toda uma base necessária para o acesso (equipamentos, serviço de internet, instrução tecnológica, adequação aos horários da proposta), mas também relacionado à falta de privacidade ao participar das reuniões de casa, impossibilitando as narrativas das experiências pessoais de forma espontânea, o que resultou algumas vezes no comprometimento da proposta e da dinâmica dos grupos.

A concretude do espaço em que os corpos dos sujeitos se encontram, influi de diversas maneiras na imersão na virtualidade do encontro. Em algumas ocasiões nos foi solicitado, por exemplo, por mulheres vítimas de violência doméstica, que o atendimento se desse por mensagens digitadas, com receio de mensagens de áudio as expusessem ou as colocassem em perigo. Algumas pediam que o atendimento fosse por ligação telefônica, confidenciando baixinho “estou dentro do banheiro”. Conforme assinalado anteriormente, a casa – e todas as suas tensões – é de alguma forma inserida no encontro virtual, ao mesmo tempo em que os demais participantes a invadem, especialmente nas chamadas de vídeo, o espaço anteriormente considerado sigiloso é exposto ao ambiente doméstico.

O virtual possui uma densidade enquanto espaço e uma continuidade e descontinuidade na relação dos sujeitos, pois há um registro no virtual, uma presença distante que pode ser acionada, diferente da presença maciça de um familiar. Cria-se um sujeito *on* (ligado) e um sujeito *off* (desligado), é comum se dizer: vou ficar *off* por um tempo. Esse *off* ou desligado, pressupõe que o mundo virtual permita um desligamento dos sujeitos, que se tornam usuários/as do ambiente, da rede. Por mais que as regras estejam nítidas em relação ao horário dos

encontros, o sujeito vê-se próximo do profissional e dos/as demais usuários/as considerando a possibilidade de habitarem o mesmo ambiente *online*, sem barreiras aparentes. Uma das orientações para cuidados psicossociais neste período de isolamento é identificar e acionar ainda mais redes de usuários/as atendidos/as nos projetos e serviços, o que se evidencia como paradoxo já que o ambiente virtual tem se revelado também adoeecedor.

Outro conceito caro à saúde coletiva é o conceito de rede, complexo e transdisciplinar, traz referências da sociologia, antropologia, geografia, genética e da tecnologia. Menezes e Magalhães (2016) buscam definições do conceito no âmbito da saúde coletiva e encontram certa normatividade no conceito de rede, um aspecto inerente à rede é sua virtualidade, sua objetividade de conexões e ao mesmo tempo sua espacialidade subjetiva, relacional. A rede na saúde coletiva indica ora um desenho de sustentação e constância nas conexões entre serviços, práticas, culturas, usuários/as, políticas, ora indica heterogeneidade e abertura para o surgimento do novo. Assim, o mundo *on* e o mundo *off* ampliam a rede, possuem paralelismos, intersecções, dissonâncias e possibilidades de criação.

Se as redes no mundo *off* parecem se conectar com uma distância maior, com maior demora e burocracias, a rede no ambiente *on* parece rápida gerando impressão de proximidade e desburocratização. Essa artificialização do tempo e das redes neste momento de isolamento social indicado como preventivo ao adoecimento e propagação da COVID-19, acaba por tornar-se comum, o que apresentou-se em alguns momentos de atendimento nos projetos uma tendência ao acostumar-se, parecendo mais real conforme essas relações fossem se repetido neste ambiente.

Já a questão do “tempo de participação nas reuniões” trouxe-nos reflexões em relação às quedas frequentes de conexão, as interrupções por motivos decorrentes do ambiente onde cada pessoa estava inserida e conectada e o próprio desgaste acarretado pelo fato de se estar sentada às vezes por horas na mesma posição em frente a um computador ou celular. Enquanto profissionais que tiveram suas tecnologias de trabalho completamente alteradas em termos de formato e espaço, pudemos compartilhar nossas vivências de situações de estresse, de cansaço e a dificuldade em administrar a falta de separação entre local de trabalho e espaço doméstico ou de lazer. A experiência de “chegar ao

limite” e o desejo de se “desconectar geral” por alguns dias nos fizeram refletir no quanto de sofrimento pode estar implicado na redução dos espaços presenciais de circulação e na confusão gerada pela uniformidade das atividades “trabalho-lar-lazer-cuidado”.

Outro tema de reflexão foi quanto à diversidade de “formas de presenças e ausências” nesta modalidade de encontro digital, apondo caminhos opostos. A experiência nos apresentou a possibilidade de se trazer, por exemplo, a inclusão de um participante que enquanto cozinhava o almoço para sua família podia nos contar de suas vivências. Em contraponto, outra experiência foi a da “presença-ausência”, ou seja, a existência de uma presença que no grupo não se manifestava de fato, que aparecia para os demais do encontro virtual apenas como delimitação de uma janela na tela, sem nome ou imagem, acusando assim uma presença que não se permitia visibilidade e interação. Desta forma, quadros distintos se apresentavam, quebrando de certo modo com a tentativa de circularidade da fala e estabelecendo pontos cegos no compartilhamento das experiências.

Em relação ainda aos efeitos da experiência de se estar em um grupo virtual pudemos observar alguns pontos interessantes no que se refere à “facilidade ou dificuldade de adesão às atividades propostas”. Uma participante que não tinha se sentido bem ao visitar a reunião presencial de um grupo de apoio antes do período da pandemia passou a participar das reuniões assiduamente quando estas se converteram em virtuais, tratando-se, segundo ela, de única via de acesso para si, uma vez sofrendo de fobia social e pânico em atividades de grupos presenciais. Já outro integrante do grupo, em tratamento de saúde mental, optou por suspender sua participação durante o período de pandemia, o que era frequente no grupo presencial, uma vez que se julgava inapto e sentia-se nada à vontade em falar e ser visto pelas câmeras e telefones de outras pessoas. Este integrante se sentia constrangido, vigiado, monitorado; afinal, “o que poderia estar sendo feito de sua imagem, por quem poderia estar sendo visto?”. Preocupações muito pertinentes diante da inexistência de garantias quanto ao cumprimento da regra de preservação da privacidade e do anonimato, presentes em tantos grupos de apoio mútuo ou em atendimentos individuais. Uma vez que o ingresso nas reuniões poderia se dar em quaisquer circunstâncias, podendo ser realizado por qualquer pessoa que tenha tido acesso ao link da reunião e podendo ainda contar com a presença involuntária de demais pes-

soas presentes nos ambientes de casa, que tipos de garantia poderíamos dar quanto à preservação de sua intimidade? Ainda nos perguntamos, que tipo de garantia de sigilo podemos oferecer às pessoas nos grupos e atendimentos individuais, tendo em vista a participação inesperada de visitantes que interferem nesses encontros. Privacidade sempre foi privilégio, mas agora se evidencia ainda mais no ambiente virtual.

A garantia de sigilo se perde no ambiente *online*, a exposição a uma rede que realiza um tráfego intenso e incontável de dados, cujo controle está em algoritmos programados para atender os interesses de quem mantém as redes, acaba por confirmar fantasias de exposição a um espaço sem o contorno do ambiente de um grupo ou de uma sala, sem margens definidas. Além disso, expõem os sujeitos a uma quantidade massiva de informações, muitas vezes falsas e que os colocam em situações de risco e vulnerabilidade.

As cartilhas lançadas no primeiro semestre de 2020, com destaque para aquela produzida pela Fiocruz (2021), indicando orientações básicas para psicólogos/as realizarem atendimento psicossocial, enfatizando a orientação que deve ser dada pelo profissional às pessoas atendidas quanto ao local em que estão, a necessidade do uso de fones de ouvido e os cuidados para não utilizar aparelhos de outras pessoas para manter a privacidade. Tais recomendações servem àqueles/as que por uma razão ou outra, possuem o privilégio de poder corresponder às orientações dadas. Retoma-se a questão crucial, as atuais circunstâncias e adaptações de cuidado e formação se estendem a toda a população e não a um grupo acolhido pelas facilidades.

Essas foram algumas das muitas indagações, inquietudes e incertezas que nos acometem. Nos perguntamos umas as outras e a nos mesmas o que nos mantém sustentando essas atividades em ambiente virtual. Respondemos sem titubear e em coro: nossa aposta ética na reforma psiquiátrica antimanicomial, no SUS, no cuidado em liberdade e na força das ações coletivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso esforço em compartilhar experiências em curso, em processo de construção e submetidas a tantas incertezas teve por objetivo ampliar nossa compreensão de rede e interagirmos para além de nossos territórios. A ideia é o diálogo, tão pouco trazemos soluções. Apesar disso, acreditamos que os pontos que trouxemos ao debate por meio

deste capítulo oferecem subsídios para se pensar de forma crítica os desafios que a prática evidenciou junto à reforma psiquiátrica antimanicomial, à atenção psicossocial, no que diz respeito às desigualdades sociais e às tecnologias de cuidado.

Nos perguntamos até que ponto as atividades em ambiente virtual são realmente democráticas e democratizantes. Nos questionamos até que ponto estamos sustentando espaços de cuidado circunscrito, reproduzindo a segregação e as desigualdades. Ou ainda popularizando formas de cuidado restritas e excludentes. Por outro lado, ponderamos que se faz necessário manter as práticas de cuidado, mas sem perder de vista, e buscando enfrentar, as desigualdades e exclusões impostas pelo ambiente virtual. Além disso, compreender que estamos em uma situação emergencial, ao contrário do que querem nos fazer crer como “novo normal”. Neste sentido, decidimos alimentar o incômodo e a inquietude que emergem nas experiências na docência e na extensão, na vida nossa cotidiana e na assistência em ambiente virtual. Não buscamos conforto, tranquilidade ou calma nesse ambiente, pois entendemos que essa é uma armadilha que vem nos impondo.

Essas adaptações que nos acometem em diferentes esferas não se restringem a uma mera acomodação ao “novo normal”. O chamado “novo normal” explicita desigualdades, impõe limites a impasses históricos, denuncia iniquidades, silenciamentos, invisibilidades. O “novo normal” surge de forma abrupta como um protocolo de sobrevivência e acaba por evidenciar quem pode ou não sobreviver diante de uma apelação de adaptação rápida, quem tem como acessar tudo o que é preciso para manter-se dentro de uma margem de “nova normalidade”. Essa “nova” norma é talvez apenas, uma exacerbação da norma vigente que vem se estabelecendo no mundo tecnológico, neoliberal, com fossos ideológicos, econômicos e socioculturais bem delineados, é uma norma que imita a vida sem ser arte, ela virtualiza a vida em que os sujeitos possuem experiências nas quais se identificam vivos, capazes de superar algumas barreiras que trazem sofrimentos em todos os níveis. Para alguns ainda, torna-se inacessível essa “norma”, portanto, deve-se garantir a atenção equânime mesmo em situações como nas atuais circunstâncias, buscando potências e criando, a partir das fragilidades, para tornar possíveis outros modos de encontro.

Sabemos que a questão não é restabelecer o que foi perdido, mas reconstruir laços de solidariedade e afeto, redes de apoio e cuidado

com ética e compromisso social. Isto quer dizer, levar ao limite nossas bases e referências antimanicomiais por uma sociedade livre de manicômios em quaisquer de suas dimensões.

REFERÊNCIAS

BAKER, P. The voice inside: a practical guide to coping with hearing voices. [S. l.]: Paperback, 1998. Disponível em: <https://southbayprojectresourcedotorg.files.wordpress.com/2015/09/a-practical-guide-to-coping-with-hearing-voices.pdf> Acesso em 20/09/2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Promoção de Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1996.

BRASIL. Ministério da Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização, Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Clínica ampliada, equipe de referência e projeto terapêutico singular. Brasília: Ministério da Saúde; 2008. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

BRUINJÉ, M; SANTOS DVD. Grupos BALINT-PAIDÉIA: uma clínica reflexiva para as equipes de AP no âmbito da saúde mental. R. Saúde Públ. 2019 Jul.;2(Suppl 2): 53-65.

FIOCRUZ. Ministério da Saúde. Saúde mental e atenção psicossocial COVID- 19: recomendações aos psicólogos para atendimento online. FioCruz: Brasília, 2020. Disponível em: <https://fiocruzbrasil.fiocruz.br/covid-19-e-saude-mental-cartilhas-abordam-cuidados-paliativos-e-atendimento-on-line> Acesso em 06/04/2021.

MARTINS, R. de C. A. Interações entre Psicologia Social Comunitária, Saúde Mental e Atenção Psicossocial. In. BORZUK, C. S.; MARTINS, R. de C. A. (orgs). Psicologia e Processos Psicossociais: teoria, pesquisa e extensão. Goiânia: Ed UFG/Imprensa Universitária, 2019.

_____. Reformas psiquiátricas e o processo de ressignificação do trabalho de saúde mental. Rev. NUFEN [online]. 2019, vol.11, n.2, pp. 96-116. Disponível em: de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2175-25912019000200007&lng=pt&nrm=iso0 Acesso em 29/09/2021.

MARTINS, R. DE C. A, FERNANDES DA SILVA, A. D., & ASSIS ROCHA, I. Psicologia comunitária e promoção da saúde: experiências de ensino e formação em psicologia social no SPA/UFJ. Itinerarius Reflec-

tionis, 16(4), 01–23. 2020. <https://doi.org/10.5216/rir.v16i4.66528>

MENEZES AMARAL, C.E.; MAGALHÃES BOSI, M. L. Rede como transconceito: elementos para uma demarcação conceitual no campo da saúde coletiva. *Revista de Saúde Pública*, 50, 1-6, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=672/67247719056> Acesso em 26/02/2021.

ONOCKO-CAMPOS, R. T. et al. Adaptação Multicêntrica do guia para a gestão autônoma da medicação. *Revista Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, v. 16, p. 967-980, 2012.

OSMO, A., SCHRAIBER, L. B. O campo da Saúde Coletiva no Brasil: definições e debates em sua constituição. *Saúde e Sociedade*, 24(Suppl. 1), 205-218, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902015s01018> Acesso em 29/09/2021.

ROMME, M.; ESCHER, S. *Making Sense of Voices: a guide for mental health professionals working with voice-hearers*. Londres: Mind Publications, 2000.

SOUSA SANTOS, B. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina; 2020.

TESSITURAS DA CRISE

O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E OS VENTOS NEOLIBERAIS

Amailson Sandro de Barros
Gislayne Cristina Figueiredo

Passados 16 anos desde a aprovação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004, o contexto sócio-político brasileiro marcado pela ofensiva neoliberal a partir dos anos de 1970 e intensificado nos anos 1990 no Brasil com os governos de Fernando Collor de Melo, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff, Michael Temer e Jair Bolsonaro, vem colocando em evidência o agravamento da correlação de força capital-trabalho e a reorganização do modo de produção capitalista para manter seu processo de acumulação. Os resultados desse agravamento reverberam na vida cotidiana acentuando questões estruturais da sociabilidade capitalista como a exploração da classe trabalhadora, o ataque à liberdade de expressão de gênero e de sexualidade e manifestações de racismo.

Nesse cenário, o aumento da pobreza, a empregabilidade precária, a terceirização dos trabalhadores, os altos índices de violência, a discriminação racial e sexual, aliada a defesa da família tradicional binária, pautada por uma ordem social classista e patriarcal, passam a ganhar cada vez mais terreno político na governabilidade brasileira à nível federal, estadual e municipal, evidenciando o avanço do ideal neoliberal e conservador, principalmente religioso, em detrimento às questões relacionadas aos direitos humanos. Na atual situação brasileira, a eleição de Jair Messias Bolsonaro, filiado até então ao Partido Social Liberal (PSL), à presidência da República em 2018 serve como um exemplo desse avanço no campo político cujas consequências, e não se poderiam esperar outras, se materializam catastróficas no plano econômico, cultural, social, ético-político e humano, mas muito alinhadas ao projeto neoliberal de privatização e desregulação do Estado.

À baila dos ventos neoliberais, a criminalização dos movimentos sociais ganhou relevo juntamente com o desmonte das políticas públicas. São efetivados ataques às políticas de educação, saúde, assistência social e previdência social como forma de adequá-las aos interesses do projeto de produção capitalista e de ajustamento do Estado

- que de responsável em prover passa a atuar no campo da avaliação e de indução de políticas públicas (Neto; Castro, 2005).

Krawczyk (2002), ao refletir sobre os impactos do projeto neoliberal no processo de reformas da política pública de educação, indica a necessidade de compreendê-los a partir de três dimensões: política, técnica e financeira. As reflexões do autor sobre essas dimensões possibilitam estendê-las a outras políticas públicas do sistema de proteção social brasileiro, como a da Assistência Social.

Como aponta Krawczyk (2002), a dimensão política refere-se à construção de alianças e de pactos políticos que se estabelecem entre o setor público e o setor privado com o intuito de sustentar as reformas políticas e a alocação de recursos nas diversas áreas de atuação do Estado. Nesse sentido, vemos que a adoção desta estratégia para lidar com as mazelas econômicas, educacionais, socioassistenciais, políticas entre outras tantas marcas da chamada questão social se apresentam prenes de um interesse classista em manter o *status quo* de uma sociedade asentada no modo de produção capitalista. Como advertem Oliveira e Paiva (2016), o Estado como legitimador e operador de políticas públicas é, principalmente, o representante dos interesses do capital. Reside aí uma questão perversa que nos leva ao entendimento de que nenhuma política pública dentro da sociabilidade capitalista, portanto, será elaborada com o real interesse de superar as marcas dessa questão social, para além do atendimento imediato e parcial das necessidades da classe trabalhadora.

Entretanto, a execução da política pública de assistência social na vida cotidiana das comunidades, dos indivíduos e das famílias que a acessam, não ocorre sem a mediação dos conhecimentos, da ideologia e da força de trabalho de profissionais como psicólogos, assistentes sociais, educadores sociais entre outros agentes técnicos e da própria população alvo dessa política. Sem cair em reformismo, isso significa que a depender da maneira como ocorre e é orientada a atuação profissional e o grau de envolvimento e de participação da classe trabalhadora (principal destinatária das ações da Assistência Social) na operacionalização dessa política pública pode-se possibilitar a criação de espaços contra-hegemônicos e de transgressão da ordem societal capitalista. Em outras palavras, contraditoriamente, nos espaços de ação da política pública, a partir de seus equipamentos sociais, encontram-se potencialmente possibilidades de superação do Estado burguês e de suas relações

estruturais que limitam a liberdade dos seres humanos, tendo como horizonte possível a politização da vida cotidiana, a mudança social e a transformação de suas bases estruturais e materiais (Freitas, 2015).

No que se refere a dimensão técnica, Krawczyk (2002) parte da ideia de que a gestão do trabalho passa a ocorrer no plano da descentralização, da defesa de maior autonomia e de responsabilidade dos trabalhadores e gestores, contando com a participação da comunidade local para o estabelecimento de planos de ação que atendam seus interesses e necessidades. Idealmente, segundo o autor, isso modificaria o posicionamento técnico dos profissionais em relação a si mesmo, ao trabalho executado e às pessoas da comunidade por eles atendidas. Entretanto, na governabilidade neoliberal essa defesa escamoteia a transferência de responsabilidade do Estado para a sociedade civil e para os profissionais que se tornam cada vez mais impelidos a estabelecer inclusive parcerias entre público e privado, como forma de garantir a manutenção dos serviços e a realização de seus projetos.

Há subjacente a este movimento uma diminuição da função do Estado na disponibilidade de recursos financeiros, humanos e materiais para a execução das políticas públicas. Facilmente veremos, por exemplo, profissionais da política de assistência social, sob a égide de um filantropismo pessoal e imposto pelas condições concretas à realização de seu trabalho, arcando com os custos financeiros dos insumos utilizados em suas intervenções junto às comunidades e aos grupos por eles atendidos. Tal situação também se estende ao campo da educação e da saúde. Neste movimento, práticas pontuais e assistencialistas, que historicamente marca(ram) o campo do trabalho social, contribuem para que a Assistência Social mantenha ainda um caráter de política residual e fragmentada.

Apoiada por décadas na matriz do favor, do clientelismo, do apadrinhamento e do mando, que configurou um padrão arcaico de relações enraizado na cultura política brasileira, esta área de intervenção do Estado caracterizou-se historicamente como não política, renegada como secundária e marginal no conjunto das políticas públicas (Couto; Yazbek; Raichelis, 2014, P. 56).

O enxugamento de investimentos dos governos em políticas públicas para a garantia da proteção social funciona também como tática para caracterizar o serviço público como ineficiente e improdutivo. “A ideia de que o Estado não consegue dar conta da execução dos ser-

viços, programas e projetos parece atrelada a ineficácia e ineficiência. Ainda que esta situação se evidencie, não justifica o descumprimento de responsabilidades por parte das entidades.” (Couto *et al.*, 2014, p. 266).

A transferência desleal de responsabilidade do Estado, que deveria assumir o papel de provedor das condições materiais para que os profissionais possam realizar suas intervenções, mas que dele se distancia, acaba reverberando em prejuízos às pessoas atendidas pelos serviços de Assistência Social e aos próprios profissionais. Uma vez que os serviços se precarizam, os atendimentos se fragilizam e as práticas interventivas se estabelecem como favor e atos compensatórios emergenciais, em detrimento à noção de direito adquirido pela classe trabalhadora (Cruz; Guareschi, 2010; Oliveira; Paiva, 2016).

Se voltarmos para meados da década 1970 e início de 1980, período que antecede a promulgação da Constituição Federal de 1988, cujo artigo 203 garante a Assistência Social como política pública não contributiva e de responsabilidade do Estado, veremos que o protagonismo da classe trabalhadora, organizada a partir de diversos movimentos sociais, associações e frentes de lutas que reivindicavam condições dignas de vida, foi a tônica para a mudança e a profissionalização do trabalho social que passa a ser compreendido como direito, cuja materialização deveria ocorrer via instituições públicas e por profissionais com competência técnica, o que culminou, no ano de 2005, na criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A dimensão financeira de que trata Krawczyk (2002) apresenta-se como a mais complexa da agenda neoliberal, uma vez que estabelece a otimização dos recursos investidos para a operacionalização da política pública, sem haver uma problematização da insuficiência desses recursos e das particularidades das áreas de abrangências dos equipamentos sociais, das comunidades atendidas e dos projetos que deveriam estar atrelados a essas particularidades, em consonância com o diagnóstico socioterritorial.

Na política pública de Assistência Social o financiamento das ações socioassistenciais conta com o investimento de recursos dos três entes federados (município, estado e união), operando pela lógica do cofinanciamento cujo repasse ocorre via fundos da assistência social.

Os fundos de assistência social comparecem como requisito imperativo para financiamento da política, uma vez que a estruturação e o funcionamento do fundo de assistência social nos estados, DF, e

municípios são exigências para repasses de recursos federais. Conforme previsto na NOB, cada esfera governamental deve destinar recursos próprios para o financiamento de ações na área, sendo, portanto, por meio dos fundos que se operacionaliza o cofinanciamento da política assistencial. Claramente, a compulsoriedade de aportes financeiros dos três entes federados presta uma contribuição avultada para a concretização da oferta socioprotetiva e para a materialização de uma responsabilidade federativa na consolidação do Sistema Único da Assistência Social (Passos; Santos; Scarpari, 2019, pp. 94-95).

Essa forma de organizar o custeio das ações socioassistenciais seria um esforço em ofertar serviços públicos de assistência social sem interrupções, garantindo compulsoriamente o repasse financeiro regular com vista à continuidade dos serviços de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), de maneira descentralizada e universal.

A PSB é operacionalizada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que tem entre seus objetivos trabalhar a prevenção de situações de riscos e vulnerabilidades e o fortalecimento de vínculos comunitários e familiares. Para isso, conta com uma equipe técnica de referência na qual se insere preferencialmente, na equipe mínima, profissionais da psicologia, do serviço social entre outros.

A PSE é organizada de acordo com o nível de complexidade resultante da violação de direito sofrida pelo indivíduo, família e comunidade, sendo dividida em média e alta complexidade. Situações de média complexidade são aquelas em que a violação de direitos ocorre sem que resulte em rompimento de vínculo familiar ou comunitário. Nesses casos, o atendimento e o acompanhamento psicossocial ocorrerão nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Situações em que há o rompimento de vínculos e, conseqüentemente, a institucionalização da vítima como forma de garantir sua proteção, serão realizadas pelas unidades de acolhimento institucional do município ou pertencentes à Organização da Sociedade Civil, reconhecidas e cadastradas nos Conselhos Municipal e Estadual de Assistência Social, que prestarão serviços socioprotetivos ao município.

Sobre o financiamento federal da política pública de Assistência Social no ano de 2020, conforme dados do Portal da Transparência do Governo Federal, em 08 de setembro de 2020 o orçamento para a área atingia o valor de 472,9 bilhões de reais, um aumento expressivo

quando comparado ao ano de 2019 onde o gasto público federal chegou ao valor de 96,1 bilhões. Cumpre assinalar que tal aumento se deu após um período de diminuições sucessíveis, e em um contexto global de pandemia do vírus Sars-Cov-2, conhecido como Covid-19, que no Brasil, no mesmo período, já contabilizava mais de 131 mil mortes; em sua maioria de pessoas idosas, jovens adultas/os trabalhadoras/es, pobres e negras/os.

Agravada pelo avanço da pandemia de Covid-19, a crise do capital, em curso desde a década de 1980, potencializou as desigualdades econômicas e sociais no país, aumentando as taxas de desemprego e de pessoas que passaram a depender de um auxílio emergencial no valor de R\$ 600,00, posteriormente prorrogado por alguns meses com valor inferior, como forma de o governo brasileiro como forma de amenizar os impactos da pandemia na sobrevivência da classe trabalhadora - principal vítima do sistema e da pandemia- em especial trabalhadores autônomos, informais, precários, trabalhadores de rua (Santos, 2020) e a população em situação de rua. Vale destacar que o valor do auxílio emergencial é insuficiente para assegurar condições dignas de sobrevivência à classe trabalhadora em um país cujo valor da cesta básica oscilava de estado para estado, ficando entre R\$ 398,75 a R\$ 539,95, no mês de agosto do mesmo ano, de acordo com pesquisa do DIEESE (2020).

Frente ao aumento do desemprego e à elevação do índice de pobreza do povo brasileiro, os investimentos na política de Assistência Social continuaram aquém do valor mínimo para garantir a cobertura das necessidades humanas básicas da classe trabalhadora. Tendo em vista as questões econômicas e sanitárias, exacerbou-se a dependência da população das políticas públicas de Assistência Social e, principalmente, de Saúde.

No início de março de 2020, o Brasil, seguindo orientações da OMS, decreta medidas de isolamento social como forma de restringir o contágio de Covid-19 entre a população, porém conforme Santos (2020), as recomendações para o autoisolamento e o trabalho remoto não são passíveis de serem efetivadas para toda a classe trabalhadora, sendo mais exequível às condições de vida da classe média. Para a maioria da classe trabalhadora, coloca-se o conflito entre “morrer de vírus ou morrer de fome” (idem, 17).

Contra a necessidade de cuidado e proteção dos brasileiros, o desempenho e postura ético-política e humanitária do governo Jair Bolsonaro diante da pandemia configura-se avessa à ciência, ausente de

compromisso com a vida do trabalhador, pródiga na defesa do Estado mínimo e arditosamente alinhada a uma ideia meritocrática e seletiva das vidas e dos corpos que poderão atender, acima de tudo e de todos, aos interesses econômicos.

Como destacou Boaventura de Sousa Santos, em sua obra “A cruel pedagogia do vírus” (2020, p.26):

Na presente crise humanitária, os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam mais do que os outros na lutam contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis pelos quais, esperamos, serão responsabilizados. Deram a entender que uma dose de darwinismo social seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento.

O TRABALHO NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL APÓS A EMENDA CONSTITUCIONAL 95 DE 2016

O ano de 2016 marca um período de crise das instituições democráticas do Estado brasileiro, escancarando as portas dos porões da velha política machista, patriarcal, racista e subordinada ao capital financeiro nacional e internacional onde escondiam-se as diversas mazes político-burguesas que fariam inveja à mitológica caixa de Pandora. No cenário em tela, a força tarefa da Lava Jato, criada no ano de 2014, com o objetivo de combater a corrupção no país, personifica-se na figura do ex-juiz e ex-ministro de justiça do governo Bolsonaro, o Senhor Sérgio Moro, a figura de paladino da justiça.

Num grande acordo que envolveu representantes de setores conservadores de dentro das instituições democráticas da justiça, do senado e da câmara dos deputados, e com o apoio da grande mídia brasileira e de setores produtivos e reacionários da classe média, a criação de um herói nacional isento e imparcial acobertou o envolvimento político de Sergio Moro com a velha política de direita a qual ansiava por reasumir o poder político da Nação e garantir a agenda de compromisso com os interesses dos grandes banqueiros, empresários, industriais e agropecuários. No plano de cassação da presidenta da república Dilma

Rousseff, eleita para seu segundo mandato pelo Partido dos Trabalhadores, o interesse mais amplo da ofensiva neoliberal era o de diminuir e extinguir as conquistas sociais e seus avanços garantidas na Constituição Federal de 1988. Sob a alegação de improbidades administrativas e de pedaladas fiscais, Dilma Rousseff passa por um longo processo de *impeachment* - iniciado em dezembro de 2015 e consolidado em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado sua destituição do cargo de presidenta do Brasil. Em seu lugar assume o vice-presidente Michael Temer, filiado ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), contando com apoio da velha burguesia brasileira e de seus representantes no Judiciário e no Legislativo Federal.

A partir do governo de Michel Temer, acelera-se a materialização do ataque à capacidade do Estado responder às necessidades do povo brasileiro por meio de serviços e políticas públicas de qualidade. Em 2016, o então presidente aprova, sob fortes protestos contrários, organizados por diversos movimentos sociais e centrais sindicais, a Emenda Constitucional 95 (EC 95/2016) que passa a limitar os gastos governamentais primários pelos próximos 20 anos, estabelecendo, assim, um regime fiscal austero no campo das políticas públicas.

No bojo desses gastos, inserem-se limites para as despesas e manutenção da Previdência Social, Assistência Social, Educação e Saúde, fragilizando suas ofertas como direito do cidadão em poder acessar serviços públicos com qualidade e gratuidade. No âmbito do SUAS, desde 2016, soma-se mais de 70% de diminuição de investimentos e de repasses fundo a fundo do governo, comprometendo a realização dos serviços socioassistenciais e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada (Lopes; Rizzotti, 2020).

Resultado do avanço dos Projetos de Emendas Constitucionais 241 (conhecida como a PEC do Fim do Mundo) e 55, que tramitaram durante o ano de 2016 respectivamente na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, a aprovação da EC 95/2016 prevê que, durante o período de 20 anos, o aumento de investimentos em uma determinada área só poderá ocorrer em detrimento de outras, ou seja, a partir de cortes, o que contribuirá para o sucateamento da oferta de políticas públicas e da expansão dos serviços públicos, colocando-os em movimento de regressão e de desfinanciamento (Mariano, 2017).

Outro ponto a ser observado é de que a fragilização das condições materiais para a concretização das políticas públicas, ao contri-

buir para o desmonte dos serviços públicos, fortalece projetos de privatização e parcerias público-privadas para oferta de serviços que seriam de responsabilidade do Estado, bem como advoga pela apropriação de setores públicos pelo mercado, principalmente dos setores que possam garantir rendimento financeiro ao capital. Ademais, parcerias com Organizações da Sociedade Civil, que se colocam como organizações sem fins lucrativos e pautadas por ações solidárias, movimentam a caminhada neoliberal rumo a um Estado mínimo.

Tais projetos e parcerias são defendidas a partir da alegação da necessidade de superação da crise estrutural do capital, apresentando-se como alternativas imediatas à melhoria de desempenho dos serviços e diminuição da presença e do papel do Estado na vida cotidiana da maioria do povo trabalhador. Em tempos de crise do capital, vemos o Estado se aperfeiçoar para garantir os privilégios da classe burguesa fazendo valer seus interesses, sem nenhuma preocupação em transformar a base estrutural que sustenta as diferentes expressões da questão social, entendida como “o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos postos pela emergência da classe operária no processo de constituição da sociedade capitalista (...), a manifestação no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia” (Yamamoto, 2009, p.43).

Considerando que as reais problemáticas decorrentes da questão social não se configuram como situações a serem superadas pelo Estado burguês,

O novo regime fiscal suspende, por consequência, o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento, salvo se houver, no futuro, em uma nova gestão, outra proposta de emenda constitucional em sentido contrário. Retira também do cidadão brasileiro o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico (Mariano, 2017, p. 261).

Ao esvaziar ainda mais os investimentos nas políticas públicas sociais, os impactos da EC 95/2016 no campo da Assistência Social são e serão catastróficos à população atendida e aos profissionais que atuam nos equipamentos de PSB e PSE. O processo histórico de precarização no qual estão inseridos esses serviços se agudiza(rá) e pode(rá) ser observado, por exemplo, na falta de profissionais, nas formas avil-

tantes de contratação desses, nas poucas instalações físicas das unidades de CRAS e CREAS - muitas delas funcionando em prédios adaptados e alugados pelas prefeituras, na rotatividade de profissionais nas equipes técnicas e na insuficiência de materiais para a realização dos trabalhos com as famílias, indivíduos e comunidade.

Na esteira da EC 95/2016, as Leis 13.429/2017 e 13.467/2017, que versam sobre o trabalho temporário e a terceirização das atividades principais - aprovadas no governo Temer - tendem a piorar esse processo (Santos; Stampa, 2019), atingindo também os trabalhadores concursados que não estão imunes aos sucessivos ataques das políticas econômicas e administrativas adotadas pelos governos neoliberais.

Os ataques e a desqualificação do trabalho dos servidores públicos por estes governos vêm sendo colocados em marcha em maior ou menor intensidade desde o governo de Fernando Collor de Mello, e mais recentemente, o anúncio da PEC 32/2020 da Reforma Administrativa Pública, encaminhada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional é, juntamente com a Reforma da Previdência encampada pelo governo Temer - que elevou o tempo de contribuição previdenciária para fins de aposentadoria da classe trabalhadora, mais um exemplo dessa ofensiva contra os trabalhadores e as políticas públicas. Entre outras pautas neoliberais e de medidas de austeridade, para justificar a diminuição de investimentos em bens e serviços públicos, a PEC 32/2020 anuncia em sua essência a flexibilização e o fim da estabilidade no setor público e a diminuição de vagas e entradas de novos servidores via concursos.

Caso aprovada, no caso das políticas públicas de Assistência Social, a PEC 32/2020 poderá, por exemplo, gerar uma diversificação na forma de contratação dos profissionais, acirrando as desigualdades entre os servidores de uma mesma equipe técnica. Como apontado anteriormente, isso já vem ocorrendo e aviltando as profissões ligadas à Assistência Social. A PEC 32, por sua vez, busca ampliar e institucionalizar à força da lei as possibilidades de contratação que poderão acontecer a partir de 05 regimes jurídicos específicos: I) vínculo de experiência, como etapa de concurso público; II) vínculo por prazo determinado; III) vínculo por prazo indeterminado; IV) cargo típico de Estado; e V) cargo de liderança e assessoramento. O resultado dessas novas possibilidades de vinculação trabalhista, num futuro próximo, será o aumento de trabalhadores não concursados nos serviços ligados à política pú-

blica de Assistência Social e o possível retorno de práticas focalizadas e descontinuadas, mantendo a alta rotatividade de profissionais nas equipes dos serviços de PSB e PSE.

Estudos que abordam a precarização da política pública de Assistência Social já indicavam um cenário preocupante à nível nacional, principalmente na forma como os municípios estabelecem a contratação e gestão de seus recursos humanos (Macedo *et al.*, 2011; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019). Antes mesmo da aprovação da EC 95/2016 e da PEC 32/2020, a ausência de concursos públicos para a área se configurava notória, sendo prática em algumas prefeituras as equipes técnicas serem formadas por profissionais terceirizados e temporários (Macedo; Dimenstein, 2012; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019), contratados por processos de seleção simplificados que envolvem simples análise de currículo, licitações e pregões eletrônicos ou presenciais (Barros, 2013; Ferreira; Zambenedetti, 2015; Santos; Stampa, 2019).

Conforme os autores, nas formas de contratação por meio de licitações e pregões eletrônicos ou presenciais, o critério de seleção e de julgamento é o menor preço pela mão de obra oferecido pelo próprio candidato à vaga de trabalho. Nas palavras de Ferreira e Zambenedetti (2015, p.82), tais práticas funcionam com um “leilão reverso”. Legitima-se assim a violação de direitos contra a classe trabalhadora e a responsabiliza pelas condições em que ocorreu a contratação de sua força de trabalho.

De acordo com os estudos, as consequências imediatas dessa precarização reverberam no agudo empobrecimento da classe trabalhadora pelo rebaixamento de seus salários, no número reduzido de profissionais para compor as equipes técnicas, gerando sobrecarga de trabalho aos contratados, fragilização na articulação da rede de serviços para a consolidação de intervenções intersetoriais e rompimento abrupto de vínculos com as comunidades atendidas, prejudicando a continuidade do trabalho social-comunitário e familiar que vinha sendo realizado pelas equipes técnicas da PSB e PSE (Macedo; Dimenstein, 2012; Souza Filho *et al.*, 2012).

Considerando aspectos mais subjetivos, os estudos verificaram que esses trabalhadores vivenciam no mundo do trabalho sentimentos de desvalia, angústia, ansiedade, insegurança na tomada de decisões, sensação de impotência, medo, falta de perspectivas profissionais futuras, desamparo e situações de assédio moral (Ferreira; Zam-

benedetti, 2015; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019). Segundo Pauli, Traesel e Siqueira (2019), pelas imposições do trabalho temporário e precarizado, os trabalhadores do SUAS se vêm envolvidos em um “dilema ético insolúvel e conflitante” (p.08) que acarreta abalos à sua saúde mental, pela dificuldade e desconforto que sentem esses trabalhadores em se colocar a serviço de um sistema marcado por injustiças, que limitam suas atuações gerando desgaste e desvalorização da autoimagem profissional.

No momento de escrita deste texto, as discussões sobre saúde mental dos profissionais que atuam na linha de frente no atendimento à indivíduos, famílias e comunidades infectadas pelo novo coronavírus Sars-Cov-2 ganharam destaque no meio científico brasileiro, tendo como principais sujeitos de pesquisa os profissionais da saúde. Entretanto, observamos uma lacuna de estudos sobre os impactos deste contexto sanitário na saúde mental também dos trabalhadores da Assistência Social.

Sem desconsiderar os entrelaçamentos políticos, sociais e institucionais que contribuem para o processo de adoecimento e sofrimento desses trabalhadores em tempos de Covid-19, a seguir, tecemos algumas reflexões sobre este momento, esperando com isso chamar a atenção para a necessidade de pesquisas empíricas que possam contribuir com as discussões apresentadas.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL E SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DE PANDEMIA DE COVID-19

As populações vulnerabilizadas, público-alvo das ações e intervenções da Assistência Social, são as que mais sofrem os impactos da COVID-19 na vida cotidiana. Atingidas pelos efeitos da retração econômica agravada pela pandemia, essas populações, formadas na sua maioria pela classe trabalhadora empobrecida, negros, indígenas, mulheres, idosos, refugiados, pessoas em situação de rua, imigrantes, entre outros, estão mais expostas à contaminação pelo vírus e configuram entre os índices mais altos de taxas de letalidade provocada por essa pandemia no contexto brasileiro (Calmon, 2020; Sposati, 2020).

Historicamente, essa mesma população é a que mais sofre as causas das crises econômicas, pois geralmente ocupam postos de trabalho precarizados, que são os primeiros a serem eliminados em momentos de crise, submetendo-os a um perverso efeito de aumento da pobreza e de ameaça às suas condições de sobrevivência (Calmon, 2020;

Sposati, 2020). Cabe assinalar que essa fragilização é agravada por fatores associados a gênero e etnia, haja vista que as mulheres e os negros formam a parcela maior de trabalhadores que estão submetidos a subempregos e a relações de trabalho com vínculos informais (Calmon, 2020; Marques; Moraes, Hasselmann; Deslandes; Reichenheim, 2020).

Ademais, em função das condições de exclusão e de violência a que estão expostas e que são resultados de uma sociabilidade capitalista e meritocrática, o vírus da Covid-19 atinge mais duramente esses grupos, dificultando o cumprimento das medidas de proteção sugeridas pela OMS como forma de evitar o contágio e a propagação da pandemia. A realidade em que vive grande parcela da população, revela condições de existência precárias, onde há dificuldade de acesso à água potável e a serviços públicos básicos (como saúde, habitação, coleta e tratamento de esgoto) que permitam aos mesmos cumprirem com o distanciamento social com a qualidade e o cuidado exigido pela OMS (Marques et al, 2020, CIDH, 2020, Sposati, 2020).

Esse fato acaba por impactar o trabalho no SUAS, levando a um aumento das demandas de casos a serem acompanhados pelas equipes técnicas, sobrecarregando os serviços de PSB e PSE de média e alta complexidade, e expondo o trabalhador à um maior risco de contaminação durante o exercício de seu trabalho no CRAS e no CREAS e em alguns serviços de alta complexidade, como as instituições de acolhimento, em especial aquelas de Longa Permanência para Idosos (ILPIs), albergues e casas de passagem (CIDH, 2020; Freitas, 2020; Marques *et al.*, 2020).

Soma-se a isso a falta de clareza quanto aos fluxos, coordenação e articulação entre os diversos serviços das redes intra e inter-setoriais e as fragilidades históricas do trabalho em rede nas políticas públicas, que se tornaram mais evidentes nesse momento de crise. Os profissionais da Assistência Social, diante do contexto da pandemia, ainda não se sentem suficientemente informados e com conhecimento necessário para realizarem as intervenções e encaminhamentos de forma adequada (CFESS, 2020; FGV, 2020).

Vale destacar que Lopes e Rizzotti (2020) chamam a atenção para o fato de que, logo após o reconhecimento da situação de pandemia no Brasil, as primeiras medidas anunciadas pelo governo federal ocorreram em 18 de março de 2020 nas áreas de Saúde, Economia, Infraestrutura, Justiça, Relações Exteriores, Desenvolvimento Regional, Defesa e

Vigilância Sanitária. Nenhuma medida relacionada à Assistência Social foi pronunciada naquele momento. Conforme as autoras, “Tal postura, já indicava preocupação com as áreas da economia e da saúde e total desprezo com o sofrimento de milhares de brasileiros marcados pela insuficiência de renda para a sobrevivência e proteção.” (idem, p.134) que inevitavelmente chegariam aos serviços da Assistência Social.

Em um cenário de crise do Covid-19 no qual aumentam, como já destacado, as desigualdades sociais e o sofrimento da população em geral, proporcionalmente crescem as demandas pelos serviços da Assistência Social. Isso exige dos profissionais do SUAS intervenções ágeis e amplas para atender o que é mais emergencial para a população que enfrenta a fome e as diversas expressões de violência perpetradas principalmente contra mulheres, crianças, adolescentes e idosos.

Em contrapartida, esses mesmos profissionais sofrem violência institucional e veem seus direitos sendo solapados por propostas e emendas constitucionais de um governo que não assume compromisso de proteção com a vida da classe trabalhadora¹. As condições de trabalho desses profissionais, que já eram insatisfatórias, foram agravadas pela sobrecarga de atividades decorrente do incremento da demanda por atendimentos psicossociais e pela falta de suporte material e de recursos humanos por parte dos governos federal, estadual e municipal, em um momento de aumento da tensão sócio-sanitária para as equipes de trabalho. Em termos de aumento da precarização, os profissionais têm assinalado um baixo acesso à testagem para o coronavírus, a falta de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em quantidade e qualidade suficiente, bem como a ausência de capacitação para utilizar esses EPIs no cotidiano laboral, a fim de evitar a contaminação (CFESS, 2020; FGV, 2020).

As mulheres, a quem a divisão sexual do trabalho em nossa sociedade tem delegado as tarefas de cuidado e proteção, compõem majoritariamente a força de trabalho na assistência social, o que contribui para a sobrecarga e a pressão sentida por essas profissionais no dia a dia, haja vista que além de todo o aumento da demanda vivenciada no cotidiano laboral, elas também são sobrecarregadas com o excesso de

1 O presente governo evidencia não assumir compromisso com nenhum tipo de vida, incluindo as que compõem a diversidade da fauna e flora brasileira. Essas arderam em chamas nas grandes queimadas da Floresta Amazônica, do Cerrado e do Pantanal, entre os meses de agosto e setembro de 2020, queimadas que prejudicaram também uma série de comunidades vulneráveis, como as indígenas, quilombolas, ribeirinhas e campesinas.

tarefas domésticas e com o cuidado direto das crianças e demais membros da família (como idosos e pessoas com deficiência) (Marques *et al.*, 2020).

Ademais, a situação de emergência sanitária, que tem gerado impactos na saúde mental da população como um todo, atinge de forma característica os profissionais da linha de frente no combate à pandemia. No caso dos profissionais da assistência social, estudos indicam que os mesmos têm apresentado vários agravos de saúde mental. Entre os sintomas referidos estão angústia, tristeza, ansiedade, estresse, sensação de descuido por parte do poder público, lutos recorrentes ocasionados por mortes de pessoas pertencentes aos grupos familiares atendidos pelos profissionais e por mortes de colegas de trabalho (CFESS, 2020; FGV, 2020).

Estudo realizado pela FGV (2020) com o objetivo de compreender os impactos da pandemia no trabalho, no bem-estar e no modo de agir cotidiano dos trabalhadores da assistência social indica que esses sofrem emocionalmente diante do agravamento da crise econômica e sanitária. Apresentam, em tempos de Covid-19, maiores índices de frustração relacionada à forma como o trabalho social com famílias e comunidades tem sido conduzido e gerenciado politicamente, medo de contrair o vírus e de se tornar vetor de contaminação da própria família, sentimento de incompetência e incapacidade.

Os resultados oferecem um panorama que, embora não seja possível generalizar, indica a necessidade de se pensar o cuidado da saúde mental dos trabalhadores da assistência social como questão de política pública, recomendando aos governos (União, Estado e Município) que ofereçam serviço de suporte psicológico e emocional aos profissionais que sofrem diariamente na luta contra a pandemia.

Diante desse cenário, postula-se que, para além das dimensões política, técnica e financeira propostas por Krawczyk (2002), ao analisarmos os impactos do neoliberalismo nos processos de reforma das políticas públicas, é importante considerarmos um aspecto adicional: a dimensão subjetiva.

Parte-se da compreensão de que as políticas públicas e as instituições que as materializam produzem modos de subjetivação, não só no caso da população que é alvo da intervenção, mas também para os profissionais que atuam nas mesmas, haja vista que o trabalho é um espaço produtor da subjetividade e da identidade do trabalhador (Gonçalves, 2010; Macedo; Dimenstein, 2012).

Considerando-se que o trabalho nas políticas públicas engendra determinados processos de subjetivação, a compreensão de seus efeitos nos profissionais que nelas atuam não pode prescindir de uma análise das condições de trabalho e de proteção à saúde dos trabalhadores, passando assim pela problematização da política pública em si, sua intencionalidade, seus objetivos explícitos e implícitos, sua forma concreta de implementação e operacionalização (Gonçalves, 2010; Oliveira; Costa, 2018).

Compreende-se assim que o risco à saúde e o sofrimento mental decorrente das relações e condições de trabalho cuja precarização ora se agrava, representa uma das faces perversas do aprofundamento dos processos de fragilização e desmonte da política pública que se instalaram a longa data, como estratégia de operacionalização de um projeto político de cunho neoliberal.

Frente a esse cenário, assinalamos que o cuidado com a saúde mental deve ocupar a agenda política dos governos e da classe que vive do trabalho, porém, esse cuidado deve atentar-se para não se localizar nas esferas de atendimento que flertam com a psicologização e patologização dos trabalhadores, nas quais seus sofrimentos psíquicos são deslocados do contexto sócio-histórico e das condições políticas e materiais em que se (re)produzem, sob o risco de reforçar o discurso psiquiátrico clássico de compreensão da relação trabalho e saúde mental.

Ao psicologizar a questão, frequentemente se conduz à fragmentação e não raro, individualiza-se o sofrimento dissociando-o do contexto, contribuindo muito mais para escamotear e impossibilitar aos trabalhadores a avaliação e a compreensão mais ampla das condições laborais e políticas que envolvem a geração de seus sofrimentos psíquicos e adoecimento.

Frente à importância dos serviços do SUAS, chama a atenção que, até o momento, fala-se muito na saúde mental e no estresse ocupacional do trabalhador da linha de frente à Covid-19 atuante na saúde², havendo já um acúmulo de produção teórica sobre o tema, mas os estudos sobre a situação laboral e a saúde mental do trabalhador da assistência nesses tempos de pandemia ainda são escassos.

2 Os trabalhadores da saúde têm sido socialmente valorizados por sua atuação na linha de frente, sendo inclusive chamados de “heróis” – ainda que esse reconhecimento seja mais da ordem do simbólico, haja vista que esses mesmos profissionais continuam em situações de trabalho precarizadas, com condições de trabalho insatisfatórias para prevenir a própria contaminação, e sem reconhecimento financeiro para boa parte dos mesmos (auxiliares de enfermagem, profissionais de nível médio e básico).

Ao observarmos a política de assistência social em sua dimensão técnica, política, financeira e subjetiva, compreende-se que essa invisibilidade dos profissionais de assistência social não pode ser dissociada do trato dado à questão social em nossa sociedade, que tem implicado em uma posição secundária dada a essa política pública ao longo da história, e à estratégia de esvaziamento da mesma (Couto *et al.*, 2014, Oliveira; Costa, 2018).

Em tempos de COVID-19, a precariedade das condições do mundo do trabalho na Assistência Social, fruto de intencionalidades políticas capitalistas e neoliberais, a eliminação e a ausência de proteção social diante de um cenário político-econômico mortífero, que aniquila vidas e adoce os trabalhadores, reafirma, também, a necessidade política e civilizatória posta à classe trabalhadora e para os movimentos sociais: a luta imediata pela defesa e preservação da vida, pela revogação da EC 95/2016 e de outras que destroem a agenda de direitos que deveriam nos tornar mais humanos e solidários. O horizonte a ser buscado e conquistado deve ser o de uma sociedade em que a classe que vive do trabalho seja soberana, o contrário é a manutenção e o fortalecimento da barbárie. Como advertiu Mészáros (2003, p.108), “barbárie, se tivermos sorte.”

REFERÊNCIAS

BARROS, A.S. Precarização do trabalho de psicólogos paranaenses contratados por meio da modalidade pregão eletrônico. In: Anais do XIII Encontro Nacional da ABET. Curitiba, PR, 2013.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União 2016; 16 dez.

BRASIL. Lei nº 13.429, de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Diário Oficial da União, 2017; 31 mar.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nos 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de

11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União, 2017; 14 jul.

BRASIL. Projeto de Emenda à Constituição nº 32, de 03 de setembro de 2020. Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa. Disponível em <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083> Acesso em 15/09/2020.

CALMON, T.V. L. As condições objetivas para o enfrentamento ao COVID 19: abismo social brasileiro, o racismo, e as perspectivas de desenvolvimento social como determinantes. Revista NAU Social, v.11, n.20, p. 131 – 136, Maio / Out. 2020. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36543> Acesso em 26/08/2020.

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Resolução 01/2020, 10 de abril de 2020. Disponível em <https://www.oas.org/pt/cidh/decisiones/resoluciones.asp> Acesso em 20/05/2020.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Entrevista com Kelly Mellatti, 18 de junho de 2020. Disponível em <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1717> Acesso em 05/09/2020.

COUTO, B.R.; PRATES, J.C.; MENDES, J.M.R.; ANDRADE, I.; MARTINELLI, T.; SILVA, M.B. A implantação e implementação do Suas no Paraná e no Rio Grande do Sul: um movimento em processo. In: COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; SILVA, M.O.S.; RAICHELIS, R. (org.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2014. p.227-280.

COUTO, B.R.; YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, B.R.; YAZBEK, M.C.; SILVA, M.O.S.; RAICHELIS, R. (org.). O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2014. p.55-88.

CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N.M.F. A constituição da assistência social como política pública: interrogações à psicologia. In: CRUZ, L.R.; GUARESCHI, N.M.F. (org.). Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2010.p.13-40.

DIEESE. Nota à Imprensa. Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Ali-

mentos Tomada especial de preços de agosto de 2020. Disponível em <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2020/202008cestabasica.pdf> Acesso em 10/09/2020.

FERREIRA, William; ZAMBENEDETTI, Gustavo. Um estudo sobre as configurações do trabalho e inserção do psicólogo no contexto da Política de Assistência Social. *Rev. Psicol. UNESP, Assis*, v. 14, n. 2, p. 74-90, jul. 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442015000200007&lng=es&nrm=iso Acesso em 18/09/2020.

FREITAS, A.V.S. Instituições de longa permanência para idosos e a covid-19: urgência no debate. *Research, Society and Development*, v. 9, n.7, p.01-11, 2020. Disponível em <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4398> Acesso em 03/09/2020.

FREITAS, M.F.Q. Políticas públicas e Psicologia Social Comunitária: Interfaces e Desafios. In: DIAS, M.S.L.; BEATRIZ, M.Z. (org.). *Práticas do Psicólogo em Políticas Públicas*. Curitiba: Juruá editora, 2015. p.29-41.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). A pandemia de Covid-19 e os profissionais da assistência social no Brasil, Nota técnica. São Paulo: FGV-EAESP, 2020. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/PesquisaFGV-rel03-social-covid-19-depoimentos-v2.pdf> Acesso em 09/09/2020.

GONÇALVES, M.G.M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

KRAWCZYK, Nora. A sustentabilidade da reforma educacional em questão: a posição dos organismos internacionais. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 19, p. 43-62, 2002. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782002000100005&lng=en&nrm=iso Acesso em 18/09/2020.

LOPES, M.H.C.; RIZZOTTI, M.L.A. Covid-19 e Proteção Social: a contribuição do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In: CASTRO, D.; DAL SENO, D.; POCHMANN, M. *Capitalismo e a Covid-19: um debate urgente*. São Paulo: Gráfs.tabi, 2020. p.125-138. Disponível em <http://abet-trabalho.org.br/livro-capitalismo-e-a-covid-19-um-debate-urgente/> Acesso em 25/08/2020.

MACEDO, J. P., SOUSA, A. P., CARVALHO, D. M., MAGALHÃES, M. A., SOUZA, F. M. S., DIMENSTEIN, M. O psicólogo brasileiro no SUAS: Quantos somos e onde estamos? *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 16, n. 3, p.479-489, set. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=pt&nrm=iso Acesso em 18/09/2020.

MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. O trabalho dos psicólogos nas políticas sociais no Brasil. *Av. Psicol. Latinoam.*, Bogotá, v. 30, n. 1, p. 182-192, 2012. Disponível em http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1794-47242012000100015&lng=en&nrm=iso Acesso em 18/09/2020.

MARIANO, C. M. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v.4, n. 1, p.259-281, 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-56392017000100259&lng=en&nrm=iso Acesso em 04/09/2020.

MARQUES, E. S.; MORAES, C. L.; HASSELMANN, M. H.; DESLANDES, S. F.; REICHENHEIM, M. E. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. *Cad. Saúde Pública*, v. 36, n. 4, 2020. Disponível em <https://www.scielosp.org/article/csp/2020.v36n4/e00074420/> Acesso em 10/09/2020.

MÉSZÁROS, I. O século XXI: socialismo ou barbárie? Trad. Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2003.

NETO, A.C.; CASTRO, A.M.D. Reflexões sobre os atuais cenários da política educacional na América Latina. *Revista O público e o Privado*, n.5, p-07-23, 2005.

OLIVEIRA, I.F.; COSTA, A.L.F. Psicologia e política social: história e debate. In: CORDEIRO, M.P.; SVARTMAN, B.; SOUZA, L.V. *Psicologia na Assistência Social: um campo de saberes e práticas*. São Paulo: Instituto de Psicologia USP, 2018. p. 32-44. Disponível em www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/download/212/191/890-1?inline=1 Acesso em 15/09/2020.

OLIVEIRA, I.F.; PAIVA, I.L. A atuação do psicólogo no campo das políticas sociais: mudanças e permanências. In: HUR, D.U.; LACERDA

JR., F. Psicologia, políticas e movimentos sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016. p.142-156.

PASSOS, L.; DOS SANTOS, A. A.; SCARPARI, A. Financiamento da política de assistência social: avanços e perspectivas. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 18, n. 1, p. 91-109, 29 out. 2019. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/33523>. Acesso em 05/09/2020.

PAULI, Cassiele Gomes; TRAESEL, Elisete Soares; SIQUEIRA, Aline Cardoso. A Precarização do Trabalho dos Psicólogos Temporários no CREAS. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 39, e188301, 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932019000100156&lng=en&nrm=iso Acesso em 10/09/2020.

SANTOS, B.S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Grupo Almedina, 2020.

SANTOS, T. V. C.; STAMPA, I. Contratação por prego: formas atípicas de trabalho de assistentes sociais no Brasil recente. *SER Social*, v. 21, n. 44, p. 48-72, 10 mar. 2019. Disponível em https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/23481 Acesso em 30/08/2020.

SOUZA FILHO, R.; ANTINARELI, C.P.G.; PAULA, C.A; SILVA, W.H.F. Política de Assistência Social no contexto neoliberal: desafios da implementação do SUAS. In: MOLJO, C.B.; DURIGUETTO. M.L. (org.) Sistema Único de Assistência Social, Organizações da Sociedade Civil e Serviço Social: uma realidade de Juiz de Fora. Juiz de Fora, Editora da UFJF, 2012. p.13-44 Disponível em <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Livro%20SUAS%20UFJF.pdf> Acesso em 08/08/2020.

SPOSATI, A. O. COVID-19 Revela a Desigualdade de Condições da Vida dos Brasileiros. *Revista NAU Social*, v. 11, n. 20, p. 101 – 103, maio-out 2020. Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/36533> Acesso em 05/09/2020.

YAMAMOTO, O. H. Questão social e políticas públicas: revendo o compromisso da Psicologia. In: BOCK, A.M.B. (org.). *Psicologia e o Compromisso Social*. São Paulo: Cortez, 2009. p. 37-54.

O ACIRRAMENTO DAS DIFERENÇAS: RELAÇÕES RACIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL¹

Hildeberto Vieira Martins

Uma breve revisão da literatura brasileira poderia confirmar, sem incorrer em grave equívoco histórico, que a nossa sociedade foi marcada por uma série de golpes cívico-militares, como os que ocorreram em 1930 e em 1964. Esse último teve uma longa duração, perdurando até o ano de 1985, sendo substituído por um lento processo de redemocratização, iniciado após 21 anos de vigência do controle de uma ditadura civil-militar (1964-1985). Portanto, podemos afirmar que a retomada de um modelo político de cunho democrático é um fenômeno reintroduzido em nosso país recentemente. Pode-se constatar também através dessa mesma revisão, que o incremento de uma maior participação política de determinados setores populares foi retomado paulatinamente em finais da década de 1970. Esse movimento de participação popular pode ser exemplificado aqui pela menção das ações promovidas por alguns setores sociais, como foram as atividades realizadas pelo Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e o Comitê Brasileiro Pela Anistia (CBA) – ambos lutando pela implementação de uma anistia ampla e irrestrita a todos os presos e perseguidos políticos durante a ditadura civil-militar de 1964 –, os movimentos sindicais ocorridas no ABC paulista em suas lutas por melhores condições de trabalho e o Movimento Negro Organizado (MNU), que tinha como objetivo principal denunciar o racismo insidioso e constante que caracterizaria a nossa sociedade. Tais movimentos populares farão a emergência de suas ações em finais da década de 1970.

Recentemente, muitos autores que tratam do tema do racismo e das relações raciais apontam que o fato determinante para a mudança de postura do Estado brasileiro sobre esse assunto foi ocasionada pela ocorrência da *III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban, África do Sul, em 2001 (Maggie, 2008; Dommigues, 2005), mesmo que seja possível constatar já na década de 1980

¹ Este capítulo é uma versão revista e ampliada de texto publicado anteriormente em espanhol. Ver MARTINS (2020).

a promoção de projetos governamentais voltados para a luta contra o racismo e valorização da cultura negra, elaborados já nos primeiros mandatos governamentais após o fim da ditadura civil-militar (como a criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra, em 1986, no governo de Franco Montoro, em São Paulo, e a Secretaria de Defesa e Promoção das Populações Negras, criada no Rio de Janeiro em 1991 no governo de Leonel Brizola).

A consolidação desse modelo de promoção de direitos sociais pode ser constatada pelo lançamento do Programa Nacional dos Direitos Humanos (PNDH), e que propunha “desenvolver ações afirmativas para o acesso de negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta” (Pinheiro; Mesquita Neto, 1997; Brasil, 1996). Em torno dessas mudanças é possível perceber que a esse movimento de discussão e problematização dos efeitos sociais e políticos do racismo na população negra provocou uma série de conquistas significativas e a ampliação de direitos voltados para essa mesma parcela da população no Brasil.

O nosso objetivo nesse capítulo é discutir como a sociedade brasileira vem discutindo e elaborando maneiras de pensar e lidar com o fenômeno das relações raciais e os seus efeitos sociais e políticos. Nosso horizonte de análise objetiva apresentar alguns avanços conquistados nos últimos anos e discutir se é possível afirmar, diante dessa revisão histórica, se houve um evidente retrocesso no âmbito nacional em torno do “debate racial” e que tal constatação refletiria o “aumento da intolerância às diferenças (sexuais, raciais etc.)”. Nossa proposta investigativa toma como objeto de análise tanto o programa de governo de cunho conservador defendido pela campanha presidencial de Jair Messias Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão (Chapa “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – PSL/PRTB), como o programa de viés progressista defendido pela chapa Fernando Haddad e Manuela D’Ávila (Coligação “O Povo Feliz de Novo” – PT/PC do B/ PROS). Para entender melhor o impacto das mudanças sociais provocadas por mudanças de governo, faremos uma breve análise do contexto político brasileiro e suas recorrentes “raízes” conservadoras. E em um segundo momento, abordaremos a emergência das políticas de ação afirmativa no Brasil, além de mencionar suas bases internacionais. Intenta-se com isso realizar uma breve discussão sobre a criação de políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades raciais em nosso país, representa-

das nesse trabalho pela análise das políticas de ação afirmativa, e assim promover uma reflexão sobre os efeitos psicossociais surgidos nesse novo cenário político e social e como isso afetaria subjetivamente os atores sociais envolvidos e qual seria o papel e a importância de estudos em psicologia social para a promoção de novas alternativas em torno do combate contra o preconceito e da discriminação racial. Acreditamos que tal perspectiva nos permite refletir sobre os efeitos psicossociais desses fenômenos sociais e como isso pode afetar subjetivamente tais sujeitos.

O CONTEXTO POLÍTICO NO BRASIL E O DEBATE RACIAL

O processo de redemocratização na sociedade brasileira é um fenômeno bastante recente em nossa história, já que o aumento da participação popular e política só ocorreram em finais da década de 1970, o que pode ser exemplificado pela ação de determinados movimentos sociais, como as ações sindicais ocorridas no ABC paulista e também pelo movimento político voltado para a consecução da anistia dos presos e exilados políticos, e que acabou resultando na aprovação da Lei de Anistia (Lei 6683/1979). Fruto das lutas políticas perpetradas em finais da década de 1970 e que avançaram ao longo da década de 1980, o cenário nacional começou a mudar e é possível vislumbrar a retomada de direitos sociais e políticos cassados ao longo dos 21 anos de ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Nos últimos 34 anos a sociedade brasileira elaborou e construiu um modelo político e social de perfil nitidamente democrático, ainda que frágil e incipiente, mas fundamentalmente necessário para a continuidade do processo de ampliação dos direitos sociais e políticos em nosso país. Contudo, não é o objetivo desse capítulo discutir os embates entre as forças progressistas (nomeadas de maneira genérica de “esquerda”) e conservadoras (definidas superficialmente como de “direita”) na busca pelo posto de maior representatividade do poder Executivo nacional (a presidência da República), mesmo que isso venha a ser discutido indiretamente. O que nos interessa discutir aqui é como os últimos governos (progressistas e conservadores) pensaram e promoveram políticas públicas e, mais especificamente, como promoveram ou estimularam políticas de ação afirmativa no que tange ao problema das relações raciais brasileira. Por isso, o nosso recenseamento histórico será breve e mais voltado para essa questão.

Como já mencionado acima, alguns autores apontam que um fato determinante para a mudança de postura do Estado brasileiro sobre as relações raciais no Brasil foi a *III Conferência Mundial das Nações Unidas de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata*, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. Segundo Sabrina Moehlecke, foi a partir do Programa Nacional dos Direitos Humanos que o Estado brasileiro é instado a formular “políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra”, além de “apoiar as ações da iniciativa privada que realizem discriminação positiva” (Moehlecke, 2002, p. 207).

É importante ressaltar que se seguiram a esse movimento de discussão dos efeitos sociais do racismo no Brasil uma série de conquistas significativas, como a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2003, com *status* de ministério nos primeiros anos de seu funcionamento. Também no ano de 2003 houve a promulgação da lei que tornava obrigatório o ensino sobre *História e Cultura Afro-Brasileira* nas escolas (Lei nº 10.639/03); a *Política Nacional de Saúde Integral da População Negra*, criada em 2009; o *Estatuto da Igualdade Racial* (Lei nº 12.288/2010), em 2010 e a *Lei de cotas*, em 2012 (Lei nº 12.711/2012). Toda essa nova legislação foi importante na consolidação do debate sobre o racismo e o papel do Estado brasileiro para a eliminação de seus efeitos negativos e excludentes. O desenvolvimento da análise que formulamos nesse capítulo exige uma discussão um pouco mais detida a respeito da “Lei de cotas”, ou melhor, a Lei nº 12.711 de 2012, que instituiu a política de cotas de cunho sociorracial em instituições federais de ensino técnico de nível médio e nas Instituições de Ensino Superior, vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Essa lei, em seu artigo 7º, prevê a sua revisão e os efeitos de sua promoção no ano de 2022. O artigo determina que “(...) será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Essa revisão é definida pela Lei nº 13.409/2016. Por conta desse cronograma, a “Lei de cotas” deve ser revista ainda na gestão do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022), atualmente sem partido. Diante desse fato, consideramos relevante analisar como está formulado o projeto político desse governo para a questão das relações sociorraciais e como ela possivelmente será tratada nos próximos anos.

Na tentativa de tentar compreender como as políticas socioraciais foram pensadas nos últimos anos e quais são os possíveis rumos desses programas como política de Estado no Brasil, nós buscaremos demonstrar através de uma análise comparativa do material de campanha registrado junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e que descreve a “Proposta de Plano de Governo” das duas chapas citadas e que disputaram o segundo turno da eleição presidencial de 2018, a saber, as propostas das chapas “O Povo Feliz de Novo” (PT, PCdoB e PROS), representada pela candidatura de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila, respectivamente candidatos a presidência e vice-presidência, e a chapa “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, encabeçada por Jair Messias Bolsonaro, à época candidato pelo PSL, tendo como candidato à vice-presidência o general Antônio Hamilton Martins Mourão, do PRTB. Acreditamos que utilizar esse material funcionará como modelo de compreensão do papel e da importância dos direitos humanos dentro de um programa de governo, ou seja, da defesa de uma política de promoção de igualdade social e política como *conditio sine qua non* de um projeto de governo e como essa importância se esboçava em cada candidatura. O material analisado opera aqui como um “mapa discursivo” capaz de produzir um retrato atualizado dos possíveis avanços e retrocessos ocorridos em torno da questão das relações raciais nos últimos anos, e que nesse trabalho são presentificadas pela análise das políticas de ação afirmativa, mais conhecidas pelo epíteto pejorativo “política de cotas”.

A nossa argumentação parte da verificação que a atual presidência brasileira definia a “política de cotas” a partir de uma terminologia desqualificadora (como “vitimismo” ou “coitadismo”) já no período da campanha eleitoral visando à presidência da República, usando até mesmo a expressão “Tudo é coitadismo no Brasil”. Por esse e outros comentários preconceituosos contra a população negra ele foi denunciado pela Procuradoria Geral da República (PGR) por crime de racismo².

² Essa forma pejorativa ou depreciativa de discutir o assunto demonstra o quanto essa temática não é vista como importante para o atual governo. Para uma maior compreensão da repercussão desse debate ver as notícias veiculadas nas mídias, como os publicados em sites como o <https://www.globo.com/> e <https://istoe.com.br/> (<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/24/bolsonaro-diz-ser-contra-cotas-e-que-politica-de-combate-ao-preconceito-e-coitadismo.ghtml>; <https://g1.globo.com/politica/noticia/pgr-denuncia-deputado-jair-bolsonaro-por-racismo.ghtml>; <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/07/31/bolsonaro-diz-que-pretende-reduzir-cotas-nunca-escravizei-ninguem.htm>; <https://istoe.com.br/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza>. Acesso em: 29 de junho de 2018)

Jair Bolsonaro não evitou tais comentários mesmo diante da crítica que recebeu de vários setores da sociedade brasileira. Sua visão sobre a questão racial parte do princípio que manter políticas de cotas raciais reforça o preconceito, e por isso ela seria equivocada, pois divide efetivamente a sociedade em “brancos” e “negros”, sendo que para Bolsonaro “Somos um só povo”. Essa concepção simplista e desprovida de embasamento histórico não faz nada mais do que reproduzir a velha ideia contida no mito da “democracia racial”, ideia que já vem sendo desqualificada desde a década de 1950 em trabalhos de cientistas sociais como Florestan Fernandes e Roger Bastide, por exemplo (Guimarães, 2001; Maio, 2000). Contudo, as ideias reproduzidas nos argumentos de Jair Bolsonaro também refletem certos princípios presentes naquilo que muitos autores denominam como o “pensamento de direita”, caracterizado fundamentalmente por atitudes autoritárias e reacionárias. A discussão do que significa o “pensamento de direita” e quais os seus efeitos no Brasil e na América-Latina será abordado aqui brevemente e de maneira parcial, mas será relevante para a compreensão e contextualização do atual debate em torno das relações raciais na sociedade brasileira.

BREVE DESCRIÇÃO DOS MOVIMENTOS DE “DIREITA” E DE “ESQUERDA” NO BRASIL

Discutir a emergência e a ascensão dos quadros políticos considerados de direita na sociedade brasileira e na América Latina carece de uma discussão continuada e que não ignore as peculiaridades inerentes ao processo de colonização a que tais países foram submetidos ao longo de seus processos de constituição nacional. O objetivo desse capítulo não é abordar de maneira pormenorizada o desenvolvimento dos partidos políticos de direita ou até mesmo do surgimento de movimentos conservadores na história nacional, mas sim oferecer um panorama parcial de algumas ideias e propostas que podem de alguma forma se caracterizar como uma “pauta de direita”. Talvez o mais adequado no debate que travaremos aqui sobre o papel dos movimentos de direita no Brasil seja a utilização de aspas para enfatizar a superficialidade e o alcance da nossa investigação e análise da definição desses termos e do campo de estudos sobre o que historicamente se convencionou chamar desde a Revolução Francesa de “direita” (partidários do rei) em oposição a uma “esquerda” (movimento ligado aos jacobinos). Essa dicotomia tornou-se clássica e é reproduzida de maneira muitas vezes maniqueísta

até os dias de hoje, o que consagra o campo do debate político como uma arena pública que praticamente se resume a dois polos antagônicos de ideias. Contudo, essa nomenclatura já está consagrada no Brasil e por isso o uso das aspas não parece ser em um primeiro momento necessário, devendo o seu uso (ou sua ausência) ser mais bem problematizado em um futuro trabalho.

Para a discussão que pretendemos desenvolver, o aspecto mais importante a ser realçado diz respeito à propagação e reprodução de certas ideias-chave que sustentam historicamente um projeto conservador ou ultraconservador de poder que perpetua a manutenção de privilégios de um determinado segmento político e econômico no Brasil. Na história do Brasil seria mais plausível analisar essa questão sem estabelecer uma separação radical entre direita e esquerda, já que desde o período monárquico o processo de participação política era controlado por grupos heterogêneos que tinham mais interesse em manter um funcionamento hierarquizado das instâncias de poder que criar conflitos desnecessários ou provocar revoltas sociais que permitissem uma mudança radical da sociedade. Talvez por isso possa ser possível constatar que a Constituição de 1824 permitia que até os anal-fabetos votassem no Brasil e que nem mesmo o critério de renda impedisse a participação política de parcela significativa da população. Isso fica evidente no censo de 1872 que registrou a participação de 13% da população no processo eleitoral (excluídos os escravos), enquanto que na Portugal, Inglaterra Holanda ou Itália esse contingente só alcançasse respectivamente 9%, 7%, 2,5% e 2% (Carvalho, 2001). Ao que parece, a participação política não era vetada a uma determinada parcela da população, o que permite acreditar que o controle social se dava por outros meios, bem mais autoritários e hierarquizados através de estratégias de ordem paternalistas e senhoriais (Schwarz, 2000). Esse fato pode evidenciar que o exercício de direitos políticos não era visto como um risco para a perpetuação de práticas autoritárias e violentas (como a escravidão) por parte dos grupos dirigentes no Brasil, o que revela que o domínio político e econômico-social não excluía a concessão de certos direitos, mas sim perpetuava a garantia do controle de como esses direitos seriam realmente exercidos e por quem. O controle social se daria pela lógica do patrimonialismo, paternalismo, do favor, fenômenos representados pelo “voto de cabresto”, pelas figuras do cabalista (que garantia o voto dos sujeitos arrematados para votar) ou do “fósforo”

(que se passava pelo verdadeiro votante). Pode-se concluir que na transição entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX o que ocorreu foi uma aliança entre as antigas oligarquias rurais e a nascente burguesia urbana com o evidente intuito de manutenção do poder político e social somente para uma parcela da sociedade. Uma divisão mais objetiva entre segmentos políticos à esquerda ou à direita somente parece ocorrer com a emergência dos primeiros movimentos sindicais no Brasil ocorrida nas primeiras décadas do século XX, basicamente organizados pelo ainda incipiente movimento proletário socialista que se aglutinava em torno da formação de um anarcossindicalismo (Konder, 2003). Não podemos deixar de finalizar essa breve discussão sem mencionar o papel e a participação de destaque que a Igreja Católica teve na vida política brasileira ao longo de todo o período colonial e monárquico, posição que perduraria ainda nas primeiras décadas republicanas, sendo que nesse último período o discurso católico voltou-se para a crítica ao avanço do comunismo no Brasil e na defesa dos “fundamentos tradicionais” da sociedade brasileira como forma de defesa social contra a anarquia e a decadência social.

A consolidação desses polos político-partidários agudizam-se a partir do golpe militar ocorrido em 1930, evento que teve como figura-chave Getúlio Dornelles Vargas, fato que decretou o fim da chamada *Primeira República*. Esse período foi marcado pela ampliação de vários direitos políticos e sociais (como a consolidação de uma legislação trabalhista e previdenciária cujos alguns aspectos ainda perduram até os dias atuais) e, paradoxalmente, pela limitação de alguns desses mesmos direitos (como o fim do exercício político-partidário, em 1937). A primeira fase da “*Era Vargas*” foi marcada por certa instabilidade política, o que permitiu o acirramento das posições dos movimentos de esquerda e de direita no país. Característico desse momento turbulento foi o surgimento da Aliança Nacional Libertadora (ANL), e que desencadeou a *Intentona Comunista* (ou Revolta Comunista), ocorrida em 1935, e da *Ação Integralista Brasileira* (AIB), em 1932. Esses movimentos díspares apontam para a efervescência social e política da época.

A *Intentona Comunista* foi um levante de feição comunista, capitaneado por uma ala militar que tinha a intenção de desencadear uma revolta armada para a derrubada do governo de Vargas. Esse movimento contou ainda com a participação de segmentos católicos, socialistas, liberais e de parte do movimento operário da época que estavam

frustrados com o rumo do processo político autoritário varguista. Esse movimento pode representar aquilo que denominamos no Brasil como de “esquerda”. Aglutinados em torno da figura de Luís Carlos Prestes, o movimento foi uma resposta à decretação da ilegalidade política da ALN e sua tentativa de implantar um governo de base popular no Brasil. Os levantes promovidos pela Intentona Comunista foram rapidamente combatidos e massacrados pelo governo vigente, o que provocou a cassação e perseguição implacável de seus idealizadores e organizadores. Por conta disso, esse movimento teve vida curta.

A exemplificação de um movimento com viés de “direita”, com evidentes características fascistas, pode ser caracterizado pelo movimento político-ideológico *Ação Integralista Brasileira* (AIB), mais conhecido pela denominação de Integralismo, fundado em 1932, e que se tornou partido político em 1935. Esse movimento foi comumente associado ao nome do escritor e político Plínio Salgado, seu principal ideólogo, sem que necessariamente este pensador aderisse totalmente aos ideais fascistas europeus. Esse movimento teve forte impacto e penetração no ideário brasileiro na década de 1930, perdendo força após o golpe promovido por Getúlio Vargas e que extinguiu os movimentos políticos em 1937. Pode-se afirmar que a principal contribuição do movimento integralista no ideário conservador e autoritário brasileiro foi a propagação do lema “Deus, pátria e família”, *slogan* que seriam retomado algumas vezes nas décadas seguintes como princípio norteador de uma concepção idealizada de sociedade, e que ganhou cada vez mais força em decorrência dos estreitos laços existentes entre determinados setores da sociedade civil, da Igreja católica e do Estado brasileiro.

O breve resumo dos últimos dois séculos da história do Brasil descritos acima não são suficientes para expor todas as nuances do processo de emergência de um modelo de cidadania e do conjunto de suas práticas. Mas o que definiria e descreveria as ideias-chave que nortearam as práticas e ideias reacionárias, conservadoras, autoritárias ou de direita no Brasil? Consideramos que é importante evidenciar que não parecer ser possível confundir ou associar diretamente as práticas e ideias de direita somente a uma pequena parcela da sociedade brasileira. Parece-nos mais adequado compreender a perpetuação dessas práticas como um projeto ideológico compartilhado por vários grupos e setores sociais e que assim reproduzem uma “cultura reacionária”. Essa “cultura” opera a partir de determinadas coordenadas subjetivas que po-

dem ser definidas, ainda que preliminarmente, assim: a) um conteúdo ideológico que preconiza uma temporalidade estática e perene; b) uma mentalidade e um comportamento individualizado e coletivo de caráter violento e autoritário; c) um funcionamento social e econômico de perfil conservador garantidor da manutenção das hierarquias; d) a reprodução de “certezas” (ideias) assentadas em uma ordem natural a-histórica e constante (raça, nação, tradição etc.) Esses vetores ideológicos permitem a perpetuação da cristalização das desigualdades (raciais, de gênero, de classe etc.) e o retardamento (e por vezes o impedimento) da mobilidade social e econômica da grande maioria da população brasileira. O esboço feito aqui é mais uma tentativa de levantar questões e propor novos caminhos investigativos do que apresentar conclusões sobre o funcionamento da sociedade brasileira e a reprodução e manutenção de suas relações de desigualdade a partir da manutenção de formas subjetivas de ser e existir. Contudo, como dito anteriormente, esse capítulo não tem esse tema como questão principal, pois o nosso objetivo é analisar as condições atuais de uma política conservadora e seus efeitos sociais. Para isso, tomaremos as políticas de ação afirmativa como ponto de inflexão para esse debate.

UMA QUESTÃO PARA A REFLEXÃO: AS POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA NO BRASIL

No Brasil tem ocorrido um crescente debate em torno do surgimento das políticas de ação afirmativa. Essa temática, de vida ainda bastante curta em nossa história faz parte das discussões políticas e sociais há bem mais tempo em países como a Índia, Estados Unidos ou África do Sul. Por aqui esse modelo de correção da desigualdade social e política que afeta determinadas minorias é motivo de polêmica em razão das críticas de alguns setores sociais brasileiros sobre os possíveis resultados (positivos e/ou negativos) de sua promoção como mecanismo de ampliação de direitos no Brasil. A análise sintética que faremos dessa questão tem o propósito de contribuir para um maior entendimento desse debate, e com isso auxiliar na compreensão dos fatores que determinam o porquê de tais políticas serem objeto de intenso e polêmico debate na sociedade brasileira. Preliminarmente, abordaremos o assunto a partir de uma revisão bibliográfica e documental (livros, artigos, relatórios, notícias de jornal etc.) a respeito do tema. O material pesquisado permitiu concluir que a compreensão da noção de políticas

públicas ou privadas voltadas para o atendimento de uma determinada parcela da população, que em decorrência de certos critérios (físicos, biológicos, sociais ou culturais) tenham sido discriminadas em situações pretéritas, é um recurso que foi e é utilizado de maneira frequente e continuado em vários países (Estados Unidos, África do Sul, Índia etc.), mas que esse mesmo artifício institucional apresenta características singulares no que tange a sua execução na sociedade brasileira em decorrência da nossa definição e compreensão do que é raça e racismo, e do nosso uso da categoria de cor como fator determinante para a nossa nomenclatura racial. As políticas de ação afirmativa (de caráter público ou privado) promovem, de maneira provisória, a garantia de direitos (sociais, econômicos e políticos) para grupos considerados minoritários que sofram algum tipo de discriminação. Essas políticas pressupõem que tais grupos foram privados desses direitos em decorrência de sua condição de desigualdade social, racial e/ou política. Esse modelo de promoção social ficou conhecido também por termos como “política de cotas”, “ação compensatória” e “reserva de vagas” “cota racial” (Feres Junior *et. al.*, 2018; Moehlecke, 2002, p. 198). A origem dessas nomenclaturas parece ter como fonte o termo *affirmative action* (ação afirmativa), difundido a partir dos Estados Unidos, já na década de 1960. O primeiro uso do termo parece ter ocorrido na Ordem Executiva nº 10.925, de 1961, proposta na gestão do presidente americano John F. Kennedy.

Os antecedentes históricos desse debate remetem à velha divisão ideológica e geográfica entre o “Norte” e “Sul” norte-americanos e que favoreceu a criação de uma série de mecanismos legais de divisão segregacionista nessa sociedade a partir de uma polarização racializada e estanque entre “brancos” e “negros”. O exemplo mais conhecido desse modelo americano de separatismo racial foi a decisão da Suprema Corte Americana, já em 1896, sobre a constitucionalidade legal da divisão espacial entre “brancos” e “negros” nos ambientes públicos, desde que houvesse a equiparação de lugares, ou seja, o subterfúgio legal preconizado nessa época era a ideia de “igual, mas separado” (Oliven, 2007, p. 31). Essas práticas racistas vigoraram durante décadas na sociedade americana, ficando vulgarmente conhecido pelo termo *Jim Crow* (Brito, 2019; Moehlecke, s/d.). Os debates e as convulsões sociais provocados por essa política de exclusão de determinados direitos à população negra só foi finalmente revisto quando o Congresso Americano, pressionado por uma série de manifestações sociais, aprovou o *Civil Rights Acts*

(“Lei dos Direitos Civis”), em 1964. No Brasil, a criação de ações que apresentem tais características ainda é um fenômeno bastante recente se comparado à realidade americana. Aqui, o papel do negro e o seu lugar na sociedade vem sendo há muito discutido, seja para descrever alguns aspectos de uma suposta personalidade “perigosa”, seja para “exaltar” suas características singulares a partir de uma lógica do exotismo inerente a esses grupos étnicos. Contudo, o que não muda é a necessidade dessas práticas culturais serem objeto de um discurso estigmatizador e superficial.

A primeira iniciativa que pode ser considerada sob esta rubrica em solo brasileiro foi elaborada em 1968 por técnicos do Ministério do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho para a formulação de uma lei destinada à manutenção de um percentual mínimo de empregados “de cor” nas empresas privadas brasileiras (entre 10% e 20%, dependendo do campo de trabalho). Contudo, a discussão dessa lei não chegou nem a ser finalizada ou até mesmo aprovada (Moehlecke, 2002, p. 204). Essa discussão voltaria a ocorrer na década de 1980, com a proposição do projeto de Lei nº 1332, de 1983, de autoria do deputado federal Abdias Nascimento e que propunha mecanismos de compensação para a população negra. E mais uma vez o projeto não foi aprovado pelo Congresso (idem, p. 204). Esse cenário somente começaria a mudar a partir da década de 1990, com a ampliação das políticas públicas voltadas para as parcelas sociais mais desassistidas. Será possível verificar a criação de medidas redistributivas e assistenciais direcionadas para a erradicação dos níveis alarmantes de pobreza que caracterizavam a condição social da grande maioria da população brasileira, em especial da população negra. E é inegável que tal mudança de perspectiva foi resultado do processo de redemocratização pelo qual passava o Brasil, o que explica que a Serra da Barriga, onde localiza-se o Quilombo dos Palmares, fosse considerado patrimônio histórico somente em 1984 e que em 1988 houvesse a criação da Fundação Cultural Palmares, instituição voltada para “para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira”. Foi a partir da chamada “Constituição cidadã”, de 1988, que as primeiras políticas de ação afirmativas foram promovidas pelo Estado Brasileiro, como foi o caso da reserva de mercado de trabalho para pessoas com deficiência e para mulheres. Fica evidente que essas políticas não são somente direcionadas para a

população negra, mas cobrem um espectro bastante diverso de garantia de direitos para grupos minoritários. Em 1995, pressionado por setores da sociedade civil e do movimento negro, o governo cria um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para discutir e desenvolver políticas de promoção da população negra. Tais discussões avançarão e um dos seus efeitos seria o lançamento do *Programa Nacional de Direitos Humanos* em 1996, além da realização do Seminário “Ações Afirmativas: estratégias antidiscriminatórias”, organizado pelo *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada* (IPEA) e realizado no mesmo ano. Outras ações passaram a fazer parte da agenda política brasileira, inclusive com o reconhecimento público, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, do papel do Estado brasileiro na manutenção do racismo. Novas propostas seriam pensadas e discutidas até a implantação da “política de ação afirmativa” na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), as primeiras iniciativas voltadas para as “cotas raciais”, implementadas já no início dos anos 2000, e que irão “chamar a atenção da grande imprensa e da opinião pública” (Daflon *et. al.*, 2013).

Para finalizar a discussão aqui levantada é preciso sinalizar como essas políticas estão intimamente vinculadas no Brasil aos usos e abusos do mito da “democracia racial” e da constituição de um discurso racializado e das suas formas de controle e exclusão social (Maggie, 2008; Telles, 2003; Guimarães, 2001). A retomada dessa discussão, que às vezes resvala em um posicionamento rigidamente dicotômico, parece se sustentar em uma série de estudos acadêmicos e de ações promovidas pelo movimento negro que tiveram como objetivo principal realizar a revisão da questão dos vários sentidos do que é ser “negro” ou “branco” na sociedade brasileira (Martins, 2018; Schucman, 2014; Ferreira, 2000, Guerreiro Ramos, 1995). Tal debate, contudo, não é recente, e remonta aos primeiros movimentos de definição da nossa identidade nacional (Martins, 2014; Lima, 2003; Mattos, 1998; Schwarcz, 1995). As ações afirmativas são reconhecidamente interpretadas como o resultado de lutas políticas de movimentos sociais ditos minoritários e do questionamento que os mesmo fazem do papel e dever do Estado em estabelecer condições mínimas de igualdade entre seus os seus cidadãos. Como existem diferentes formas discriminatórias de inclusão/exclusão social em cada sociedade e cultura, as ações afirmativas também apresentam

os mais variados formatos e alcance³ (leis e orientações jurídicas, ações voluntárias ou obrigatórias, programas de governo ou privados etc.), assim como são voltadas para um público-alvo bastante heterogêneo e abrangente (mulheres, negros, judeus, comunidade LGBTQ+, pessoas com necessidades especiais etc.). Contudo, apesar dessa diversidade e abrangência, o modelo mais conhecido e criticado no Brasil nos últimos anos continua sendo o sistema de cotas para o acesso ao ensino superior, ao que parece porque está mudando drasticamente o perfil dos ingressantes à Universidade.

OS DIREITOS SOCIAIS COMO POLÍTICA DE ESTADO: OS PROGRAMAS DE GOVERNO NA ELEIÇÃO DE 2018

A chamada “Lei de cotas”, ou melhor, a Lei nº 12.711 de 2012, que promulgou a efetivação das políticas de cotas que levem em conta o aspecto sociorracial em instituições federais de ensino técnico de nível médio e nas Instituições de Ensino Superior, às quais são vinculadas ao Ministério da Educação (MEC). Essa lei, em seu artigo 7º, ainda prevê a sua revisão e o impacto de seus efeitos até o ano de 2022. O artigo mencionado acima determina que “será promovida a revisão do programa especial para o acesso às instituições de educação superior de estudantes pretos, pardos e indígenas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas”. Essa revisão foi definida por uma lei complementar, a Lei nº 13.409/2016. O que esse artigo demonstra nitidamente é o caráter provisório dessa lei e sua necessária revisão desde que não atinja o seu objetivo principal, que é a garantia de equidade social. Como dito antes, a escolha de pensar o acirramento e ascensão de um discurso conservador (de “direita”) na sociedade brasileira a partir da análise das políticas de ação afirmativa segue a lógica de que os efeitos dessas ações permitem um maior entendimento dos avanços e possíveis retrocessos alcançados por tais narrativas nos últimos anos no Brasil. Para sustentar essa hipótese, e talvez corroborar o argumento anteriormente exposto, realizamos a análise do material das candidaturas das duas chapas elegíveis para o segundo turno eleitoral à presidência da

³ Um exemplo de recurso legislativo dessa ordem é a Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que torna obrigatório o ensino sobre História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais ou particulares, em todo o Brasil. Essa lei não foi a primeira voltada para construir a definição e afirmação de uma identidade afrodescendente. Ela se junta as outras políticas públicas colocadas no hall das políticas de ações afirmativas em vigor no Brasil.

República no ano de 2018. A nossa ideia era compreender quais foram as ideias-base da candidatura que se sagraria vencedora desse pleito e que em decorrência disso colocaria em prática suas ações políticas direcionadas para as “questões sociais”. Para avançar metodologicamente no debate, definimos certas palavras-chave com o objetivo de investigar quais eram os princípios programáticos do governo eleito no processo eleitoral de 2018 e como ocorre o tratamento dos temas que envolvem questões relacionadas à manutenção de direitos sociais direcionados a determinados seguimentos sociais. As propostas que foram analisadas encontram-se disponíveis no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁴. Utilizamos as seguintes palavras-chave: direito(s) humano(s); cidadania; negro(s) e negra(s); indígena(s); LGBTI+; cota(s); quilombola(s); mulher(es); gênero(s). Essas palavras foram selecionadas para a nossa pesquisa em decorrência do seu uso regular por militantes, participantes e apoiadores dos movimentos sociais, e que são frequentes também em trabalhos acadêmicos e na legislação voltada para a garantia de direito aos grupos minoritários ou para os seguimentos sociais que foram escolhidos para o desenvolvimento de políticas compensatórias por conta das suas condições de vulnerabilidade e de desassistência política, econômica e social.

A análise que realizamos, em razão de ser bastante restrita e pontual, já que não abrange um período extenso da história política brasileira, resumindo-se à última eleição presidencial brasileira, não se enquadra *stricto sensu* àquilo que poderia ser caracterizado metodologicamente como análise de conteúdo. Nesse trabalho empreendemos basicamente uma análise de perfil quantitativo a partir de determinadas palavras-chave usadas como estratégia de verificação da ausência, presença e repetição de determinadas palavras no material programático (documento de campanha intitulado “Proposta de Plano de Governo”) e que aqui é utilizado como forma de compreender os usos/não-usos desses termos como um índice explicativo-compreensivo da relevância/irrelevância que as mesmas exercem e da importância que ocupam na elaboração de uma concepção política (ou de “visão de mundo”) relacionada a um determinado projeto de governo. No quadro a seguir, apresentamos a distribuição e frequência das referidas palavras.

4 Ver <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidatos>. Acesso em 12 mar. 2020.

Palavras-chave	Chapa “O Povo Feliz de Novo”	Chapa “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”
Direitos humanos	26	01
Cidadania	14	01
Negros(as)	29	00
Indígena(s)	22	00
LGBTI+	20	00
Cota(s)	03	00
Quilombola(s)	12	00
Mulher(es)	35	01
Gênero(s)	09	00

O que a análise dos dois documentos revela é a quase inexistência das palavras-chave selecionadas na proposta de governo apresentada pela candidatura de Jair Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão (Chapa “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”). Ilustraremos, para uma maior compreensão dos usos das palavras-chave (relevância/irrelevância), a ocorrência e frequência da menção dessas palavras no documento dessa chapa. Tomando como exemplo a palavra-chave “direitos humanos” notamos que a mesma aparece uma única vez, sendo encontrada no tópico “*Conclusão*”, parte do documento que serve para elucidar como a questão da violência no Brasil é ideologicamente distorcida segundo essa candidatura, ao afirmar que “a esquerda está preocupada com as mortes associadas a ações policiais” e o que os “números comprovam que o extermínio de brasileiros é realizado pelos criminosos!”. A palavra aparece no oitavo ponto da “*Conclusão*” da seguinte maneira: “Redirecionamento da política de direitos humanos, priorizando a defesa das vítimas da violência.” (*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, 2018, p. 29-32).

Outra palavra-chave mencionada no programa é “cidadania”, que aparece no tópico “*Para Finalizar*”, mas atrelada a uma concepção mais genérica e superficial do conceito de direitos humanos. Chega-se a essa conclusão partindo do fato que a mesma aparece no seguinte contexto: “Todos esses objetivos [da proposta de governo] não valem sem resgatar a fraternidade, o respeito ao próximo, a cidadania, a responsabilidade com os mais fracos e vulneráveis.” (*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, 2018, p. 80). E por fim, a última palavra-chave

mencionada é o termo “mulher(es)”, e que consta em todo o documento somente uma única vez. Ela aparece quando se discute o percentual de vítimas de estupro no Brasil e que é retratado no texto da seguinte forma: “Outro exemplo de mudança ideológica: combater o estupro de mulheres e crianças!” (*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*, 2018, p. 30). Contudo, como também ocorre com as outras palavras-chave no documento citado, o uso dessa expressão não é desenvolvido nem problematizado de maneira mais pormenorizada, faltando inclusive um melhor discernimento entre o número de casos de estupro entre crianças e adolescentes, já que os mesmos são mesclados na categoria genérica “mulheres”, sem levar em consideração seus aspectos étários, sociais e políticos e legais.

A investigação analítica realizada da presença e do uso das mesmas palavras-chave na “Proposta de Plano de Governo” da candidatura de Fernando Haddad e Manuela D’Ávila evidencia a importância e o espaço que a questão dos direitos humanos ocupa nesse “Plano” como um norte fundamental para o futuro projeto de governo da chapa em questão. Para exemplificar, vamos expor o uso do termo “direito”, que é repetido dez vezes no documento, aparecendo já no início ao figurar em seu “Sumário”, o que demonstra a sua importância para a organização desse programa. Se somarmos as menções de todas as palavras-chave selecionadas em nossa pesquisa no “Plano” dessa chapa constata-se um total de 170 ocorrências em oposição às exíguas três citações no documento governamental apresentado pela chapa “*Brasil acima de tudo, Deus acima de todos*”. Em decorrência dos limites desse capítulo, a nossa análise se restringirá a ilustrar as discrepâncias mais evidentes entre o programa das duas chapas. Mas a simples análise quantitativa das ocorrências das palavras-chave demonstra o papel e a importância dada por cada candidatura às questões relacionadas aos direitos. Portanto, o nosso objetivo nesse capítulo não resulta em uma análise exaustiva do programa de governo das duas candidaturas, mas sim sinalizar, mesmo que de maneira ainda preliminar, alguns sinais de um significativo retrocesso inerente a ascensão de um governo de viés conservador ou reacionário e a sua evidente falta de compromisso político e social com as categorias sociais mais vulneráveis de desassistidas. Maiores conclusões exigem um maior aprofundamento futuro. Para finalizar, não é surpreendente verificar que mesmo uma análise preliminar e limitada dos documentos utilizados por esse capítulo não constatou no programa de

governo da chapa promovida por Jair Bolsonaro e Antônio Hamilton Martins Mourão nenhuma menção sobre políticas de ação afirmativas (as “cotas sociorraciais”) voltadas para o acesso da população negra (pretos e pardos) às universidades ou aos concursos públicos, mesmo que tal candidatura tenha defendido explicitamente mudanças nessa política durante toda a sua campanha presidencial. Em várias ocasiões o atual mandatário brasileiro se disse a favor da adoção de cotas estritamente sociais, para pessoas com menor poder aquisitivo, ao invés da política de cotas raciais, enfatizando a sua intenção em diminuir significativamente os programas que estavam sendo mantidos pelos governos anteriores.

SUBJETIVIDADE, SAÚDE, PSICOLOGIA SOCIAL E A CRISE SOCIAL BRASILEIRA

O entendimento da perpetuação de relações raciais assimétricas na sociedade brasileira ganharam grande destaque e relevância no ano de 2020, reacendendo o debate sobre a existência de um “racismo à brasileira”. Fruto de discussões internacionais e nacionais sobre a violência simbólica e física contra a população negra, a denúncia do funcionamento do racismo estrutural e seus efeitos perversos passou a fazer parte da “ordem do dia” no Brasil e no mundo. O conceito de racismo estrutural (os efeitos psicossociais do racismo), resgatado e retomado por trabalhos mais recentes sobre as relações raciais no Brasil é um assunto que vem sendo retratado em trabalhos sociológicos desde ao menos a década de 1970 por pensadores e ativistas do movimento negro. Mesmo que a discussão não seja nova, é preciso apontar que ela ganhou novos contornos ao longo dos últimos anos a partir do acréscimo de novas perspectivas e novos conceitos, como o de branquitude, e o papel que os mesmos têm na reprodução das desigualdades raciais no Brasil. Em um país em que as estruturas racistas se mantêm ao longo de séculos, repensar seus mecanismos de difusão são uma forma de romper com tais estruturas e eliminar as práticas que promovam formas de sofrimento psíquico e que assim podem promover estratégias garantidoras da efetivação da saúde da população negra. E para compreender a montagem dessas estruturas de exclusão é preciso revisar historicamente sua emergência, sua lógica e as suas relações com o campo da saúde. Por isso, não podemos esquecer que foi justamente para combater as epidemias de varíola, peste e febre amarela nos gran-

des centros urbanos do nosso país que no final do século XIX e início do século XX surgem as primeiras intervenções ampliadas do Estado voltadas para a saúde das classes populares, e que entre outros motivos atendiam a interesses econômicos e civilizatórios, já que essas epidemias recorrentes prejudicavam, por exemplo, a exportação dos produtos agrícolas brasileiros, como o café (Vasconcellos, 1999). Nesse período as políticas e práticas de saúde eram somente normativas, já que uma parcela da elite (oligarquia rural e burguesia urbana) percebia a população como incapaz de auxiliar na erradicação das doenças, cabendo aos modelos de intervenção em saúde e aos seus técnicos o controle sobre o espaço social e ao seu ordenamento público. Com a expansão urbana ocorrida no início do século XX, amplia-se nas grandes cidades a presença de uma classe média mais independente das oligarquias rurais, o que favoreceria o surgimento de propostas menos autoritárias de intervenção na área de saúde. Com o advento de uma série de projetos de modernização da sociedade brasileira, as ações médico-psicológicas assumem uma importância central no debate político nacional. Apesar disso, grande parte da população continua excluída das ações políticas e das técnicas de saúde. As práticas em saúde ainda eram normativas: os técnicos tinham uma saber científico que devia ser aceito, incorporado e aplicado pela população sem maiores questionamentos. Se já não se afirmava com tanta frequência que o “povo” era o único culpado pela nossa situação de subdesenvolvimento, ele continuava, porém, sendo visto como vítima incapaz de iniciativas criativas e autônomas (Vasconcellos, 1999, p. 26). A partir de 1930, as ações estatais no setor de saúde se concentram na construção de um sistema previdenciário destinado às categorias de trabalhadores, em que ações de caráter coletivo são esvaziadas em favor da expansão da assistência médica individual. E não podemos ignorar que uma parte significativa das ações em saúde pública foi um efeito da eclosão da Segunda Guerra, muitas delas pontuais e calcadas em interesses militares, o que não impede que novas tecnologias na área de saúde sejam difundidas.

Passadas algumas décadas, intercaladas por golpes cívico-militares, chegamos ao advento da democratização política e da criação e consolidação do SUS (Sistema Único de Saúde) em finais da década de 1980, e que revela que a questão da saúde ocuparia um espaço cada vez maior na busca de solução para as distâncias sociais presente em nossa sociedade. Grande parte das práticas de saúde está hoje voltada para a

superação do fosso cultural existente entre as instituições estatais e a população, dando maior atenção para as questões culturais, cognitivas e subjetivas e como elas bloqueiam ou potencializam o funcionamento das práticas em saúde em relação à população. É nesse cenário que as práticas em psicologia, a psicologia social mais especificamente, podem e devem ocupar um lugar destacado na discussão sobre o sofrimento de uma parcela da população e o impacto das desigualdades sociais na sua produção. Cabe à psicologia discutir a produção de violências (simbólica e física) direcionadas à população negra (preta e parda), manifestadas socialmente na forma de ideias de caráter reacionário e desencadeadoras de atitudes violentas e racistas. Tora-se comum, a partir dessa lógica, que determinadas práticas sociais tomem por base uma visão biologizante das relações raciais (a ideia de uma “natureza racial”), que conferem ao sujeito visado por essas ações discriminatórias atributos de caráter “essencialista” ou “inato” de teor negativo. Como consequência desse tipo de lógica caberia à sociedade, ou parte dela, tentar regular ou coibir determinados comportamentos “inadequados”, sendo o último recurso, e o mais radical, o uso da violência. Mas será que ainda é possível pensar as relações sociais pela lógica racializada? A sociedade contemporânea não deveria pensar essas relações de outra maneira ou estamos fadados a percebê-las através da ótica essencialista e da lógica racista? Já não ficou evidente que o conceito de raça é antes de tudo, uma atribuição social? Mas por outro lado não podemos ignorar que muitos ainda hoje em dia a utilizam com o único propósito de estigmatizar negativamente quem é colocado em tal posição essencializadora. Insistindo um pouco mais nessa argumentação, acreditamos que a rotulação de um determinado indivíduo em categorias construídas historicamente (sim, os conceitos de “negro” e “branco” foram construídos historicamente) obedece à regra de inclusão e exclusão social. Diante da permanência desses comportamentos preconceituosos o papel do Estado se torna fundamental como mediador e até promotor da redução dos conflitos sociais, o que aponta para a importância da contínua avaliação crítica que os agentes sociais, os psicólogos incluídos, devem realizar de governos que se eximem de discutir e desenvolver políticas voltadas para a eliminação do racismo. A breve análise do programa do governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) retrata que a questão não é considerada de importância, mesmo com vários indicadores sociais que apontam para os dados alarmantes do racismo brasileiro. Cabe então

concluir que um programa de cunho conservador é um evidente instrumento de desmontagem das políticas promotoras de equidade social.

A nossa compreensão do que está sendo dito e que se materializa socialmente na reprodução de determinadas práticas decorre da nossa capacidade de entender quem está falando e de como isso é ouvido (e entendido) pelo seu interlocutor, demonstrando que devemos sempre levar em conta a existência de preconceções, cujas bases culturais, sociais e linguísticas estabelecem modos de ver e se relacionar com a alteridade tem o potencial de produzir respostas excludentes e violentas (físicas ou simbólicas). É nesse processo de compreensão dos fatores subjetivos e sociais que se insere e insinua a tarefa e o trabalho da psicologia social, funcionando como ferramenta de análise, elaboração e transformação dessa realidade social. Tarefa que de maneira alguma é simples e tampouco é de fácil diagnóstico e solução. Mas é um desafio que exige do profissional dessa área uma implicação e entendimento do impacto que o seu compromisso com a tarefa representa. E aqui não cabe nenhuma certeza do que será possível realizar, somente fazer do exercício profissional compromisso com o desafio lançado. Cabe um último apontamento nesse trabalho. É importante lembrar que o Sistema Conselho (CFP) a partir dos anos 2000 reconhece o impacto do racismo na saúde física e mental da população negra brasileira e que, portanto, afirma que é dever da(o) psicóloga(o) combater toda a forma de racismo e violência racial. Esse posicionamento ficará evidenciado na publicação da *Resolução do Conselho Federal de Psicologia*, nº 018/2002, e que veda a essa(e) profissional quaisquer práticas de segregação e discriminação racial. Mais recentemente, o Sistema Conselho afirmou ser fundamental, por parte das(os) psicólogas(os), promover e incrementar ações continuadas visando o enfrentamento do racismo em suas várias formas de manifestações como forma de favorecer a sua eliminação. O sistema, em 2017, lançou outro importante marco ético para a orientação da carreira profissional em psicologia, concretizado na publicação das “Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas(os) na interface com as Relações Raciais” (CFP, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou enfatizar a precariedade da definição da noção e do campo de estudos sobre os movimentos de direita e de esquerda no Brasil e na América-Latina. A discussão em torno dessa

dicotomia tornou-se clássica, e por isso mereceria ser mais discutido em cada contexto social, inclusive suas relações que a perpetuação do racismo no Brasil. A exposição aqui realizada foi uma tentativa de apresentar alguns aspectos históricos que fomentaram e ainda fomentam certas ideias e práticas que podem ser chamadas de reacionárias, conservadoras e autoritárias e que por conta disso giram em torno do campo do “pensamento de direita”. Se nos dias atuais pode-se afirmar o surgimento de uma “nova” direita, promotora do resgate de velhos ideais autoritários e da defesa de uma ordem social em constante risco em decorrência da difusão de noções que atentam contra a “ordem natural das coisas”, isso não impede questionarmos se tal modelo político retratado por tal alcunha não é mais uma das facetas de uma pluralidade de visões conservadoras de mundo, fruto de um modelo colonialista de poder.

A psicologia social pode nesse contexto operar como uma ferramenta útil de análise, capaz de proporcionar uma visada crítica e transformadora da realidade social e agir como dispositivo instrumentalizador de outras práticas sociais sobre essa mesma realidade. Para finalizar retomaria o título desse texto e perguntaria se o acirramento das diferenças e a eclosão de discursos conservadores e ultraconservadores, não seria o mesmo que nos faz indagar sobre o nosso papel e implicação na manutenção de certas ideias de “normalidade”, já que o nosso exercício profissional é fator de mediação de práticas sociais e de saúde. O que mobiliza o nosso desejo e nosso agir no mundo ou a nossa omissão ou conformidade no mesmo? Acredito que novas formas de resistência sempre se apresentarão e que o conceito de raça ainda pode ser uma categoria que possibilita colocar em xeque o nosso saber sobre aquilo que constitui nosso pertencimento à categoria humana. Mas também não é ela que pode garantir a naturalização do nosso lugar social no mundo? Que esse trabalho lance algumas questões sobre o tema, pois não é sempre por um triz que a resistência vira cooptação ou sectarismo, e não é sempre por um triz que a homogeneização absorve suas margens? Devemos nos perguntar o que nos possibilita produzir novas formas de estar no mundo através da construção e reconstrução da nossa história. Não seriam essas interrogações o que nos permitem acreditar que algo ainda esta para ser construído e que nos cabe aceitar essa aventura como o legado da nossa história, sem afirmar *a priori* o bem ou o mal, mas simplesmente apostar em novas formas de existência?

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Brasília, DF, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em 20/06/2020.
- BRITO, L. da C. “Mr. Perpetual Motion” enfrenta o Jim Crow: André Rebouças e sua passagem pelos Estados Unidos no pós-abolição. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 32, n.66, p. 241-266, 2019. Epub 25 de abril de 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s2178-14942019000100012> Acesso em 13/08/2020.
- CARVALHO, J. M. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Relações raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogos/os. Brasília: CFP, 2017. 147p.
- _____. Resolução CFP nº 018/2002, 2002. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2002/12/resolucao2002_18.PDF Acesso em 13/06/2020.
- DAFLON, V. T.; FERES JÚNIOR, J.; CAMPOS, L. A. Ações afirmativas raciais no ensino superior público brasileiro: um panorama analítico. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n.148, p. 302-327, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000100015> Acesso em 20/07/2020.
- DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. *Revista Brasileira de Educação*, 29, p. 164-176, 2005. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782005000200013> Acesso em 15/05/2020.
- FERES JUNIOR, J. et. al. Ação afirmativa: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018. 208p.
- FERREIRA, R. F. Afro-descendente: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000. 188p.
- GUERREIRO RAMOS, A. Introdução crítica à sociologia brasileira. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora da UFRJ, 1995.
- GUIMARÃES, A. S. A. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos Cebrap*, n. 2, v.61, p. 147-162, 2001.
- ESTADÃO CONTEÚDO. “Aqui no Brasil não existe isso de racismo”.

IstoÉ, São Paulo, 29 jun. 2018. Disponível em: <https://istoe.com.br/aqui-no-brasil-nao-existe-isso-de-racismo-diz-bolsonaro-em-fortaleza/> (29/06/2018). Acesso em 10/06/2020.

KONDER, L. História das ideias socialistas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

LIMA, Ivana Stolze. Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

MAIO, M. C. O projeto Unesco: ciências sociais e o “credo racial brasileiro”. Revista USP, São Paulo, n. 46, p. 115-128, JUN/ago. 2000.

MAGGIE, Y. Pela Igualdade. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 16, n.3, p. 897-912, set-dez., 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300011/9143> Acesso em 12/05/2020.

MARTINS, H. V. ¿”Brasil por encima de todo”? los nuevos rumbos de la política de acción afirmativa en Brasil. In: BRAVO, Omar Alejandro (org.). Las nuevas derechas. Un desafío para las democracias actuales. Colômbia: Universidad Icesi, 2020. Disponível em: http://repository.icesi.edu.co/biblioteca_digital/handle/10906/87014 Acesso em 12/12/2020.

_____. Psicologia, raça e racismo: breve análise de suas bases históricas. In: F. T. PORTUGAL; C. FACCHINETTI & A. C. CASTRO (org.). História Social da Psicologia. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2018.

_____. Da África às faculdades de medicina: um estudo do elemento negro na sociedade brasileira. In: Identidade, branquitude e negritude - contribuições para a psicologia social no Brasil: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, v.1, 2014.

MATTOS, H. M. Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil – Século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MOEHLECKE, S. Ação afirmativa: História e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n.117, p. 197-217, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000300011> Acesso em 12/05/2020.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: Uma comparação entre os Estados Unidos e o Bra-

sil, 2007. Educação, Rio grande do Sul, v. 30, n. 1, p. 29-51. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/539/375> Acesso em 10/05/2020.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; MESQUITA NETO, Paulo de. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. Estudos Avançados, São Paulo, v. 11, n. 30, p. 117-134, agost. 1997. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200009&lng=en&nrm=iso Acesso em 25/02/2021.

SCHWARCZ, L. M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARZ, R. As ideias fora do lugar. In: _____. Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. SP: Duas Cidades; Ed. 34, 2000. (Coleção Espírito Crítico).

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. Psicologia & Sociedade, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000100010&lng=en&nrm=iso Acesso em 17/04/2020.

TELLES, E. E. Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: Fundação Ford, 2003.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Propostas de governo dos candidatos ao cargo de Presidente da República, 2019. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/propostas-de-candidato> Acesso em 02/02/2020.

VASCONCELLOS, E. M. Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família. São Paulo: Editora Hucitec/MS, 1999, 335 p.

RECRUDESCIMENTO DA DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA ENTRE ESTUDANTES: POR UMA AGENDA DE PESQUISAS

Larissa Leão de Castro

De acordo com as pesquisas que se debruçam sobre o estudo da violência (em sentido amplo), é praticamente unívoca a constatação da dificuldade de sua compreensão, que decorre da “complexidade desse fenômeno, seu dinamismo e configurações diversas” (Vieira, 2009, p. 22). Além da multiplicidade de manifestações – das mais explícitas às mais veladas – e das rápidas mudanças de seus padrões sintomáticos em virtude de condições históricas específicas, há ainda a dificuldade de apreensão de seus sentidos devido às suas contradições constitutivas e às diferentes análises interpretativas que tentam dar conta de sua complexidade. Essas diferentes perspectivas teóricas embasam a formulação de políticas públicas que se propõem enfrentar o problema e que englobam, com frequência, um quadro de práticas contrárias entre si e os compromissos implícitos ou explícitos com diferentes projetos de sociedade para o país.

Diante das lacunas da literatura existente sobre o tema, resalta-se a necessidade de se avançar na investigação do fenômeno da violência em sentido amplo e da violência em contextos educativos, em particular; sobretudo, na análise dos aspectos da violência enraizada na cultura; na estruturação do Estado no capitalismo e no uso da violência para manter a desigualdade entre as classes sociais; na polícia e em grupos de extermínio; na estruturação do trabalho e nas formas que assume com as inovações do capitalismo ao longo da história; na existência das empresas lucrativas informais do tráfico de armas com os diferentes padrões de violência que instauram; e nas manifestações sintomáticas da violência nas instituições de ensino formal (escolas, universidades, etc.).

Nesse sentido, discutir a gravidade das desigualdades e opressões de classe, raça e gênero é imprescindível para a reflexão sobre as condições da estrutura social do desenvolvimento do capitalismo que geram adoecimento físico e mental e suas expressões nas diferentes instituições. A permanência dessas condições de adoecimento impede, por sua vez, o objetivo central que deveria guiar o processo formativo das

instituições formais de ensino (escolas, universidades, etc.) que é o de educar, humanizar, preparar os sujeitos para o futuro a partir dos conhecimentos complexos historicamente construídos, da reflexão sobre os valores que os constituem e que guiam o ensino; efetivando o direito à educação universal de alta qualidade, como um direito inalienável que deveria ser garantido a todos. Isso implica em trabalhar para garantir as condições de possibilidade de autonomia dos sujeitos e de sua expressão ativa no intercâmbio social. Ainda vale mencionar que a relação entre autonomia e liberdade não é compreendida dentro da concepção burguesa e ideológica do individualismo, mas:

Entendemos a autonomia como a capacidade de um indivíduo gerar normas, ordens para a sua vida, conforme as diversas situações que enfrente. Assim não se trata de confundir autonomia com autossuficiência nem com independência. Dependentes somos todos (...). Somos mais autônomos quanto mais dependentes de tantas mais coisas pudermos ser, pois isto amplia as nossas possibilidades de estabelecer novas normas, novos ordenamentos para a vida. (Tykanori, 2001, p.57)

Cabe ainda frisar que as condições de possibilidade de produção de saúde mental estão indissolavelmente relacionadas ao acesso ao trabalho, à educação e à cultura. Implicam na possibilidade real de garantia de condições dignas de existência, de lazer, de fortalecimento dos laços familiares e comunitários. Portanto, demanda políticas intersetoriais (educação, saúde, etc.) capazes de garantir os direitos civis, sociais, culturais e políticos dos sujeitos e de contemplar as diferentes dimensões e necessidades humanas de uma vida digna e livre (Martins, 2014).

Acontece que a garantia desses direitos é incompatível com a violência estrutural do capitalismo, que destrói a efetivação dessas condições fundamentais para estruturação de qualquer processo educativo, civilizatório e de garantia do direito básico à vida. A pandemia da Covid-19, usada como pretexto para dar livre curso às políticas genocidas em alguns países – a exemplo da política de Bolsonaro -, é expressão sintomática de uma crise social drástica desse modo de produção. Ao invés da busca pela garantia do direito igualitário, público e universal à vacina se efetivar, a partir de quebra de patentes para a sua produção em massa nos diferentes países, tendo em vista a capacidade de atendimento dessa demanda pelos meios de produção de medicamentos disponíveis; os países ricos e os interesses de poucos bilionários donos de multina-

cionais farmacêuticas buscam impor sua ânsia de fazer negócio e lucro com a monopolização das vacinas; a despeito dos direitos democráticos à saúde da maioria da população mundial, a despeito das mortes que poderiam ser evitadas, mas assumem a proporção de uma catástrofe humanitária devido à violência que estrutura o capitalismo internacional.

Essa realidade metafórica somente repõe a questão de que o capitalismo é violento e contrário às condições estruturantes de uma organização social que garanta o direito à vida, à estruturação de um processo civilizatório e educacional no qual se efetive verdadeiramente a igualdade de oportunidades, a qual, se fosse realizada, estruturaria outra organização social igualitária e democrática. A realidade das instituições formais de ensino reflete essa violência, a desigualdade social e desamparo do Estado, o qual representa os interesses de opressão da minoria rica e privilegiada. O governo Bolsonaro simboliza a efetivação dos interesses da política da ultradireita ao recrudescer a violência do Estado e impossibilitar o direito universal à educação, sobretudo dos mais pobres. Avançam a fome, a insegurança alimentar grave no Brasil; o desemprego; os trabalhos precários das famílias mais pobres; a informalidade; a destruição das políticas públicas de investimento na educação universal, pública e de qualidade – à exemplo da Proposta de Emenda Constitucional 245 que impôs o congelamento inconstitucional de investimentos na educação por 20 anos-; o abandono aos estudos, as taxas de analfabetismo, as desigualdades regionais, a desigualdade no acesso à internet para ensino remoto, a precariedade das condições desse ensino, o fosso do desamparo, em todos os níveis da vida, e o abandono da população à própria sorte e ao risco de morte.

Assim, a análise do fenômeno enquanto uma totalidade permite compreendê-lo na sua vinculação com os processos de produção que determinam os processos de reprodução social e que fazem com que a violência aumente de forma estrutural na sociedade brasileira. Essa perspectiva de totalidade era predominante de análise do problema da violência na década de 1970 no Brasil, a qual começou a subsidiar políticas públicas na década de 1980, a partir das pesquisas de diferentes áreas, como a sociologia, a história, a antropologia, a psicanálise, dentre outras. A par das diferenças de recorte de objeto de estudo dessas diferentes áreas, esse quadro de análises tem em comum a compreensão de que o critério de verdade na ciência é a história. Compreende o homem como ser histórico, social e revela o problema da violência no Brasil na

sua íntima relação com a estrutura social; analisando suas mediações fundamentais constitutivas que permitem entender o seu aumento na sociedade brasileira. Essa perspectiva de totalidade e o projeto político de transformação social que ela implica estão sendo tendencialmente abandonadas no trato da violência nas últimas décadas, predominando análises individualizantes, patologizantes e criminalizantes do fenômeno; o que fundamenta e favorece os processos de segregação, exclusão e violência, sobretudo sobre os grupos mais vulneráveis (Castro, 2015).

Partindo-se da análise de que muito se tem que avançar na análise da natureza, dos sentidos envolvidos e das funções sociais desempenhadas pela violência na relação com as transformações ocorridas em contextos históricos específicos, faz-se necessário não recuar diante do desafio de estudar as determinações das diferentes formas que assume. Como adverte o historiador Norberto Ferreiras (2003, p.122): “O uso da violência é um discurso numa linguagem que deve ser interpretada”.

Pressupõe-se que é só no enfrentamento do horror, no esforço de depreender suas causas objetivas e subjetivas, que se pode confrontar o problema, revelando possibilidades e impossibilidades de uma formação que se contraponha à violência primitiva e à desumanização do presente. Esse esforço é de grande importância para a educação, na medida em que aponta para a sua função principal, como Adorno (1971/1995, p.119) ressalta: “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”. É preciso revelar o que gera a violência em suas diversas formas e suas consequências coletivas e subjetivas. Por meio deste descortino, podem-se abrir possibilidades de compreensão de sua origem, de reflexão e enfrentamento dessa realidade.

VIOLÊNCIA ENTRE ESTUDANTES: ESTRUTURAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E CULTURAL DE UM TEMPO

Pode-se consubstanciar a seguinte hipótese para se pensar o problema apresentado baseando-se em alguns elementos. Há toda uma concepção, seja pela literatura, pelo cinema ou por estudos histórico-filosóficos de que o fenômeno da violência presente no cotidiano da relação criança-criança não é próprio das últimas décadas, mas está presente há séculos e diz respeito à estruturação social, econômica e cultural de uma sociedade.

Dostoiévski (1869/2010), por exemplo, trata dessa questão no terceiro capítulo de “O Idiota”, ao retratar como toda uma sociedade,

ao humilhar, explorar e deixar na miséria a personagem Marie, induz as crianças a realizarem as mesmas humilhações, chegando a atirar-lhe porcarias, etc., até que o protagonista barrasse esses processos de identificação sadomasoquistas presentes – o que faz com que tais processos se invertam, e as crianças passam a ser as únicas naquele todo social a despertar ações e sentimentos ternos e de cuidado pela personagem. Analogamente, no filme “A Fita Branca”, de Michael Haneke (A Fita Branca, 2009), há também o entendimento de que as ações das crianças em códigos de conduta cotidianos de crueldade e violência, quando repetidos de forma sintomática, são emblemas dos que internalizam por absoluto os ideais e valores que permeiam toda uma organização social extremista e violenta; portanto, constituem a expressão de um sintoma social.

No mesmo sentido, por meio de análises que partem da compreensão da constituição dos processos de identificação pela psicanálise, há uma discussão iniciada por Zuin (2012) sobre a presença da violência no cotidiano escolar, por meio de uma análise histórico-filosófica do itinerário do sadismo no processo pedagógico, que historicamente fez predominar processos de identificação sadomasoquistas na relação professor-aluno desde a antiguidade até a revolução técnico-científica.

Portanto, há toda uma leitura de que as formas de violência na relação professor-aluno e/ou entre estudantes não são de agora, ao mesmo tempo em que são analisadas por uma perspectiva histórica, no que dizem respeito à estruturação da organização social de determinada particularidade histórica. Por conseguinte, se expressam sintomas sociais de um tempo, também podem ser transformados a partir do enfrentamento de suas origens históricas, passíveis de transformação.

Nesse sentido, nota-se que a violência entre crianças é analisada como um fenômeno social, perspectiva contrária às análises predominantes das últimas décadas, que tendem a individualizar a questão, dissociando-a de suas origens históricas, patologizando-a, associando-a a transtornos ou caracterizando-a, da forma espetacular dos *best-sellers* e dos livros de autoajuda, como uma *tendência* de alguns indivíduos a ter uma *personalidade criminosa*.

Ao mesmo tempo, observa-se que, no Brasil, há um avanço do desenvolvimento da desigualdade, da exclusão e do esgarçamento da preocupação com o ponto de vista da totalidade, o que implica, por exemplo, novas formas de organização social pela lógica do condomínio, criação do assombro da violência, aumento da demanda por segu-

rança e novos processos de segregação de grupos que buscam se diferenciar entre si, culminando numa guerra de todos contra todos e num avanço do narcisismo das pequenas diferenças (Dunker, 2015).

Nesse avanço da desigualdade, levanto a hipótese de que as novas formas de exclusão social, que surgem pela lógica do condomínio, por exemplo, e o desenvolvimento da desigualdade social expressam seus efeitos também no avanço da discriminação e violência entre estudantes. Quando se depara com o surgimento de perguntas de crianças aos pais acerca de onde dormem as crianças marrons que vivem fora dos condomínios (Brum, 2015) ou quando se depara com pichações racistas e de apologia à eliminação do outro na universidade, tais como: “cadê o Centro de Convivência Branca?” e “Bolsonaro 2018, o seu tempo está acabando degenerados (sic)” (G1DF, 2016), pode-se perguntar se esse avanço da exclusão social resulta em novas formas de exclusão e violência entre estudantes.

RECORTE DE AUTORES QUE JÁ TRATARAM DO ASSUNTO E ESTADO DA ARTE DA TEMÁTICA

Ressalta-se a importância científica de uma reflexão sistemática sobre a bibliografia referente ao tema da violência, em sentido amplo, e da violência escolar, em particular, já que esse debate é recente no Brasil – começando a ganhar maior expressão a partir das reivindicações pela democratização do país nos anos 80 do século passado, mas ainda constatando-se uma dispersão e poucos estudos na área, conforme a avaliação de Alba Zaluar (1999) e Marília Sposito (2001), que fizeram levantamentos sobre a produção científica existente acerca dessas respectivas temáticas.

Na última investigação bibliográfica sistemática realizada por mim no mestrado, que investigou o estado da arte da produção de dissertações e teses sobre violência escolar e *bullying*, no Brasil, no período de 2005 a 2012, foram catalogadas 236 dissertações e teses no período, 153 com base no descritor *violência escolar* e 83 no descritor *bullying*. Após mapeamento e análise desses dados, ressaltam-se aqui alguns elementos da tese a que se chegou: nessa mudança dos conceitos de *violência* para *violência escolar* e, posteriormente, para a viragem proposta de mudança da denominação do fenômeno pelo termo *bullying*, houve um processo de individualização do fenômeno, de patologização e criminalização das crianças e adolescentes (Castro, 2015), resultando no ocul-

tamento e aprofundamento dos processos que geram a desigualdade, exclusão e violência sobre as crianças.

Levando-se em consideração o panorama dos levantamentos anteriores sobre a temática na história do Brasil, identificou-se um quadro no qual a violência e o crime eram tratados no país como um problema da psiquiatria e da área jurídica. Já no contexto da redemocratização, eles passaram a ser analisados como um problema social pela sociologia, ciência política e antropologia (Zaluar, 1999), compreendendo-os como um problema estrutural que se desenvolveu em diversos âmbitos (na organização do Estado, do trabalho, da política, da educação, etc.). Já o recorte da violência escolar surgiu na década seguinte, sobretudo, na área da educação (Sposito, 2001). Contudo, esse recorte apareceu com a característica predominante de desconhecer ou não mencionar o legado de vertentes como o marxismo, a criminologia crítica ou outras perspectivas de totalidade que ganharam corpo a partir da década de 1970 e que desenvolveram uma análise estrutural sobre a violência na sociedade brasileira com base no conceito de *violência estrutural*, revelando as determinações sociais, econômicas e políticas como centrais para a compreensão de seu aumento epidemiológico desde o livre curso do capitalismo na ditadura militar (Castro, 2015).

Assim, a adoção da proposta de mudança do conceito de *violência* em contextos educativos para *bullying* tem suas raízes na defesa da contraposição à *análise da violência como uma totalidade, o que implicava uma análise estrutural do fenômeno. É assim que uma vertente da sociologia francesa de Éric Debarbieux (2002) se pauta em Dan Olweus – criador do termo bullying – para defender que a violência entre alunos não tem mais relação com as determinações sociais, econômicas e políticas que explicavam a violência no passado, as quais deveriam ser abandonadas. Quando muito, tais determinações são mencionadas de forma secundária. Assim, autores como Bernard Charlot e diversos outros, que partem desta mesma perspectiva, começam a propor novas definições, num processo de individualização do fenômeno, tais como: intimidação entre colegas, incivildades e microviolências; violência da escola, à escola e na escola; agressividade e agressão; transgressão e incivildade; violência moral; assédio moral vertical ascendente e bullying (Castro, 2015).*

Nesse avanço da individualização do fenômeno no tratamento de diversos temas relacionados a ele, até mesmo o problema das ar-

mas nas escolas passa a ser visto como um problema que se origina das crianças e adolescentes agentes do *bullying*, cujos comportamentos individuais são vistos como geradores da consequência de se portar armas nas escolas e na sociedade em geral. Não ao acaso, essa perspectiva vem subsidiando práticas no sentido de individualizar, patologizar e criminalizar as crianças e adolescentes – práticas concomitantes a projetos de redução da maioria penal que estão em curso no Brasil, transformando ideologicamente o fenômeno social do aumento da violência nas escolas em um problema individual. Essa leitura vem sustentando propostas de intervenção e de tratamento pelas áreas da medicina, da justiça e da polícia, assim como terapêuticas punitivas, individuais e medicamentosas (Castro, 2015).

É uma visão contrária à de análise do problema das armas na sociedade e nas escolas a partir da perspectiva estrutural, pois tradicionalmente investigava-se o aumento sintomático desses fenômenos relacionados à facilidade do acesso às armas na sociedade em geral, à entrada e ao poderio da organização do tráfico de armas e de drogas no país nas últimas décadas, às quadrilhas do tráfico – suas disputas nas escolas e suas pichações. Por meio desta análise, propunha-se, portanto, uma política pública voltada para a proibição da comercialização das armas, para o desarmamento, para campanhas de destruição coletiva de seus estoques, para a descriminalização controlada de drogas, para o combate às empresas do tráfico de armas e drogas – que mantêm sua escorchantes lucratividade e códigos de conduta brutais se valendo frequentemente da corrupção para continuarem atuando na condição de ilegalidade (Zaluar, 1992).

Além disso, defendia-se uma agenda da educação voltada para a desconstrução coletiva do apreço às armas como recurso à resolução dos conflitos, dos valores da masculinidade atrelada à frieza e à violência, dos valores da competitividade que levam à busca da eliminação do diferente para a afirmação de si, dos padrões de corpo perfeito e de outros valores padronizadores e uniformizantes da existência que produzem a adesão às práticas de eliminação do diferente, à violência simbólica e ao desejo de discriminação de classe, de raça, de gênero (Castro, 2015).

Outros elementos podem ser discutidos, mas nos deteremos em apenas alguns deles que ilustram a tese a que se chegou: nesse quadro da produção científica, *há uma mudança conceitual e epistemológica*

em curso, com diferentes implicações na formulação de programas preventivos, das políticas públicas, de políticas curriculares, da política de formação de professores e na construção de projetos opostos de sociedade (Castro, 2015).

Baseando-se na perspectiva estrutural, compreende-se a centralidade da análise da desigualdade social para o entendimento das velhas e novas formas que a violência assume, seja na estruturação do Estado e manutenção da divisão de classes, seja nas formas da violência política, seja na violência midiática, seja nos valores presentes nas práticas de exploração do trabalho no capitalismo, seja na violência em contextos educativos envolvendo os modelos pedagógicos de ensino, a relação professor-aluno, aluno-aluno, assim como os processos de segregação e eliminação específicos da escola (Castro, 2015).

Tomemos como exemplo a *análise* das formas de exploração do trabalho. A partir das teorias de totalidade, depreende-se que a violência está presente nos novos modos de exploração do modelo de trabalho flexível do capitalismo, que incorpora formas de trabalho gratuito e que instaura tipos de submissão, medo do descarte, processos de integração sadomasoquistas, assim como formas de violência simbólica, física, de violência gratuita e de torturas veladas (Rodrigues, 2012). Nesse contexto, entende-se a mediação do trabalho como central para a compreensão da sobrecarga e do estresse a que grande parte dos professores do Brasil está submetida, com condições precárias de emprego e de vida – o que interfere diretamente na sua saúde *física e mental* e na qualidade de ensino recebido pelos alunos, sobretudo os mais pobres.

Soma-se a isso a ausência de recursos à educação destinada à classe trabalhadora e a seus filhos, tirando-lhes a possibilidade de ter acesso a um ensino de qualidade que lhes permitiria assumir empregos valorizados socialmente, enfrentar a desigualdade social e ter acesso aos elementos da cultura que garantissem a construção e defesa da cidadania para todos, dos direitos políticos, civis e sociais. Essa conjuntura aprofunda a exclusão e a *violência estrutural* do Estado, que legitima, de diferentes maneiras, a dominação da maioria da população trabalhadora por uma minoria burguesa – classe que tem seus interesses garantidos pelo Estado, excluindo a maioria da classe trabalhadora de uma forma de acesso à efetivação da cidadania.

Já os estudos sobre *bullying* negam essas determinações como centrais ao apenas citá-las como parte de outros fatores da origem do

problema, de forma abstrata e excluindo-as da possibilidade de análise. Ao contrário, indicam que a centralidade do adoecimento, sobrecarga e estresse do professor relaciona-se a causas individuais referentes à violência perpetrada por alunos ou restritas a questões pessoais dos professores que *desenvolverem* alguns transtornos, tais como o que denominam por síndrome do *pensamento acelerado*. Ou seja, ao não discutirem as causas do adoecimento em massa dos professores, consideram os seus sintomas – que são consequências de um processo complexo de adoecimento geral – como se fossem as causas do estresse e da sobrecarga, patologizando e individualizando um problema cuja determinação central não é individual, visto que não se restringe a casos raros ou isolados, mas assume proporções epidemiológicas enquanto as causas que os geram continuam a existir.

Contudo, mais grave do que isso é que, ao não assumir a mediação do trabalho como central para compreender o princípio da violência nas formas de exploração pelo trabalho, essa perspectiva propõe o trabalho gratuito nas escolas para crianças e adolescentes, como se ele pudesse ser uma forma de combater a violência, fazendo apologia a valores e práticas que mantêm a violência no país. Cleo Fante (2005), referência no Brasil nas pesquisas sobre *bullying* e quem teve várias intervenções que propôs colocadas em prática por políticas públicas, apresenta, como uma solução, a abertura das escolas para empresários do esporte, comércio, confecções e outros cursos manuais para as crianças executarem seus trabalhos e doarem o que produziram, o que, segundo a autora, surtiria o bom efeito de fazê-las internalizarem *responsabilidade social*, valores cristãos, etc. Ora, causa estranhamento notar que, atualmente, defenda-se o princípio da violência presente na valorização de trabalho gratuito para crianças e adolescentes (Castro, 2015). Logo num momento histórico em que se conquistou tornar crime a exposição da criança às diferentes formas de trabalho, vez que essa exposição tira dela o seu direito de ter a escola como espaço de aprendizagem de conhecimentos complexos historicamente construídos, de acesso e fortalecimento de seus direitos culturais e sociais, ou seja, aos elementos da cultura que lhe permitam se preparar criticamente para o futuro.

Esse espaço deve promover e permitir elementos de enfrentamento da desigualdade social, preparando as crianças para a igualdade de oportunidades, e não para serem usadas como mão de obra barata para trabalhos os quais sabemos ser desvalorizados socialmente. Não

deveria ser preciso discutir a gravidade desse projeto que está em curso, além do que, *é sabido* que as crianças as quais *são expostas a essas políticas públicas são as pauperizadas da classe trabalhadora* que dependem da escola pública. E *são essas as que serão* expostas aos trabalhos precários, pois as de classe alta das escolas privadas não estão sendo submetidas a grande parte desses projetos, o que evidencia ainda mais sua perversidade pelas consequências de reforçar os processos de desigualdade social, ao destinar aos pobres o trabalho explorado e desvalorizado socialmente e à burguesia o acesso ao conhecimento complexo historicamente construído e aos melhores postos de trabalho.

Esse processo se agrava quando notamos que, na análise da origem do problema da violência nas escolas, aponta-se que ela advém do recorte populacional dos alunos, sobretudo dos pobres ou, como é denominado, dos que pertencem ao “(...) meio popular” (Charlot, 2002, p. 441); então, os estudos passam a construir diferentes classificações conforme as faixas etárias e conforme a classificação dos alunos e das ações (*agressor, vítima, testemunha*, etc.). Adotar essa definição feita por autores da sociologia francesa para o contexto brasileiro não só é grave – por indicar de forma anacrônica e rasa que a origem da violência nas escolas restringe ou tem sua centralidade no recorte populacional de alunos –, mas principalmente reforça a ideologia preconceituosa de que a classe trabalhadora pobre, suas crianças e adolescentes são tendentes à violência. Zaluar (1992) já apontava a existência dessa ideologia no Brasil desde a década de 1980, em que se deu livre curso à política de violência e extermínio dos jovens e pobres, população esta que compõe, ao contrário, as maiores vítimas da violência de Estado, dos processos de exclusão, das práticas violentas e de extermínio no país, conforme os dados presentes, por exemplo, nos mapas da violência, levantados ao longo dos anos no Brasil (Castro, 2015). A exemplo, o caso de Ágatha Félix, criança de oito anos vítima da barbárie da política de extermínio de civis nas periferias do Brasil (El País, 2019).

Nesse sentido, terminologias que representam a violência restrita ao universo das crianças, numa realidade como a brasileira, em que a juventude é criminosamente violentada e exterminada, são paralelas à tentativa regressiva geral da criminalização da juventude e da redução da maioria penal. Contraditoriamente, a ciência oferece seus pressupostos para a legitimação desse assassinato em nome da diminuição e do combate da violência nas escolas, que ganhou sua expressão mais forte nos estudos e terminologias do *bullying*. (Castro, 2015, p. 83)

Em suma, nota-se a imprescindibilidade de se avançar na investigação do estado do conhecimento, analisando-se as mudanças conceituais, as perspectivas teóricas e nos projetos políticos implicados que estão se desenvolvendo nos últimos anos.

Um caminho possível a ser percorrido nesse sentido envolve um mapeamento da produção científica sobre as formas da violência entre estudantes no Brasil atual. Uma opção desse tipo de pesquisa é o levantamento de artigos científicos dos últimos anos no país (excluindo-se dissertações, teses e livros) a partir das bases de dados que são fontes primárias de informação (base de periódicos da *CAPES*, *Scopus*, *Web of Science*, *SciELO* e *ProQuest*, *Social Sciences Citation Index*, *MEDLINE/PubMed*, *BVS*, etc.). Sugere-se que as buscas de artigos sejam feitas por meio do *login* interno e institucional das universidades federais, por permitirem acesso a uma maior amplitude da fonte de dados e da coleta de trabalhos, o que garante maior representatividade da amostra.

Vale ressaltar que é um consenso a necessidade de se estudar violência em contextos educativos em suas diversas manifestações para que possamos entender os seus porquês e formular propostas com potencial de superar verdadeiramente a problemática, de modo a não ocultá-la ou a não legitimá-la por meios sofisticados da ciência. Contudo, partindo-se de um quadro no qual se constitui a tendência predominante de compreender a questão da violência em instituições educativas por meio da nova terminologia *bullying* e no qual se percebe uma tendência de abandono das perspectivas de totalidade na discussão da temática no país, cabe levantar perguntas e refletir sobre possibilidades de agendas de pesquisa na área. Questões que ainda não foram respondidas poderiam ser feitas, como, por exemplo: haveria mudanças nas formas da violência entre alunos nas últimas décadas no país?

E haveria novas formas de sofrimento constitutivas de uma reconfiguração econômico-político-cultural relacionada às formas da violência em diversos contextos educativos do Brasil? Repõe-se o questionamento: essas mudanças requerem uma nomeação diferente, como o faz a terminologia *bullying*? E o que está em causa nessas mudanças conceituais, elas ampliam ou ocultam a compreensão do fenômeno analisado? Além disso, é preciso se debruçar e se indagar sobre quais processos econômicos, políticos, culturais, de identificação e de construção da subjetividade estão envolvidos na reconfiguração das formas de exclusão e violência entre estudantes.

Neste sentido, tendo em vista que a sociedade se expressa como articulação entre objetividade e subjetividade, concebe-se que a contribuição possível para pensar a questão do sujeito se dá através da investigação sobre a formação histórica dessas dimensões a partir de teorias de totalidade, as mesmas que estão sendo tendencialmente abandonadas no trato da temática no Brasil.

Adorno (2015, p.72) esclarece que o método dialético é a possível articulação entre psicologia e sociologia, ou seja, “[s] e os fenômenos sociais devem ser deduzidos de condições objetivas ou da vida psíquica dos indivíduos socializados, ou de ambas; se os dois tipos de explicações complementam-se, excluem-se, ou se sua própria relação necessita de reflexões teóricas ulteriores (...)”, portanto, devem ser acolhidas com a amplitude necessária. Desta forma, ao contrário do método das ciências da natureza transposto para as ciências sociais – que transfigura como naturais e estáticos elementos que são essencialmente históricos e sociais –, alguns pensadores alemães se destacam pela radicalidade na recusa a uma síntese harmoniosa entre marxismo e psicanálise, fatores objetivos e subjetivos, e denunciam que tal conciliação pressupõe uma sociedade livre de antagonismos e contradições, que, para esses teóricos, constituem, na verdade, sua essência.

Há que se pensar a violência entre alunos como uma forma de violência, porém, para além da perspectiva individualizante, patologizante, criminalizante e maniqueísta de maldade *versus* beatitude, Deus *versus* Diabo, mentes saudáveis *versus* mentes criminosas; é necessário trabalhar o problema sob a contradição revelada pelo fenômeno, considerando uma realidade que se articula em nível psicossocial e um objeto de estudo que é humano, histórico e social.

Este trabalho sustenta as teorias de totalidade como fundamentação teórica relevante para compor uma agenda de pesquisas na área pelo fato de que se propõem analisar as mediações psicossociais presentes nesses processos históricos, vez que essas mediações são determinantes para se compreender as condições que geram a saúde mental dos sujeitos nas instituições. Nesse sentido, uma análise transdisciplinar que integre as áreas da antropologia, criminologia crítica, ciência política, sociologia, psicanálise, psicologia social, etc., é fundamental.

E também os estudos do que se denominou teoria crítica, com Adorno e Horkheimer como alguns de seus expoentes e pioneiros, pensadores estes que estudaram os fenômenos de barbárie e autorita-

rismo de seu tempo (nazismo e fascismo) e tiveram em Freud e Marx contribuições fundamentais para buscar compreender a relação entre cultura, indivíduo e sociedade. A importância destes teóricos está no fato de que desenvolveram radicais e profundos trabalhos sobre temas de significativa relevância para o entendimento e o enfrentamento da realidade contemporânea e abordaram temas relacionados à *barbárie*, à *educação*, à *autoridade e família*, à *indústria cultural*, à *personalidade autoritária*, etc.

Na investigação dos processos presentes na constituição da subjetividade, a psicanálise contribui por permitir investigar a sério as condições subjetivas da irracionalidade objetiva, um método que possibilita uma análise racional dos conteúdos inconscientes e, portanto, irracionais da organização social. A perspectiva de análise psicanalítica no campo social é particularmente importante pelas interrogações sobre a ética, sobre sua função na análise de problemas presentes no campo social, tradição que, no Brasil, tem uma referência importante nos estudos de Hélio Pellegrino (1984) sobre as desigualdade e criminalidade brasileiras, por exemplo, assim como outros autores.

Pondera-se que, até mesmo para poder refutá-las, há que se considerar, como ainda mais importante, levar em conta as teorias de totalidade na análise do fenômeno que estão consolidadas no Brasil desde a década de 1970, a partir de autores brasileiros que desenvolveram uma quantidade robusta de seus estudos científicos em diferentes áreas, debruçando-se sobre a análise da violência em sentido amplo na estruturação histórica da nossa sociedade e sobre a violência nas escolas no Brasil, tais como Alba Zaluar, Dalva Borges de Souza, Antônio Zuin, Hélio Pellegrino, dentre outros autores. Resta a pergunta de qual o sentido em se abandonar essa linha de pesquisas que partem de perspectivas transdisciplinares, se constatamos que essas determinações – econômicas, culturais, sociais e dos processos de identificação na constituição da subjetividade que caracterizam a violência no Brasil – não foram superadas. Com todas as letras, como se justifica o abandono da análise dessas mediações na abordagem do fenômeno se elas ainda não foram superadas?

Pelo contrário, nota-se que, nos últimos anos, houve um recrudescimento da desigualdade social na reconfiguração que as formas de trabalho assumiram desde a última reforma trabalhista, nos novos projetos nacionais para a educação, com os cortes injustificáveis de recursos, etc.

Há que se pensar se esse recrudescimento da desigualdade tem relação com as novas formas de violência e exclusão no trabalho, nos contextos educativos, etc. Qualquer análise que não considere essas dimensões na investigação do fenômeno corre o risco de não só ocultá-lo, mas de legitimar os processos históricos violentos e as políticas que os mantêm; além de que há um lucro com esses sintomas, ao se indicar que a única saída possível é a medicalização indiscriminada de crianças, adolescentes e jovens (fomentando a indústria farmacêutica internacional), o tratamento individual e/ou policial para problemas que são evidentemente sociais – uma vez que não se restringem a casos isolados, mas crescem em proporções alarmantes devido à continuidade das condições que os geram.

Por isso a necessidade de se retomar uma perspectiva de pesquisas transdisciplinares e de totalidade na análise do fenômeno da violência em contextos educativos. Contudo, longe da pretensão de esgotar as possibilidades teóricas e de agenda de pesquisas na área, este trabalho se propõe a refletir sobre algumas tendências que estão em curso, sobre os projetos de sociedade que encampam e sobre possíveis desenhos de pesquisa na área que possam avançar no estudo da violência, permitindo compreender sua complexidade.

POR UMA AGENDA DE PESQUISAS NA ÁREA

Caminhos nesse sentido envolvem a análise de políticas de formação de professores, de políticas educacionais, dos projetos pedagógicos e da seleção dos conteúdos das disciplinas nas escolas públicas e privadas, buscando entender o porquê não se atende à reivindicação do acesso à mesma qualidade de ensino para as classes altas e baixas, além do porquê de faltar a preocupação transdisciplinar com os valores por trás da transmissão de conhecimentos presentes nos projetos pedagógicos. Sabe-se que a escola deveria ser instrumento de transformação da desigualdade presente na estrutura social e que o ensino dos conhecimentos deveria carregar consigo o interesse de superação da dominação vivida pelas classes economicamente exploradas. Contudo, historicamente, a escola funciona predominantemente como instrumento de dominação e internalização dos ideais da classe dominante e continua sem um projeto que contemple os interesses da classe economicamente dominada, sendo um suporte ideológico de fortalecimento da desigualdade social, como é analisado pela vertente da *pedagogia crítico-social*

dos conteúdos da década de 1980 no Brasil (Loureiro, 2008). Assim, não oferece a igualdade de oportunidades para todos, relega aos pobres uma péssima qualidade de ensino e destina-lhes a integração ao exército de mão-de-obra barata ou a trabalhos desvalorizados socialmente, o que aprofunda os processos de desigualdade, de exploração, de sujeição à violência estrutural do capitalismo que é geradora do sofrimento mental.

Igualmente importante são projetos de pesquisas que tomem como objeto de reflexão as diferentes temáticas atuais sobre problemas que permeiam a socialização das crianças pela escola, buscando-se pensar a relação entre paradigmas teóricos que sustentam a discussão de cada uma dessas temáticas na produção científica ao longo dos anos e os projetos educacionais e políticos de sociedade que implicam, que garantem a igualdade de oportunidades, o acesso à cidadania ou que os obstaculizam e legitimam as condições que geram o sofrimento mental e a dominação. Pois, há longa data,

Problemas como indisciplina, violência, rivalidade, competição, descompromisso, individualismo, autoritarismo estão presentes no cotidiano das escolas públicas brasileiras. Tais questões são tratadas empiricamente ou, se tanto, são psicologizadas sob diferentes matizes teóricos. Raramente são alvo de uma análise crítica ou de propostas de ação refletidas na perspectiva de uma realidade histórico-social (Miranda, 1984, p. 134-135).

Entre as possibilidades de investigação dessas temáticas se destaca a necessidade de linhas de pesquisa que se debruçam especificamente sobre o tema da *patologização dos processos escolares*, que já tinha emergido no país na década passada – conforme a constatação de Miranda (2008) – e que ganhou força e contornos próprios nos últimos anos, juntamente com as grandes safras de livros de autoajuda e *best-sellers*, conforme os dados do levantamento do estado da arte (Castro, 2015). Cabe ainda ressaltar que o último Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 5ª edição) aprofunda esse problema ao patologizar e individualizar indiscriminadamente grande parte de comportamentos das crianças, fomentando a grande indústria capitalista internacional da medicalização da infância.

Isso posto, cabe ainda desenvolver um campo de estudos sobre a temática das formas da violência entre estudantes, na tentativa de analisar se haveria uma mudança na forma da violência entre adoles-

centes e/ou jovens nas últimas décadas no Brasil e quais processos econômicos, políticos, culturais, de identificação e de construção da subjetividade estão em causa nessa mudança dos padrões da violência em contextos educativos.

Nesse sentido, uma possibilidade a ser pensada é o levantamento dos padrões de violência nas escolas públicas e particulares do Brasil ao longo das décadas a partir dos documentos de notificação dos casos, fazendo uma análise das informações levantadas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) e/ou pelos registros nos sistemas dos conselhos tutelares, com a cautela de se verificar a presença e os efeitos da subnotificação em cada um desses contextos e seus sentidos.

A pesquisa de Souza (2006) é uma ilustração da importância de se analisar a mudança dos padrões de violência ao longo do tempo por meio da análise documental, pois revela que ela está relacionada a processos econômicos e culturais de momentos históricos específicos. Ao analisar as mudanças dos padrões de criminalidade pela identificação da tipificação penal e das motivações dos crimes por meio de documentos presentes nos arquivos históricos de Goiás, ela constatou como, no período das décadas, do século XX, de 30, 40 e 50 para a passagem para as décadas de 60, 70 e 80, houve uma mudança nos padrões de crimes impulsivos e expressivos para o aumento de crimes planejados e instrumentais. Estes, por sua vez, adquiriram novo caráter de alta capacidade de organização e extermínio em decorrência do surgimento do tráfico de armas e drogas que passaram a vicejar no país, num terreno de monopólio de grandes empresas dessa área, de corrupção e ilegalidade. A pesquisa revela que essas mudanças sistemáticas de padrões de violência e de suas motivações são indissociáveis dos processos econômicos, culturais e históricos de um tempo.

Outra possibilidade que pode ser vislumbrada é a escolha de instituições educativas públicas e privadas para estudos de campo, por possibilitar uma análise comparativa de mudanças nos padrões de violência entre os jovens estudantes conforme as condições econômicas e sociais existentes. Além disso, é importante que a escolha dos jovens estudantes se baseie no fato de seus contatos com as pessoas serem mediados recorrentemente por atos de violência em contextos educativos. Pode-se pensar, em princípio, na realização de grupos focais em diferentes instituições e entrevistas individuais com os estudantes, realizando-

-se então relatórios das entrevistas, observações e análise dos dados. A faixa etária a ser pesquisada também deve ser pensada, a depender dos critérios desenhados por cada pesquisa, levando-se em conta a definição da categoria sociológica da infância e juventude.

Outro momento no qual se apresentam os resultados e as análises fundamentais alcançadas é o da exposição das pesquisas. Leva-se em consideração a necessidade de se partir de uma análise transdisciplinar que permita ter em conta o peso das determinações que se revelarão mais ou menos decisivas na constituição do fenômeno analisado para a exposição da análise dos dados.

Outro campo possível de pesquisas é o da investigação das mediações psicossociais implicadas nos atos de violência vivenciados por jovens estudantes oriundos das classes baixas nas cidades brasileiras. Esse recorte é justificado pela constatação empírica, indicada por diferentes estudos, de que os jovens da periferia são as maiores vítimas de atos violentos (Soares, 2004). É importante levantar a questão do que gera as formas de violência vividas pelos jovens e investigar também o que gera os atos de violência dos jovens oriundos da classe baixa em contextos educativos, assim como é importante indagarmos quais processos de socialização contemporâneos permitem ou resistem às formas violentas de expressão das pessoas.

Neste sentido, alguns autores reconhecem a precisão de analisar o grave sintoma da criminalidade em sua relação com a desigualdade social, com a diferença exorbitante de renda entre as classes sociais e com os valores de uma cultura. Como Marta Conte (1995, p.84) afirma, a criminalidade passa a se apresentar como caminho lucrativo de geração de trabalho, no qual os empresários dessa esfera tentam cooptar e vulnerabilizar os jovens diante do desemprego estrutural e da ausência de possibilidades de ascensão no país. Nesses casos, afirma: “O traficante acaba ocupando um lugar de suplência da função paterna”.

É importante compreender que a violência estrutural organiza a dominação de uma classe sobre a outra de diferentes formas, seja pela violência do Estado ao impor e legitimar a precarização e exploração do trabalho, seja ao reprimir a luta dos trabalhadores por melhores condições de vida pela violência policial, seja ao retirar os investimentos no acesso à educação de qualidade e igualdade de oportunidades. Assim, relega-se ao abismo a classe trabalhadora ao impor violentamente a precarização do trabalho e a miséria, assim como ao impor a ausência

do caminho da educação voltada para a igualdade de oportunidades e para o acesso a elementos da cultura que permitam a humanização, a resistência aos valores vigentes do capitalismo selvagem e a luta por uma sociedade igualitária. Diante desse projeto criminoso dos interesses do monopólio econômico do capitalismo internacional, projeto este legitimado pelo Estado, faz-se necessário investigar também de forma aprofundada os mecanismos subjetivos de apreensão dessa realidade social. Interessa pensar como se dá a dominação no nível subjetivo dos valores desse modo de produção, da sociedade de consumo, das formas de resistência à violência estrutural, entendendo este processo como dialético, processo em que, além de sujeições, existem mediações.

Contudo, há que se fazer uma ressalva quanto aos riscos de se fazer esse recorte de estudo. No acervo das pesquisas recentes sobre o tema da violência no Brasil, no que diz respeito à análise da violência presente no sistema prisional, incestuosa, nos sistemas socioeducativos, nos processos de liberdade assistida, violência sexual, violência sofrida por moradores de área de risco, exploração sexual comercial, assassinato por vingança, em relação à identidade e diferença na escola, prostituição, mídia e consumismo, gênero e violência, etc., um dado significativo salta aos olhos e suscita reflexões sobre uma tendência que as pesquisas têm ganhado nos últimos tempos quanto aos recortes das populações estudadas. Na maioria dos casos, salvo raras exceções, as populações-alvo de estudos advêm da classe empobrecida e marginalizada. Essa tendência pode ser verificada também nos eventos que englobam uma diversidade de trabalhos que discutem o tema¹.

Esse é um dado sintomático da dificuldade de se estudar a violência no contexto das classes enriquecidas. Um problema que se apresenta diz respeito ao reducionismo que as pesquisas podem cair ao se limitarem ao estudo da população empobrecida, correndo o risco de endossar a criminalização da pobreza e de propiciar a leitura de que a violência é um fenômeno restrito a essa classe², quando, na verda-

1 Podemos citar o exemplo do encontro nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO), em 2013. A cada sessenta trabalhos que abordavam o tema e que foram apresentados, aproximadamente, apenas quatro discutiam a violência em relação à classe enriquecida e, entre estes que constavam na programação, apenas dois foram apresentados.

2 Um momento emblemático desse sintoma foi visto quando os dois estudantes assassinaram colegas e um professor na Columbine High School, no Colorado, em 1999. A mídia e a opinião pública queriam atribuir inicialmente o crime a figuras da periferia, mas não a estudantes da escola privada de maior fama dos Estados Unidos. Os pronunciamentos eram de que causava espanto constatar essa barbaridade numa escola de

de, constata-se que as grandes empresas do capitalismo internacional e muitos grupos da classe enriquecida se estruturam pela via da violência e se valem dos lobistas, frequentemente, para impor seus interesses frente aos direitos democráticos da maioria da população.

O obstáculo de se estudar as expressões da violência na classe alta não significa que não haja violência nessa população; pelo contrário, a dificuldade de se adentrar nas instituições privadas para o estudo da violência é maior, assim como em outros espaços próprios a essa classe, mas, ao que parece, isto se relaciona com certa ocultação e sofisticação dos processos da violência nesses grupos, o que sinaliza para a exigência de um estudo aprofundado sobre essa questão³.

Pensando em contextos educativos, por mais que essas notícias sejam omitidas, sobretudo nesta última década, vêm ocorrendo casos de suicídio de crianças e adolescentes em escolas particulares do mundo e do Brasil. Não há pesquisas sobre os processos de socialização e integração pelos quais as crianças vêm se constituindo. Assim, é preciso se debruçar sobre a pergunta de como a violência se expressa nas escolas privadas que atendem a classe alta. Diante da necessidade de se debruçar sobre esse problema, indica-se ter esse campo como objeto de estudo, levando em consideração a relevância e as condições de possibilidade de realização das pesquisas.

Tão importante quanto esse campo é tomar o cenário das universidades do mundo, em geral, e brasileiras, em particular, como campo de estudos, levantando a seguinte pergunta: o recrudescimento da desigualdade social e suas novas formas de exclusão tem implicações no avanço da segregação e violência dos alunos no contexto educativo das universidades?

É preciso mencionar que há um aumento da escalada da violência nas universidades do Brasil. Na Universidade de Brasília (UnB), por exemplo, houve nos últimos anos crimes de assassinato, tal como o caso do aluno da biologia e ex-namorado da estudante Louise, que a matou em 2016, assim como o assassinato a pedradas do aluno Jiwago, além dos inúmeros suicídios de alunos da graduação no contexto acadêmico e nos espaços físicos da universidade, as recentes per-

³classe alta”.

3 Entre tantos exemplos, constatações empíricas da realidade de Goiânia também reforçam essa hipótese. O caso da empresária Sílvia Calabresi, que torturava uma criança de 12 anos por anos sem que ninguém a denunciasse, revela a violência num nível extremo, praticada cruelmente e silenciada por várias pessoas que se omitiram.

seguições e ameaças de morte à professora Débora Diniz, a qual fez a defesa científica explícita dos direitos da mulher. Todo esse conjunto de casos reforça a justificativa científica e social da urgente necessidade de se investigar e dar assistência ao sofrimento que vem se expressando na universidade na forma de violência, agressão, segregação e preconceito de gênero, de classe e de raça.

Nesse sentido, as universidades do país devem ser campo de estudos sobre esse fenômeno. A partir dos casos citados, vislumbra-se o contexto educativo da Universidade de Brasília (UnB) como uma dessas possibilidades para se compreender melhor o fenômeno. Mesmo tendo sido uma das pioneiras nas formas de ingresso por cotas para escolas públicas e para negros, abarcando um total de 50% das vagas anuais, muito há que se avançar com práticas de superação da desigualdade e preconceito nesse espaço. Basta lembrar das mensagens racistas demonstrando um ressentimento e rancor social diante da presença de negros na universidade e da demanda de um centro de convivência branca, bem como das mensagens que se tomam Bolsonaro como um símbolo da possibilidade de realização de seus desejos de eliminação do outro. Nesse contexto, recoloca-se a importância da análise dos padrões de violência, discriminação e segregação fundamentada nas diferentes condições econômicas e sociais vigentes dentro de uma mesma instituição educativa.

Vale mencionar que alguns caminhos de pesquisas transdisciplinares sobre o fenômeno podem ser pensados, contando com a realização de grupos focais, entrevistas e/ou atendimentos nas clínicas-escolas aos estudantes cuja queixa principal seja o sofrimento decorrente da violência e segregação no contexto educativo da universidade.

Pode-se escolher o recorte de alunos da graduação e/ou do mestrado e/ou doutorado de diferentes cursos; o que possibilitaria uma análise dos casos conforme diferentes condições presentes nesses níveis de escolaridade. Dentro dos níveis de escolaridade citados, também se pode pensar na utilização do critério de proporcionalidade de participação para alunos cotistas de escola pública, alunos cotistas negros, alunos cotistas indígenas, assim como levar em consideração a proporcionalidade entre homens e mulheres, já que os dados vêm mostrando que as mulheres apresentam 27% a mais de chance de desenvolver adoecimento mental nesse contexto (Barrecheuren, 2018). Portanto, vale indagarmos quais condições objetivas e subjetivas estão postas nesse quadro de sofrimento.

A pesquisa empírica com esses delineamentos pressupõe um diálogo entre investigação quantitativa e qualitativa, uma vez que esta permite uma investigação sistemática de temas complexos, conforme aponta Hilton Japiassú (1975). Esse procedimento possibilita, através da mediação da linguagem, uma compreensão detalhada das mediações envolvidas na manifestação da violência em contextos sociais específicos. Uma importante vantagem desse método qualitativo se deve à possibilidade de apreender de modo aprofundado dimensões e processos constitutivos da subjetividade por meio da experiência individual de uma realidade coletiva (Minayo, 1994), além de ser o procedimento mais coerente com a epistemologia proposta, cujo interesse é revelar motivações, valores, processos históricos na constituição do sujeito e na expressão de um fenômeno num dado período histórico (Abramo, 1979).

Para as pessoas escutadas, o procedimento não carrega riscos em si, mas pode surgir algum desconforto com a possibilidade de exposição da própria história. Vale ressaltar que esses riscos devem ser informados aos sujeitos, deixando-os livres para escolher ou não por grupos focais, entrevistas ou tratamentos clínicos, assegurando-lhes quanto ao sigilo e à confidencialidade. Caso optem pela pesquisa, os participantes ou os seus responsáveis (para menores de 18 anos) devem assinar o termo de consentimento livre esclarecido para que a investigação tenha aparato legal de realização. Com relação ainda aos riscos, coloca-se em observância que, em contextos nos quais os participantes apresentem sofrimento intenso que demandem mais assistência, que deve ser prestada conforme cada caso.

Um dos benefícios de pesquisas com esses delineamentos para os participantes é o de possibilitar um espaço de fala sobre seus sofrimentos, de rememoração e elaboração da própria história. Além disso, seja para os sujeitos escutados e atendidos, seja para o grupo de indivíduos que se encontram na mesma situação, seja para a pesquisa no país ou para as universidades, a contribuição de se revelar os complexos mecanismos da violência e segregação é fundamental, na medida em que se vislumbra a urgente necessidade de superação da lógica e das práticas violentas e segregatícias na sociedade, elaborando-se tanto a história individual quanto coletiva⁴.

⁴ Ressalte-se que, como os estudos sobre estado do conhecimento já citados indicam, a perspectiva psicanalítica vem sendo abandonada na análise dessa temática, o que indica o potencial do caráter original prático e teórico de pesquisas e atendimentos nessa área,

Lembrando-se que, para essas pesquisas empíricas, há que se observar nos projetos as exigências previstas pelos comitês de ética nacionais, tais como a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP/CNS/MS), o Conselho Nacional de Saúde (CNS) e os Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs).

Outra possibilidade importante de escopo de pesquisas é a de observação de campo. Nesse sentido, Zuin (2012) suscita a possibilidade de uma linha de pesquisas de observação da violência virtual por meio da incorporação de novas tecnologias. Em um estudo que realizou sobre novas formas de violência expressas pela via da tecnologia virtual e no novo fenômeno *amok*, ele apresentou elementos de análise importantes para a compreensão dessas novas manifestações, das últimas décadas, da violência cometida pelo *Facebook* e em outras redes sociais.

Nesse escopo, outra possibilidade é a observação dos rituais de integração nas universidades. A partir dos estudos já iniciados no Brasil nessa linha, há novamente uma referência importante das pesquisas de Zuin (2002), que se debruçou sobre os processos de integração presentes na recepção dos calouros e nos rituais dos trotes em diferentes cursos em uma universidade. Ressalta-se que, embora a proibição dos trotes com violência física foi conquistada no Brasil, o autor analisa que eles se desenvolvem nas últimas décadas com a característica da presença da violência simbólica nas formas que os rituais de integração sadomasoquistas se desenvolvem entre veteranos e calouros, reproduzindo processos mais amplos de integração violentos presentes nas universidades, como, por exemplo, em alguns modelos de relação professor-aluno (campo que deve ser estudado), análogos a alguns modelos de relação patrão-empregado, e nas desigualdades entre as profissões expressas pelos xingamentos e rebaixamentos entre grupos de diferentes áreas presentes nos trotes, etc.

A constatação da relevância de estudo sobre a temática nas universidades é corroborada por outras pesquisas que alertam sobre a gravidade do sofrimento mental dos alunos em ambiente acadêmico em vários países. Os últimos dados de pesquisas indicam a relação entre o ambiente acadêmico e a degradação mental dos doutorandos, apontando para o aumento da frequência de diversos sintomas, como estresse, insônia, ansiedade, sentimento de inutilidade, de pressão constante, e para a maior probabilidade de desenvolvimento de problemas

assim como a possibilidade que tem avançar na análise das complexas mediações que geram e mantêm a violência e segregação em contextos educativos atualmente no Brasil.

psiquiátricos e depressão. Nota-se que o sentimento preponderante é o de pressão constante afetando a saúde mental. A esse sentimento estão associadas às condições de trabalho relatadas que estruturam a vida dos pesquisadores, tais como a dificuldade de conciliação com o convívio familiar, ausência de orientação dos tipos de liderança *laissez-faire* e, principalmente, a carga de trabalho (Barrecheguren, 2018). Ao que parece, é possível levantar a hipótese de que o que se vem chamando de presença de transtornos mentais nas universidades, com sintomas como pressão constante, preocupação, ansiedade, tristeza, etc., nada mais é do que um conjunto de sintomas que tem sua origem na forma com que o trabalho precário vem se estruturando na pós-graduação, assim como nas relações estabelecidas nesse contexto acadêmico.

É preciso analisar se há relação entre esse adoecimento e os novos modelos de trabalho flexível no capitalismo que vêm adentrando as universidades e tornando-a um espaço de exploração e de trabalho gratuito, paralela a exigências do produtivismo, acúmulo e desvio de funções – que, em princípio, não seriam funções do orientando –, ausência de orientação, relações abusivas, etc. Tal quadro se agrava devido ao fato de que o ensino superior e as pós-graduações ainda têm a marca de não permitirem a igualdade de acesso e de oportunidades para a maioria da população, mas sim a alguns grupos, tornando ainda possível a existência de pactos perversos, desvio e/ou acúmulo de funções, arbitrariedades, sobrecarga e trabalho gratuito de grupos com menor poder de decisão nesse processo.

Portanto, torna-se fundamental a realização de pesquisas com o grupo de mestrandos e doutorandos das diferentes áreas das universidades para se conhecer, de fato, o que vem gerando o adoecimento. Vale ressaltar a necessidade de uma perspectiva transdisciplinar na análise do fenômeno; caso contrário, corre-se o risco de se transfigurar um problema que vem assumindo grandes proporções e que tem suas raízes sociais e históricas em um problema individual pelas perspectivas patologizante e medicalizante, que tendem somente a camuflar os sintomas, mas a não elucidar e atacar suas raízes.

Que toda essa discussão tem a ver com o momento atual capitalismo internacional que, ao entrar em crise, impõe a dominação, em todos os âmbitos, aos países periféricos, isso não é novidade. Nesse sentido, compreende-se que o recrudescimento dos processos de segregação, opressão e violência é indissociável da estruturação do capitalis-

mo selvagem desenvolvido Brasil. O que pode ser novidade é a resposta que podemos dar a essa crise. Parafraseando o Chico Buarque (1973), continuaremos a trabalhar no sentido de fazer com que o Brasil cumpra o ideal de se subjugar à violência estrutural do capitalismo internacional e da indústria farmacêutica - reforçando e aprimorando uma estruturação do trabalho, modelos pedagógicos, de conhecimentos, de processos de identificação e de constituição da subjetividade adoecedores, que geram segregação e violência?

Ou lutaremos por outro ideal, que resgate nossas raízes libertárias - a exemplo de *Bacural* (Bacural, 2019) -, e que defenda nossas conquistas democráticas, civilizatórias, humanizatórias; nossa riqueza da natureza, nosso patrimônio poético e libertário latino-americano? Essa deve ser a luta que defendemos: construirmos relações econômicas, de estruturação do trabalho, de modelos pedagógicos e de processos de constituição da subjetividade humanizadores; pela continuidade da humanidade - o que temos de maior valor.

Assim, longe da pretensão de esgotar as possibilidades teóricas, metodológicas e campos de pesquisas, este artigo se propôs a pensar sobre a premência de se retomar o desenvolvimento de pesquisas que se dediquem a analisar criticamente o fenômeno da violência entre estudantes a partir de análises transdisciplinares e de teorias de totalidade, levantando observações para a proposta de uma agenda de pesquisas na área, de forma a não fortalecer as perspectivas ideológicas, que vigoram atualmente, de patologização, individualização, medicalização e criminalização da infância, adolescência e juventude. É preciso desconstruir a manicomialização e criminalização dos sujeitos nas instituições educativas, essa deve ser uma pauta não só da luta pela educação, mas da luta antimanicomial, pois como é realçado por Passos (2018, p.13), a lógica manicomial é social e, frequentemente, se expressa além dos muros dos hospitais psiquiátricos:

O manicômio estrutura-se para além de uma edificação, pois mesmo com o fim do hospital psiquiátrico ainda experimentamos inúmeros formatos e formas de *apartheid* social, expressas pela via da medicalização e patologização da vida, pela internação compulsória, pela esterilização coercitiva, pela higienização urbana e demais fenômenos, ou seja, o manicômio é social, uma vez que ele está introyetado e reproduzido nas relações sociais.

Em vista do exposto, espera-se contribuir para o avanço da compreensão das mediações psicossociais que geram e mantêm as for-

mas de adoecimento, violência e segregação em contextos educativos atualmente, tendo em vista a exigência de superação de suas origens objetivas e subjetivas; superação sem a qual nenhum projeto educativo e civilizatório pode se efetivar.⁵

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, Sedi (org.). Pesquisa social: projeto e planejamento. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 21-88.

ADORNO, Theodor W. Educação após Auschwitz. In: ADORNO, Theodor W. Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 119-138. Trabalho original publicado em 1971.

_____. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: ADORNO, T. W. Ensaios sobre psicologia social e psicanálise. Tradução de Verlaine Freitas. São Paulo: Editora UNESP, 2015.

A FITA BRANCA. Direção: Michael Haneke. Produção: Stefan Arndt, Veit Heiduschka, Michael Katz, Margaret Ménégoz, Andrea Occhipinti. Áustria/Alemanha/França/Itália: Imovision. 2009. 1 DVD (144 min).

BARRECHEGUREN, Pablo. O doutorado é prejudicial à saúde mental. El País Brasil, São Paulo, Ciência, 27 mar. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/15/ciencia/1521113964_993420.html Acesso em 25/07/2019.

BRUM, Eliane. “Mãe, onde dormem as pessoas marrons?”. El País Brasil, São Paulo, Opinião, 22 jun. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html Acesso em 28/06/2015.

BACURAL. Direção: Kleber M. Filho, Juliano Dornelles. Produção Emilie Lesclaux, Said Bem Said, Michel Merkt. Brasil/França.2019. DVD (132 min).

BUARQUE, Chico; GUERRA, Ruy. Fado Tropical. Intérpretes: Chico Buarque e Ruy Guerra. In. Chico Buarque. Chico Canta. 1973.

⁵ A autora do presente artigo agradece o auxílio financeiro à pesquisa de doutorado – o que também possibilitou a dedicação a esse trabalho –, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), órgão público federal que contribui para a dedicação dos pesquisadores do país à pesquisa voltada para o interesse da sociedade brasileira e para a publicização dos resultados alcançados.

CASTRO, Larissa Leão de. Revelação e ocultamento: dos estudos sobre violência e violência escolar aos estudos sobre bullying. 2015. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a16.pdf> Acesso em 10/03/2015.

CONTE, M. Os Efeitos da Modernidade: consumo de álcool, drogas e ilusões. In *Psicanálise em Tempos de Violência*. Revista da Associação Psicanalítica. Publicação Interna, Ano VI – Número 12. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1995.

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine (Org.). *Violência nas escolas e políticas públicas*. Brasília: UNESCO, 2002.

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *O idiota*. 3. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 2010. Trabalho original publicado em 1869.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo, 2015.

EL PAÍS. Ágatha Félix, 8, a mais nova vítima da violência armada que já atingiu 16 crianças no Rio neste ano. *El País Brasil*, Rio de Janeiro, 21 set. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/21/politica/1569099826_106579.html?%3Fssm=-FB_BR_CM&hootPostID=323a100c5a3059bd97499c0c0a6fbcfd&fbclid=IwAR3JsucNEIE0OP8H8CCORpOFiM9bb9TlafCyoIS_rEylD3HA2l7q7G9QFdu Acesso em 24/09/2019.

FANTE, Cleo. *Fenômeno bullying: como prevenir a violência nas escolas e educar para a paz*. 7. ed. Campinas, SP: Verus Editora, 2012.

FERRERAS, Norberto Osvaldo. *Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o banditismo social na América Latina*. *História*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 211-226, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v22n2/a12v22n2.pdf> Acesso em 17/08/2019.

G1DF. *UnB Apura pichações de conteúdo racista e homofóbico em banheiros*. G1, Distrito Federal, 5 mai. 2016. Disponível em: <http://globo/1UCIWxG> Acesso em 24/09/2019.

JAPIASSÚ, Hilton. *Introdução à epistemologia da psicologia*. Rio de Ja-

neiro: Imago, 1995.

MARTINS, Rita de Cássia Andrade. Saúde mental, economia solidária e cooperativismo social: políticas públicas de reconhecimento e acesso ao trabalho (2004-2013). 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIRANDA, Marília Gouveia de. O processo de socialização na escola: a evolução da condição social da criança. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 125-135.

_____. A psicologia da educação na perspectiva da relação teoria e prática. In: MIRANDA; Marília Gouveia de; RESENDE, Anita Cristina Azevedo (orgs.) Escritos de psicologia, educação e cultura. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2008. v. 1. p. 19-34.

LOUREIRO, Marcos Corrêa da Silva. Psicologia da educação no Brasil. In: MIRANDA; Marília Gouveia de; RESENDE, Anita Cristina Azevedo (orgs.) Escritos de psicologia, educação e cultura. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás, 2008. v. 1. p. 35-54.

PASSOS, Rachel G. “Holocausto ou Navio Negroiro?”: inquietações para a reforma psiquiátrica brasileira. Argumentum, Vitória, 2018, v. 10, n. 3, p. 10-22, set./dez.

PELLEGRINO, Hélio. Psicanálise da criminalidade brasileira: ricos e pobres. Folha de São Paulo, São Paulo, Folhetim, 7 out. 1984. Disponível em: <http://www.cefetesp.br/edu/eso/filosofia/pellegrinocriminalidadesc.html> Acesso em 04/02/2015.

RODRIGUES, Silvia Viana. Rituais de sofrimento. São Paulo: Boitempo, 2012.

SARTRE, Jean Paul. Questão de Método. 4. ed. São Paulo: Difel/Difusão Editorial S.A., 1979.

SOARES, Antonio Mateus de Carvalho. Violência, crime e jovens empobrecidos. In: ESPINHEIRA, Gey (coord.). Sociabilidade e violência: criminalidade no cotidiano de vida dos moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia; Universidade Federal da Bahia. 2004. p.124-139.

SOUZA, Dalva Borges de. Violência, poder e autoridade em Goiás. Goiânia: Editora UFG, 2006.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 87-103, jan./jun. 2001.

TYKANORI, Roberto. Contratualidade e Reabilitação Psicossocial. In: PITTA, Ana Maria Fernandes (org.). Reabilitação psicossocial no Brasil. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 55-62.

VIEIRA, Valterci. Sentidos produzidos por familiares acerca da violência policial. 2009. 161 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia, Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2009.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 3-17, jul./set. 1999.

_____. Nem líderes nem heróis: a verdade da história oral. In: ZALUAR, Alba (org.). Violência e educação. São Paulo: Cortez, 1992. p. 19-36.

ZUIN, Antônio Álvaro Soares. O trote na universidade: passagem de um rito de iniciação. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. Violência e tabu entre professores e alunos: a internet e a reconfiguração do elo pedagógico. São Paulo: Cortez, 2012.

SUPERANDO A CRISE

OS DESAFIOS DA PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA NA LUTA CONTRA A OPRESSÃO SOCIAL

Bernardo Parodi Svartman
Luis Guilherme Galeão-Silva

O momento social e político vivido no Brasil a partir da ascensão de uma extrema direita agrupada em torno do bolsonarismo desperta enorme assombro e preocupação em todos os setores progressistas e democráticos da sociedade. O fortalecimento do projeto neoliberal e o aumento da desigualdade social nos últimos anos, a destruição sistemática de políticas sociais e das políticas de proteção ambiental, a ascensão de fundamentalismos religiosos e da lógica milicianiana, a presença militar no governo, a perseguição às formas de oposição e as ameaças aos poderes instituídos, o incentivo ao armamento, todos esses elementos formam juntos um quadro inegável de ataque à democracia e de desenvolvimento de uma forma de autoritarismo com certo alcance popular. Esse fenômeno combina elementos locais e mundiais, uma vez que a ascensão da extrema direita faz parte de uma configuração geopolítica internacional, e carrega no seu bojo o incremento da violência, da intolerância, do preconceito e do desrespeito sistemático aos direitos humanos.

A compreensão desse quadro e a tentativa de formulação de formas de resistência tornam-se uma prioridade no campo da teoria crítica contemporânea e da Psicologia Social Comunitária. Este capítulo pretende discutir as possíveis contribuições desses campos para a compreensão e enfrentamento do atual contexto de escalada da violência política e do autoritarismo. Acreditamos que essa tarefa envolve uma discussão articulada entre os conceitos que orientam nossa *práxis* e uma análise de conjuntura que permita o engajamento de psicólogas e psicólogos em iniciativas de resistência e luta contra a opressão social. Buscaremos, depois de desenvolver esse caminho, apresentar duas experiências práticas de pesquisa-ação realizadas pelos autores. Esse diálogo com a prática, além de tornar a reflexão mais concreta, também permite discutir possibilidades e caminhos para os processos de ensino e aprendizagem no campo da psicologia social comunitária na atualidade.

A construção e consolidação da Psicologia Social Comunitária na América Latina envolveu um precioso debate sobre as questões éticas e políticas necessariamente presentes na pesquisa e atuação profissional em psicologia. A discussão detalhada de algumas questões essenciais representou um verdadeiro ponto de inflexão na história desse campo de conhecimento: quais são os problemas delimitados pela área, qual a relação de seu objeto com o contexto social e histórico e qual é o público atendido prioritariamente? Essas questões explicitaram diversos aspectos ideológicos que estavam naturalizados e invisibilizados na psicologia. As psicólogas e psicólogos que participaram deste movimento buscaram transformar as características dessa área a partir de um engajamento na investigação, discussão e transformação dos problemas concretos da população (Montero, 2005; Freitas, 1998).

Esse aspecto central determinou uma série de outras características para a PSC, entre as quais poderíamos destacar: a investigação e apoio a comunidades organizadas (de preferência com um horizonte autogestionário) para que possam enfrentar e buscar soluções para os problemas que as afligem; a ênfase no papel ativo dos grupos na produção de conhecimento e possibilidades de ação coletiva; e a prioridade concedida a metodologias participativas de construção do conhecimento, rompendo a ideia ingênua de suposta neutralidade do pesquisador. Outra característica importante da PSC refere-se ao fato de que esse movimento dentro da psicologia assume conscientemente a dimensão histórica de seu objeto e de seu próprio desenvolvimento como disciplina. Os problemas que busca conhecer e enfrentar se transformam ao longo do tempo, e dessa forma, exigem constantemente revisões e um esforço dialético de articulação entre o particular (a história e as lutas de grupos específicos), o global (o contexto social e histórico mais amplo no qual os grupos e os problemas se inserem) e a trama de conceitos que permitem o desenvolvimento de uma teoria crítica da sociedade.

Dessa forma, conhecer verdadeiramente os problemas enfrentados por uma ampla gama da população dos países da América Latina envolve uma tarefa mais ampla e global, que é discutir a história do problema da opressão social na região e as formas comunitárias organizadas para seu enfrentamento e superação. Essa forma de compreender os problemas vividos pelos grupos oprimidos, inserindo-os dentro da compreensão de quadro teórico, histórico e ético, é o que conferiu certa unidade de orientação à pesquisa e à prática no campo. Nesse caminho,

um tema se tornou fundamental: como definir o problema da opressão social, como pensar as formas comunitárias de resistência e luta, quais seriam os métodos mais adequados de pesquisa e atuação profissional?

A partir dessas considerações iniciais, podemos delimitar algumas tarefas importantes para o desenvolvimento da pesquisa e atuação: a formulação de uma definição operativa do problema da opressão social que permita acompanhar suas transformações históricas e orientar a prática; a realização interdisciplinar de análises de conjuntura que permitam a elaboração de estratégias e táticas de resistência; a avaliação constante das experiências profissionais que permitam explorar as brechas e contradições sociais no sentido de ampliação das lutas libertárias. Em nossa opinião, a elaboração e a retomada constante da articulação dessas três dimensões é essencial para orientar as ações de pesquisa e atuação no campo.

A opressão social é um fenômeno altamente complexo, estabelece relações com problemas que podem ser designados como dominação, injustiça e desigualdade social, e interconecta questões de poder relacionadas às divisões e classificações sociais ao longo de nossa história. Sendo assim, uma das primeiras tarefas é explicitar a definição dos termos e sua relação com os fenômenos comunitários. Pretendemos neste capítulo seguir este caminho: apresentar a forma como entendemos o conceito de opressão social relacionando-o a uma breve análise da conjuntura presente, discutir algumas experiências e possibilidades de atuação e por último discutir as consequências dessas análises para a atuação no campo e para o ensino da psicologia social comunitária.

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E O PROBLEMA DA OPRESSÃO SOCIAL

Como afirmamos anteriormente, a orientação da PSC para discutir os problemas concretos da população não pode prescindir de um quadro teórico que permita a compreensão do problema da opressão social. Caso as duas esferas não estabeleçam uma relação dialética de complementaridade e adequação, a investigação poderia recair em uma mera descrição de fenômenos pontuais e perderia sua orientação mais radical de contestação e crítica.

O conceito de opressão social e alguns termos considerados praticamente como sinônimos - vulnerabilidade, pobreza, risco - são empregados muitas vezes na psicologia social comunitária como auto

evidentes. No entanto, a expressão encontrou desenvolvimentos importantes no campo da teoria crítica contemporânea que permitem um aprofundamento da reflexão sobre a teoria e a prática no campo da psicologia social comunitária. O debate mais recente sobre o papel do *reconhecimento* e da *redistribuição* nas lutas sociais, do qual diversos filósofos e cientistas políticos ligados à herança da teoria crítica participaram, ajudou a compreender os problemas e as lutas em nossa realidade histórica. Veremos que a opressão social relaciona de formas específicas o não reconhecimento do outro e a privação de acesso aos bens sociais necessários para a realização individual e coletiva.

Iris Young envolveu-se no debate sobre as relações entre a teoria crítica contemporânea e as noções de reconhecimento e redistribuição, advogando contra uma separação rígida entre as duas esferas de análise (Young; 1990, 2009). A autora argumenta que a noção de justiça não deve se referir apenas às possibilidades de redistribuição, mas deve estar relacionada a uma discussão ampla sobre as condições sociais e institucionais que permitem o desenvolvimento de capacidades individuais e coletivas. Apesar da ampla contribuição da autora para as discussões sobre justiça e lutas sociais, discutiremos aqui especificamente o capítulo II do livro *Justice and the Politics of Difference (Justiça e as Políticas da Diferença)*, intitulado *Five faces of oppression (Cinco Faces da Opressão)*. Buscaremos apresentar as possíveis contribuições das ideias contidas nesse texto para o campo da PSC.

A autora argumenta que nossa dificuldade em convencer as pessoas que a opressão é um aspecto concreto da nossa organização social reside no fato de que muitas vezes não temos clareza de seu significado profundo (Young, 1990). Partindo das condições de vida dos grupos que utilizam mais contemporaneamente esse termo nas suas lutas, Young apresenta a ideia de que a opressão nomeia um conjunto de condições que pode ser descrito a partir de cinco categorias: exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência. Seu objetivo é ampliar a compreensão do fenômeno de forma a impedir que apenas a forma de um grupo específico seja refletida na definição. A vantagem dessa ampliação é observar o problema de forma mais abrangente e integrada, ou seja, a partir do ponto de vista de vários grupos oprimidos, observando as necessárias interpenetrações vividas por eles. Acreditamos que essa forma de abordar o tema encontre ressonância com as atuais discussões sobre a consubstancialidade do problema da opressão.

A autora argumenta que muito da resistência contra o uso do termo na linguagem comum vem da ideia de que ele expressaria uma forma de tirania exercida por um grupo dirigente. As lutas sociais das últimas décadas transformaram o sentido desse conceito, e o termo passou a designar uma forma de desvantagem ou de injustiça vivida por um grupo, não em função da coerção de um poder tirânico, mas em função do próprio funcionamento de uma sociedade capitalista liberal supostamente democrática.

A opressão ganha assim um sentido estrutural, mais que uma opção de uma pessoa ou governo específico, e assim o é porque está incorporada em normas, hábitos e símbolos inquestionados e naturalizados, em funcionamentos institucionais e societários que replicam continuamente estruturas de poder e suas formas de discriminação e submissão. Com isso a autora não retira a responsabilidade dos agentes por seus atos e não nega o fato evidente de que pessoas e grupos se beneficiam com as formas de opressão estabelecidas, mas procura enfatizar que a dimensão estrutural muitas vezes supera a ideia que os próprios agentes chegam a fazer sobre as ações em curso. Outro aspecto importante do sentido do conceito atualmente se refere ao fato de que as discussões e articulações entre vários movimentos (de luta contra o racismo, a opressão de gênero e a divisão de classes, por exemplo) levou a enxergar que diferentes grupos sofrem distintas formas de opressão sem que se possa estabelecer uma hierarquia, já que na realidade a interpenetração das configurações de poder faz com que a situação de opressão seja sobredeterminada e consubstancial.

A primeira categoria, a *exploração (exploitation)* (Young, 1990) está relacionada ao fato de que no capitalismo algumas pessoas realizam e desenvolvem suas capacidades sob o jugo e controle de outras, que estabelecem as condições e objetivos para maximizar suas vantagens e benefícios. Por meio da exploração instala-se um processo constante e estável que transfere os resultados do trabalho de um grupo para outro, aumentando o poder, as vantagens e a riqueza deste último. Sem dúvida o conceito de classe é aqui fundamental, mas não significa que essa dimensão não esteja relacionada com questões de raça, gênero e etnia. Como argumenta a autora, o conceito de exploração deve ser ampliado para incluir todas as relações entre grupos, que se sobredeterminam e envolvem a apropriação da energia e do trabalho alheio para incremento de riqueza e poder. A opressão das mulheres não envolve

apenas as exclusões de espaços de fala e poder, mas se materializa assim também porque as mulheres trabalham de diversas formas para os homens de forma subordinada em uma sociedade machista e patriarcal. O mesmo raciocínio se apresenta em relação à questão racial. Não há dúvidas de que os negros sofrem o racismo estrutural a partir da superexploração do trabalho. Os dados revelam que no Brasil a remuneração média de um homem e uma mulher negros são sempre inferiores aos brancos e as oportunidades de ascensão não são distribuídas de forma equitativa nos espaços de trabalho.

A categoria de *marginalização* (*marginalization*) (Young, 1990) se refere ao fato de que certos grupos estão em situação de exclusão, como a parcela de população condenada ao desemprego estrutural do capitalismo contemporâneo, ou a parte da população que efetivamente não pode contar com as garantias do estado de direito. Boa parte da parcela da população marginalizada sofre esse processo por questões raciais ou étnicas. É a forma mais perigosa de opressão, porque priva pessoas de uma participação real na sociedade, as condena a formas materiais e simbólicas de privação e até mesmo abre possibilidades para o extermínio. A pesada privação neste caso envolve também as fontes de reconhecimento social e de possibilidades de realização pessoal. A institucionalização e aprisionamento dos que fogem à normalidade representa um exemplo de marginalização. A condução de políticas sociais que constroem e submetem a população atendida sob a forma da tutela e do controle social, retirando possibilidades de participação social, também representam uma forma de marginalização.

A categoria da *falta de poder*, ou *impotência* (*powerlessness*) (Young, 1990), significa o impedimento ou a restrição na participação em decisões que afetam a vida da própria pessoa ou de seus grupos de pertencimento. Na sociedade capitalista, a maioria dos trabalhadores não pode participar das decisões nos ambientes de trabalho e tampouco das decisões políticas que afetam a organização de seu bairro, das instituições em que se encontra vinculado, de sua cidade e da sociedade como um todo. Os trabalhadores com baixa qualificação e os precarizados são submetidos a uma estrutura de poder na qual se lhes obriga formas subordinadas de atividades. Essa estrutura hierárquica se espalha para além dos espaços de trabalho e se reflete nas experiências de desrespeito e baixa estima social. Falta de poder para participar de tomada de decisões e a submissão às diversas formas de mandonismo caracterizam esta dimensão.

As dimensões anteriores estão fortemente relacionadas à organização social do trabalho. Apoiam-se na forma pela qual um grupo comanda e se apropria do trabalho de outro, ou deixa de fazê-lo marginalizando-o. A categoria do *imperialismo cultural* (*cultural imperialism*) (Young, 1990) por sua vez está relacionada aos aspectos simbólicos da produção cultural. Trata-se da forma como o grupo dominante transforma seu ponto de vista particular, baseado em seus interesses e valores, no ponto de vista dominante na sociedade. Significa na prática a tentativa de universalização do ponto de vista da experiência e da cultura do grupo dominante. Alguns grupos têm acesso privilegiado aos meios de interpretação, de comunicação e de divulgação no interior da sociedade, e por meio desta hegemonia, impõe sua produção ao conjunto da sociedade como algo natural e universal. O grupo dominante projeta sua experiência como sendo representativa da humanidade como tal, transforma essa experiência em um padrão de normalidade e projeta sobre o outro a falta ou a deficiência desse padrão. A partir desse mecanismo social recaem sobre os grupos oprimidos certos estereótipos e a experiência de invisibilidade pública. As imagens estereotipadas e de inferiorização produzidas pelo grupo dominante não deixam de ser internalizadas por toda a sociedade, e no caso das pessoas pertencentes aos grupos oprimidos, podem produzir um sofrimento relacionado a uma “dupla consciência”, já que em muitos casos as pessoas passam a se ver com os olhos do grupo dominante. A possibilidade de compreensão dessa dupla consciência indica um momento de libertação, pois o sujeito oprimido já não coincide mais com a visão estereotipada, desvalorizada e inferiorizada que o grupo dominante tem a seu respeito. Este aspecto da opressão lembra muito o processo social de construção da ideologia e da luta contra ela.

Por último, muitos grupos sofrem a opressão como uma *ameaça constante ou a concretização de ataques e violência* (*violence*) (Young, 1990). Membros de alguns grupos sabem que podem ser atacados, eles mesmos ou suas propriedades, com o intuito de provocar sobre eles danos materiais e morais, humilhações ou até mesmo a morte. Quando observamos a realidade brasileira, esse fenômeno parece ainda mais grave do que o observado pela autora nos EUA. As taxas de feminicídio em nosso país são uma das mais altas do mundo. O país também é um dos mais inseguros para a população LGBTQ+. Os conflitos rurais e a morte de indígenas sofreram grande aumento nos últimos

anos. A população negra é vítima da violência policial numa proporção muito maior que a branca. O preconceito disseminado busca ratificar e tornar socialmente aceitáveis tais formas de violência. A possibilidade constante de que alguém, um familiar ou amigo possa ser submetido a tratamento violento é uma forma terrível de opressão e fonte de constante sofrimento.

Essas dimensões estabelecem conexões entre si. Por exemplo, o *imperialismo cultural* estabelece uma relação importante com a *produção da violência*. Quando um grupo oprimido enfrenta a hegemonia do grupo dominante e procura afirmar sua identidade ou características culturais, desafiando o desejo de universalidade do ponto de vista dominante, pode despertar intensos processos de inconscientes de medo e ódio que se revertem diretamente em formas de violência irracional. A violência simbólica contra grupos alimentada pelo imperialismo cultural é institucionalizada e sistêmica, não apenas pessoal e pontual, na medida em que algumas instituições e práticas sociais toleram, corroboram ou incentivam a perpetuação de tal violência contra grupos oprimidos. Dessa forma, o combate à violência deveria envolver segundo a autora uma profunda transformação institucional e social, com a reconfiguração da distribuição de recursos e cargos de poder, a produção democrática de imagens culturais, e a repreensão firme às formas de desrespeito e preconceitos. Outro exemplo importante está na relação entre a *exploração* e a *marginalização*: atualmente, diversas situações de extrema exploração baseiam-se na precarização das condições de trabalho e são impostas aos trabalhadores em função da contínua ameaça de marginalização gerada pela possibilidade de recaída em uma situação prolongada de desemprego.

Como afirma a autora, sua discussão buscou evitar pluralizar a categoria de opressão social erigindo um sistema ou estrutura de opressão para cada grupo oprimido. Seriam duas as desvantagens dessa forma de pluralização: em primeiro lugar, deixaria de enfatizar as relações e interpenetrações dessas distintas experiências, e em segundo lugar, tende a unificar as experiências dentro de um mesmo grupo, sendo que são diferentes exatamente na medida em que esses grupos se combinam e se sobrepõem de distintas formas. A vantagem da definição da opressão social segundo essas dimensões é mostrar os elementos comuns que se interpenetram e se combinam na relação variada e histórica estabelecida entre as estruturas de poder e os grupos oprimidos.

As contribuições que podemos extrair desse texto de Iris Young para a realização de uma análise de conjuntura e para o desenvolvimento da teoria e da pesquisa no campo PSC são muito amplas. Apresentaremos nesse texto apenas algumas ideias iniciais de articulação: a primeira com as propostas de Martín-Baró sobre uma psicologia da libertação e a segunda com as pesquisas sobre humilhação social desenvolvidas por José Moura Gonçalves Filho.

As propostas de Martín-Baró relacionadas a uma *psicologia da libertação* podem se beneficiar de um diálogo com essa forma de compreender a opressão social. O autor enfatizou a necessidade de construção de uma nova epistemologia que recuse o positivismo, o hedonismo, a visão homeostática da organização social e a forma abstrata de compreender os sofrimentos humanos entendidos meramente como “patologias” individuais (Dobles, 2016, p.87). Sua reflexão foi importante para mostrar que as teorias e práticas descontextualizadas e a-históricas na psicologia, elaboradas a partir de um suposto atendimento aos cânones científicos de produção de conhecimento, na realidade cumprem um papel de adaptação e controle, atendendo interesses das parcelas mais ricas e servindo como justificativa para manter intacto os fatores sociais produtores de opressões e sofrimentos. A produção de um conhecimento rigoroso deve incorporar as dimensões éticas, históricas e políticas de seu processo, e nesse sentido, apenas quando levamos em conta o papel central que a opressão desempenha na configuração dos fenômenos psicossociais é que poderemos fazer justiça ao seu próprio objeto. Nesse caminho é preciso assumir a perspectiva das maiorias populares para que possamos repensar nosso *quefazer* e superar a realização de atividades meramente adaptativas.

Os textos de Martín-Baró apresentam recomendações importantes para o desenvolvimento dessa perspectiva. Elas envolvem o trabalho de recuperação da memória histórica das maiorias populares, a desideologização da experiência comum e a potencialização das virtudes e da cultura popular (Martín-Baró, 1986/2009). É interessante notar que essas propostas poderiam ser pensadas a partir de uma intersecção com as formas organizadas de luta contra a exploração, a marginalização, a impotência, o imperialismo e a violência. Segundo Ignácio Dobles (2016), uma das mais importantes contribuições do autor refere-se à elaboração do conceito de *compromisso crítico*, que envolve a “complexa tarefa de combinar posicionamentos éticos situados com capacidade

crítica” (p. 89). Essa tarefa pode se beneficiar da articulação com ferramentas conceituais que apoiam a elaboração de diagnósticos concretos das situações de opressão social sofridas por certos grupos e orientam estratégias e táticas de ação em condições históricas específicas.

As pesquisas de José Moura Gonçalves Filho sobre o problema da humilhação social o levaram a discutir o tema de forma relacionada ao fenômeno da dominação. O problema da humilhação social é entendido pelo autor como sendo ao mesmo tempo político e psicológico. Encontra sua determinação na organização política que autoriza um grupo a abordar o outro como inferior, como um grupo subordinado, estando a serviço e compelido à obediência e submissão. A livre capacidade de tomar iniciativas e o livre exercício da palavra estão impedidos para aqueles que a estrutura de poder das instituições e da sociedade como um todo reserva uma posição de subalternidade política ou mesmo de invisibilidade. Essa forma de compreender o fenômeno ajuda a lançar luz sobre a consubstancialidade dos processos de dominação: a divisão de classes, o racismo, o sexismo e o patriarcado, os preconceitos contra as sexualidades não hegemônicas, a estrutura de patologização da loucura, todos estes elementos se relacionam para criar formas de desigualdade de poder que se materializam no impedimento de participação igualitária no governo do trabalho e da cidade (Gonçalves Filho, 1998, 2007).

Esse fenômeno político e social também tem uma dimensão psicológica. Como mostram suas pesquisas, a humilhação social determina alguns sofrimentos que podem ser caracterizados como sofrimentos políticos, como o sentimento de invisibilidade pública, o sentimento de não possuir direitos e a angústia difusa disparada pelas mensagens enigmáticas de desigualdade e inferioridade. Esses sofrimentos demandam um processo de enfrentamento pelos dois lados: demandam respostas políticas contra situações de dominação, mas também demandam processos de elaboração psíquica da angústia determinada pelas mensagens enigmáticas vindas desses mesmos processos. Resumindo: todo sofrimento político demanda resposta política, mas não dispensa ser também enfrentado psicologicamente.

Em artigo anterior (Svartman & Galeão-Silva, 2016), apoiamos-nos nas pesquisas de José Moura Gonçalves Filho para argumentar que o conceito de comunidade na PSC envolve três dimensões interconectadas: um horizonte ético (espaço de sustentação coletiva de expe-

riências humanas fundamentais); uma dimensão de elaboração grupal de sofrimentos políticos (espaço para decifração dos processos de dominação e seus efeitos psicossociais); e um horizonte utópico (projeção de formas libertárias de convivência que organizam e polarizam as lutas e ações no presente). Assim, a relação entre passado, presente e futuro nas experiências comunitárias não possui o aspecto linear de uma mera sucessão de fatos pontuais. O tempo está relacionado à experiência de decifração das formas ancestrais de opressão enfrentadas pelo grupo, à construção e manutenção de espaços de convivência igualitária (capazes de apoiar o direito à memória, à fala e à ação), e a formulação de projetos e expectativas de um futuro emancipado, redimido em relação às injustiças do passado e do presente. A luta e resistência política articula de maneira complexa passado, presente e futuro: relaciona a necessidade de manter vivas as esperanças e vozes oprimidas do passado, a necessidade de participação e reconhecimento social no presente e a projeção de um futuro emancipado que demanda ações coletivas para sua realização. Essa articulação temporal nas comunidades pode se beneficiar de uma reflexão coletiva sobre o papel que as dimensões da opressão social apresentadas anteriormente desempenham na história do grupo.

Vamos a partir de agora apresentar duas experiências práticas com o intuito de discutir como essas análises podem orientar e inspirar formas de atuação no campo da PSC. Passemos a elas.

A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E LUTAS POR RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

A história é tradicionalmente contada pelos vencedores, somente por este prisma o Brasil pode ser chamado de país pacífico. A violência social está inseparavelmente ligada à história social. Contemporaneamente os homicídios nas periferias são uma forma social desta repressão social.

Contraditoriamente, a redemocratização após a ditadura civil-militar não reestruturou o aparato repressivo do estado, restando vários tipos de polícia, com a missão de defesa do patrimônio e *status quo* no lugar da vida. Também restou a não elaboração do passado que levou ao retorno das práticas de tortura, o encarceramento como controle social e o extermínio dos indesejáveis ao sistema capitalista. Deste modo, desde os matadores, passando por grupos de extermínio até as chacinas nas periferias das grandes cidades concentram o maior número de ho-

micídios nas cidades ocorre nas periferias. O caso concreto que vamos apresentar para discutir a articulação entre a psicologia social comunitária e o reconhecimento com redistribuição é a Caminhada pela Vida e pela Paz e acontece neste cenário.

A *Caminhada pela Vida e pela Paz* completou 25 anos em 2020. Em 1996, o território dos distritos paulistanos do Jardim Ângela, Jardim São Luís e Capão Redondo eram conhecidos como os mais violentos da cidade. O número de mortes nestes locais era superior a cidade de Medellín, Colômbia, na época assolada pela guerra estadunidense ao tráfico de drogas e a guerra civil (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020). Estes territórios tiveram uma rápida e desordenada ocupação nas décadas de 70 a 90 (Martins, 2006). Várias partes continuam em conflito fundiário e com áreas de preservação ambiental, pois parte do terreno encontra-se na área de proteção ao manancial da represa Guarapiranga.

A caminhada foi proposta como um ato político de denúncia dos homicídios de jovens na região. Foi estrategicamente situado no tempo e no espaço, pois a caminhada ocorre no dia de Finados, quando passeatas começam em na igreja Santos Mártires no Jardim Ângela e no Centro de Direitos Humanos e Educação Popular (ONG) no Capão Redondo e se dirigem ao Jardim São Luiz. Neste distrito as passeatas se reúnem antes de entrar no cemitério público. No cemitério, ocorre um ato político, no mesmo palco que depois ocorre uma missa de finados.

A partir do primeiro ano de realização da caminhada em 1996 foi formada uma rede de movimentos sociais, atores da burocracia estatal e instituições para planejar e realizar as passeatas e atos no dia dois de novembro. Dessas reuniões surgiu o Fórum em Defesa da Vida do Jardim Ângela e Capão Redondo que passou a servir de espaço de articulação de demandas da comunidade ao poder público. Nota-se que a caminhada atinge parcela da população que não está organizada cotidianamente e que tem sintonia com as antigas comunidades eclesiais de base que vicejavam nestes distritos.

Depois de 24 anos de realização presencial da caminhada em 2020, devido a pandemia do novo vírus, foi realizada com distanciamento social, com apenas uma cerimônia no cemitério do Jardim São Luiz. O evento foi transmitido por meio do Facebook e contou com transmissões anteriores sobre várias demandas do território: saúde, segurança cidadã, moradia e preservação ambiental.

À luz da experiência de pesquisa, participação, orientação e formação nestes territórios periféricos compreende-se o desafio da psicologia comunitária na relação com a história de luta contra o autoritarismo protagonizada pelos movimentos sociais nas periferias. Em consonância com a psicologia social comunitária de orientação crítica temos como premissa o protagonismo dos participantes na construção das pautas e das ações sociais necessárias para a emancipação. Os movimentos sociais são então um campo privilegiado desta atuação. Os movimentos sociais contemporâneos (Gohn, 2011) tem uma pluralidade de lutas e bases sociais que também demandam espaços de diálogo para a articulação de estratégias e comunicação de lutas. Compreende-se que esta perspectiva crítica da psicologia social comunitária contribui para fortalecer a luta contra a opressão.

Como forma de exemplificar a formação das lutas, sua articulação entre reconhecimento e redistribuição consideramos os temas propostos nos Fórum em Defesa da Vida para cada uma das 25 caminhadas até hoje. 1ª *Caminhada pela Vida e pela Paz - Venha juntar-se a nós nesta luta em defesa da vida*, (1997 e 1998) *Caminhada pela Vida e pela Paz*, (1999) *Não é com medo que queremos viver*; (2000) *Ponha sua mão nesta construção*; (2001) *A paz é brincar sem medo*; (2002) *Por uma cidade justa*; (2003) *Hospital M'Boi Mirim Já*; (2004) *Amar é Desarmar: em favor do Desarmamento*; (2005) *Retrospectiva das 10 caminhadas*; (2006) *Desigualdade gera violência*; (2007) *Álcool sem limites, sociedade sem controle*; (2008) *Uma outra educação é possível, necessária e urgente - Por uma cidade justa*; (2009) *Segurança Pública: responsabilidade de todos*; (2010) *Como construir uma cultura de paz na sua casa, no seu bairro, na sua escola?*; (2011) *Aqui tem gente, vida e exclusão*; (2012) *Pensar a cidade para preservar a vida - pela vida, pela paz e por uma cidade justa*; (2013) *Vamos fazer diferença para que haja mudança*; (2014) *Cultura da Paz, Justiça, Segurança Cidadã por uma cidade justa*; (2015) *20 Anos de Resistência a favor da vida dos/das jovens - Mortes e prisões não geram soluções de paz*; (2016) *Periferia muda não muda nada - Pelo fim dos genocídios das juventudes negras, indígenas, pobres e periféricas*; (2017) *Por uma cidade Justa - Articular, Ocupar e Resistir* ; (2018) *Por uma cidade Justa e Tolerante - Nada sobre nós, sem nós*; (2019) *Levante a tua voz a favor das nossas vidas*; (2020) *25 anos em defesa da Vida: Pão, Paz e Terra* .

A análise dos momentos históricos de produção destas manifestações sociais permite a interpretação do significado dos temas das

caminhadas. Esta análise cresce ao ser realizada a partir dos conceitos de reconhecimento, redistribuição e opressão social. Os termos utilizados nas caminhadas se destacam por seu uso observado em narrativas de participantes.

Primeiro, cabe analisar os dois termos principais - *Vida e Paz* - pois são particularmente polissêmicos. Há movimentos sociais conservadores que utilizam o enunciado - *em defesa da vida desde a concepção* - para a oposição ao direito ao aborto e as medidas anti-conceptivas. Este significado se modifica ao serem analisados à luz dos fatos históricos e da violência social como dimensão da opressão (Young, 1990). O extermínio de muitos jovens nos bairros da região foi o primeiro motivo de reunião dos atores e atrizes sociais na Caminhada. Relatos da época narram que haviam vários assassinatos em uma só noite e no caminho para a escola ou trabalho os e as moradoras passavam por mais de um corpo resultado da barbárie. Muitos já evocavam a ideologia de que eram marginais que haviam sido mortos, deixando de lado o fato da inexistência de provas e da interdição da pena capital de execução sumária. Deste modo, a vida que é defendida é a do jovem. Contemporaneamente, houve o avanço das lutas por reconhecimento e este jovem passou a se identificar de outra forma, como no movimento *Contra o Genocídio dos Jovens, Pretos, Pobres e Periféricos* em 2018.

O conceito de *Paz* também é utilizado em enunciados conservadores que criticam as lutas ou os conflitos causados por desigualdades sociais, por exemplo a noção de *paz dos vitoriosos*, estabelecida sobre território em ocupação militar. Novamente a história social ilumina outro significado a partir da disseminação nos anos noventa do século vinte da Cultura de Paz. Este modelo de mediação de conflitos se disseminou nas periferias brasileiras na década de noventa do século XX e permaneceu em pauta por vinte anos. Neste modelo apresentam-se 6 princípios, entre os quais destacam-se para esta análise o primeiro e o segundo:

1. Respeitar a vida: Respeitar a vida e a dignidade de qualquer pessoa sem discriminar ou prejudicar.
2. Rejeitar a violência: Praticar a não-violência ativa, repelindo a violência em todas as suas formas: física, social, psicológica, econômica, particularmente diante dos mais fracos e vulneráveis, como as crianças e os adolescentes (Direitoshumanos.usp.br, 2021).

Analisamos estes princípios éticos como enunciados que pretendem ser um contraponto moral a desrespeitos que cristalizam a

violação dos direitos nas três dimensões teorizadas sobre a luta por reconhecimento. Ou seja, o desrespeito ao corpo, à cidadania e a solidariedade (Honneth, 2003).

A compreensão das dimensões da opressão na teoria crítica contemporânea (Young, 1990) permite analisar recorrências de termos na caminhada pela *Vida* e pela *Paz*. A cobrança de condições de vida está relacionada à crítica da *exploração* e da *marginalização*. E a evidente relação com a opressão por meio da *ameaça constante e violência*. Outros temas importantes foram: cidade justa e justiça. Aqui notamos a compreensão popular da opressão por *falta de poder ou impotência*. A outra expressão da opressão - *imperialismo cultural* - só tornou-se mais presente na medida em que coletivos culturais passaram a estar presentes na caminhada e nas reuniões preparatórias no Fórum em Defesa da Vida. Aqui se trata da hierarquização cultural entre a indústria cultural que coloniza os centros abastados e a resistência de movimentos culturais periféricos. Na região, essas resistências se organizaram em torno do RAP, dos Saraus populares e, mais recentemente, no Funk. Estes grupos estiveram muito presentes na elaboração popular das críticas ao encarceramento em massa (2015), ao genocídio dos jovens, negros, indígenas e periféricos (2016).

Nota-se também nas lutas demandas ao poder público como a construção de um hospital (2003) ou a campanha a favor da proibição das armas no plebiscito sobre o desarmamento (2004). Bem como pautas comportamentais como a crítica ao uso de drogas e responsabilidade da coletividade em diminuir a resolução violenta de conflitos.

Por fim, é preciso que se diga que houve uma queda significativa no número de homicídios na cidade e no Estado de São Paulo a partir do meio da primeira década dos anos 2000. Pesquisadores sobre o tema atribuem esta queda a três fatores: políticas públicas, distribuição de renda e controle da violência em desavenças por organizações criminosas (Feltran, 2010). Infelizmente, o número de homicídios voltou a crescer na segunda década dos anos 2000 e a distribuição do homicídio continua desigual nos territórios da cidade de São Paulo. O número de mortes na periferia chega a ser dez vezes maior do que nos bairros de estratos médios da zona oeste paulistana (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2020)

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E ECONOMIA SOLIDÁRIA

As relações entre o campo da economia solidária e a psicologia social comunitária apoiaram-se nas afinidades existentes entre seus princípios e propostas, o que estimulou uma intensa troca de conhecimentos entre as duas áreas. Ainda que seja necessário levar em conta as contradições e dificuldades de viabilidade dos projetos da economia solidária, para que não estabeleçamos uma realização idealizada com o campo, também é inegável que muitas de suas experiências e fóruns políticos abriram novos horizontes de luta e resistência popular. Podemos elencar entre essas experiências: a presença de cooperativas autogestionárias no MST e em outros movimentos sociais, a formação de algumas agências solidárias vinculadas a organizações sindicais, a formação de uma rede universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) pautando a questão da educação popular nas práticas extensionistas, as experiências de fábricas autogestionárias recuperadas pelos trabalhadores, a elaboração de algumas políticas públicas de apoio à formação de redes de economia solidária, a relação com o movimento nacional dos catadores de materiais recicláveis, as relações estabelecidas com a luta antimanicomial, com a agroecologia, com a economia feminista, entre outras iniciativas e lutas. Todo esse cenário em seu conjunto abriu novas possibilidades de pesquisa e atuação para a psicologia.

A economia solidária tem seu início, segundo Paul Singer (2002), um pouco depois do advento do capitalismo industrial, como uma reação à espantosa condição de vida do proletariado naquele momento histórico. Dessa forma, é um projeto que nasce e se desenvolve simultaneamente ao capitalismo e à observação de suas consequências sobre a sociedade como um todo, mais especificamente sobre a classe trabalhadora. Seus fundamentos são a autogestão, a configuração de uma nova experiência de democracia na sociedade (mais ampla e radical) e a busca de condições de trabalho e vida realizadoras para todas as pessoas. Ainda que a economia solidária tenha essa longa história, no Brasil ela é reelaborada e ressurgiu com força ao longo dos anos 80 e 90 do século XX, no auge da crise do desemprego desse período. Muitos profissionais da psicologia se engajaram na sua construção, produziram conhecimento para aprimorar suas experiências e estabeleceram diálogos entre elas e outros movimentos e lutas emancipatórias.

Como enfatiza Paul Singer, a economia solidária foi concebida desde seu início não como uma forma de organização econômica

complementar ao capitalismo, mas como uma alternativa superior ao capitalismo, uma forma de se trabalhar por uma revolução social socialista. Isso revela sua dimensão crítica e utópica. Busca implementar uma experiência democrática de organização do trabalho, acreditando que isto significa não apenas a superação das desigualdades econômicas e formas de exploração, mas também a construção de uma forma mais plena e significativa de vida coletiva. Desta forma, podemos afirmar que a economia solidária é orientada pela tentativa de se efetivar uma verdadeira organização comunitária da vida social. A questão fundamental para Paul Singer foi discutir como a economia solidária poderia se transformar de um modo de produção intersticial, “inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal” (Singer, 2002, p.116).

Na obra de Paul Singer, a construção da autogestão está relacionada à uma forma de educação popular concreta, na qual a experiência prática ajuda a conscientização dos processos de opressão e leva a uma ação mais ampla e consciente de resistência e de enfrentamento das desigualdades e injustiças estruturais. Assim, a economia solidária é vista como um projeto de geração de renda, possui um objetivo econômico e imediato, mas simultaneamente é pensado como uma forma de organizar as lutas e resistências dos grupos oprimidos. A articulação entre essas duas dimensões se dá a partir do entendimento de que a conscientização e as lutas feitas a partir de uma perspectiva socialista não podem ocorrer como uma prática meramente intelectual, mas devem estar apoiadas em possibilidades de ações concretas e coerentes. É possível notar como esse ponto de vista acompanha o desenvolvimento ulterior do pensamento de Paul Singer. No livro *economia socialista* e no livro *uma utopia militante*, é possível encontrar a preocupação persistente de articular a luta pelo socialismo à construção de uma experiência radical de democracia. Desse ponto de vista, a desalienação ocorre não apenas pela eliminação da exploração e desigualdade econômica, mas também pela ampliação da participação pessoal e criativa na vida social. As noções de saúde e de vida realizada apoiam-se no entendimento de que a participação igualitária e democrática sustenta a realidade de experiências humanas fundamentais. Esse é um ponto que articula indubitavelmente a economia solidária e a psicologia social.

À medida que a economia solidária foi se consolidando como uma proposta econômica e política de transformação social, a psicologia começou a discutir quais eram as suas possibilidades de contribuição para o fortalecimento do campo. Como é possível observar a partir da revisão da literatura, um dos temas mais estudados foi a importância da experiência de autogestão para a vida das trabalhadoras e trabalhadores, o potencial de transformação de suas identidades, as implicações para as relações comunitárias e para os projetos políticos de luta e resistência (Guareschi & Veronese, 2009; Esteves, 2013, Andrada, 2013, Goulart e Borowski, 2014). A prática extensionista a partir das Incubadoras também representa atualmente um importante tema de estudo (Santos & Oliveira, 2015). O interesse despertado pela economia solidária está relacionado ao seu potencial de articular ações concretas de resistência e luta e de apoiar a resignificação das identidades e da consciência das pessoas envolvidas. Em muitos casos a experiência autogestionária estabelece conexões com diversas outras lutas libertárias, e os aspectos psicossociais dessas experiências passaram a representar um importante assunto nessas iniciativas.

A relação entre a economia solidária e a luta antimanicomial é uma importante dimensão desse diálogo entre as áreas. Como afirmou Martins (2019), a busca de resignificação das experiências de trabalho numa perspectiva emancipatória de saúde mental levou a uma aproximação com os princípios e práticas da economia solidária. A partir de nossa experiência de atuação na ITCP - USP observamos que a economia solidária incorporou em seu projeto emancipatório uma discussão sobre as relações entre saúde e trabalho, e a luta antimanicomial buscou discutir o papel que certas experiências de trabalho e de participação política poderiam ter na promoção de formas de autonomia e cidadania. As afinidades entre as duas áreas foram reforçadas a partir desses pontos de contato.

Os espaços autogestionários são também espaços de formação política, são mais ou menos orientados pela crítica efetiva dos fatores sociais que impedem formas de convivência democrática na cidade e no trabalho. No atual contexto econômico e político, desenvolver as possibilidades de autogestão em contextos grupais e comunitários pode significar uma forma de resistência política contra os processos de opressão e dominação. Essa possibilidade ganha concretude quando a autogestão desenvolvida por grupos de trabalho ou coletivos sociais

permite elaboração psíquica de sofrimentos políticos, transformação da identidade e apoio para construção coletiva de projetos de emancipação. Ela torna-se também um importante fator para o desenvolvimento e articulação de lutas populares e para ampliar os espaços de enraizamento, fatores relacionados à promoção da saúde mental das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste capítulo apresentamos a ideia de que a psicologia comunitária tem como um de seus principais objetivos apoiar processos comunitários de luta contra a opressão social. A dimensão comunitária das lutas emancipatórias é fundamental, exatamente porque é o espaço que permite a participação concreta das pessoas, é o espaço de fala e ação, espaço que permite a elaboração de sofrimentos políticos, a compreensão da história e dos elementos estruturais dos problemas enfrentados, a articulação de lutas e a sustentação de projetos mais radicais de transformação social. Para a realização dessa tarefa, mostra-se necessário compreender o desenvolvimento histórico dos processos de opressão e das lutas de resistência, assim como participar da formulação de análises de conjuntura capazes de orientar táticas e estratégias de fomento e apoio às lutas emancipatórias.

Discutimos como o entendimento da opressão social formulado por Iris Young pode ser de grande utilidade para a práxis no campo da psicologia social comunitária. A proposta de uma psicologia da libertação e a discussão dos aspectos comunitários da luta contra a dominação se enriquecem com as orientações advindas de uma compreensão da opressão social que interliga as dimensões da exploração, marginalização, impotência, imperialismo cultural e violência. É possível imaginar que tanto a recuperação da memória histórica dos grupos quanto a elaboração de sofrimentos políticos possam ganhar ainda maior fôlego e consistência se puderem analisar como essas dimensões atingem de forma específica o grupo em questão.

Um elemento comum às discussões apresentadas é a afirmação de que a compreensão e o enfrentamento da opressão social demanda processos psicológicos, psicossociais e ações políticas coletivas. Não se pode pensar o enfrentamento da opressão apenas como uma atividade intelectual, como um processo cognitivo de compreensão de seus mecanismos de reprodução, e não se pode pensá-lo também apenas como um processo político que não envolveria a resignificação de

identidades, a elaboração coletiva de sofrimentos, de expectativas e de experiências psicossociais.

Exatamente pela percepção da necessidade desse entrelaçamento é que o conceito de *práxis* se apresenta como fundamental no campo da psicologia comunitária. Em nosso entendimento ele se refere ao máximo de coerência possível entre teoria e prática presente nas lutas libertárias. Os profissionais podem buscar contribuir com seus conhecimentos e ações para o desenvolvimento das lutas e iniciativas abertas pelos movimentos sociais, e quando atuam em equipamentos ou políticas públicas, podem buscar articular uma rede coletiva de atuação de forma a potencializar as forças comunitárias de resistência em um determinado território.

Apresentamos alguns exemplos de movimentos sociais que permitem a participação e o engajamento de psicólogas e psicólogos. Discutimos uma experiência de manifestação popular organizada contra o homicídio de jovens e uma experiência de atuação junto a projetos de economia solidária. No momento histórico em que a perspectiva neoliberal e autoritária ganhou força, projetos que possam atuar a partir da perspectiva da educação popular, articulando demandas urgentes com uma visão crítica da sociedade como um todo parecem ser uma forma de enfrentar essa atual tendência de hegemonia neoliberal e opressora.

Em um momento em que nos perguntamos novamente como uma parcela da própria classe oprimida parece aderir e apoiar as forças opressoras, atividades comunitárias de resistência tornam-se essenciais, justamente porque permitem o desenvolvimento de ações e de experiências psicossociais que desmascaram a mentira manifesta e podem oferecer verdadeiramente aquilo que as práticas opressivas constroem como mentira, ilusão e manipulação.

REFERÊNCIAS

ANDRADA, C. Encontro da política com o trabalho: um estudo psicossocial sobre autogestão a partir da experiência das cooperadas da Univens. *Otra Economía*, vol. 7, n. 12, enero-junio, 2013. doi: 10.4013/otra.2013.712.03. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/view/otra.2013.712.03>. Acesso em: 08/03/2021

Dobles, O. I. *Ignácio Martín-Baró: una lectura en tiempos de quiebres y esperanzas*. San José, Costa Rica: Editorial Arlekin, 2016.

ESTEVEES, Egeu Gómez. “Todos são iguais”, “todos são responsáveis” e “todos estão no mesmo barco”: os (des)entendimentos da autogestão cooperativa. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 135-148, jun. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100011. Acesso em: 05/02/2021

FELTRAN, G. A. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cad. CRH vol.23 no.58 Salvador abr.* 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/djgd-Cxjcy5w7ZfhNxkySC4G/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01/03/2021

FREITAS, M. F. Q. Models of practice in community in Brazil: Possibilities for the psychology community relationship. *Journal of Community Psychology*, 26(3), 261-268, 1998.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Homicídios Dolosos na Cidade de São Paulo: Fatores Associados à queda entre 2000 e 2010. Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública 2007. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>. Acesso em: 12/03/2020

GAIGER, L. I. & GRUPO ECOSOL. A Economia Solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais. Editora Oikos, São Leopoldo, Brasil, 2014.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social—Um problema político em psicologia. *Psicologia USP*, 9(2), 11-68. doi: 10.1590/S0103-65641998000200002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/s63y4NmBfsHYpwm3gtw4wFD/?lang=pt>. Acesso em : 15/02/2021

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: humilhação política. In B. de P. Souza (Org.), *Orientação à queixa escolar*. São Paulo: Casa do Psicólogo, (pp. 187-222), 2007.

GOULART, P. M. & BOROWSKI, S. B. Cooperativas populares e práticas em Psicologia Social. *Ciências Sociais Unisinos* 50(3):303-309, setembro/dezembro, 2014. doi: 10.4013/csu.2014.50.3.12. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/938/93835316013.pdf>. Acesso em: 10/02/2021

GOHN, M. G. M. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCKCRVp/?forma>

t=pdf&lang=pt. Acesso em: 01/02/2021

GUARESCHI, P. A. & VERONESE, M. V. Porque trabalhar com economia solidária na Psicologia Social? *PSiCO*, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 1, pp. 94-101, jan./mar, 2019. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1466/4147>. Acesso em: 15/01/2021

GALEÃO-SILVA, L. Psicologia social crítica na periferia do capitalismo: a elaboração do sofrimento social e a luta por reconhecimento recíproco nas periferias. In JUNIOR, N. S. E ZANGARI, W. A psicologia social e a questão do hífen [livro eletrônico]. São Paulo: Blucher, 2017. Disponível em: <https://sites.usp.br/ppg-pst/wp-content/uploads/sites/218/2017/03/psicologiasocialquestaohifen.pdf>. Acesso em: 10/12/2020

HONNETH, A. Luta por Reconhecimento: gramática dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma psicologia da libertação. In GUZZO, R. S. L. & LACERDA Jr., F. (orgs.). *Psicologia Social para a América Latina* Campinas. SP: Editora Alínea, pp.181-197, 1986/2009.

MARTINS, Rita de Cássia Andrade. Reformas psiquiátricas e o processo de ressignificação do trabalho de saúde mental. *Rev. NUFEN*, Belém, v. 11, n. 2, p. 96-116, ago, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v11n2/a07.pdf>. Acesso em: 01/02/2021

MARTINS, M. R. L. Moradia e Mananciais: Tensão e diálogo na Metrópole. São Paulo, FAUUSP / FAPESP, 2006.

MONTERO, M. *Introducción a la psicología comunitaria*. Buenos Aires, Paidós, 2006.

PICHÓN-RIVIÈRE, E. *O proceso grupal*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SANTOS, J. C. & OLIVEIRA, B. A. M. Possibilidades para a Psicologia na economia solidária: atuação numa ITCP. *Psicologia & Sociedade*, 27(2), 372-382, 2015. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1807-03102015v27n2p372>. Acesso em: 08/12/2020

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SVARTMAN, B. P. & GALEÃO-SILVA, L. G. Comunidade e resistên-

cia à humilhação social: desafios para a psicologia social comunitária. *Revista Colombiana de Psicología*, 25(2), 331-349, 2016. doi: 10.15446/rcp.v25n2.51980. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rcps/v25n2/v25n2a09.pdf>. Acesso em: 12/01/2021

YOUNG, I. M. *Justice and the politics of difference*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1990.

_____. *Categorias desajustadas: Uma crítica à teoria dual de sistemas de Nancy Fraser*. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2. Brasília, julho-dezembro, pp. 193-214, 2009. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1622/1426>. Acesso em: 10/02/2021.

IDENTIDADES COLETIVAS E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DOS POVOS INDÍGENAS EM COMUNIDADE DE MANAUS

Mayara dos Santos Ferreira
Marcelo Calegare

As discussões da Psicologia têm avançado significativamente suas reflexões a respeito das especificidades étnico-raciais que permeiam as vivências e relações de sujeitos em sociedade. Neste sentido, entra em evidência as considerações acerca de agrupamentos indígenas e as particularidades existentes na dinâmica que estabelecem com a sociedade envolvente, apresentando novos formatos, configurações e, até mesmo, novas perspectivas de conceber a percepção de grupo e/ou coletivo.

Em meio a essas discussões, é necessário estar atento às diversas particularidades do contexto indígena, sobretudo em torno de seus processos migratórios e os modos de estabelecimento e moradia em novos espaços. A migração é marcadamente uma realidade expressiva e amplamente discutida por diversas áreas do conhecimento. São elencadas muitas possíveis motivações, dentre elas os recorrentes conflitos por terras, a dificuldade de acesso à serviços básicos como saúde e educação, alcoolismo e, em decorrência desses vários aspectos negativos, associa-se ao ambiente citadino a ideia de “melhoria de vida” (Bernal, 2009; Rosa, 2016; Ferreira; Calegare, 2019). No Amazonas – e também diversas áreas da Amazônia ocidental – a capital Manaus é destino comum de muitos grupos indígenas (Jimenes; Martins, 2017).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012) em seu censo demográfico de 2010 apontou a presença de 817.963 pessoas autodeclaradas indígenas no Brasil. Dessas, 315 mil são residentes em cidades e a região Norte corresponde à maior concentração do país (37,4% do total). Manaus contabilizou 3.837 pessoas indígenas, estando em 3º lugar no ranking de cidades com maior concentração de indígenas. Entretanto, apresentamos a existência de dados não-oficiais obtidos com a Coordenação dos Povos Indígenas de Manaus e Entorno (COPI-ME) que apontaram, através de um levantamento realizado em 2015, mais de 30 mil pessoas indígenas residindo em área citadina de Manaus, presentes em 51 bairros (Ferreira, 2019)

Em meio a todos esses dados é ainda importante ressaltar a proposição de Bernal (2009) que nos sinalizou a dificuldade de exatidão de referências quantitativas a respeito da presença indígena nos espaços (cidadinos ou não). Isso porque os números apresentados se modificam de acordo com os critérios de definição a respeito do que é “ser indígena”, o que, conseqüentemente, embaraça a autodeclaração e o autorreconhecimento, podendo então refletir nos dados alcançados.

Frente a essas proposições, neste capítulo temos o objetivo de apresentar como é o processo de constituição da identidade coletiva dos moradores de um agrupamento indígena presente na zona norte da cidade de Manaus, estabelecido e intitulado como “Comunidade Sol Nascente” (CSN). A CSN está localizada em uma área considerada periférica, em um espaço de ocupação. A “ocupação” é uma estratégia utilizada por segmentos populares (em sua maioria movimentos de luta por moradia) através da apropriação de espaços, lotes ou imóveis vazios, que também são conhecidos popularmente como “invasão”. Essas condições são frequentes entre indígenas na cidade e impulsionam esses agrupamentos a situações de exclusão e, ao longo do tempo, os definem à margem da sociedade envolvente (Silva, 2013; Sousa; Carvalho; Kambeba, 2017).

A CNS iniciou com a ocupação de uma Área de Preservação Permanente (APP), em junho de 2013, por membros da etnia Miranha (Rosa, 2016). Logo após a ocupação, indígenas de outras etnias foram se agregando à comunidade e em seguida também chegaram os não-indígenas. Até início de 2019, a CSN contava com a presença de cerca de 600 moradores, sendo 400 indígenas pertencentes a 12 etnias: Apurinã, Baré, Desana, Kaixana, Kambeba, Kokama, Miranha, Munduruku, Mura, Sateré-Mawé, Tariano e Tukano. Isso caracteriza a comunidade como sendo de caráter pluriétnico.

A CSN vivencia dificuldades comuns a outras áreas de ocupação em Manaus e pelo país, reivindicando asfalto, condições de saneamento básico, regularização de energia, situações de violência pelo tráfico de drogas, dentre outras questões. E, em razão dessas condições, muitas das articulações comunitárias existentes estão direcionadas à busca por melhorias para os moradores da comunidade, conforme será pontuado ao longo das discussões que se seguem.

PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA E ENTENDIMENTO DE COMUNIDADE

Tendo em vista as discussões a serem tecidas, é interessante indicar alguns marcadores teóricos importantes que são base para as compreensões das realidades aqui refletidas. O primeiro deles diz respeito às contribuições da Psicologia Social Comunitária (PSC) no entendimento do que se entende por comunidade, seus movimentos comunitários e as ações coletivas de reivindicação por melhorias. A PSC, de acordo com Freitas (2015), tem o intuito de refletir sobre os sujeitos em sociedade a partir de sua realidade sócio-histórica, com destaque para os elementos comunitários. A PSC tem atuado com o objetivo de promover reflexões críticas a respeito das realidades sociais, e tem dado ênfase às questões ético-políticas, tanto no fazer psicológico quanto nas demandas da sociedade, colocando em relevância as demandas das camadas populares e suas questões sociais, entendendo que algumas problemáticas podem estar diretamente ligadas à esses fatores.

O conceito de comunidade introduzido pela PSC afirma que a comunidade possui diversas características que vão além do mero contato face a face num determinado espaço geográfico. Mais do que uma categoria científico-analítica, a definição de comunidade orienta a ação e reflexão das psicólogas sociais sobre as relações comunitárias, que se constituem de relacionamentos continuados no tempo e envolvem profundidade emocional, intimidade pessoal e engajamento moral de seus membros (Araújo; Calegare, 2018). Nesse sentido, Gois (2005) entende que uma comunidade é resultante do entrelaçamento de elementos como história, compartilhamento e vinculação a um território comum, lugar de moradia, valores, convivência direta e duradoura, que envolve também os sistemas de identidade social e pertencimento e que definem os modos de relação dos sujeitos entre si e com o espaço. Assim, uma comunidade é um espaço psicossocial configurado pela mediação entre indivíduo e sociedade por todos esses e outros elementos entrelaçados numa mesma realidade.

Guareschi (2010) também discute o entendimento de comunidade e argumenta sobre a dimensão participativa dos sujeitos em comunidade, pontuando que a definição de comunidade também **envolve** a participação coletiva dos membros no exercício de papéis políticos e mobilizações sociais. Contempla ainda que há dimensões de afeto im-

portantes, como o amor e a comunhão, que faz com que os membros de uma comunidade se reconheçam pelo nome. É necessário reiterar a complexidade desses aspectos, compreendendo que uma comunidade não é definida somente por um dos elementos, ou por todos eles juntos. É possível encontrar muitas variações nesse conjunto de fatores formativos, onde alguns desses aspectos podem ser mais ou menos expressivos do que outros, e ainda assim, é possível conceber a compreensão de comunidade.

PSICOLOGIA POLÍTICA E IDENTIDADES COLETIVAS

As reflexões sobre agrupamentos, ações e mobilizações coletivas requerem discussões que envolvem compreensões sobre aspectos psicopolíticos que permeiam as relações psicossociais da vida em sociedade. A Psicologia Política (PP) se consolidou na América Latina em meio aos desdobramentos da Psicologia Social e Comunitária, e permitiu discussões mais densas a respeito do compromisso ético-político do fazer psicológico direcionado às preocupações com as camadas populares e marginalizadas (Sandoval; Dantas; Ansara, 2014). De acordo com Silva (2012), a PP tem se dedicado ao estudo de questões que envolvem participação e ações coletivas, movimentos sociais, ações e memórias coletivas, preconceito e discriminação, dentre outras questões. Em meio as estas discussões, a proposta da PP insere reflexões a respeito do conceito de identidade coletiva.

A identidade coletiva diz respeito ao entrelaçamento de três dimensões: a) cognitiva: percepção de pertencimento (definição do limiar entre a compreensão de “nós” vs “eles”); b) emocional: sentimentos em relação aos grupos dos quais pertencem (positivos ou negativos); c) interativa: relações que envolvem negociações intra e intergrupo (conflitos, divergências, antagonismos, etc.) (Calegare; Higuchi, 2016). Apesar desse entendimento compartimentalizado, na prática o conceito precisa ser compreendido a partir das relações inseparáveis entre essas dimensões, pois é somente a partir da articulação desses elementos que se estrutura a identidade coletiva.

As discussões a respeito dos agrupamentos indígenas citados na introdução são neste capítulo transversalizados pelas leituras que fizemos a partir das lentes teórico-práticas da PSC e da PP, que nos possibilitaram a compreensão dos fenômenos coletivos comunitários e suas relações com a formação da identidade coletiva na CSN. Assim, ao

longo do texto refletimos sobre a presença das vinculações étnicas, as negociações reivindicativas, as particularidades dos grupos presentes, dentre outros fatores importantes para a organização sociopolítica da CSN e a criação de estratégias intracomunitárias.

BREVÍSSIMA CONSIDERAÇÃO METODOLÓGICA

Antes de adentrarmos as ponderações de fato, cabe uma breve contextualização acerca da metodologia utilizada para obtenção e tratamento dos dados e argumentos aqui expostos. Nosso estudo de mestrado (Ferreira, 2019), que possibilitou a escrita deste capítulo, adotou a perspectiva de uma pesquisa qualitativa, uma vez que teve o intuito de investigar dados subjetivos a partir da realidade social da CSN (Minayo, 2009). Nossa pesquisa foi desenvolvida a partir da participação na vida comunitária ao longo de dois anos (2017-2019), em articulação com outras atividades de ensino (disciplina de Psicologia Social Comunitária) e de extensão universitária, com visitas semanais (aos sábados). Como estratégia metodológica de produção de dados, adotamos a observação participante com registro em diário de campo e também a realização de entrevista semiestruturada com 10 participantes-chave (moradores e líderes comunitários), que norteou alguns questionamentos de nosso problema de pesquisa. Os dados produzidos foram analisados com base na Análise de Conteúdo (Bardin, 1977), porém neste texto não trataremos trechos das entrevistas ou as categorias encontradas, resumindo-nos a uma descrição geral dos dados por meio das três dimensões teóricas da identidade coletiva.

IDENTIDADE COLETIVA E ORGANIZAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA COMUNIDADE SOL NASCENTE

Aspectos cognitivos

As lutas políticas presentes nos agrupamentos e movimentos sociais indígenas na cidade apresentam múltiplas especificidades em relação aos modos de organização e estabelecimento de prioridades reivindicativas. Uma questão importante a ser pensada é que a condição de exclusão social e outras questões vivenciadas em ambientes citadinos, por vezes, pode ser percebida também como fator de potência coletiva. É possível ponderar que o compartilhamento das diversas situações (positivas ou não) comuns a esses grupos podem servir como impulso

no fortalecimento dos coletivos, uma vez que percebem a expressividade de suas lutas através de suas vivências grupais. A identificação é favorecida por este elemento, o que pode corroborar com o nível de participação nas mobilizações a serem estabelecidas. Neste sentido, o conceito de identidade coletiva começa a tomar significado importante nessa discussão.

A partir dessa compreensão inicial, entendemos que aspectos psicopolíticos, como o compartilhamento de experiências comuns, podem ser fatores importantes no reconhecimento entre pares e, conseqüentemente, nas conexões estabelecidas pelo grupo. Isso nos remete à dimensão cognitiva das identidades coletivas, que nos indica a presença do “sentido de comunidade” associado à ideia de “pertencimento”, ambos ligados ao nível de mobilização alcançado pelo coletivo em questão. A percepção de pertencimento, nesse sentido, está configurada a partir das histórias particulares de cada grupo e aos objetivos e ações coletivas estabelecidos por estes (Prado, 2001; Calegare; Higuchi, 2016).

Por essa compreensão, o sentido de comunidade e pertencimento envolvem mais do que questões geográficas e cognitivas de compartilhamento de espaço comum: perpassam-lhes também uma dimensão afetiva que é construída a partir de sentimentos como “importar-se” e “sentir-se importante” em meio à comunidade (Nepomuceno et al., 2017). Dessa feita, é necessário conhecer e dar importância às tramas e redes comunitárias estabelecidas pelos sujeitos em suas relações comunitárias, entendendo que essas redes resultam em histórias e ambientes de compartilhamento, que podem impactar de maneira significativa os modos de organização social nas comunidades (Araújo; Calegare, 2018). Desta forma, a CSN apresenta como ponto importante para a construção de sua identidade coletiva o compartilhamento de história e experiências similares vivenciadas pelos moradores.

As adversidades experienciadas pelos moradores no estabelecimento da comunidade é um tópico importante trazido à tona em meio ao senso de pertencimento presente na CSN, que sinalizada as convergências encontradas. Os percalços, sobretudo em relação à infraestrutura e conflitos por terra, são comuns em áreas de ocupação – como é o caso da CSN. Mais especificamente, a experiência similar dos sujeitos comunitários dá forma às afinidades e resultam em aspectos convergentes que colaboram com a sustentação do sentimento de pertencimento. Além disso, é importante pensar também as fronteiras físicas e relacio-

nais que estabelecem o contexto de vizinhança como elemento crucial nas histórias compartilhadas, uma vez que essa negociação dos espaços passa a tomar forma de componentes na formação de identificação. Isso caracteriza a dimensão relacional das identidades coletivas, pela qual há negociação de sentido da realidade decorrente dos antagonismos e convergências entre seus membros (Calegare; Higuchi, 2016).

Na CSN a participação política dos sujeitos é efetivada através das mobilizações em prol de objetivos comuns, que podem ser visualizadas pelas articulações comunitárias. Assim, as estratégias construídas pelas lideranças internas e externas permitiram muitas ações em benefício da comunidade, exemplificando aspectos de gerenciamento das problemáticas e materializando, através de ações como essa, o sentimento do pertencimento na dimensão cognitiva.

Entre as discussões sobre a partilha de histórias comuns, a fundação da CSN se estabelece também como um dos mais expressivos direcionadores na formação do pertencimento (Prado, 2002). A história da comunidade está diretamente ligada ao ideal de fundação. Os sujeitos comunitários presentes desde o início da ocupação, e que contribuíram com sua criação e constituição, são significativamente reconhecidos e legitimados como pertencentes à comunidade.

Em meio a essas discussões, fatores como engajamento e a união por similaridades étnicas surgem também como elementos importantes para a construção do senso de pertencimento. A participação nas lutas comuns concretiza a distribuição de responsabilidades que representam um indicativo do exercício de papéis, bem como colabora com o protagonismo participativo dos membros da comunidade. Entendemos que a efetivação da participação comunitária permitida pelo engajamento nessas lutas tem impactos no plano coletivo, uma vez que direciona um espaço de reconhecimento e dão forma à identidade do grupo, articulando questões individuais às questões grupais e que só são possibilitadas através da integração da comunidade. Os aspectos étnicos são também componentes relevantes na noção de pertencimento e na CNS são representados através da existência de laços afetivo-sociais que orientam a estrutura de compromissos de união com vista em objetivos coletivos. É interessante sinalizar aqui que percebemos também uma relação que transcende o mero reconhecimento étnico. Estão em voga novamente os aspectos de compartilhamento de território que efetivam a noção de “moradores”. Não somente “somos todos indígenas”, mas

também “somos todos moradores”, uma ressignificação que permite o gerenciamento da adaptação coletiva ao ambiente comunitário partilhado e que também funciona como grau de confirmação da identidade coletiva.

Assim, entendemos que as redes comunitárias são formadas pela conexão de afinidades que formam o sentimento de “nós”, promovendo a sensação de unificação que supera e administra possíveis divergências étnicas, de modo a encontrar elementos conciliativos para os espaços de luta e reivindicação. Neste sentido, é possível ponderar que as mobilizações coletivas são resultado das negociações das divergências, que se transformam em elementos convergentes e permitem o delineamento das ações políticas internas e externas. Todas as organizações propiciadas pelas sistematizações dos elementos comunitários (em todos os níveis) permitem a transposição de situações de resignação e promovem força coletiva, atuando como um dos principais instrumentos de promoção de engajamento e circunstâncias participativas. Isto colabora com o desenvolvimento da noção de pertencimento e consequentemente estrutura as bases de todas as dimensões da identidade coletiva da comunidade.

Aspectos Afetivos

Após as discussões sobre a noção de pertencimento e enfoque à dimensão cognitiva da identidade coletiva presente na comunidade, nos dedicamos agora a uma reflexão sobre a dimensão emocional existente no entrelaçamento da formação identitária coletiva da CSN. Os aspectos emocionais ponderados nesta dimensão dizem respeito à presença de sentimentos negativos e positivos que permeiam a vivência coletiva intracomunitária e também sua relação com outros grupos externos (Calegare; Higuchi, 2016). Os sentimentos aqui presentes podem ser entendidos como resultantes de processos de valoração e significados atribuídos aos grupos em que os sujeitos se encontram inseridos - estando também associados às lutas políticas e objetivos grupais estabelecidos pelos mesmos. Ressaltamos que, neste contexto, as emoções são marcadamente reconhecidas pelo entendimento da fragmentação dos polos “Nós” versus “Eles”, que nos apresentam a noção “daquilo que faz parte do meu grupo” e “aquilo faz parte do grupo do outro” dando forma à concepção de alteridade e relações intra e intergrupais.

Neste sentido, é possível perceber a formação das emoções

através da presença (ou falta) de relações de reciprocidade que pode ser reconhecida pelo nível de coesão entre os sujeitos do processo. Em meio ao próprio entendimento do conceito de identidade coletiva, e nas experiências junto à CSN, compreendemos que a valoração positiva de uma relação pode ser demarcada pelas lutas políticas compartilhadas, servindo como elementos que configuram aspectos identitários. Por este motivo, na CSN utilizamos os marcadores grupais de relação entre moradores indígenas e não-indígenas, moradores da área de ocupação (independente de etnia) e moradores do bairro.

Dos elementos encontrados em meio a estas relações, identificamos que o contato entre indígenas e não-indígenas (dentro da comunidade e fora dela) são evidenciados por vivências de preconceito e discriminação, associadas aos estereótipos e diversos estigmas vinculados à identidade indígena. Os moradores sofrem por serem lhe atribuídos diversos rótulos estereotipados de indígenas, como bêbados, preguiçosos, perigosos, dentre outros aspectos negativos (Melo, 2013). Essas vivências refletem diretamente nos modos de vida e relação estabelecidos pelos povos indígenas, tanto em ambientes citadinos como em outros espaços (FERREIRA, 2014). O que observamos então é a presença de sentimentos negativos fruto da relação entre indígena e não-indígena, que é resultado desta interação fortemente influenciada pelo histórico de marginalização e preconceitos. Isso direciona as diferenciações intra e intercomunitárias, definindo o que citamos anteriormente como o “nós” e o “eles”. Salientamos, inclusive, que esse histórico de estigmas e hierarquização que subalterniza povos indígenas pode, antes mesmo do contato, sugerir possíveis experiências negativas entre os grupos divergentes etnicamente.

A discussão sobre a presença de sentimentos negativos nos integrantes da comunidade é acompanhada de relatos de dificuldades acerca da segurança pública e conflitos por terra, o que nos leva a refletir sobre o nível de abrangência dos elementos que podem ou não gerar emoções positivas nos grupos. Assim, criticamente, apontamos a privação de acesso adequado a direitos de proteção e moradia como fatores que corroboram com impactos psicológicos e socioafetivos na CSN. As ocupações são frequentemente citadas na literatura como espaços negligenciados, sobretudo no que diz respeito ao acesso ao lazer e educação, e com presença significativa de violência e desemprego (Santos, 2017), situações estas que corroboram com os estigmas em torno dos povos

indígenas. Os conflitos por território frequentemente os colocam em situações de embate com o poder público e com o próprio espaço do entorno circunvizinho. Todas essas condições podem ser aqui apontadas como elementos geradores de sentimentos negativos, que fazem parte da estrutura da dimensão emocional da identidade coletiva da CSN.

Contudo, mesmo em meio a esses muitos aspectos negativos, identificamos táticas de superação de dificuldades intra e intercomunitárias que podem ser reconhecidas como elementos que originam sentimentos positivos. Todas as articulações coletivas realizadas pela comunidade em prol da visibilização étnica, reafirmação identitária e organização de mobilizações coletivas podem ser apontadas como elementos formadores de sentimentos positivos resultantes da interação intracomunitária. O uso de vestimentas e adereços indígenas é pontuado como um ato de expressão social (Vilaça, 2000). Esta expressão se transforma em um instrumento de reconhecimento identitário e também pode ser percebido como um elemento de identificação, uma vez que delimita características comuns entre os membros.

O ensino do nheengatu também é indicado como um modo de reafirmação da identidade e assume papel de marcador étnico, contribuindo com a formação de vínculos afetivos com os pares e resgate da memória histórica, resultando, portanto, na composição de sentimentos positivos intragrupais através da identificação de elementos comuns. Além disso, a organização da associação comunitária estabelece um contato mais satisfatório com integrantes não-indígenas da comunidade. A associação permite um espaço de relação e partilha que integra os objetivos comunitários e possibilita possível reconhecimento de objetivos comuns que, posteriormente, irão funcionar como elementos de vinculação socioafetiva e também política.

Aspectos interativos/relacionais

Dando sequência aos constituintes da identidade coletiva, chegamos então à dimensão interativa ou relacional. A questão interativa na identificação grupal gira em torno das negociações, divergências e convergências necessárias para o estabelecimento de lutas políticas que irão definir metas em prol de finalidades grupais (Calegare; Higuchi, 2016). Prado (2001) aponta que o contato interativo intra e intergrupais é definido pela presença de antagonismos e convergências que precisam ser dialogadas para o estabelecimento de discursos coesos direciona-

dos em prol das reivindicações e lutas comunitárias. Precisamos, então, entender que convergência é compreendida como a confluência de objetivos comuns e as divergências são identificadas como discordâncias destes propósitos. Nesse sentido, Tatagiba, Paterniani e Trindade (2012) afirmam que são comuns a presença de disputas internas e, ao contrário do que poderíamos pensar, elas podem funcionar como potencialidades e não impedem a mobilização coletiva, estimulando-as para um campo de negociação necessário para a organização das lutas políticas, sendo compatibilizadas durante o processo. Assim, podemos observar que na dimensão interativa percebemos o lugar de flexibilização das pautas e seu papel no fortalecimento coletivo.

Na CSN as pautas comuns foram estipuladas principalmente em torno da legalização do território e melhoria na infraestrutura da comunidade, que surgiram como reivindicações comuns a todos os moradores (indígenas e não-indígenas). Uma das principais reflexões permitidas pelas circunstâncias da dimensão interativa é perceber que a ausência de conflitos, na maioria das vezes visualizada como expressão positiva, pode não representar de fato a realidade. O conflito e as divergências se estabelecem como pontos de mobilização grupal, estimulando o contato, o diálogo, a negociação e, possivelmente, um maior envolvimento nas ações e lutas locais. Os integrantes da CSN apresentam relatos que direcionam para ausência de conflitos, indicando relações harmônicas (Ferreira et al., 2019). Contudo, ao mesmo tempo, também sugere a presença de divergências e até mesmo disputas em meio às negociações comunitárias. Esse contexto nos leva a refletir sobre o limiar do que pode ser considerado conflito ou não em um ambiente comunitário, colocando em pauta, mais uma vez, a ideia do conflito como manifestação profícua para possíveis ajustes e acordos a serem manejados pelo grupo.

Outra divergência identificada em meio às relações comunitárias na CSN retoma o marcador étnico e diz respeito à questões indígenas, como por exemplo a diferenciação de línguas durante a comunicação e rixas históricas entre as etnias presentes, que demonstram como o percurso da história direciona as relações comunitárias atuais. É importante apontar que mesmo permeada por estas divergências, a comunidade em seu processo de negociação interna minimiza a expressividade dos confrontos existentes em prol de um objetivo maior e amplamente compartilhado. Isto pode ser explicado como a efetivação de

uma estratégia de organização sociopolítica necessária para o alcance de determinados fins. E também como uma forma de não perder a força coletiva já estabelecida pelo quantitativo de participantes, que impulsionam a potência do grupo frente às demandas enfrentadas. Por este motivo, tanto as questões intraétnicas, quanto as interétnicas são superadas visando alcançar novas formas de negociação e ações coletivas mais efetivas.

A dimensão interativa, em seu aspecto do diálogo e das negociações necessárias para a organização sociopolítica da comunidade, reitera algumas questões já discutidas como o ponto de convergência em torno da luta por direitos básicos, regularização da terra e também aponta a associação comunitária como importante espaço de troca, ajuste e negociações necessárias. Todos esses elementos se estabelecem como motivações para possíveis articulações exigidas no processo de estruturação das ações coletivas da comunidade e, assim, entendemos que contribuem com os processos interativos da identidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento dos processos coletivos abordados ao longo deste capítulo é de extrema relevância para a reconfiguração de uma Psicologia marcadamente eurocentrada, que durante muito tempo deu maior ênfase à narrativas norte-americanas e europeias. Mais do que isso, é necessário ponderar sobre a construção de um diálogo mais próximo à realidade regional, uma vez que colocamos em questão as condições organizativas de povos indígenas na cidade de Manaus através das experiências na Comunidade Sol Nascente.

Consideramos que as reflexões aqui tecidas nos permitem propiciar um importante espaço de comunicação dos contextos indígenas, sobretudo citadinos, nos revelando aspectos até então pouco explorados nas atuações profissionais na capital. A coletividade, a interação os processos socioemocionais e políticos foram aqui pensados de modo a ampliar os estudos e as análises já realizadas pelo conceito de identidade coletiva, no intuito de estimular novas formas de pensar os fenômenos grupais.

Identificar os elementos formadores da identidade coletiva com base na realidade da CSN também poderá fornecer subsídios importantes para a construção de novas narrativas a respeito da presença indígena na cidade e as relações estabelecidas pelos grupos. Para além

disso, também possibilita maneiras alternativas de pensar as condições teórico-práticas do fazer psicológico, uma vez que abrange novas realidades que transcendem as experiências de pessoas não-indígenas, que na grande maioria serve como base padronizadora de teorias e intervenções.

Portanto, entendemos que as dimensões cognitiva, interativa e emocional que dão forma à identidade coletiva precisam ser observadas sob uma ótica singular que deve estar de acordo com as condições de interação específicas direcionadas pela construção coletiva particular de cada grupo, para assim darmos novas formas ao olhar psicossocial e psicopolítico presentes nos coletivos. E, mais do que isso, a discussão aqui estruturada também chama atenção para a articulação e o nível de entrelaçamentos de fatores, que por vezes podem parecer isolados, mas que na verdade estão intrinsecamente ligados e direcionam os modos de vida e relação social estabelecidas no contato social. Assim, percebemos e salientamos neste momento final de nossas reflexões a necessidade de sempre relembrar as particularidades grupais e, neste caso, étnicas, que permeiam as vivências individuais e grupais dos sujeitos sociais, para alcançarmos, como consequência de uma nova postura acadêmico-prática, discursos mais bem contextualizados e mais efetivos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, K. B; CALEGARE, M. G. A. Os Festejos como Estratégia de Fortalecimento Comunitário em Comunidade de Manaus (AM). *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 38, n. 3, p. 537-550, Set. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-37030002292017>> Acesso em 02/10/2020.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERNAL, R. J. *Índios Urbanos: processo de reconformação das identidades étnicas indígenas em Manaus*. Manaus, AM: Edua, Faculdade Salesiana Dom Bosco, 2009.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, vol. 32, n. 3, e323222, 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-3772e323222>> Acesso em 02/10/2020.

FERREIRA, M. S. *Indígenas em contexto de cidade: um estudo sobre o processo psicopolítico das dimensões da identidade coletiva em moradores da Comunidade Sol Nascente*. 2019. 124f. Dissertação (Mes-

trado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/7285/5/Disserta%3%a7%3%a3o_MayaraFerreira_PP-GPSI.pdf> Acesso em 02/10/2020.

FERREIRA, M. S.; CALEGARE, M. G. A. Debates psicopolíticos sobre indígenas em contexto de cidade. *Polis e Psiquê*, vol. 9, n. 1, p. 72-90, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-152X2019000100005&lng=pt&tlng=pt> Acesso em 02/10/2020.

FERREIRA, M. S.; CALEGARE, M. G. A.; SAMPAIO, C. R. B.; CLENNON, O. D. Re-encountering traditional indigenous activities through a psychosocial intervention in sunrise community re-encountering traditional indigenous customs. *Interamerican Journal of Psychology*, vol. 53, n. 3, p. 364-379, 2019. Disponível em: < <https://doi.org/10.30849/rip/ijp.v53i3.1162>> Acesso em 02/10/2020.

FERREIRA, R. S. A relação entre os conhecimentos históricos e pedagógicos na educação básica: um estudo sobre os impactos das alterações da lei 9394/96 que configura uma discussão das contribuições das culturas afrobrasileiras e indígenas na formação do povo brasileiro. 2014. Monografia (Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/50898/R%20-%20E%20-%20REJIANE%20DA%20SILVA%20FERREIRA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 02/10/2020.

FREITAS, M. F. Q. Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 60 a 90, no Brasil. In: CAMPOS, R. (Org.). *Psicologia social comunitária: da solidariedade à autonomia*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 54-80, 2015.

GÓIS, C. W. L. *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Instituto Paulo Freire de Estudos Psicossociais, 2005.

GUARESCHI, P. A. O mistério da comunidade. In: Sarriera, J. C.; SAFORCADA, E. T. (Orgs.). *Introdução à Psicologia Comunitária: bases teóricas e metodológicas*. Porto Alegre, RS: Editora Sulina, 2010. p. 13-23

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considera-*

ções com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: <www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf> Acesso em 15/03/2017.

JIMENES, A. A.; MARTINS, M. C. O rastro, o migrante e a geografia da alteridade: Manaus e os deslocamentos indígenas na Amazônia Ocidental. *Fronteiras: Revista de História*, vol. 19, n. 33, p. 89-108, 2017. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/6766/3791>>. Acesso em 02/10/2020.

MELO, J. G. (2013). Dimensões do urbano: o que as narrativas indígenas revelam sobre cidade? Considerações dos Baré sobre Manaus, AM. *Teoria e cultura*, vol. 8, n. 1, p. 115-126. Disponível em: <<https://teoriaecultura.ufjf.emnuvens.com.br/TeoriaeCultura/article/view/2816/2135>> Acesso em 02/10/2020.

MINAYO, M. S. S. O desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, M. S. S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. (Orgs.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 09-29.

NEPOMUCENO, B. B.; BARBOSA, M. S.; XIMENES, V. M.; CARDOSO, A. A. V. Bem-estar pessoal e sentimento de comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. *Psicologia e Pesquisa, Juiz de Fora*, vol. 11, n. 1, p. 1-2, 2017 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.24879/2017001100100214>> Acesso em 02/10/2020.

PRADO, M. A. M. *Psicologia Política e Ação Coletiva: Notas e reflexões acerca da compreensão do processo de formação identitária do “nós”*. *Revista Psicologia Política*, vol. 1, n. 1, p. 149-172, 2001.

_____. Da mobilidade social à constituição da identidade política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*, vol. 08, n. 11, p. 59-71, 2002.

ROSA, M. M. *Catarinas e Iracemas: sobre casamentos interétnicos de mulheres indígenas em Manaus*. 2016. 138f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SANDOVAL, S.; DANTAS, B. S. A.; ANSARA, S. Considerações Históricas sobre Psicologia Política. IN: SANDOVAL, S.; HUR, D. U.; DAN-

TAS, B. S. A. (Orgs), *Psicologia Política: temas atuais de investigação*. Campinas, SP: Alínea, 2014. p. 13-24.

SANTOS, J. K. J. *Ocupação irregular: comunidade Augustolândia – Santa Rita* – PB. 2017. 28f. Monografia ((Departamento de Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/15772/1/PDF%20-%20Jamily%20Karla%20de%20Jesus%20dos%20Santos.pdf>. Acesso em 02/10/2020.

SILVA, A. M. *A inserção dos tikuna no tecido social urbano de Manaus*. 2013. 142f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SILVA, A. S. da. *A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar*. *Psicologia Política*, vol. 12, n. 25, p. 409-425, 2012.

SOUSA, M.L.J.; CARVALHO, M.L.D.; KAMBEBA, M.S. (2017). Currículo e tecnologias educacionais no contexto bioecológico da escola indígena: escola Kanata T-ykua do povo Kambeba/AM. *Revista Humanidades e Inovação*, vol. 4, n. 3, p. 249-260, 2017. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/50643/1/2017Curr%C3%ADculo%20e%20tecnologias%20educacionais%20no%20contexto%20bioecol%C3%B3gico_Escola%20Kanata%20T.%20Ykua_povo%20Kambeba.pdf> Acesso em 02/10/2020.

TATAGIBA, L.; PATERNIANI, S. Z.; TRINDADE, T. A. *Ocupar, reivindicar, participar: sobre o repertório de ação do movimento de moradia de São Paulo*. *Opinião Pública*, vol. 18, n. 2, p. 399-426, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n2/a07v18n2.pdf> >. Acesso em 02/10/2020.

VILACA, A. *O que significa tornar-se outro? Xamanismo e contato interétnico na Amazônia*. *Rev. bras. Ci. Soc.*, vol. 15, n. 44, p. 56-72, 2000. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092000000300003>> Acesso em 02/10/2020.

A PANDEMIA DA SOLIDÃO E DA SOLIDARIEDADE - CULTIVO DA VIDA EM EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS

Samira Lima da Costa

Catalina Revollo Pardo

Bárbara Pelacani

Lourdes Fernandes de Souza (Bia Kalunga)

No cenário mundial e em especial no cenário brasileiro da atualidade, os fundamentalismos e autoritarismos se sobrepõem às garantias de direitos à diversidade, conquistadas há pouco tempo e já em risco. Os muitos grupos sociais e estruturas comunitárias experimentam de modos diferentes as rupturas, ataques, retrocessos e medos produzidos neste contexto. Soma-se às crises políticas, econômicas e organizacionais, a pandemia de coronavírus (COVID19) vivida mundialmente a partir do fim de 2019, semeando e arrastando incertezas por um 2020 que parece não ter começado nunca e que demora a terminar.

Envolvido em crises tanto do comércio quanto dos sistemas públicos de saúde, educação, cultura e assistência social, o Brasil assiste perplexo a cenas de ataques físicos, verbais e jurídicos em direção às populações pobres e periféricas das cidades e do campo, dos povos indígenas e quilombolas, migrantes, das reservas ambientais, e da própria soberania nacional. Muitas vezes as comunidades são apontadas pelo pensamento hegemônico como responsáveis pelos males que recaem sobre elas, devido à falta de assistência e políticas públicas voltadas à sua sobrevivência.

Divididos politicamente, massacrados pela vasta manipulação das informações midiáticas e em confinamento imposto pelo isolamento social, como se organizam e resistem essas comunidades? Como atravessam a chamada crise, que sofrimentos encontram, como se reorganizam?

CONVERSA ENTRE AMIGAS – PARA ONDE VAI ISSO TUDO?

Este texto tem início a partir de uma conversa a quatro, por meio de troca de mensagens de voz entre amigas. Entendendo que o

sofrimento compõe a cena da humanidade desde sempre, mas incorpora seu protagonismo em momentos específicos, reconhecemos que 2020 tem sido, para muitas pessoas, um desses marcos temporais de sofrimento.

Motivadas por nossas próprias inquietações e pelo sacolejar do mundo, iniciamos nossa conversa. Enquanto seguimos acolhendo, cada uma em sua ilha de referência, as diferentes demandas que se nos apresentam, refletimos: que sofrimento é esse? De onde vem, como surge, como caminha ao nosso lado, como se agiganta para tantas pessoas? E principalmente, o que podemos aprender com ele, sobre ele, para além dele?

A conversa foi feita através da troca de mensagens de voz - e não por escrito. A voz traz para perto, considera o tempo de falar e de ouvir, confirma tons e entonações, pausas, emoções, respirações. A transcrição, ao traduzir a conversa para texto escrito, trai os possíveis daqueles encontros e traça novos possíveis, tomando como suporte de nossos muitos tons de voz, os (poucos) tons da escrita. Um desafio! Experimentamos aqui alguns recursos gráficos e pictóricos, nesta tentativa. A transcrição dessa conversa é apresentada inicialmente neste texto, visando oferecer o ambiente e a paisagem nos quais estas interrogações se formulam para, em seguida, seguirmos estruturando reflexões, em diálogos entre nós, com colegas atuais e de outrora, conterrâneos e de outras geografias - tomamos alguns deles como referências que nos ajudam a problematizar este momento e analisar seus efeitos em nós.



De: Bia Samira
Para: Bia Kalunga, Cata, Babi
Outubro, 2020

Salve, amigas:

Tenho pensado bastante neste período da pandemia – que já dura o ano todo. Como professora e como terapeuta, tenho acolhido várias pessoas, a maioria muito desorganizadas, desestruturadas e com muito sofrimento. E esses sofrimentos têm a ver com o fato de estarem em isolamento. Porque estão todos em suas casas e não conseguem fazer contato com familiares, não podem encontrar fisicamente, ou encontram e depois se sentem culpadas por terem feito algo errado, colocando os outros em risco. Então, é um sofrimento gigantesco, cada um em sua casa, em seu apartamento. E sofrem também porque ficam observando e identificando as mortes, as muitas mortes. Parece que de repente a morte virou uma surpresa. Ninguém imagina que a morte vai chegar, e ela começa a chegar por todos os cantos. Isso também gera muito sofrimento.

Junto com isso, vem todo o cenário político e econômico do país, que sempre esteve em tensão e crise, mas vive atualmente circunstâncias e desdobramentos bastante agudos. Então, estou vendo sofrimento, sofrimento, sofrimento. Muito sofrimento, gente pedindo atendimento, pedindo acompanhamento, pedindo ajuda.

Ao mesmo tempo, por me relacionar com várias pessoas que vivem em outras realidades, eu vejo que esse é um tipo de sofrimento específico da cidade. Todo mundo sofrendo o isolamento. Mas vejo que isso tem a ver com um certo modo de viver, que não é o único. Já vivíamos isolados anteriormente, muito antes da pandemia, cada um em seu apartheid, cada um em seu apartamento. Não conhecemos os vizinhos ao lado, não temos nenhum projeto que seja comum com eles. Como vocês estão vendo esse processo hoje, do sofrimento provocado pelo isolamento social devido à pandemia – quarentena, proximidade da morte?



De: kta
Para: Bia Samira, Babi e Bia Kalunga
Outubro, 2020

Amigas,

Há várias semanas estou apresentando um bloqueio para escrever sobre este momento - a pandemia. Antes de apresentar o bloqueio, simplesmente não achava pertinente escrever sobre o momento atual. Queria só viver, vendo com dificuldade como as/os colegas do mundo estavam num exercício frenético para dizer o que estava se passando (que já não é mais o que estamos passando hoje). Tomar o caminho da vivência tem a ver com nossa vida em movimento.

Acordei numa sexta feira de Março de 2020, no apartamento em que morava no Rio de Janeiro sentindo já levemente falta de ar, palpitações, e uma forte dor no braço esquerdo. Achei que estava tendo um infarte, mas logo depois de fazer algumas ligações na madrugada a pessoas amadas para me acalmar, comecei a realizar que estava em uma crise de pânico, a primeira (e tomara última) que tive na vida. Estava em pânico por tudo o que estava se desdobrando nos meios de comunicação sobre a nova doença recém nomeada de Covid-19. Conversava com as pessoas, mas as sentia muito tranquilas. Pensava se eu estava exagerando, ou se o que estava sentindo era por ter asma desde meus três anos de idade - já um par de vezes essa falta de ar me deixou vendo estrelinhas. O pânico estava aí comigo me revelando o medo que tenho da morte, de morrer longe de casa, ou me contagiar de uma doença que ninguém pode estar por perto... Estou dando peito ao meu bebê. Como cuidaria das crianças? Quem ficaria com elas, se elas também deveriam estar isoladas por ter estado em contato comigo? Como poderia contar com as redes de amigos e colegas na cidade que temos construído nestes anos de migração, se ficamos doentes? Eles não poderiam aproximar. Sou migrante e me reivindico como tal. Há décadas deixei a Colômbia e tenho vivenciado uma experiência migratória carregada de privilégios por ser uma mulher branca urbana de classe média que migrou de maneira voluntária. Problematizo este local de privilégio que não é a realidade da maior parte dos migrantes. Neste tempo de pandemia, dias antes de fechar as fronteiras da Colômbia, com muita dificuldade mas ainda com bastante privilégio, saí do Brasil com minhas duas filhas, vim para casa, na roça chamada La Sonora, no interior da Colômbia.



De: Bia kalunga
Para: Bia Samira, Cata e Babi
Novembro, 2020

Boa tarde amigas, boa tarde chará!

Eu vivo numa comunidade quilombola, né. É um quilombo que existe e resiste a mais de 250 anos². É um território imenso, lindo, um lugar muito lindo. E de uma conjuntura bem específica, diferente de outros quilombos.

A gente vive aqui. Eu nasci e cresci aqui. Morei fora um tempo, pra estudar, mas voltei depois que concluí o ensino médio. Construí minha casa aqui, próximo de minha família e hoje continuo aqui, com meus filhos. Sou professora aqui na rede estadual, na escola Kalunga 2. E vivo aqui, com minha comunidade. Vivemos comunitariamente. Então viver em comunidade, pra mim, é uma coisa sagrada. Eu tive experiência em cidade, mas aqui na comunidade é um lugar de sossego, de paz, de contato com as pessoas. Com essa pandemia, a gente está vivendo essa questão do isolamento, também. Mas nem tanto. Não chegou a ter uma interferência direta. Até porque a gente fica a 79 km da cidade, e o que a gente vive aqui é um cuidando do outro.

Tomamos as devidas precauções para não contaminar, claro. Mas sempre a gente está próximo, sempre um solidário ao outro, sempre a gente está em contato com os moradores, um cuidando do outro. É um quilombo, assim, sagrado, de paz e de muita solidariedade, apesar das dificuldades.

Temos as nossas dificuldades. Difícil acesso, tem uma infraestrutura que a gente ainda busca melhoria, nessa questão de escola, de estrada... Uma infraestrutura mais propícia. E por ser quilombo, a gente está sempre na luta por melhorias, por igualdade de direitos. Mas a maioria dos nossos alimentos a gente produz aqui na roça. A gente também tem os cuidados, os remédios caseiros.

A união aqui, fortaleceu muito. Pra nós a pandemia trouxe uma experiência nova, a gente pode manter mais a proximidade entre nós, nos cuidados. Até mesmo as escolas, os professores alunos, crianças, adolescentes, os idosos. Ela trouxe essa questão de preocupações, de ver como o outro está no momento, se está bem, se está precisando de algo. Quem vai na cidade pode ajudar as pessoas que não vão, tem os idosos que não podem ir. Tipo minha vó - a vó Procópia. Ela está com 87 anos, ela não pode ir resolver algo na cidade.

A gente está sempre de olho nas coisas que acontecem fora, pra poder estar informando a comunidade, também. A gente preza muito a questão da comunidade. Eu quero prezar a minha vida aqui na comunidade enquanto Deus me permitir. Não tenho pretensão de morar na cidade.

Aqui eu escuto os cantos dos pássaros, os cantos da natureza, e tudo que pertence ao contexto, no momento.



De: Babi
Para: Bia Samira, Cata e Bia Kalunga
Novembro, 2020

Amigas, escuto vocês e ouço ecoar minha própria voz. Reorganizo as ideias para me permitir esse encontro. Relembrar o início dessa experiência de isolamento social com uma pandemia mundial, que ainda não acabou, é um processo delicado. Vivi dias de medo e tristeza. De fortalecimento individual e reconhecimento do comunitário na minha família, no meu território, na minha casa. O cuidado se transformou na ordem do dia, cuidar de mim, da casa, da alimentação, da família, dos sentimentos, das amigas, das palavras, dos movimentos, da diversão, da saúde, da sobrevivência.

Eu tremi, foram meses em que antes de dormir eu tremi. Tremi de forma involuntária, tremi de medo de ficar sem ar, de nunca mais ver minha avó, de não ter mais a minha irmã de volta, de perder o colo da minha mãe e do meu sobrinho não ver um outro mundo sem dor. Até agora penso que queria ter guardado essa gente toda dentro do meu coração, uma vontade de controlar tudo para nada acontecer com elas.

Dessa sensação de preocupação intensa foram construídas e fortalecidas redes de cuidado, diversas, infinitas, pequenas, fortes e cheias de afeto. Perdemos o controle do medo e fincamos as raízes nos braços dados, mesmo de longe, sempre de longe. O olhar pelas telas ou pelos encontros distantes passou a ser nossa maior fonte de afeto. Nesses pequenos gestos permaneci, me guardei, me fortaleci, para continuar, para me recriar.

Através destes diálogos e com esse enfoque, entendemos ser necessário refletir e debater sobre o que produziu e continua produzindo a pandemia em nós e para além de nós. Os sofrimentos e os modos de cuidado se diversificam entre os povos e realidades, assim como também são diversas as iniciativas com grande potencialidade de coesão e transformação social.

A EXPERIÊNCIA CIDADINA – DO SONHO MODERNO AO SOFRIMENTO CONTEMPORÂNEO

Em nossas reflexões e estudos, localizamos as construções comunitárias das relações como caminho para produção de vida, de futuro e de soluções, e reconhecemos como eixo organizador a relação saudável com o ambiente natural e com a espiritualidade, em sua multiplicidade.

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos humanidade e nos alienamos desse organismo de que somos parte, a Terra, passando a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo que exista algo que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que consigo pensar é natureza (Krenak, 2020, p.5).

Historicamente, as cidades seriam locais de encontro, de celebração, de movimentação e de oferta de serviços e oportunidades para todos: o sonho da modernidade. A partir de meados do século XX, estas linhas de produção de vida foram rapidamente cedendo espaço para uma outra forma de sociabilidade, pautada pelo capital, separada pelo concreto e mediada pela desconfiança. Refletindo a este respeito, Krenak (2020) identifica a vida urbana com a artificialidade de ambientes produzidos pelas corporações industriais bilionárias.

A estrutura das cidades tem se constituído em contínuo processo de afastamento, isolamento e produção artificial da vida desde o início do século XX, caminhando a passos velozes nas últimas décadas. Se no início do século XX a cidade e seus espaços públicos eram considerados locais de convivência e encontro (Monteiro, 1995), a *descomunitarização* das relações cidadinas tem expressivo avanço nas décadas subsequentes.

Nossos cotidianos contemporâneos exploraram novas formas de sociabilidades que formam uma teia capilar sutil e muitas vezes invisível no dia a dia das nossas cidades. Os deslocamentos acelerados nas ruas fazem destas cada vez mais espaço de passagem e menos voltados para a convivência. O espaço doméstico, munido dos novos dispositivos midiáticos, incrementa suas funções em nossas vidas, privatizando no interior das residências uma série de atividades: *homeworking*, *hometraining*, lazer e opinião públicas mediadas por redes sociais etc. As estratégias modernas para a homogeneização higienista dos espaços públicos cede sua vez a uma fragmentação do espaço urbano em uma série de pequenos espaços

privatizados de convivência entre “iguais”: clubes, condomínios fechados, shoppings, residências conectadas na rede mundial de computadores (Sousa *et al*, 2014, p. 01).

Assim, reordenando as relações sociais em novos desenhos comunitários, a aglutinação de “iguais” (essencialmente ordenados por classe e raça) na cidade produz uma outra rede de relações, artificializando certo sentido de comunidade que não se sustenta, por não se definir de fato como rede de suporte¹. Os benefícios da cidade *moderna* não são para todos. As periferias engrossam, as distâncias materiais e simbólicas aumentam. Ainda que o sonho da cidade moderna se mostre um projeto insustentável, a classe média se torna sua maior defensora, tomando-o como meta e único modelo de vida possível e aceitável. Assim, constrói o conceito e os sentidos da cidadania, universalizando os parâmetros da vida na cidade para toda e qualquer população. Entretanto, o projeto já respira sua própria falência.

Lembrando Sousa et al (2014), a solidão e a velocidade das cidades, muitas vezes, levam à despontencialização dos encontros nos espaços públicos, esvaziando as praças e as ruas, produzindo uma “paranoia urbana diante do estranho que cruza seu caminho”, substituído e incrementado pelas relações a distância.

A sociedade urbana funciona de forma oposta, funciona na tentativa de controlar tudo, proposta por uma visão antropocêntrica e tecnicista. Tal sistema de controle se desfez diante de nossos olhos, por algum tempo, em meio ao contexto pandêmico. Todos os artifícios de controle que o sistema, o estado e a mídia comumente usavam para nos manipular também se desfizeram e refizeram muitas vezes ao longo deste período. O controle que a sociedade antropocêntrica criou se materializa pelo medo. O medo é a parte central do panóptico² de sistemas que nos vigiam. Com a pandemia o medo se expandiu em escalas não controláveis por seus tradicionais operadores, o medo ficou descontrolado, não mais direcionado para o consumo para a punição, para o controle da violência ou para a modelagem do comportamento social, ético

1. Para mais informações sobre redes de suporte, cf. Castel, Robert. Da indigência à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: Lancetti, A. Saúde-Loucura 4, Grupos e Coletivos. Ed. HUCITEC: SP. 1994.

2 O termo panóptico é uma referência ilustrativa do trabalho de Foucault ao estudar a “Sociedade Disciplinar”, reconhece o panóptico como uma estrutura central de controle e poder disciplinador. Um panóptico opera pela vigilância e impõe o medo, com mecanismos de ordem psicológica - Michel Foucault. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes. 1977.

ou religioso. O medo descontrolado nos levou para um lugar outro, que ainda não tem como ser definido, mas passa pela necessidade de sobreviver e se depara com a reflexão de que estamos vivos, do reconhecimento da nossa comunidade e do nosso território. Com a amplificação do medo, estruturas de controle panópticas se romperam e outras novas se construíram.

Nesta perspectiva, o Covid aparece para nos alertar. Em certa medida, as cidades se mobilizam de um modo particular, que entre outros agenciadores encontram o desejo de viver que, necessariamente, passa por salvaguardar outras vidas também. A pandemia nos evidencia e denuncia questões concretas da humanidade: a relevância das relações comunitárias, o inequívoco lugar de destaque do ambiente natural na sustentação da vida, a certeza da morte. Diante disso, e de suas redomas cidadinas, como não ceder ao medo? Como não permitir que o isolamento físico se torne um desmonte social? Como eleger e sustentar redes de sociabilidade e suporte? Krenak (2020) afirma que, para combater esse vírus “temos de ter primeiro cuidado, e depois coragem” (p.6).

De que sofrimento falamos? Ficar no claustro e isolamento dos apartamentos das cidades é a experiência majoritária da classe média urbana, das/os teletrabalhadores e suas proles – enredadas em aulas virtuais - e progenitores aposentados, que estão expostos a sofrer os efeitos da pandemia e da crise econômica com certo grau de moderação, pela infraestrutura socioeconômica e sanitária que os rodeia. Não é novidade que as políticas públicas da emergência sanitária de nossa América estão focadas neste segmento da população, aprofundando e exacerbando todas as crueldades desta histórica intencionalidade política.

Não temos intenção de minimizar ou desqualificar o sofrimento da classe média das cidades, mas ampliar o campo de visão e dimensionar os modos de andar a vida, lidar com a morte, produzir sofrimentos e construir seus cuidados, em diferentes comunidades.

Dentro do campo do cuidado em saúde mental, embora o sofrimento psíquico acompanhe a história da humanidade, Carvalho e colaboradores destacam o surgimento da preocupação com este tema enquanto processo socialmente produzido. Estes autores nos lembram que em 1897, Durkheim publicou o livro “O suicídio”, considerado um clássico da sociologia, tomando pela primeira vez o tema do sofrimento psíquico enquanto fenômeno social. Lembram ainda que pouco antes, em 1846, Marx havia publicado um ensaio intitulado “sobre o suicídio”,

até hoje ainda pouco conhecido e estudado. Marx realizou um estudo de casos de suicídio, “conectando as tragédias que ele selecionou traduzir, com a vida sob o capitalismo, na qual já estava instalado um projeto desumanizador de relações econômicas e sociais que apenas se intensificou desde então, como o atestam os índices alarmantes de doença mental que padecemos nos dias de hoje em escala mundial” (Carvalho et al, 2020, p. 136).

Se há quase dois séculos nos debruçamos sobre a compreensão da produção social do sofrimento psíquico, é muito mais recente a inclinação em direção à compreensão dos processos produção de saúde mental a partir da construção comunitária das relações sociais. E é neste sentido que nos dedicamos aqui a pensar os modos pelos quais os sentidos comunitários podem favorecer, não a eliminação do sofrimento, mas a prevalência da vida.

POPULAÇÃO MIGRANTE – A PANDEMIA DOS MUROS, TRASLADOS E DAS NUUVENS SEM FRONTEIRAS

Os segmentos populares racializados, trabalhadores informais, migrantes, habitantes de rua e camponeses não têm esse privilégio (ou essa protegida “desgraça”) chamada isolamento conectado. Para eles, vieram as desgraças da fome, das expulsões massivas dos seus lares por não poderem pagar o aluguel, as ocupações do espaço público para pernoitar, os bloqueios da mobilidade humana nas fronteiras, o desemprego, as violências domésticas sem linha de fuga, o trabalho escravo, a atenção precária no sistema de saúde, o o adoecimento e a morte em proporção (espaço-tempo) nunca antes vistas.

A suspensão da experiência comunitária em suas terras de origem acaba por aproximar migrantes de diferentes nacionalidades ao chegarem em suas terras de destino, em busca de novas composições comunitárias. Lembrando Castells (1999), uma das formas de aproximação e produção de identidade comunitária em um grupo de pessoas diversas é a Identidade de Projeto, por meio da qual atores sociais propõem posturas e valores que “alteram a estrutura social, gerando consequências nas estruturas de produção, reprodução socioeconômica, inclusive, quanto aos padrões historicamente estabelecidos” (*apud* Costa e Castro-Silva, 2015, p. 286).

A realidade das pessoas migrantes e refugiadas em tempos de pandemia é radicalmente desfavorável. A pandemia chegou a elas es-

tando em trânsito, em abrigos, em moradias de onde foram desalojadas, com empreendimentos informais que foram para a falência, desconectadas, em acampamentos nas proximidades das fronteiras ou empreendendo as travessias pelas trilhas clandestinas nas fronteiras, sem receber atenção médica ou recebendo atenção atravessada pela negligência dos funcionários em saúde. A expansão do vírus nos campos de refugiados com precárias condições sanitárias e os novos decretos dos Estados-Nação de fechamento de fronteiras pela emergência sanitária se sobrepõem às restrições de mobilidade preexistentes, aumentando os controles migratórios, incrementando a militarização nas fronteiras e determinando a impossibilidade momentânea de solicitar refúgio ou asilo. Acrescenta-se ainda, as deportações em massa, as mortes nas travessias terrestres e marítimas, as crianças desaparecidas com a separação de seus pais na fronteira e a expansão do vírus nos centros de detenção dos migrantes capturados nas fronteiras.

A Pandemia é uma catástrofe biossociopolítica e chegou agudizando desigualdades e sofrimentos, mas também se agudizaram as vozes que questionam e reivindicam a construção de um outro sistema. Como bem apontou Handerson Josep na conferência inaugural do Fórum Social Américas das Migrações em outubro de 2020, “estamos no tempo dos muros, das fronteiras fechadas, mas também estamos no tempo das caravanas terrestres de migrantes por mesoamérica, e das caravanas marítimas de migrantes pelo mediterrâneo, é tempo da campanha #Regularização já” (Joseph, 2020). A campanha global #Regularização já parte das organizações e coletivos de migrantes, demanda com urgência a regularização das pessoas migrantes e refugiadas em meio à pandemia de COVID19. Com o toque de recolher, as pessoas migrantes em situação irregular são duplamente vulneráveis. Esta campanha se desenvolve de maneira contundente nas redes sociais, clamando por mudanças de paradigma frente à experiência migratória, propondo uma visão em que o foco esteja nos direitos e liberdades das pessoas migrantes e refugiadas, colocando a vida no centro. Esta movimentação no Brasil levou a ser protocolado na Câmara dos Deputados o PL2699/2020 que “institui medidas emergenciais de regularização migratória no contexto da pandemia de Covid-19 e dá outras providências”.

Segundo a reportagem do jornal *Migra Mundo* em 10 de junho de 2020, uma vez regularizados, os imigrantes tendem a ter acesso facilitado aos serviços públicos de saúde e programas de assistência.

Outra iniciativa de resistência nesta configuração de luta do movimento de migrantes no Brasil no contexto da pandemia, levou a um segundo projeto de lei, PL 2726/2020 que solicita ao Ministério de Saúde a inclusão da nacionalidade nos registros de casos e mortes por Covid-19, objetivando identificar o comportamento e a propagação da doença na população de migrantes, favorecendo controle e projetos de mitigação (Villarreal, Fernandes, Cárdenas, 2020).

Entretanto, para além de garantir a proteção e investir em políticas de prevenção ao Covid 19, é preciso também reconhecer e gerar políticas de proteção com relação aos desdobramentos perversos da pandemia, tão invisibilizados quanto as próprias populações que atingem. O forte isolamento social, entre outros problemas, impede o movimento de comunitarismo produzido entre migrantes que vivem na mesma cidade e, com isso, se somam ao medo do vírus, o sofrimento da solidão em um país distante do seu, e o medo de morrer assim - solitariamente. A solidão então atinge por muitas frentes: a distância do país de origem e de seus familiares, a impossibilidade de retornar, a suspensão dos deslocamentos que favoreciam a construção de uma outra comunidade no país de destino, a precariedade das estruturas (inclusive de acesso a redes virtuais) determinadas pela clandestinidade.

Assim, a urgente demanda das pessoas migrantes nos faz refletir sobre o sofrimento cotidiano desta população, produto da sobreposição das opressões e violências que passam em todo o processo migratório. As históricas e recorrentes violações aos direitos humanos, direito internacional humanitário e direitos coletivos dos povos, movimentam migrantes e refugiadas para gerar ações com incidência nas políticas públicas. O enfoque interseccional aponta para a proteção de todos os grupos de pessoas migrantes e refugiadas vulnerabilizadas antes, durante e depois da migração, convergindo com movimentos de proteção também das pessoas racializadas, dos povos tradicionais, das mulheres, das crianças, das pessoas LGBTQI, das pessoas com deficiência ou com diferentes processos de adoecimento.

OS POVOS TRADICIONAIS – SABERES QUE NOS COM- PÕEM, CUIDADOS QUE NOS EMBALAM

Na América Latina, os diferentes povos e comunidades tradicionais vivem de forma diversa a experiência dos confinamentos e isolamentos, durante a pandemia do Covid19. Também as muitas co-

munidades tradicionais desenhadas e recortadas no interior das cidades passam, vivem e atravessam este período a partir de experiências e compreensões singulares.

As crises de Estado, de sistemas financeiro e político, e de estrutura protetiva, são crises experimentadas pelos povos tradicionais de modo ininterrupto ao longo dos séculos de colonização – em maiores e menores graus. Do mesmo modo, as soluções e atravessamentos são por eles produzidos e compartilhados ao longo de todo este tempo.

Segundo Bispo dos Santos (2015, p.100), “a vida é mais simples do que parece, desde que as nossas condições de vivenciá-la não estejam movidas por sentimentos de manufaturamento e sintetização”. Assim, ao iniciarmos a busca por uma solução comunitária para os sofrimentos desdobrados da pandemia, voltamos nossos olhos e ouvidos às comunidades tradicionais.

Estamos aqui, ao menos duas de nós, em nossas comunidades de origem – tradicionais, localizadas, aterradas. E desde esse lugar falamos.

Na pesquisa “Práticas Populares de Cuidado à Saúde em Comunidades de Terreiros”³, os terreiros mostraram sua relação com a produção de saúde e de vida como um processo do qual os adoecimentos e as mortes fazem parte. O resultado do estudo aponta o que é saúde, para o candomblé de Angola:

(...) é muito relativo, a pessoa pode ter uma doença física e estar bem, ser saudável, porque ela está energeticamente bem, está plena. E tem gente que não tem nada físico, está tudo funcionando fisiologicamente perfeito, mas ela está doente, é uma pessoa que não está bem, não é feliz, não se sente em harmonia com o mundo, não se sente em paz com o mundo, não acha lugar para ela no mundo, tudo isso é conceito de saúde que vai passar de um extremo para o outro, nesse meio vai ter gente doente fisicamente, mentalmente, espiritualmente, vai ter gente saudável numa área e não saudável em outra (Silva, Fernandez e Sacarado, 2014, 921).

Considerando esta afirmação, verificamos a indissociabilidade entre o viver, o adoecer, o curar e o morrer. Este processo de dialogar com a vida e seus possíveis sofrimentos, segundo Akerman et al (2020,

3 Realizada sob responsabilidade do Centro de Estudos, Pesquisa e Documentação em Cidades Saudáveis (CEPEDOC), com financiamento do Ministério da Saúde/Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento de Apoio à Gestão Participativa (Akerman et al, 2020).

p. 01), “desfoca o interesse prioritário – senão exclusivo – na doença e do adoecer”. E seguem: “Reconhecem-se, assim, a diversidade e a singularidade desprovidas de uma moralização dos modos de ser e estar no mundo – e, conseqüentemente, de produzir saúde”. Em acordo com estes autores, “tanto a resiliência quanto a coesão de uma comunidade, elementos que interessam à abordagem da promoção da saúde, podem ser consideradas ativos em saúde”.

Em seu estudo, Silva, Fernandez e Sacarado (2014, p. 922, 923), em busca de “analisar a ‘pluralidade de vetores e sentidos’ para a aproximação entre SUS e comunidades de terreiro, em vista das iniciativas recentes de ‘articulação deliberada e sistemática dos dois campos’”, esses autores identificam um grande potencial de cuidados nos processos que se produzem de forma solidária entre conhecimentos: “uma solidariedade baseada no reconhecimento da inextinguível e infinita pluralidade de saberes e da potência da comparação/interpelação recíproca entre saberes para a composição da percepção (por cada saber) de seus limites e possibilidades”.

Assim como apontam esses autores, também reconhecemos a relevância de considerarmos a própria estrutura comunitária enquanto campo de promoção de saúde e produção de vida, e a possibilidade de um caminhar solidário entre conhecimentos - campos de saber e não-saber. Ao pensar nos modos de construir as relações, as vidas e também os adoecimentos e mortes na cidade (em comparação com o que se produz em sua realidade, aldeia Tupinambá), Dona Maria Muniz Tupinambá (2019) nos alerta. Diz que a cidade está ficando perigosa, mas não é pela violência física, como se pode pensar. O perigo está no campo sutil, na energia das coisas, das pessoas e dos lugares. Para ela, nos desenraizamos da terra e da comunidade; com isso, nos desenraizamos de nós mesmos e de nossas ancestralidades. Considera que por isso estamos fracos, desprotegidos e, conseqüentemente, com medo.

Na mesma direção, Makota Kidoiale, em seu artigo com colegas (Carvalho, Kidoiale, Carvalho e Costa, 2020), sobre o sofrimento psíquico comenta sobre o imenso fluxo de pessoas em busca dos cuidados do terreiro, a maioria vindas da experiência de vida nas cidades, pautada por um devir branco-europeu que não nos representa e não nos satisfaz:

A necessidade de virem até nós denunciava uma carga depressiva. Eles, – os brancos – estão doentes. Doenças oriundas dos proces-

sos de colonialismo, eles se perderam de si próprios, ao tomarem como referência a cultura do colonizador, ainda nos dias de hoje. Nós, mestras e mestres de ofício, percebemos sem precisar abrir livro algum sobre medicina, que se trata de processos de adoecimento da mente adquiridos na busca do suposto saber acadêmico. Nesse sentido, essas pessoas adoecidas precisavam reencontrar-se, e o caminho era a medicina do candomblé. Isso mesmo, o candomblé significa a própria cura do corpo e do espírito em encontro com a sua própria ancestralidade (p. 140).

A forma de vida dos terreiros, das aldeias e dos quilombos é biointerativa, se dá de forma orgânica na relação com a terra, conectada com os outros seres. Reafirmam uma derrubada das posições de poder da perspectiva antropocentrista. Tanto os guaranis quanto os quilombolas não se veem como donos da natureza ou exploradores de recursos naturais, eles são natureza. Bispo dos Santos afirma:

A melhor maneira de guardar o peixe é nas águas. E a melhor maneira de guardar os produtos de todas as nossas expressões produtivas é distribuindo entre a vizinhança, ou seja, como tudo que fazemos é produto da energia orgânica, esse produto deve ser reintegrado a essa mesma energia (Santos, 2015, p.85).

Sobre este tema, aos 120 anos, o cacique guarani sr Miguel reitera: “Não sou dono da terra, eu pertença a ela” (Benite, 2020).

O saber-fazer do território, desta forma, permite que os processos sejam comunitários – os de vida, de adoecimento, de sofrimento, de criações, de festa, de morte. Nas comunidades quilombolas, de terreiro e guaranis com as quais temos conversado continuamente, não há sentido na proposição de “não aglomeração”. Ao contrário, é na aglutinação comunitária que desenvolvem seus cuidados. Neste caso, o distanciamento físico é com relação à cidade e aos *de fora*. Isolar-se é aglomerar-se para dentro.

No interior das comunidades, como lembra Nêgo Bispo, Os dias começam geralmente na madrugada com os engenhos tocando e as pessoas que operam o engenho, a fôrnalha e demais implementos, compondo e cantando suas lidas e vidas, juntos formamos uma grande orquestra que anima a todas e a todos com a música da vida e o movimento desenvolvido pelos que fazem parte desta orquestra formando uma das mais belas coreografias que já pudemos vivenciar (Santos, 2015, p.84-85).

Ao considerar a pandemia enquanto referência, é frequente que as comunidades quilombolas, indígenas e rurais também manifestem preocupações e medos. Mas estes se referem mais diretamente àqueles membros da comunidade que estão na cidade, distante da família e sob os efeitos citadinos da pandemia. Preocupam-se também com aqueles que, em determinadas situações, precisam ir à cidade - para usar banco, correio, comprar remédios, vacinar os filhos, coisas que não têm no quilombo. A relação com a cidade é produtora de medo, e também de cuidado, já que a comunidade se reorganiza para garantir que cada pessoa que se desloca para a área urbana possa realizar tarefas e funções em nome de outras tantas, que não poderiam se expor neste momento - como os idosos e idosas.

A vida comunitária, então, é estar bem. Estar bem diretamente com a família, com a comunidade, no contato com a terra, com a natureza, com a vida natural. Esta relação direta de cuidado e proteção mútua entre pessoas e a terra favorece a ampliação do círculo de cuidado e das redes de suporte, na vida comunitária.

O reconhecimento do ambiente natural enquanto elemento integrante da comunidade, e não enquanto objeto ou recurso a ser explorado, modifica a relação das pessoas com o próprio ambiente, se tornando um processo de interação também de cuidado mútuo.

A estratégia de luta dos Indígenas do Cauca⁴, na Colômbia, foi a chamada *Minga Indígena*⁵, primeira no contexto da pandemia de 2020. Foi convocada pelas autoridades indígenas do *Consejo Regional Indígena del Cauca - CRIC*. Movimentaram-se desde seus territórios até Bogotá, fazendo um chamado político sobre o sofrimento nos seus territórios. Eles caminharam para nos lembrar da crítica situação pela que estão passando suas comunidades com o incremento da violência no contexto do conflito social político e armado⁶, que não pode ser invisibilizada pela crise sanitária. Além disso, a crise sanitária deu lugar a imposições sobre os modos de cuidado em saúde que divergem de

4 Territórios do Sul Ocidente da Colômbia.

5 A palavra Minga em quechua, faz referência à reunião de diversos atores, saberes e ferramentas que procuram um objetivo comum. A Minga Indígena como estratégia luta para a reivindicação dos direitos das comunidades indígenas (PARDO, 2020).

6 Segundo os dados de Indepaz de 2016 até 8 de junho de 2020, foram assassinados 269 líderes indígenas, 242 logo depois da assinatura dos Acordos de Paz e 167 no curso da presidência de Iván Duque, adicionalmente no que vá do ano 2020 tem sido assassinados 47 líderes indígenas, e 14 deles no período de confinamento. O número de massacres, até o momento em 2020 é de 62 (INDEPAZ, 2020).

seus recursos tradicionais. Não denunciam o sofrimento advindo do isolamento social consequência da pandemia, mas sim o abandono e o investimento ativo em seu extermínio, existente antes da pandemia e agravado no período pandêmico.

Vale destacar que a perseguição política ao processo da Minga de 2020 partiu da oposição, sob a justificativa do risco sanitário, denunciando que teria centenas de indígenas a se deslocarem pelo país até Bogotá, argumentando a ilegalidade das aglomerações de pessoas. Mas sob forte pressão e ataques à sua própria forma de proteção e cuidados com a saúde, não havia alternativa para estes povos. Assim, as autoridades indígenas reivindicaram seu próprio direito à Minga e o direito constitucional do protesto social; assim pegaram a estrada até Bogotá. Em Bogotá construíram uma aldeia temporária no local assinalado pela prefeitura da cidade, na qual reivindicavam a soberania alimentar, espiritual e nos processos de cura com a medicina ancestral. Não se teve registro de casos de COVID entres os indígenas que participaram da Minga.

SOBERANIA SALUTAR – PRODUÇÃO DE SAÚDE E DE VIDA NA RELAÇÃO COM A NATUREZA, COM A ESPIRITUALIDADE, COM A COMUNIDADE E COM A MORTE

A necessidade de sobreviver nos fez ter medo, um medo real e mais amplo do que nunca. O que rompeu em parte com a estrutura complexa que tenta nos dominar, nos separar dessa realidade onde somos natureza – vida-morte-vida. Com o discurso de retomada da economia, de reabertura, os comandos da sociedade de controle foram aos poucos retornando para as mãos do Estado, da mídia e daqueles que detém o poder econômico, a fim de seguir seus padrões disciplinares necropolíticos e voltar a decidir quem vive e quem morre. Ainda assim, as brechas, sementes e territórios de re-existência seguem existindo. Possibilidades de liberdade e de construção de um futuro que compreende as humanidades enquanto parte da natureza, resistindo diante das tentativas de controle e vigilância.

A banalização da vida foi discutida com veemência por Ailton Krenak (2020), combatendo o discurso e as ações que se posicionaram ao lado do andamento das atividades econômicas, reafirmando a necropolítica. Uma reflexão que Krenak apresenta ao declamar que “o amanhã não está à venda” (2020) nos convoca: “O mundo está agora

numa suspensão. E não sei se vamos sair da mesma maneira que entramos. É como um anzol nos puxando para a consciência. Um tranco para olharmos para o que realmente importa” (p.8).

Mãe Stella de Osossi nos orienta: para pensar a saúde, é preciso dialogar com as plantas, pedir permissão para as folhas, a fim de que seus poderes possam ser utilizados como remédio para o corpo, a alma e o espírito” (Santos, 2014, p. 34).

Na mesma direção, Fuentes Guerra (2012) destaca a importância do *baño*, nos processos de cura para os praticantes de Palo Monte, povo da bantuidad cubana: “la purificación, o baño de limpieza, son trabajos que hace el practicante de la Regla de Palo Monte, para quitarle un daño” (Guerra, 2012, p.144). O banho de purificação, entretanto, não pode ser feito pela própria pessoa, nem deve ser realizado por alguém que não pertença à comunidade de Palo Monte. Com isso, nos leva à reflexão de que a espiritualidade e a ancestralidade se manifestam, não em um ou outro praticante, mas na produção sutil do ambiente comunitário. Este ambiente comunitário se refere à rede de suporte e de convivência, à rede íntima que comunga de territorialidades existenciais comuns.

Durante a pandemia, e a partir da identificação de que o isolamento se estenderia no tempo e no espaço, muitas famílias e núcleos citadinos se reestruturaram, reativando a relação de cuidado entre avós e netes e ampliando suas fronteiras na busca de incluir outros membros, além de avós - genros, noras, cunhades, amigos íntimos e “agregades” em geral. Diante da compreensão de que aqueles que estivessem mais próximos se tornariam sua rede de relação, suporte e cuidado, e que os diferentes protocolos sanitários infringiriam duramente sobre os deslocamentos e aglomerações públicas por produzirem contatos entre núcleos diferentes, as próprias famílias investiram em encontrar condições para se reconhecerem em alguma medida, como um núcleo *mais ou menos* único.

“Eu posso morrer de qualquer coisa, só não quero morrer de solidão”, já diziam nossos velhos desde o início da pandemia e do isolamento social. Clamavam por serem incluídos nos núcleos relacionais íntimos, durante a pandemia. E, no clamor por serem incluídos, também nos incluíam nesta cosmovisão na qual todes compõem um corpo único, o corpo comunitário. “Não quero morrer sozinha”, disse Catalina em seu áudio-desabafo. “Não quero morrer de solidão”, dizem a tempos

nossas mães, pais, avós. E de solidão não se morre, vivendo em comunidade. Lembrando Bispo dos Santos (2015), na comunidade, não há começo, meio e fim. Há começo, meio e começo. Essa é a relação entre as gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossas experiências com a cidade, nos modos como produzimos até hoje, a vida é individualista e, portanto, solitária, em alguma medida. Durante a pandemia, isso se agudizou, estamos fechados em casas e apartamentos, sem possibilidades de encontros presenciais – que nos balizariam nossos excessos e, em alguns casos flexibilizariam nossas convicções. Mas por não estarmos fazendo nada coletivamente de modo presencial, suspendemos a fugaz válvula de escape que produzimos com tanto carinho e esmero – os raros tempos da festa, para o qual nos dirigíamos com data e hora marcada, e dos quais nos retirávamos com igual restrição. A etiqueta que construímos para a cidade moderna nos retira o sentido comunitário da vizinhança. Muitas proibições, muitas censuras, e a busca por uma diversão que é sempre assim, uma coisa que dá e passa rapidamente, acelerada e volátil. Insatisfatória.

Entretanto, esta é a experiência de uma parcela da população. Nos encontros (à distância) com pessoas que vivem em outras realidades – em vilas rurais, quilombos, aldeias – identificamos marcas de uma trajetória bastante diferente, na relação com a pandemia. E sofrimentos também diferentes. A morte não é uma preocupação, ela é uma certeza. Então, estão todes cuidando da vida, mas não com pavor da morte. O isolamento em comunidade aumenta os laços, fortalece o grupo pra dentro, reitera o modo de viver e de existir, nesse mundo coletivo. Então, o isolamento faz o contrário do que está provocando na cidade.

Nas aldeias, apesar das muitas dificuldades que têm vivido, tem surgido esse sentido de coesão maior. Nas comunidades de terreiro também. Como lembra mãe Itamara, apesar de serem muito acionadas para o cuidado – porque têm um importante trabalho com as plantas e com a reza, de cuidado com a saúde de corpo e mente – as comunidades de terreiro também são muito acionadas para ajudar materialmente porque o isolamento social, em alguns casos, provocou questões financeiras sérias. Ainda assim, são comunidades que não estão ali apenas para cuidar das demandas da pandemia. Estão ali para estar junto, seguir junto, porque a vida não parou. Alguma coisa mudou, claro. Então

reconhecem a mudança, o impacto da pandemia, a presença de um vírus, as mortes dos seus parentes, e seguem. Tocam a vida, com o cuidado comunitário, a partir das mudanças.

Sentido de comunidade: este recurso, podemos aprender com as comunidades tradicionais e o movimento social dos migrantes – ainda é tempo! O sentido comunitário que nos aproxima de vizinhos, a solidariedade entre pessoas desconhecidas e conhecimentos diversos, pode também ser o sentido que nos oferece alternativas, não para eliminar os sofrimentos, mas para identificar mais possibilidades de atravessá-los.

Nas experiências de sofrimento na cidade, reconhecemos a triste constatação da profunda solidão em que se vive. Em nossos deslocamentos e afirmações de territórios de existência, estamos na roça, todas nós, autoras. Em nossas roças respiramos um ar puro, vemos o sol nascer e o sol se esconder da forma que ele é – sem artificialidades. E vivemos a proximidade comunitária, que nos permite cuidar e ser cuidado, olhar e ser olhado, sofrer e ter medo às vezes, mas não solitariamente. *Estar na roça* não significa fugir da cidade, já que a cidade e suas durezas podem nos habitar e nos compor. *Viver a roça* significa buscar conexões comunitárias com pessoas e ambientes, assumindo nossa vulnerabilidade e afirmando nossa força, que atravessam nossos corpos e mentes se reconhecem em rede em nossas ancestralidades. Superar padrões enganosos de individualidade, na alegria e na dor, nos permite transcender as experiências de dor, vividas solitariamente, e passar a experiências de transformação, vividas comunitariamente.

Podemos, enfim, acolher a oportunidade de perceber que somos parte uns dos outros, e somos todes parte da natureza. A construção dos sentidos de comunidade enquanto elemento produtor de vida nos permite atravessar com alguma sanidade o sofrimento, o medo e a morte – não por eliminá-los, mas por transcendê-los.

Que as mudanças em gestação possam nascer, que o sofrimento e o medo sejam campo de germinação para a coragem e a força, que as disputas, individualidades e isolamentos, se tornem ritmos coletivos de mãos dadas com seus territórios.

Nota: agradecemos à agência CAPES que, através de bolsas de estudo (Bolsa CAPES/PNPD e Bolsa CAPES Doutorado), apoia esta produção.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, Marco et al. Religion as a protective factor for health. Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 18, eED5562, 2020. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-45082020000100106&lng=en&nrm=iso Acesso em 12/10/2020.

BENITE, Miguel. O Arandu de Nhanderu. Vídeo documentário, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-xl5unI7JZw>.

BORGES, Rodrigo. Petição pede aprovação urgente de projeto que regulariza imigrantes indocumentados no Brasil. Portal MigraMundo. Disponível em: <https://www.migramundo.com/peticao-pede-aprova-cao-urgente-de-projeto-que-regulariza-imigrantes-indocumentados-no-brasil/> Acesso em 10/07/2020.

COSTA, Samira Lima da; CASTRO E SILVA, Carlos Roberto de. Afeto, memória, luta, participação e sentidos de comunidade. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 2, n. 10, p. 283-291, 2015.

CRIC. Nos movilizamos en defensa de la vida y el territorio. Disponível em: <https://www.cric-colombia.org/portal/nos-movilizamos-en-defensa-de-la-vida-y-el-territorio/> Acesso em 13/10/2020.

INDEPAZ. 1.000 Líderes y Defensores de DDHH. Portal Indepaz. Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/1-000-lideres-y-defensores-de-ddhh/> Acesso em 21/08/2020.

GUERRA, Jesús Fuentes. La regla de palo Monte: un acercamiento a la bantuidad Cubana. El Vedado: La Habana. 2012.

JOSEPH, Anderson. Conferencia Inaugural del Foro Social Américas de las Migraciones – FSAM. Disponível em <https://web.facebook.com/107164491090638/videos/1247791765605960/> Acesso em 22/10/2020.

KRENAK, Ailton. O amanhã não está à venda. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

PARDO, Daniel. Colombia: qué es la Minga Indígena y qué impacto puede tener su apoyo al Paro Nacional. Portal BBC Mundo. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54625586> Acesso em 21/10/2020.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos, Modos e Significações. Brasília: INCT, 2015.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. O que as folhas cantam (para quem canta folha). Brasília, INCTI. 2014.

SILVA, Rafael Afonso da; FERNANDEZ, Juan Carlos Aneiros; SACARDO, Daniele Pompei. Para uma “ecologia de saberes” em saúde: um convite dos terreiros ao diálogo. Interface (Botucatu), Botucatu, v. 21, n. 63, p. 921-931, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832017000400921&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 31/10/2020.

SOUZA, M. N; RANIERE, Édio ; RAMM, Laís Vargas ; WILLE, R. V. ; STRELOW, Helena; RODRIGUES, Leila ; BORGES, Otávio ; DIAS, A. B. ; COSTA, Luis Artur . Cidade e solidão: Uma experimentação metodológica sobre os cotidianos urbanos na cidade de Pelotas. In: Congresso de iniciação científica, 2014, Pelotas. CIC, 2014.

VILLARREAL, Maria del Carmén; FERNANDES, Caio ; CÁRDENAS, Iréri. Pandemia e (I)mobilidade nas Américas. Portal Le Monde Diplomatique Brasil. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/pandemia-e-imobilidade-nas-americas/> Acesso em 09/10/2020.

CRISE, SAÚDE MENTAL E CUIDADO!

Elcimar Dias Pereira

Doutora em Psicologia Social.
Psicoterapeuta, Pesquisadora e Educadora.
@elcih2o

Essas palavras têm circulado exaustivamente em nosso meio nos últimos tempos. A sensação de que tem algo errado, a realidade explícita de que, mais do que uma sensação, temos várias coisas inaceitáveis acontecendo, a insegurança, a desesperança, a omissão, a confusão e o desejo de utilizar a ferramenta *speed watching*¹ na vida para que o tempo passe mais rápido têm sido expressados de forma recorrente nos discursos do cotidiano.

Várias estudiosas se desafiam a falar sobre o momento que estamos vivendo, e esse desafio se apresentou na proposta deste livro. Focar e ampliar o olhar para refletir sobre a *saúde mental em tempos de crise*, neste momento, é como “trocar o pneu com carro em movimento” sendo a condutora e o carona ao mesmo tempo. Considerando que as lentes deste olhar não conseguiriam captar todos os planos ao mesmo tempo, talvez um plano detalhe, aproximando o olhar de fatos específicos e concretos, ou uma panorâmica, para trazer elementos gerais e amplos, poderiam ser úteis. Nos textos que sequenciaram este livro, tivemos a oportunidade de ter aproximações valiosas de vários ângulos sobre o tema proposto.

E aqui me proponho a situar de uma maneira breve, leve e reflexiva - diferente dos momentos que temos vivido - alguns apontamentos sobre os sentidos da crise, da saúde mental e do cuidado, principalmente sobre o cuidado de quem cuida.

O termo *crise* é comumente associado à ideia de dúvida, de incerteza, e, etimologicamente, tem sua origem no latim *crisis* (*hora de decidir*) e, no grego *Krísis*, tem ligação com o verbo *Krínein*, que traz o sentido de *juízo*, de decidir ou separar aquilo que é ruim do que é bom. O sufixo *sis* frequentemente aparece vinculado ao vocabulário

¹ Ferramenta que permite alterar a velocidade dos filmes que se assiste ou se escuta.

para indicar uma condição de problema de saúde², termo adotado desde Hipócrates.

O termo *crise* chega na língua portuguesa no século XVIII. E se expande para outras áreas além da saúde como, por exemplo, na Economia, no século XIX, onde passa a ser entendido como um desequilíbrio conjuntural entre produção e consumo, ou como uma fase de transição entre um surto de prosperidade e outro de depressão, ou *vice-versa*. Já na *sociologia*, o termo *crise*, no sentido dicionarizado, apresenta a noção de situação socioeconômica com problemas, contexto desfavorável à vida material, ao bem estar da maioria e a um momento histórico que pode apresentar riscos, tensão, disputa ou conflito³.

Embora a palavra *crise* tenha sido considerada originária da área da saúde, ela vai se situando em outros campos do conhecimento e em tempos diferentes, mas com alguns sentidos parecidos, como os de instabilidade, dúvida, distinção etc.

Fiz uma rápida enquete⁴ para identificar de maneira espontânea qual ideia e/ou imagem vem à cabeça quando ouvimos a palavra *crise* e foi recorrente ler, no resultado, as palavras *dor, mal estar, dificuldade, descontrole, problemas de saúde, algo errado, inflação* etc. Houve outras respostas, em menor quantidade, que apresentaram noções vinculadas à perspectiva de mudança, como *quebra, mudança brusca* e *ou falta de planejamento e atenção: algo que passou despercebido, quando foi visto, se tornou crise*.

Me parece que, no cotidiano, pelo menos neste pequeno grupo que indaguei, a crise é algo que nos coloca em uma situação de instabilidade, vulnerabilidade, seja ela vista como algo ruim ou como algo que indicaria uma mudança. Acrescento que a maioria das respostas apresentou a noção de crise do ponto de vista individual, daquilo que me afeta diretamente como uma dor ou inflamação. Ao pensar sobre este aspecto das respostas, veio a mim a seguinte questão: será que, diante de uma crise tão ampla, nossa tendência é nos sentirmos pequenas e nos voltarmos para nós mesmas? É cuidar da própria sobrevivência? Ou o nosso olhar para a crise, de maneira geral, ocorre de maneira fragmentada, mesmo sabendo que não estamos isoladas no mundo?

2 CRISE. Etmologia - Origem do Conceito. Disponível em <<https://etimologia.com.br/?s=crise>>. Acesso em 17 ago. 2021.

3 CRISE. Dicionário online Houaiss Corporativo. Disponível em: <<https://www.houaiss.net/corporativo/apps/www2/v5-4/html/index.php>>. Acesso em: 08 ago.. 2021;

4 Via grupos de família, estudos e conhecidos/as em whatsapp.

Vivemos uma *crise sanitária* que não está afetando apenas as pessoas que se contaminaram ou que tiveram seus entes queridos mortos. Mas que, principalmente pela maneira que ela está sendo “gerida” pelo poder público, atinge as pessoas indistintamente, de maneira a provocar outras *crises*.

Parece óbvio e consensual que estamos vivendo em um momento de *crise*, porém as narrativas que circulam sobre ela são bem distintas. Algumas tendem a dizer que ela aconteceu e está acabando, outras se prendem à ideia de que ela poderia ser evitada, outras procuram apenas defini-la, outras ainda falam sobre suas consequências danosas e outras buscam vislumbrar o *pós-crise*. Existem aqueles que afirmam que a *crise é uma oportunidade*, expressão que virou jargão em alguns anúncios nas redes sociais digitais. Eu só me perguntaria: oportunidade para quem e para quê? Quem lucra com a crise?

Dentre as narrativas que vão do passado ao futuro, aquela à qual quero dar ênfase aqui é a que discute sobre as consequências danosas da crise, e uma destas consequências é o sofrimento psíquico, narrativa que está presente nas notícias, no cotidiano, nas discussões acadêmicas, principalmente nas áreas que lidam com o que nomeamos atualmente de *saúde mental*.

Tal adoecimento pode ter sido gerado pelo confinamento, pela perda dos entes queridos, pelas inseguranças ou até mesmo pela própria angústia de ter um governante que não governa o país. E também por outras situações que eram feridas antigas e que, diante da situação atual, estão em carne viva pulsando e sangrando, como o racismo, as violências de gênero, a destruição das florestas e rios etc. É como se, antes, a imagem dessas situações já estivessem lá, um pouco embaçadas, mas com a *crise*, elas se tornaram mais nítidas e expostas a uma lente de aumento, o que às vezes deixa a sensação de que o momento é surreal, ou que parece uma ficção, porque tudo estaria acontecendo *ao mesmo tempo agora* de uma maneira ampliada. Ouvimos as frases que saem dos diversos cantos do país: “Não é possível que isso esteja acontecendo agora! Parece que as pessoas estão loucas! Será que só eu que estou vendo ou sentindo isto?”

Então, será que estar em crise também pode ser uma possibilidade de expressar outras crises que ainda tentávamos disfarçar? Bem, sabemos que temos fatores histórico-sociais, conforme já citados em alguns capítulos deste livro, que contribuíram para estarmos entrelaça-

dos/os neste momento. E que o próprio título do livro nos faz refletir se seria possível pensar em saúde mental em tempos de crise. Poderíamos trocar a afirmação por uma interrogação? Não! Pois a afirmação pode ser uma forma de enfatizar que precisamos acreditar na via do cuidado coletivo e nas redes para seguirmos em movimento e com saúde.

O termo *saúde mental* tem a sua importância, pois ele comunica com diversas atrizes e atores que lutam há muito tempo por um cuidado humanizado às pessoas em situação de sofrimento psíquico. Reconheço-o e identifico que ele conecta a possibilidade de se trabalhar a via da interdisciplinaridade, mas não posso negar que o termo me inquieta, talvez pela minha formação que passa por vivências e buscas pela construção de um saber decolonial. A inquietação com o termo se dá porque a saúde mental representa uma ideia fragmentada, tanto da saúde quanto do corpo, que remete à noção cartesiana de divisão entre mente e corpo⁵. Pra mim, é contraditório cuidar a partir de uma noção fragmentada.

A proposta aqui não é aprofundar em tal crítica, mas sim explicitar que a fragmentação e a contradição que o próprio termo *saúde mental* sugere tem relação com o momento que estamos vivendo. A palavra, que representa a noção de *bem estar* harmônico e equilibrado tem, em sua própria composição, a ideia de fragmentação e sustenta uma lógica cartesiana. Temos aí uma contradição e, assim como no termo, vivemos uma contradição em relação ao cuidado. Este, que virou uma oportunidade nesse momento de *crise*⁶. O que é o cuidado e quem *cuida* neste momento?

Quem cuida? Quem contribui para que as pessoas possam olhar para si, se entender, se aceitar, lidar com todas as adversidades e dificuldades emocionais e materiais e, ainda assim, conviver com os outros e com as diversas situações neste momento? Talvez essa resposta não seja única e não haja uma pessoa que possa resolver essa situação. A realidade recorrente é que tem-se construído várias formas de lidar com o adoecimento, as perdas e a indignação neste momento, seja em âmbito coletivo ou individual. O fato é que vivemos diante de incertezas

5 Uma reflexão próxima deste viés também está presente na obra: COSTA, Pedro Henrique Antunes da e MENDES, Kíssila Teixeira. Colonização, Guerra e Saúde Mental: Fanon, Martín-Baró e as Implicações para a Psicologia Brasileira. CAPES. Psicologia: Teoria e Pesquisa [online]. 2020, v. 36, n. spe. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe14>>. Acesso em: 08 set. 2021.

6 Vide a quantidade de cursos de terapias e de psicologia que tem aberto desde o início da pandemia.

e as buscas por certezas recaem também sobre uma das profissões que aprendemos que está apta para lidar com situações de *crise*, principalmente essa *crise* que pode ser considerada uma *crise da humanidade*.

Os holofotes recaem sobre as profissões de saúde e a psicologia é um delas. A procura por este curso nas faculdades⁷ tem aumentado significativamente nesse tempo de pandemia. Uma necessidade de saber lidar com a *crise* ou de saber cuidar?

Quanto às profissionais de psicologia, em relação ao momento, muitas começam a clinicar ou a realizar atividades psicoterapêuticas compulsivamente, para atender uma demanda exaustiva e, em paralelo a esta área de conhecimento, surgem outras técnicas terapêuticas, sejam elas novas ou repaginadas, que “brigam” por destaque no mercado do cuidado e autoconhecimento. Seria o cuidado realmente uma oportunidade, um nicho de mercado gerado pela *crise*? Ou as formas de cuidado também se encontram em crise?

Qual é o valor do cuidado? Esta é uma discussão complexa em uma sociedade que historicamente coloca o cuidado em um lugar não valorável, não por ausência de excelência, mas pelo menosprezo. Basta colocar a nossa lente ampliada sobre a História e se perguntar: quem sempre cuidou? No Brasil, o papel do cuidado historicamente esteve na mão das mulheres, com maior ênfase nas mãos das mulheres negras, que cozinhavam, lavavam, amamentavam, faziam remédios, partos etc. E a psicologia, quando se tornou profissão, também tinha - e ainda tem - o rosto feminino, que durante muito tempo negligenciou os corpos das mulheres negras. Será que o processo de profissionalização da maneira que foi construído acabou garantindo um valor social diferente para as mulheres brancas que o ocupariam, a princípio, este novo espaço de cuidado? Seria uma forma de *gourmetizar* o cuidado considerando os corpos que exercem tal função? Agora ele pode ser pago. E essa mudança ocorre quando os corpos não racializados ocupam este espaço.

Poderíamos dizer que hoje o cuidado passível de valor é o cuidado *gourmet*? Coincidentemente ou não, algumas formas de cuidado

7 ROCHA, Anderson. Busca pela graduação de Psicologia, a ‘profissão do futuro’, cresce na pandemia. HOJE EM DIA, 10 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/busca-pela-gradua%C3%A7%C3%A3o-de-psicologia-a-profiss%C3%A3o-do-futuro-cresce-na-pandemia-1.798786>>. Acesso em: 03.09.2021; FERREIRA, Leonardo. Pandemia acelera crescimento da área profissional de Psicologia. UNESC, 17 ago. 2020. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/coronavirus/blog/48616-pandemia-acelera-crescimento-da-area-profissional-de-psicologia>>. Acesso em: 10 set. 2021.

insistem em um viés fragmentado. Diante de um cuidado fragmentado, tem-se a necessidade de que cada profissional especifique em que área, campo ou dimensão ele é especialista.

Que fique explícito: refletir sobre tais apontamentos não significa desconsiderar a profissão ou desmerecê-la, mesmo porque sou uma profissional da área do cuidado e tenho aprendido a me orgulhar deste lugar. Mesmo estudando muito, em um passado não tão distante cheguei a pensar que a psicologia não era para mim. Então, descobri que estudar, por si só, não nos isenta do processo de colonização, porém o conteúdo do que se estuda, e como se estuda, contribui, sim, para impactar e iniciar o processo de descolonização. Podemos estudar sobre o cuidado, conhecer técnicas para ajudar e até ajudar. Mas, não estamos isentas de sermos afetadas pelas crises, pela fragmentação e pelas contradições. Reconhecer-nos como humanas e históricas é o maior desafio dentro do processo de cuidar da outra/e.

Abri muitas janelas e encerro o texto sem o desejo de fechá-las. Trago questões sem anseio de resposta. Ainda não temos respostas precisas para as consequências da *crise* que geram ou ampliam as crises já existentes. E a urgência de chegar a estas respostas nos coloca em uma ansiedade maior, gerada pelo próprio *time* capitalista: precisamos ser produtivas, até no ato de cuidar. É assim, sem ambição de resolver e apenas com o intuito de refletir, que o cuidado precisa ser visto e exercido - com zelo e atenção. O desafio é estar inteira, presente. Pois o exercício da humanidade nos demanda tempo, ar, sol, mato e água para reunir todos os fragmentos que uma sociedade dilacerada produziu.

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Amailson Sandro de Barros

Psicólogo. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social Comunitária (COMUNI)/Psicologia/UFMT.

Endereço eletrônico: amailsonbarros@gmail.com

Bárbara Pelacani

Mestra em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Doutoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pesquisadora do Laboratório Memórias, Territórios e Ocupações: Rastros Sensíveis (LabMEMS).

Endereço eletrônico: barbara.pelacani@gmail.com

Bernardo Parodi Svartman

Professor de Psicologia Social e de Psicologia Comunitária no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP). Membro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da USP (ITCP/USP). Participa do GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP. Realizou experiências de assessoria a movimentos sociais, organizações autogestionárias e ao sindicato de metalúrgicos do ABC paulista, na área da saúde do trabalhador. Foi editor da revista Psicologia USP entre 2015 e 2018. Atualmente é editor da revista Cadernos de Psicologia Social do Trabalho. Pesquisa as formas de organização comunitária e as práticas de educação popular desenvolvidas por movimentos sociais da cidade de São Paulo. Endereço eletrônico: bernardo@usp.br

Catalina Revollo Pardo

Mulher migrante militante do movimento de migrantes no Brasil. Professora Substituta de Psicologia Comunitária no Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra, doutora e pós-doutoranda CAPES-PNPD no Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia So-

cial (EICOS) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ). Membro do GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP. Dj do Coletivo La Clandestina.

Endereço eletrônico: carevollo@gmail.com

Daiana Paula Milani Baroni

Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Especialista em Saúde Pública pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Mestra em Psicologia (UFSC), Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Doutorado Sanduíche em Antropologia pela Università degli Studi di Pisa (Itália). Atualmente é pós-doutoranda em Psicologia pela UFSJ com atividade de pesquisa, extensão e docência e pela Universidade Federal Fluminense (UFF) com atividade de pesquisa. Desenvolve pesquisa em novas abordagens em saúde mental na Itália e no Brasil. Desenvolve o Projeto “Ouvidores de Vozes em São João Del-Rei” desde agosto de 2017 e o projeto GAM - Gestão Autônoma de Medicação desde 2018. Endereço eletrônico: daianapaulam@yahoo.com.br

Elcimar Dias Pereira

Doutora em Psicologia Social, Psicoterapeuta, Educadora e Pesquisadora. Integra a Articulação Nacional de Psicólogas/os e Pesquisadoras/es Negras (ANPSINEP) como coordenadora da Região Centro Oeste. Endereços eletrônicos: @elcih2o e elcicoralibre@gmail.com.

Eva dos Santos Rosa

Quilombola – Quilombo Kalunga Vão do Moleque (Cavalcante-GO). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Jataí (UFJ). Membro ativo do Movimento Nacional Estudantil de Indígenas e Quilombolas. Integra a equipe do Observatório de Saúde Mental da UFJ, é extensionista dos projetos Cirandas de Leitura Coletiva e “Enegrecendo Saberes Psicológicos: disseminação e popularização de conhecimento científico para letramento racial”. Desenvolve Iniciação Científica junto à pesquisa “Decolonizando a psicologia brasileira: levantamento biográfico e bibliográfico sobre intelectuais negras/os/es e indígenas na construção de saberes psicológicos”.

Endereço eletrônico: eva.santos@discente.ufj.edu.br

Fernanda Nogueira Campos Rizzi

Psicóloga, doutora em Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (EERP/USP), membro fundador da equipe estratégica de serviços on-line de saúde mental no enfrentamento ao COVID-19 (SOS AME e Proteger-se UFU).

Endereço eletrônico: fnocam@gmail.com

Gislayne Cristina Figueiredo

Psicóloga. Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP). Docente de Psicologia Social/Psicologia Comunitária da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia Social Comunitária (COMUNI)/Psicologia/UFMT. Endereço eletrônico: gislaynecf@hotmail.com

Hildeberto Vieira Martins

Psicólogo, bacharel e licenciado em Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da UERJ (IMS-UERJ) e doutor em Psicologia Social pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Professor associado da Universidade Federal Fluminense (UFF-CURO), pesquisando os temas relações raciais no Brasil, história da psicologia e psicologia social.

Endereço eletrônico: hvmartins@id.uff.br

Isa Magesti Corrêa Netto

Psicóloga e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e doutoranda em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). É membro da Coordenação do Núcleo São João del-Rei da Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO). Endereço eletrônico: isamagesti@hotmail.com

Larissa Leão de Castro

Doutoranda em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB). Foi professora temporária da Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás - (UFG/REJ). Mestre em Educação pela UFG/FE. Graduada em Psicologia pela PUC-Goiás. Tem experiência e atuação principalmente com as seguintes temáticas: subjetividade, cultura, psicanálise, psicologia social, educação, violência, fundamentos

teóricos e projetos políticos de sociedade.

Endereço eletrônico: larissa.leao.castro@gmail.com

Luis Guilherme Galeão-Silva

Professor de Psicologia Social no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Participa dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia Social (IPUSP) e Diversitas (FFLCH – USP). Orientador de Doutorado, Mestrado e Iniciação Científica. Pesquisador Laboratório de Estudos em Crítica Social, Direitos Humanos e Intersubjetividade. Desenvolve pesquisas sobre Memória Social, Saúde Coletiva e Integral e Reconhecimento da Dignidade da Pessoa Humana.

Endereço eletrônico: luisgaleao@usp.br

Lourdes Fernandes de Souza (Bia Kalunga)

Mãe de três filhos Uriel, Uigme e Luara gêmeos de 6 anos. Professora na rede estadual desde 2007, licenciada no curso Educação do Campo - Área de Linguagens pela FUP - Planaltina - UnB. Especializada em Língua Portuguesa Aplicada também pela UnB. Vice-presidente da Associação de Mulheres de Monte Alegre de Goiás. Conselheira da Associação Quilombo Kalunga - AQK. Escritora e poeta. Administradora-geral do Museu Iaiá Procópio localizado na comunidade Riachão. Endereço eletrônico: bia_kII@hotmail.com

Marcelo Calegare

Psicólogo, mestrado e doutorado em Psicologia Social (IPUSP). Professor da Faculdade de Psicologia e Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do GT Psicologia Comunitária da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (ANPEPP). Endereço eletrônico: mcalegare@ufam.edu.br

Marcos Vieira-Silva

Psicólogo e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Realizou Estágio Pós-Doutoral em Educação e Inclusão Social na UFMG. É professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) e pesquisador do Laboratório de Pesquisa e Intervenção Psicossocial (LAPIP/UFSJ). É membro e foi Coordenador do GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP.

Sócio fundador e membro do Núcleo São João del-Rei da ABRAPSO.
Endereço eletrônico: mvsilva@ufsj.udu.br

Maria de Fatima Quintal de Freitas

Professora Titular no Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Educação e Coordenadora do Núcleo de Psicologia Comunitária, Educação e Saúde (NUPCES/CNPq-PPGE) da UFPR-PR. Pós-Doutora em Psicologia Comunitária na Universidade do Porto (Porto) e ISPA (Lisboa), em Portugal, e Pós-Doutora em Psicologia Política na PUC-SP. Mestre e Doutora em Psicologia Social pelo PPG-PSOC da PUC-SP. Pesquisadora CNPq (de 1994 a 2018) e Presidente da ABRAPSO (gestão 1989-1992). Coordenadora do GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP (1994-2006; 2019-2021). Áreas/temas de interesse de pesquisa e intervenção: psicologia social comunitária; movimentos sociais e políticas públicas; direitos humanos, estratégias de participação e resistência comunitária; educação popular e programas de ação comunitária. Tem livros, capítulos e artigos nacionais e internacionais publicados. Pertence a comitês científicos de periódicos nacionais e internacionais. Endereço eletrônico: fquintal@terra.com.br

Mayara Ferreira

Psicóloga, mestre em Psicologia e Processos Psicossociais (UFAM). Professora e supervisora de estágio no ensino superior em Psicologia. Endereço eletrônico: sfmayaras@gmail.com

Raquel Souza Lobo Guzzo

Professora Titular da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e professora permanente do programa de Pós-graduação em Psicologia. Graduada em Psicologia pela PUC-Campinas, Mestrado e Doutorado em Psicologia Escolar e Desenvolvimento pela USP. Realizou Estágio Pós-Doutoral na University of Texas/ USA, em Avaliação Psicológica e na University of Rochester /USA em Desenvolvimento de Programas de Prevenção em Saúde Mental. Está vinculada aos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Psicologia da universidade, supervisionando Estágio em Escolas e Comunidades e orientando estudantes de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado. Coordenadora do Grupo de Trabalho Psicologia Escolar e Educacional na ANPEPP. Atua na área de Programas de Atendimento/Acompanhamento Comunitário,

discutindo a formação e intervenção profissional, segundo fundamentos da Psicologia Crítica, Intervenções Preventivas e Psicossociais, Psicologia da Libertação, Processos de tomada de Consciência . A produção científica é organizada no âmbito do Grupo de pesquisa - Avaliação e Intervenção Psicossocial: Prevenção, Comunidade e Libertação (www.gep-inpsi.org). Endereço eletrônico: rguzzo@puc-campinas.edu.br

Rita de Cássia Andrade Martins

Ativista antimanicomial e antirracista. Graduada em psicologia pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mestra e doutora em sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professora adjunta do curso de psicologia da Universidade Federal de Jataí (UFJ), coordenadora do Programa de Extensão Observatório de Saúde Mental/obsam.ufj e líder do GP/CNPq Observatório de Saúde Mental e Práticas Comunitárias. Integra o GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP. Endereço eletrônico: rita_martins@ufj.edu.br

Samira Lima da Costa

Mãe da Aysha, da Melissa e da Sofia. Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), pelo Departamento de Terapia Ocupacional da Faculdade de Medicina, e pelo Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) do Instituto de Psicologia (IP/UFRJ). Mestra em educação, doutora em psicossociologia, pós-doutora em antropologia. Integra a coordenação do GT de Psicologia Comunitária da ANPEPP. Endereço eletrônico: biasam2000@gmail.com

Na última década testemunhamos uma série de rupturas sociais, decorrentes de um conjunto de crises institucionais, políticas e econômicas. Globalmente, no campo político ressurgiu o autoritarismo como resposta às crises da democracia representativa; na economia os blocos continentais se esfacelam em meio ao acirramento da guerra comercial entre a China e os EUA; as tecnologias de comunicação que poderiam favorecer o entendimento foram apropriadas como ferramentas de manipulação e monopólio; em todo o mundo houve aprofundamento das desigualdades socioeconômicas potencializadas por problemas ambientais; e atualmente uma pandemia anuncia o esgotamento da sociedade como conhecemos.

O Brasil reflete e incrementa esse estado de crise mundial na medida em que sua população vivencia as consequências do desmonte do Estado; o crescimento do pensamento anticientífico combinada com a ascensão política de militares e religiosos; o aumento da intolerância às diferenças, e a proliferação de manifestações de toda sorte de preconceitos e formas de discriminação. A economia nacional, fortemente apoiada no mercado de commodities, se fragilizou neste contexto. A radicalização do modelo neoliberal incrementou o desemprego, que se expandiu acompanhado da perda de direitos sociais e da precarização das relações trabalhistas. Há crescente insatisfação e tensão nas relações sociais, marcada por extremismos e ameaças que tornaram pouco visível uma nova conciliação nacional. O elogio à tortura e a morte são feitos sem qualquer constrangimento pelas mais altas autoridades públicas. As instituições estão frágeis e há pouca empatia com os mais vulneráveis.

Nós psicólogos e psicólogas sociais, em diálogo com colegas de outras áreas e da comunidade em geral, nos perguntamos: quais processos de subjetivação tem se constituído a partir desse quadro? Como os sujeitos e suas comunidades têm reagido a esta realidade? Nesse contexto, e a partir desses e de outros questionamentos, o Laboratório de Psicologia e Processos Psicossociais da UFJ, em parceria com o Observatório de Saúde Mental/UFJ, reuniu reflexões sobre os efeitos psicossociais desse cenário à saúde mental dos sujeitos, buscando trazer contribuições da Psicologia Social ao debate.

ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

ABEU
Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ISBN - 978-65-89677-75-8



9 786589 677758